

**Tiago Daniel Rajão Moreira**

**A reação portuguesa à Guerra do Kosovo**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História, Relações Internacionais e  
Cooperação, orientada pelo Professor Doutor Jorge Martins Ribeiro

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Setembro de 2015



# A reação portuguesa à Guerra do Kosovo

Tiago Daniel Rajão Moreira

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História, Relações Internacionais e  
Cooperação, orientada pelo Professor Doutor Jorge Martins Ribeiro

## Membros do Júri

Professor Doutor Manuel Vicente de Sousa Lima Loff  
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professora Doutora Teresa Maria Resende Cierco Gomes  
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professor Doutor Jorge Manuel Martins Ribeiro  
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: ... valores



## Sumário

Agradecimentos.....	8
Resumo.....	9
Abstract.....	10
Índice de ilustrações e tabelas.....	11
Lista de siglas.....	12
Introdução.....	13
Capítulo I - Um conflito secular.....	18
1.1. Domínio otomano.....	18
1.2. Nascimento da Jugoslávia e autonomia do Kosovo.....	19
1.3. Subida ao poder de Slobodan Milosevic e nacionalismo sérvio.....	22
1.4. Aparecimento do UÇK.....	27
1.5. Conversações em Rambouillet.....	30
1.6. Intervenção da NATO na República Federal da Jugoslávia.....	31
1.7. Administração internacional e independência do Kosovo.....	35
1.8. Considerações e consequências da Guerra do Kosovo.....	37
1.9. Portugal em 1999.....	39
Capítulo II - Portugal no Conselho de Segurança da ONU.....	41
2.1. Participação da delegação portuguesa no Conselho de Segurança.....	41
2.2. Ligação das ações portuguesas ao conflito do Kosovo.....	45
Capítulo III - Visão de outros conflitos.....	46
3.1. Guerra Civil Angolana.....	46
3.2. Ocupação de Timor-Leste.....	48
3.3. Guerra da Bósnia.....	50
Capítulo IV – «Novo» conceito estratégico e alargamento da NATO.....	52
4.1. Debate na Assembleia da República.....	52
4.2. Discursos de António Guterres e de António Martins da Cruz.....	57
Capítulo V - Debates parlamentares.....	59
5.1. Primeiro debate.....	59
5.2. Segundo debate.....	61
5.3. Terceiro debate.....	63
5.4. Restantes referências à guerra do Kosovo na Assembleia da República.....	69
Capítulo VI - Governo e Partido Socialista.....	73

6.1. Posição e participação na guerra do Kosovo do Estado português.....	73
6.2. <i>Acção Socialista</i> .....	77
6.3. Programas eleitorais.....	79
6.4. Opinião dos membros do partido.....	79
Capítulo VII - Partido Social Democrata.....	84
7.1. <i>Povo Livre</i> .....	84
7.2. XXII Congresso e programas eleitorais.....	85
7.3. Posição dos membros do partido.....	86
Capítulo VIII - Centro Democrático Social - Partido Popular.....	90
8.1. Programa para as eleições legislativas de 1999.....	90
8.2. Posição dos membros do partido.....	91
Capítulo IX - Coligação Democrática Unitária.....	94
9.1. <i>O Avante</i> .....	94
9.2. Programa para as eleições europeias de 1999.....	98
9.3. Programa para as eleições legislativas de 1999.....	99
9.4. Declarações e Resoluções.....	100
9.5. Viagem à República Federal da Jugoslávia e Ações de Protesto.....	102
Capítulo X - Opinião Pública.....	104
10.1. Forças Armadas.....	104
10.2. Igreja Católica.....	107
10.3. Jornalistas/Cronistas.....	108
10.4. Constitucionalistas.....	111
10.5. Atores políticos.....	112
10.6. Opinião e Ação Popular.....	115
Considerações finais.....	121
Bibliografia.....	129
Anexos.....	140
Anexo I – Cronologia.....	141
Anexo II – Resolução 1244 do Conselho de Segurança da ONU.....	144
Anexo III – Resolução 1160 do Conselho de Segurança da ONU.....	153
Anexo IV – Resolução 1199 do Conselho de Segurança da ONU.....	159
Anexo V – Resolução 1203 do Conselho de Segurança da ONU.....	165
Anexo VI – Discurso de António Guterres na Cimeira de Washington de Abril de 1999.....	170

Anexo VII – Conceito estratégico da NATO, aprovado na Cimeira de Washington de 1999.....	172
Anexo VIII – Manifesto contra a guerra do Kosovo.....	195
Anexo IX – Resultados eleitorais.....	199
Anexo X – Distribuição do KFOR, por países - 2015.....	200
Anexo XI – Sondagens feitas à população portuguesa, a respeito do Kosovo.....	201

## **Agradecimentos**

Mesmo sendo um projeto individual, a dissertação nunca poderia ter sido concluída, com sucesso, sem o contributo de outros. Por isso, aproveito para agradecer quem me ajudou, nesta etapa.

Desejo agradecer, primeiramente, ao professor Jorge Martins Ribeiro pelo seu apoio, mesmo não estando em Portugal, na maior parte do tempo de realização da dissertação. O seu conhecimento foi imprescindível para levar o trabalho a “bom porto”.

Agradeço igualmente ao Gabinete Técnico do Secretariado do Comité Central do PCP, ao Serviço de Documentação do PSD, ao Departamento de Relações Públicas do PS, ao Bloco de Esquerda e à Biblioteca Pública Municipal do Porto por terem disponibilizado toda a informação pedida.

Não posso esquecer o apoio incansável da minha família e dos meus amigos, que me incentivaram e não me deixaram esmorecer, nem da minha cara-metade, que me ajudou nos momentos mais difíceis e me deu alegria e coragem, para terminar esta etapa.



## **Resumo**

A intervenção da NATO no Kosovo provocou uma alteração no panorama de segurança internacional, com a aliança a agir sem mandato do Conselho de Segurança da ONU, a interferir em assuntos internos de um estado soberano e sem poder invocar legítima defesa. Esta dissertação procura analisar a posição dos partidos políticos e da população portuguesa em relação à guerra do Kosovo. Com este objetivo, foram examinados jornais generalistas, imprensa partidária, intervenções parlamentares, artigos de opinião e sondagens.

A presente dissertação pretende dar resposta a questões sobre o ambiente político em Portugal, no que concerne ao conflito kosovar, e o envolvimento do país no esforço de guerra da NATO. Como agiu o governo neste tema? Qual a posição dos partidos presentes na Assembleia da República? Consideraram este assunto relevante para o país? Portugal teve uma intervenção ativa e direta no conflito? Como é que os diversos setores da sociedade e a população, em geral, viam a intervenção da aliança atlântica e a contenda entre sérvios e albano-kosovares?

Trata-se de um estudo de caso sobre a política portuguesa, assim como da sociedade, no seu todo, em matéria de relações externas e de segurança.

Palavras-chave: Kosovo, guerra, NATO, Portugal, partidos políticos

## **Abstract**

The NATO intervention in Kosovo provoked a change in the global security landscape, with the alliance acting without an UN Security Council mandate, interfering in the internal affairs of a sovereign state and unable to invoke self-defense. This thesis tries to analyze the stance of the political parties and of the Portuguese population, regarding the Kosovo war. With that in mind, broadsheet newspapers, political parties' press, parliamentary interventions, opinion articles and polls were scrutinized.

The present thesis intends to give answers about the political scenery in Portugal, with respect to the war in Kosovo, and the country's involvement in NATO's war effort. How did the government act? What was the standpoint of the political parties present in the parliament? Did they consider the issue relevant for the country? Did Portugal have an active and direct interference in the conflict? How did the different sectors of the society and the population, in general, perceive the alliance's intervention and the dispute between Serbs and Albanian-Kosovars?

It is a case study about Portuguese politics and society, as a whole, in the matter of foreign affairs and security.

Keywords: Kosovo, war, NATO, Portugal, political parties

## **Índice de ilustrações e tabelas**

I – Grande Albânia.....	20
II – Distribuição étnica da Jugoslávia - 1991.....	21
III – Massacre de Raçak - Janeiro de 1999.....	29
IV – Bandeira da República do Kosovo.....	37
V – Participação portuguesa na guerra do Kosovo.....	75
VI – Refugiados do conflito do Kosovo – 1999.....	76
VII – <i>Cartoon</i> sobre a guerra do Kosovo.....	111
VIII – Panfleto das eleições para o Parlamento Europeu 1999 - Bloco de Esquerda.....	113
IX – Manifestação em Lisboa - Março de 1999.....	118

## **Lista de Siglas**

AR – Assembleia da República  
BE – Bloco de Esquerda  
CDS-PP – Centro Democrático Social - Partido Popular  
CDU – Coligação Democrática Unitária  
CE – Conceito Estratégico (NATO)  
CSDN – Conselho Superior de Defesa Nacional  
EUA – Estados Unidos da América  
HLC - Humanitarian Law Center  
ICTY – Tribunal Penal Internacional para a antiga Jugoslávia  
KIC – Prishtina Kosova Information Centre  
KVM – Missão de Verificação do Kosovo  
LDK – Liga Democrática do Kosovo  
NATO – Organização do Tratado do Atlântico Norte  
ONU – Organização das Nações Unidas  
OSCE – Organização para a Segurança e Cooperação na Europa  
PCP – Partido Comunista Português  
PCPT/MRPP – Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses  
PESC – Política Externa e de Segurança Comum  
POUS – Partido Operário de Unidade Socialista  
PPM – Partido Popular Monárquico  
PS – Partido Socialista  
PSD – Partido Social Democrata  
RFJ – República Federal da Jugoslávia  
UÇK – Exército de Libertação do Kosovo  
UDP – União Democrática Popular  
UE – União Europeia  
UEO – União Europeia Ocidental  
UNMIK – Missão de Administração Interina das Nações Unidas no Kosovo  
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## Introdução

Esta dissertação pretende estudar algumas das vertentes da política externa portuguesa tendo em consideração o relacionamento com outros estados, organizações governamentais e não-governamentais, bem como o seu posicionamento no respeitante à política interna. Esta, de facto, condiciona a política externa dos estados, o que torna o seu estudo indispensável.

O conflito que ocorreu no Kosovo, nos anos de 1996 a 1999, entre as forças jugoslavas e os separatistas do UCK e, depois, a NATO, alterou o quadro da segurança mundial, com a intervenção da aliança fora do seu normal raio de ação. O facto de essa intervenção ter sido realizada sem o mandato da Organização das Nações Unidas constituiu uma mudança no direito internacional ou, pelo menos, na perceção da legitimidade de ações militares, sem o aval do Conselho de Segurança. Os bombardeamentos da NATO fizeram-se em nome de uma intervenção humanitária, o que aumentou a discussão sobre a validade da soberania interna de cada estado. O conflito gerou um debate aceso sobre o papel da ONU e da NATO – organizações onde Portugal se encontrava e procurava se manter ativo, tal como hoje. A participação portuguesa na máquina de guerra da NATO, no Kosovo, marcou a primeira operação militar, desde o fim da Guerra Colonial, fora do território nacional. Por estas razões, consideramos interessante e importante analisar a resposta portuguesa a estas modificações a nível internacional e como agiu perante um novo conflito no continente europeu.

Em 1997 e 1998, Portugal integrou provisoriamente o Conselho de Segurança das Nações Unidas, tendo presidido a este órgão duas vezes, durante este período. Nesta dissertação, procuraremos dar resposta às seguintes interrogações: quais as questões em que a delegação nacional despendeu mais atenção; terá Portugal demonstrado interesse, em reuniões do Conselho de Segurança, no conflito vigente entre o estado jugoslavo e os albaneses kosovares?; que influência as suas ações em temas, aparentemente não relacionados com o conflito, tiveram neste.

Para analisar a resposta portuguesa, examinaremos as reações dos partidos aos principais conflitos que ocorrem na década de 90 do século XX, tendo em atenção especial Angola, Timor-Leste e Bósnia. Ser-nos-á, assim, possível compreender a visão dos partidos políticos com assento na Assembleia da República sobre o quadro vigente de segurança mundial. Em Washington, em Abril de 1999, a NATO concebeu um novo conceito estratégico, possibilitando a sua ação fora do espaço geográfico da Aliança.

Também no ano de 1999, a NATO concretizou o seu alargamento, com a entrada de três países do leste europeu. Aqui, também será importante analisarmos as reações dos partidos e da opinião pública a esta ampliação.

Centrando-nos no conflito, iremos dissecar o posicionamento dos vários partidos no início da guerra e as alterações de opinião, à medida que esta avançava. As opiniões sobre as razões e as formas de condução da guerra vão ser igualmente escrutinadas. Também as apreciações de juristas, da opinião pública – através de sondagens –, dos militares, bem como de outras forças políticas terão impacto, na dissertação. Importante será observar como o governo, a oposição partidária e a opinião pública reagiram ao envio de tropas para o teatro de guerra, assim como à possibilidade de participação de militares portuguesas numa hipotética ação terrestre no Kosovo. A influência desta guerra nas eleições europeias e legislativas de 1999 também será abordada.

Além disso, procuraremos analisar como o governo português se posicionou e movimentou no seio da NATO e como lidou com esta matéria internamente. A participação dos militares portugueses nos bombardeamentos será igualmente estudada.

O objetivo final da dissertação será o de mostrar como a participação portuguesa no conflito do Kosovo, os compromissos internacionais, a opinião pública e a política interna influenciavam a política externa nacional, bem qual a posição dos partidos com assento parlamentar sobre esta questão. Esperamos que este trabalho sirva para uma reflexão sobre a política externa recente de Portugal e para uma compreensão das ideias dos principais partidos políticos, bem como da sociedade portuguesa sobre a cena internacional.

Por motivos profissionais e pessoais, não foi possível deslocarmo-nos ao Arquivo Histórico Parlamentar, de forma a apurar o conteúdo saído das reuniões das Comissões Parlamentares dos Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação e de Defesa Nacional. No entanto, visto só existir uma referência a estas comissões na Assembleia da República e outra em jornais partidários ou generalistas, achámos que sua relevância não terá sido significativa. Ainda assim, teria sido importante analisar o conteúdo, o que não foi viável. Outra dificuldade adveio da documentação diplomática do Ministério dos Negócios Estrangeiros só ser desclassificada após 30 anos, pelo que ainda não está disponível a consulta pública.

Para a realização da dissertação, recorreremos a intervenções na Assembleia da República de deputados e membros do governo de 1997 a 1999 e tivemos também em conta intervenções ocorridas de 1992 a 1995, que nos ajudaram a compreender a posição

dos partidos em conflitos anteriores. Estas informações encontram-se disponíveis no *site* do Parlamento.

A *Revista Militar* também se mostrou essencial para o entendimento da posição dos militares e da estrutura das Forças Armadas, neste conflito dos Balcãs, pelo que consultámos os números publicados em 1999.

Utilizámos também sondagens efetuadas pela comunicação social e outras entidades, durante 1999, que incluíam dados sobre a leitura que os portugueses faziam sobre o conflito, a NATO e as opções tomadas.

Analisámos ainda artigos de dirigentes partidários, membros do governo e oficiais das Forças Armada, saídos em revistas, como, por exemplo, *Nação e Defesa*, editada pelo Ministério da Defesa Nacional, onde se abordavam problemáticas de segurança nacional e internacional.

Além disto, tivemos em consideração discursos de altas figuras do Estado português, como, por exemplo, do embaixador de Portugal na NATO, no âmbito de reuniões e cimeiras da aliança atlântica, bem como relatórios da atividade portuguesa durante o período de participação no Conselho de Segurança das Nações Unidas de 1997-1998.

Examinámos igualmente os programas eleitorais dos partidos que se apresentaram às eleições europeias e legislativas de 1999 e tivemos em conta tudo o que foi dito nos congressos das diversas forças políticas, que tiveram lugar nesse ano.

Juntamente com as intervenções parlamentares, a imprensa partidária foram as principais fontes. Analisámos artigos relacionados com o tema e objetivos desta dissertação em jornais oficiais afetos a três partidos políticos: Partido Comunista Português, Partido Socialista e Partido Social Democrata. Esses jornais foram *O Avante!*, *Ação Socialista* e *Povo Livre*, respetivamente. De notar, que, uma vez que o CDS-PP não tem nenhum órgão de comunicação social oficial, utilizámos artigos escritos por elementos do partido entre 1996 e 1999.

Para além de jornais partidários, examinámos o diário *Público* e o semanário *Expresso*, por serem, na época em estudo, dois dos jornais com maior tiragem a nível nacional<sup>1</sup>. Neste caso, utilizámos artigos do ano de 1999, pois foi nessa altura que a problemática do Kosovo passou a ter mais destaque.

---

<sup>1</sup> ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O CONTROLO DE TIRAGEM E CIRCULAÇÃO. *Informação geral* – 1999. Consultado a 27/05/2015. in

Em termos bibliográficos, embora nenhuma das publicações a que tive acesso se alongasse sobre o papel português, diversos artigos, ensaios e monografias explicam o conflito kosovar e as suas raízes. Contudo, demos destaque às seguintes:

– à investigação conduzida pela Independent International Commission on Kosovo e as suas conclusões, que encontram descritas em *Kosovo Report: Conflict, international response, lessons learned* (AAVV, 2000). Esta contém informações sobre todos os aspetos do conflito, desde a sua origem, e foi realizado por um grupo independente, composto por investigadores de várias nacionalidades.

– *Understanding the war in Kosovo* (Bieber e Daskalovski, 2003) oferece uma visão global do conflito, de forma complexa, e aborda as complicações para a região balcânica.

– *Between Serb and Albanian: History of Kosovo* (Vickers, 1998), Miranda Vickers traça a evolução da relação entre sérvios e albaneses no Kosovo, ao longo dos séculos. Podemos assim compreender o porquê do ódio existente entre muitos sérvios e albano-kosovares, indo ao âmago das questões sociais, culturais e religiosas.

– *Disjointed war: Military operations in Kosovo* (Nardulli, 2002) clarifica as ações e movimentações militares durante o conflito, num texto preparado para as forças armadas norte-americanas. Explica os objetivos militares e políticos, a estrutura operacional e os seus sucessos e limites.

– Philip Hammond e Edward S. Herman explanam a importância e influência dos *media*, em *Degraded capability: The media and the Kosovo crisis* (Hammond e Herman, 2000). Esta matéria é essencial para perceber como a opinião pública foi moldada pela comunicação social, condicionando as medidas tomadas durante o conflito.

– *A Satrapia do Kosovo* (Arsénio, 2014), na qual José Manuel Arsénio expõe a sua visão do conflito. Foi conselheiro de estudos no Colégio de Defesa da NATO em Roma e chefe da Delegação Portuguesa junto da Missão de Monitores da Comunidade Europeia, pela qual, entre 1992 e 1995, viajou pelo Kosovo. Daí que José Arsénio consiga relatar, na primeira pessoa, o que sucedia, naquela altura, na região.

– *Algumas Considerações Sobre o Conflito do Kosovo no Quadro da Desintegração da Jugoslávia* (Moncada, 2001), em que Hugo Moncada resume todo o conflito servo-albanês do Kosovo, em particular após a morte de Josip Broz Tito, o impacto da intervenção da NATO no direito internacional e nas instituições, bem como

---

<[http://www.apct.pt/Analise\\_simples.php?idSegmento=2&ano=1999&ordenacao=tiragem1Bi%20DESC](http://www.apct.pt/Analise_simples.php?idSegmento=2&ano=1999&ordenacao=tiragem1Bi%20DESC)>.



as tentativas de resolução diplomática entre sérvios, albanos-kosovares e a comunidade internacional, são alvos de especial atenção.

No capítulo «Um conflito secular», iremos abordar as razões que levaram ao conflito de 1996-1999. De seguida, explicaremos os primeiros incidentes pós-Tito até ao aparecimento do UÇK. Também a guerrilha entre exército e forças especiais jugoslavas e o UÇK e a intervenção da NATO serão estudadas.

Em «Portugal no Conselho de Segurança das Nações Unidas», iremos relatar a atividade da delegação portuguesa e verificar a importância que esta possa ter tido no conflito, assim como em outros conflitos semelhantes.

Apresentaremos, ainda, com base nas intervenções parlamentares, a opinião dos quatro partidos com assento parlamentar, em relação aos conflitos que estavam a ocorrer, na altura, ou que haviam terminado poucos anos antes.

Analisaremos também o posicionamento dos grupos parlamentares e do governo em relação ao alargamento da NATO para o leste europeu e ao novo conceito estratégico da aliança, aprovado durante a intervenção no Kosovo.

Abordaremos as declarações de órgãos, dirigentes e militantes dos diversos dos diversos grupos políticos, consultando para tal os jornais partidários, diários ou semanários atrás referidos, assim como os diários da Assembleia da República.

Daremos, ainda, uma visão sobre a opinião pública portuguesa, bem como a de personalidades civis e militares. Será dado relevo às ações contra e a favor da intervenção portuguesa no conflito entre Março e Junho de 1999.

## Capítulo I - Um conflito secular

### 1.1. Domínio otomano

Desde cedo, o Kosovo fez parte da Sérvia. No século XIII, o primeiro reino independente da Sérvia já englobava esta região. No século XIV, já ocupava lugar central na política e na economia sérvia, assim como a nível religioso, pois foi, nessa altura, fundado o patriarcado de Pec. No final da centúria, mais precisamente em 1389, o reino sérvio começa a ter dificuldades em resistir ao avanço turco e perde a batalha de Kosovo Polje, ficando sem esta região. A batalha ficará marcada na memória coletiva dos sérvios como uma demonstração de bravura do seu povo e o rei Lazar como mártir. Em meados do século seguinte, todo o reino da Sérvia estava em poder turco<sup>2</sup>.

No momento da vitória turca, a maioria da população do Kosovo era sérvia. No entanto, iniciou-se uma migração de albaneses para esse território, ao mesmo tempo que se assistia a um êxodo de sérvios para território húngaro e austríaco, que se fixaram nas fronteiras com o Império Otomano. Como os albaneses se converteram facilmente ao Islão e não se revoltavam frequentemente, ao contrário dos sérvios, os turcos favoreceram a permanência no seu território, de forma a consolidar a expansão muçulmana. Assim, os albaneses não eram obrigados a pagar tantos impostos quanto os sérvios e tinham maior acesso a cargos públicos. Uma das razões para a dificuldade em converter os sérvios ao Islão era a existência de uma estrutura cristã ortodoxa forte que os unia e lhes dava o sentido de pertença. Assim, ser cristão ortodoxo era o que os fazia sérvios e um povo uno. Neste quadro, a composição do Kosovo alterou-se a favor dos albaneses, que, em 1912, representavam cerca de 61% da população<sup>3</sup>.

Somente em finais do século XIX, os albaneses começaram a sentir-se um só povo. Durante a guerra russo-otomana de 1877-1878, os sérvios entraram no Kosovo e os albaneses kosovares ou fugiram, ou viram-se a braços com muitas dificuldades. Com a derrota turca, parte do território que pertencia aos albaneses foi entregue a estados eslavos, como o sérvio e o montenegrino, tendo estes percebido que tinham de se juntar para se defenderem. Criaram comités de defesa no Kosovo e foi convocada uma reunião

---

<sup>2</sup> László GULYÁS, “A brief history of the Kosovo conflict with special emphasis on the period 1988-2008”. *Historia Actual Online*. Nº 27. 2012. Cádiz. p. 141. in <<http://www.historia-actual.org/Publicaciones/index.php/haol/article/view/678>> (Consultado entre Março e Setembro de 2015).

<sup>3</sup> László GULYÁS, “A brief history of the Kosovo conflict with special emphasis on the period 1988-2008”. *Historia Actual Online*. Nº 27. 2012. Cádiz. pp. 141-142. in <<http://www.historia-actual.org/Publicaciones/index.php/haol/article/view/678>> (Consultado entre Março e Setembro de 2015).

de chefes albaneses, em que participaram principalmente líderes do Kosovo e da Macedónia. Nessa reunião, foi criada a Liga de Prizren, considerada o início do nacionalismo albanês, apesar de esta desejar continuar sob domínio otomano. As tréguas entre o Império Otomano e os sérvios fez com que os últimos abandonassem o Kosovo, mas a dificuldade de defesa dos otomanos, mais o aumento da centralização, fizeram com que a Liga ponderasse a autonomia e atacasse o império, tendo sido esmagada militarmente. Porém, até à perda destes territórios pelos otomanos, os albaneses kosovares irão se revoltar inúmeras vezes (Vickers, 1998:42-50).

## **1.2. Nascimento da Jugoslávia e autonomia do Kosovo**

Com a Primeira Guerra Balcânica e a derrota turca, os sérvios conquistaram o Kosovo, o que é confirmado na Segunda Guerra Balcânica. A Liga de Prizren tentou manter o Kosovo como solo albanês e iniciou um conflito com os sérvios, através de pilhagens e saques. Na Primeira Guerra Mundial, a Sérvia foi derrotada por alemães e austríacos e o seu exército bateu em retirada, através das montanhas albanesas, sendo aí atacado por milícias. Com o fim do conflito, os albaneses continuam a resistir ao jugo dos sérvios, apesar de inseridos no Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, mais tarde Reino da Jugoslávia. A Segunda Guerra Mundial extremou as posições dos dois lados. A Jugoslávia ficou, em grande parte, sob a alçada alemã e a Albânia e o Kosovo sob italiana, formando a Grande Albânia. Os albaneses kosovares iniciaram uma perseguição aos sérvios e, além dos 100 mil que foram expulsos do Kosovo, 10 mil foram mortos. No final da guerra, a vitória dos *partizans* de Josip Broz Tito garantiu a permanência da região na Jugoslávia (Pereira, 1999:58-60).

## I - Grande Albânia



**Fonte:** THE ECONOMIST. *What happened to Greater Albania?*. Consultado a 17/05/2015. in <http://www.economist.com/node/8558447>.

A nova Jugoslávia tinha seis repúblicas – Sérvia, Montenegro, Croácia, Eslovénia, Bósnia e Macedónia –, fazendo o Kosovo fazia parte da Sérvia<sup>4</sup>. Os albaneses kosovares não eram considerados uma nação constituinte jugoslava, mas sim um povo externo, como os húngaros (Tomasevich e Vucinich, 1969:256). Com a alteração da constituição em 1965, o Kosovo passou a desfrutar de uma grande autonomia dentro da Sérvia. Conseguiu ter seus representantes na estrutura federal e na polícia, administração própria e, em 1969, foi criada a universidade de Pristina. Também a bandeira de Skanderberg foi legalizada<sup>5</sup> (Pereira, 1999:62). Agora, os albaneses kosovares politizados exigiam a transformação da região em república e, em 1968, sucederam situações de conflito entre eles e os sérvios, por não conseguirem alcançar o seu objetivo (Vickers, 1998:164-168). Em 1971, os albaneses já constituíam 74 % da população, enquanto os sérvios só 18% (Vickers, 1998:71). A constituição de 1974 veio aumentar ainda mais o grau de autonomia do Kosovo. Com a sua entrada em vigor, a província tinha o seu próprio banco, supremo tribunal e administração independente. Para além disto, a assembleia da província podia vetar qualquer medida da assembleia sérvia que afetasse o Kosovo. Ainda assim, os

<sup>4</sup> ICTY. *What is the former Yugoslavias?*. Consultado a 17/07/2015. in <http://www.icty.org/sid/321>.

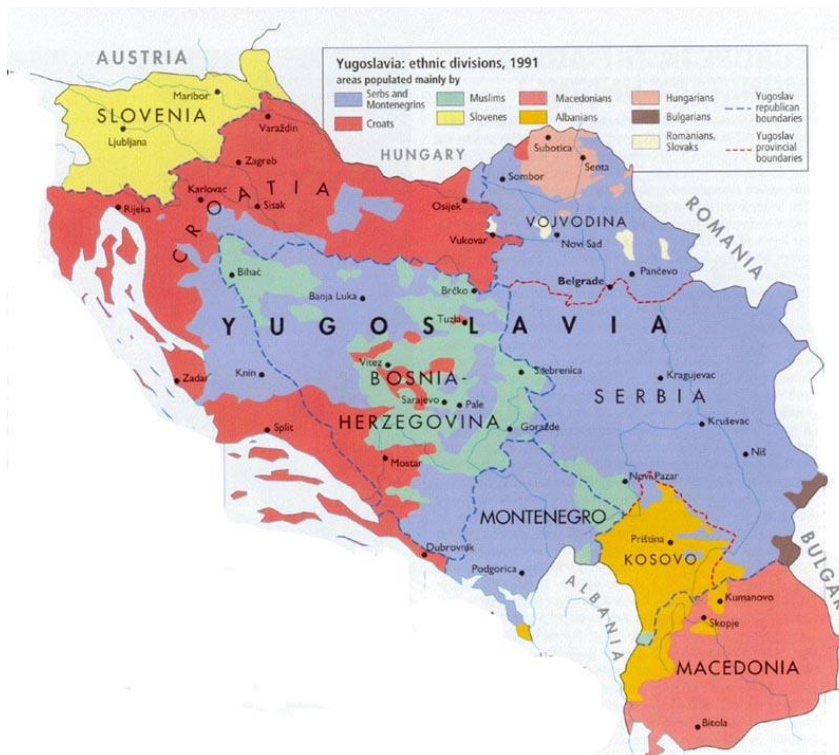
<sup>5</sup> Skanderberg foi um príncipe albanês aclamado como herói por se ter batido pela independência do Império Otomano, no século XV. Mais tarde, na segunda metade do século XIX, a bandeira por si erguida na conquista da fortaleza de Kruje tornou-se o símbolo da identidade albanesa. É a bandeira nacional da República da Albânia, desde 1912. Ver mais informações em BRITANNICA. *Flag of Albania*. Consultado a 17/07/2015. in <http://www.britannica.com/topic/flag-of-Albania>.

albano-kosovares não ficaram satisfeitos, pois não obtiveram o estatuto de república, e os sérvios viram o seu poder sobre a região diminuir (Vickers, 1998:175-181). O Kosovo era a zona mais pobre da Jugoslávia, assim como os seus habitantes o grupo étnico mais empobrecido (Vickers, 1998:187).

Inúmeros estudos, efetuados entre a década de 60 e a de 90 do século passado, mostram a visão que os dois grupos étnicos tinham da região e um do outro. Ambos tinham a percepção de serem oprimidos. Os albano-kosovares pensavam que o Kosovo era tratado como uma colónia sérvia e os sérvios viam o Kosovo como berço da Velha Sérvia e a alta natalidade albanesa como ameaça e culpavam os albaneses da falta de prosperidade da província, depois de terem recebido investimentos federais (Bieber e Daskalovski, 2003:51-52).

Estes estudos mostram que, em toda a Jugoslávia, os albaneses kosovares eram o grupo mais isolado dos outros. Esta era a opinião de eslovenos, macedónios, sérvios e dos próprios albaneses. A proporção de casamentos fora do grupo étnico comprova esta percepção, pois os albaneses tinham a menor taxa de matrimónios fora do seu grupo étnico (Bieber e Daskalovski, 2003:53).

## II - Distribuição étnica da Jugoslávia - 1991



Fonte: THOMAS P. M. BARNETT. *The gap is full of fake states, aka Yugoslavia*. Consultado a 28/05/2015. in <<http://thomaspmbarnett.com/globlogization/2011/4/13/the-gap-is-full-of-fake-states-aka-yugoslavias.html>>.

Os estudos que analisam a ideia que sérvios e albaneses sustentavam uns dos outros concluem também que havia um considerável distanciamento étnico e uma desfavorável visão recíproca. Um estudo de 1997 mostra que a maioria dos albaneses caracterizava os sérvios como xenófobos, rudes, egoístas e de pouca confiança. Por seu lado, estes consideravam os albaneses primitivos, reservados, brutos, xenófobos, sujos, desonestos, covardes, frios e precipitados, como, aliás, comprovam outras análises datadas de 1987, 1994 e 1997. Apenas metade dos sérvios concordava em partilhar o país com os albaneses e um terço em socializar com estes, o que mostra ser este o grupo étnico menos aceite (Bieber e Daskalovski, 2003:53-54).

Por outro lado, um inquérito indica que, enquanto quase metade dos sérvios desejava medidas duras contra os albano-kosovares, os restantes eram favoráveis a um compromisso com os seus líderes. O mesmo acontecia no que dizia respeito à possibilidade de as duas etnias partilharem o mesmo espaço sem haver conflito. Estes estudos mostram como as ideias de domínio e opressão de ambas as partes foi o rastilho para alimentar o preconceito existente (Bieber e Daskalovski, 2003:54-55).

### **1.3. Subida ao poder de Slobodan Milosevic e nacionalismo sérvio**

Em 1980, Josip Broz Tito, que era, na realidade, o garante de uma frágil estabilidade étnico-política, morre. Com a sua morte, os nacionalismos sérvio e albanês deixaram de ter entraves. Em 1981, ocorreram manifestações no Kosovo com vista a uma ainda maior autonomia da província, impulsionadas por estudantes universitários. Consideradas antirrevolucionárias (Udovicki e Ridgeway, 2000:80-85), estas manifestações foram o pretexto para que o governo sérvio enviasse forças armadas para a região e depurasse a administração kosovar<sup>6</sup>. Centenas de alunos e professores foram expulsos de escolas e da Universidade de Pristina. Isto tudo ocorria em plena crise económica no Kosovo. Os sérvios começaram a acusar os albaneses de queimar as suas casas e campos e de matarem gado, bem como de serem autores de assaltos, assassinatos e violações, sem que as autoridades locais fizessem nada para o impedir ou investigar (Udovicki e Ridgeway, 2000:85). Quanto às violações interétnicas, as estatísticas mostram que, neste período, estas mantiveram-se baixas (Bieber e Daskalovski, 2003:34). Os sérvios também se queixavam de tentativas de compra de casas e terrenos abaixo do

---

<sup>6</sup> László GULYÁS, “A brief history of the Kosovo conflict with special emphasis on the period 1988-2008”. *Historia Actual Online*. Nº 27. 2012. Cádiz. p. 144. in <<http://www.historia-actual.org/Publicaciones/index.php/haol/article/view/678>> (Consultado entre Março e Setembro de 2015).

preço real e com recurso a ameaças e assassinatos<sup>7</sup>. Ao sentir a pressão albanesa sobre si a aumentar, muitos sérvios abandonaram o Kosovo. Os albanos-kosovares argumentaram que isto se devia à crise económica (Udovicki e Ridgeway, 2000:85).

Em Junho de 1986, grupos de camponeses sérvios do Kosovo deslocaram-se a Belgrado para protestar contra a pressão albanesa e foi-lhes assegurado que a proteção iria ser aumentada. Para os governantes da Sérvia, a situação no Kosovo estava fora de controlo, com a situação económica, corrupção e nacionalismo albanês como principais causas (Vickers, 1998:221-222).

Um caso marcante foi o de Djordje Martinovic. Este sérvio teria sido atacado por dois albaneses, que teriam colocado uma garrafa no seu reto. Por esta altura, intelectuais sérvios não se coíbiam de afirmar que estava a ocorrer um genocídio no Kosovo (AAVV, 2000:39), como demonstra um documento da Academia Sérvia de Artes e Ciências. Neste, os signatários criticavam a era de Tito e defendiam o fim da Constituição de 1974 e da autonomia do Kosovo<sup>8</sup>.

É neste quadro de nacionalismo exacerbado e sentimento de defesa étnica que, em 1986, Slobodan Milosevic se tornou o presidente do Partido Comunista Sérvio. Milosevic foi o primeiro líder a navegar a onda nacionalista com sucesso e a utilizá-la para concretizar os seus objetivos de manutenção de poder (Moncada, 2001:64).

Logo em Abril de 1987, Milosevic deslocou-se ao Kosovo, onde estava a ocorrer uma manifestação sérvia. Um dos manifestantes relatou que a polícia tinha ordens para espancar os sérvios. Milosevic proferiu, então, uma frase que teria uma grande ressonância: “Ninguém vos irá bater!”. No discurso que efetuou nesse dia, também afirmou que os sérvios kosovares eram oprimidos e que não deviam abandonar a sua terra<sup>9</sup>.

Entretanto, clandestinos vindos da vizinha Albânia entraram em território do Kosovo, engrossando o contingente populacional albanês e aumentando a sua proporção em relação aos sérvios (Pereira, 1999:64-65).

Em Fevereiro de 1989, os mineiros albaneses ocuparam uma das maiores minas de Trepca. Embora a primeira reivindicação fosse a melhoria de segurança no trabalho,

---

<sup>7</sup> Václav DVORÁK. (1995). *Stolen Kosovo*, Česká Televize. República Checa. [00:10:29-00:11:24].

<sup>8</sup> László GULYÁS, “A brief history of the Kosovo conflict with special emphasis on the period 1988-2008”. *Historia Actual Online*. Nº 27. 2012. Cádis. p. 144. in <<http://www.historia-actual.org/Publicaciones/index.php/haol/article/view/678>> (Consultado entre Março e Setembro de 2015).

<sup>9</sup> László GULYÁS, “A brief history of the Kosovo conflict with special emphasis on the period 1988-2008”. *Historia Actual Online*. Nº 27. 2012. Cádis. p. 144. in <<http://www.historia-actual.org/Publicaciones/index.php/haol/article/view/678>> (Consultado entre Março e Setembro de 2015).

logo outras se seguiram, como aumento salarial e debate sobre as prováveis reformas constitucionais. Em solidariedade com os mineiros, a população albanesa do Kosovo efetuou greve geral e, na província, deram-se embates entre grevistas e sérvios. A greve terminou ao fim de uma semana, saldando-se numa derrota para os grevistas (Pereira, 1999:65-66).

Milosevic afirma, então, que a Sérvia se encontrava “à beira de novas batalhas, não armadas”, não sendo estas, porém, de excluir (Moncada, 2001:65). Esta declaração vinca a clivagem nacionalista entre sérvios e albaneses – e não só. Seguindo as expectativas dos nacionalistas e dos intelectuais sérvios, Milosevic pressionou para que fosse alterada a Constituição para retirar a autonomia ao Kosovo e à Voivodina, tendo-o conseguido. Em 28 de Março de 1989, cercada por forças armadas jugoslavas, a assembleia provincial do Kosovo votou favoravelmente as alterações constitucionais, perdendo muitos dos seus poderes, como, por exemplo, o poder de veto sobre medidas com impacto na província, o supremo tribunal passar a estar sob alçada sérvia e a educação e economia passar a ser coordenadas a partir de Belgrado<sup>10</sup>. Estas alterações constitucionais foram aprovadas no Parlamento sérvio em Junho de 1990 (Pereira, 1999:68).

Em resposta, os deputados albaneses da Assembleia Provincial do Kosovo – quase dois terços do total – demitiram-se das suas funções. O maior partido albano-kosovar – LDK – e os sindicatos, entretanto formados, iniciaram ações secretas. Perante esta situação, as autoridades sérvias dissolveram a Assembleia Provincial e o governo do Kosovo e declararam ilegais os meios de comunicação albaneses, incluindo o principal jornal publicado nessa língua, o *Rilindija* (Pereira, 1999:68).

Por esta altura, tomou forma a vontade albano-kosovar da criação de uma Grande Albânia, juntado a Albânia, o Kosovo e parte da Macedónia e do Montenegro. O aumento da vontade de autonomia dos albaneses levou os sérvios a acusarem-nos de secessionismo. O ano de 1990 foi de tensão e conflitualidade, com a polícia sérvia a imputar ataques violentos e posse de armas aos albaneses, assim como alterações entre os dois grupos étnicos. Agora, além das manifestações albanesas, ocorreram outras sérvias, que fizeram escalar a tensão e determinaram a necessidade de envio do exército

---

<sup>10</sup> László GULYÁS, “A brief history of the Kosovo conflict with special emphasis on the period 1988-2008”. *Historia Actual Online*. Nº 27. 2012. Cádiz. p. 144. in <<http://www.historia-actual.org/Publicaciones/index.php/haol/article/view/678>> (Consultado entre Março e Setembro de 2015).



jugoslavo para o Kosovo, medida que estava a ser retardada o mais possível pelo Parlamento sérvio (Pereira, 1999:68).

Em 7 de Setembro de 1990, liderado por Ibrahim Rugova, o LDK apelou à greve geral na província. Cerca de 200 mil pessoas aderiram à greve. O exército jugoslavo foi novamente enviado para pacificar o Kosovo. Todavia, os albaneses preferiram ficar em casa, a um confronto com as forças jugoslavas. Tentando minimizar a greve geral, o governo sérvio enviou trabalhadores sérvios para o Kosovo e ameaçou despedir quem nela participasse. Esta ação não teve sucesso e cifrou-se em vários despedimentos. O exército também fez buscas em aldeias e efetuou detenções. Nesse mesmo dia, foi proclamada a autonomia completa do Kosovo, em relação à Sérvia, pelos antigos deputados albanos-kosovares, com a proclamação da Constituição da República do Kosovo, ainda no contexto da Jugoslávia (Pereira, 1999:69).

Com a proclamação da independência de várias repúblicas jugoslavas, como a Eslovénia e a Croácia, através de um referendo clandestino, os albanos-kosovares decidiram a independência do Kosovo, em relação à Sérvia, em 19 de Outubro de 1991. Porém, esta só foi reconhecida pela Albânia (Vickers, 1998:251-254). Em Abril de 1992, as restantes repúblicas formam o terceiro estado jugoslavo e o Kosovo permaneceu ligado à Sérvia<sup>11</sup>.

Como protesto, os albanos-kosovares recusaram-se a exercer cargos na administração pública e o direito de voto em quaisquer eleições jugoslavas<sup>12</sup>. Em 1992, se os albanos-kosovares tivessem votado contra Milosevic, poderiam tê-lo afastado do poder. Contudo, este não era o seu desejo, pois a opressão sérvia aproximava-os do seu objetivo de chamar a atenção da comunidade internacional para a possibilidade de secessão do Kosovo. (Vickers, 1998:267-268). Na Macedónia, em Janeiro, os albaneses votaram favoravelmente a autonomia, de forma esmagadora – mais de 99%. Em 24 de Maio, foram realizadas clandestinamente eleições parlamentares e presidenciais no Kosovo, com uma afluência de quase 90% dos eleitores. O LDK de Rugova venceu as eleições, com 96 de 143 assentos parlamentares. Os 14 lugares destinados para sérvios ficaram vazios (Arsénio, 2014:24-25). Delegações de líderes kosovares deslocaram-se a

---

<sup>11</sup> ICTY. *What is the former Yugoslavia?*. Consultado a 17/07/2015. in <<http://www.icty.org/sid/321>>.

<sup>12</sup> László GULYÁS, “A brief history of the Kosovo conflict with special emphasis on the period 1988-2008”. *Historia Actual Online*. Nº 27. 2012. Cádiz. p. 144. in <<http://www.historia-actual.org/Publicaciones/index.php/haol/article/view/678>> (Consultado entre Março e Setembro de 2015).

diversos países, de forma a ganhar apoio internacional para estas eleições clandestinas (Vickers, 1998:259).

Os albaneses criaram um estado paralelo. Os 750 mil habitantes do Kosovo que não tinham acesso a serviços médicos estatais só podiam recorrer a centros de saúde alternativos com poucas condições sanitárias, através de trabalho não-remunerado de médicos albaneses, que haviam sido dispensados pelo estado sérvio (Vickers, 1998:259-262). Com o fim do ensino em albanês e encerramento de muitos estabelecimentos de ensino, começaram a aparecer escolas clandestinas. Mesmo antes disto, já sérvios e albaneses do Kosovo tinham aulas em pisos diferentes das escolas. Na Universidade de Pristina, a purga de professores e trabalhadores albaneses e a alteração forçada dos programas resultaram também em cursos paralelos. Com os principais *media* albanos-kosovares encerrados, jornais de tiragem mais pequena e de conteúdo específico, como, por exemplo, agricultura, alargaram o teor das notícias e aumentaram a frequência de produção. O *Prishtina Kosova Information Centre* (KIC) e contactos com a oposição democrática sérvia ajudaram à transmissão de informação não controlada por Belgrado (Clark, 2000:104-111).

A economia sérvia e, mais precisamente, a kosovar continuava em crise, obrigando os albanos-kosovares a emigrar. Ajudadas pelos pequenos negócios e lojas, as remessas dos emigrantes fizeram com que a economia do Kosovo recuperasse (Clark, 2000:112-114).

O presidente Ibrahim Rugova seguiu uma política de resistência pacífica e de contactos com governos internacionais para alcançar a autonomia do Kosovo (Arsénio, 2014:26-27). Nesse ano, o governo britânico e a ONU organizaram uma conferência internacional em Londres, onde foram discutidas as formas de debelar a limpeza étnica a ocorrer na Bósnia. Os albanos-kosovares foram convidados somente a assistir e não a participar nos trabalhos, o que constituiu um golpe à política de resistência pacífica, visto que estes pensavam estar a sofrer o mesmo que os bósnios e a ser ignorados pela comunidade internacional. O aumento de poder da segunda força política sérvia, o ultranacionalista Partido Radical, e os acordos de Dayton selaram o fim desta política. Mais uma vez, os albanos-kosovares sentiram-se ignorados e o compromisso de manutenção das fronteiras políticas da Sérvia aumentou o desânimo (Vickers, 1998:287-288). Importantes intelectuais albanos-kosovares, como Adem Demaqi e Rexhap Qosja, criticaram Rugova por passividade excessiva (AAVV, 2000:50-52). Assim, partidos mais radicais e grupos armados ganharam força, em especial o UÇK.

#### **1.4. Aparecimento do UÇK**

O UÇK postulava a independência completa do Kosovo perante a Sérvia e, a fim de a obter, realizava ações armadas contra forças policiais e militares jugoslavas e habitantes do Kosovo suspeitos de simpatizarem com o regime de Belgrado, incluindo albaneses. É feita a acusação ao UÇK que parte da sua liderança fazia parte da máfia albanesa que controlava a entrada de heroína na Europa Ocidental e que, dessa forma, conseguia financiar a compra de armamento em mercados clandestinos (Arsénio, 2014:51). Os membros do UÇK foram inicialmente treinados em solo albanês. Aproveitando a dificuldade dos sérvios em patrulhar a fronteira com a Albânia, os membros do UÇK deslocaram-se depois para Kacanik, Podueivo, Prizren e Pristina e seriam cerca de 40 mil (Vickers, 1998: 278-279). A sua direção estaria na Suíça, embora não tivesse nenhuma liderança clara. A intenção do UÇK, ao realizar ações militares e terroristas contra forças armadas e civis, era conseguir uma escalada de violência até ser necessária uma intervenção internacional, vista como única forma de atingir a independência (AAVV, 2000:51-52), de tal modo que foi declarado organização terrorista pelos Estados Unidos da América (AAVV, 2000:146).

Em 1995, o UÇK perpetrou o seu primeiro ataque, resultando na morte de um polícia sérvio. Com o colapso da estrutura estatal albanesa, em 1997, o UÇK apoderou-se de um conjunto de armas, que lhe permitiu aumentar os ataques contra as forças sérvias. Em resposta a esta nova ameaça, o governo da Sérvia declarou o UÇK uma organização terrorista e as suas forças perseguiram de forma mais agressiva, não só os membros do movimento, como todos os albano-kosovares, através de buscas, detenções, espancamentos e julgamentos políticos, o que foi observado por várias organizações internacionais ligadas aos Direitos Humanos, como, por exemplo, a Amnistia Internacional (AAVV, 2000:51-53).

Em Agosto de 1997, manifestações estudantis albano-kosovares marcaram um declínio ainda mais acentuado do prestígio do LDK, pois foram ações de confronto e ignoraram o pedido de Rugova para não se realizarem. Em Outubro, a polícia sérvia atacou os cerca de 20 mil manifestantes estudantis. Isto tornou o UÇK mais destemido e agressivo, estando presente em funerais dos seus membros e realizando mais ataques às forças armadas sérvias, o que teve como resultado o controlo de alguns territórios em Pec e Drenica (AAVV, 2000:67).

Quando, em Fevereiro de 1998, a polícia sérvia tentou prender o membro do UÇK Adem Jashari, em Drenica, o confronto com os albanos-kosovares resultou na morte de 48 membros da família de Jashari, criando uma onda de indignação que valeu adesões ao UÇK. Confrontado com a pressão internacional, onde alguns, conjuntamente com os albanos-kosovares, o acusavam de tentativa de limpeza étnica, o governo sérvio argumentou que estas ações de raide no Kosovo estavam enquadradas na resolução de um conflito interno que só dizia respeito à Sérvia. O Grupo de Contacto – EUA, Reino Unido, Rússia, França e Alemanha – solicitou um embargo de armas à Sérvia, o ICTY denunciou incumprimentos de Direitos Humanos e a ONU passou a Resolução 1160, que impôs um embargo de armas e sanções económicas (AAVV, 2000:68-70).

As decisões da comunidade internacional e as táticas da polícia sérvia instigaram um aumento de adesões ao UÇK e, assim, novos batalhões albanos-kosovares organizaram-se a favor da independência, através da força. Na Primavera de 1998, a violência entre as forças jugoslavas e o UÇK escalou, com o último a controlar partes do interior do Kosovo. Por outro lado, os sérvios tinham as suas próprias forças paramilitares. Milosevic organizou um referendo para decidir se aceitava a mediação internacional no conflito, tendo sido obtido um resultado de 95% a favor de que o conflito se mantivesse num plano exclusivamente interno. Nesta fase, o HLC registou casos de abusos perpetrados pelo UÇK contra sérvios, como desaparecimentos e assassinatos. Todavia, os abusos das forças sérvias a civis albaneses e romani eram ainda em maior número. As forças sérvias não combatiam somente o UÇK, mas também atacavam e semeavam o terror em aldeias albanos-kosovares e, em alguns casos, executavam sumariamente suspeitos de pertencerem ao movimento separatista e ateavam fogo às povoações (AAVV, 2000:70-75).

Estimativas da Independent International Commission on Kosovo indicam que, no Verão de 1998, cerca de 260 mil kosovares estavam deslocados internamente e que mais de 200 mil tinham fugido do Kosovo. Para além destes números, calcula-se que 2 mil albanos-kosovares estivessem presos pelas forças sérvias e 150 pessoas capturadas pelo UÇK. Perante este cenário, a comunidade internacional, em especial a NATO, equacionava o emprego de força, caso não fosse possível atingir uma solução pacífica. Em Setembro, a ONU aprovou a Resolução 1199, que exigia o fim das hostilidades dos dois lados e um cessar-fogo. Três dias depois o exército jugoslavo atacou a aldeia de Gornje Obrinje, matando 18 pessoas, incluindo crianças. Em Outubro, a NATO aprovou bombardeamentos, caso as forças jugoslavas não abandonassem o Kosovo e, em

negociações com a Sérvia, o enviado especial norte-americano Richard Holbrooke conseguiu este objetivo, mais a possibilidade de acesso ao Kosovo de organizações humanitárias e o consentimento da presença da Missão de Verificação do Kosovo (KVM), que consistia em 2000 observadores civis que certificavam o cumprimento do acordo. A Resolução 1203 da ONU confirmou este acordo (AAVV, 2000:74-76).

O UÇK aproveitou a saída das tropas jugoslavas da região para avançar, recuperando o terreno que tinha perdido na ofensiva estatal. Apesar da presença do KVM, o cessar-fogo não foi cumprido por nenhuma das partes, continuando os ataques, detenções, raptos e assassinatos. No dia 15 de Janeiro de 1999, as forças armadas jugoslavas atacaram a aldeia de Raçak, onde se albergavam elementos do UÇK. Este ataque terá resultado na morte de 49 albano-kosovares. O chefe do KVM, William Walker, ao ver, na manhã seguinte, os corpos colocados em valas comuns, aparentemente executados, declarou que as forças jugoslavas tinham efetuado um massacre. Isto foi prontamente negado pelo governo sérvio, o qual afirmou que aqueles corpos pertenciam a elementos do UÇK mortos à distância durante o combate e se preparou para declarar Walker *persona non grata*, o que não chegou a suceder. O Conselho de Segurança da ONU e a OSCE exigiram novo cessar-fogo e, neste seguimento, o Grupo de Contacto organizou no castelo de Rambouillet, em França, negociações entre o governo jugoslavo e os albano-kosovares, com início a 6 de Fevereiro (AAVV, 2000:78-82).

### III - Massacre de Raçak - Janeiro de 1999



**Fonte:** BPB. *Was ist Propaganda?*. Consultado a 01/08/2015. in <http://www.bpb.de/gesellschaft/medien/krieg-in-den-medien/130697/was-ist-propaganda>.

### **1.5. Conversações em Rambouillet**

As negociações de Rambouillet seguiram o modelo utilizado na obtenção dos Acordos de Dayton, ocorridos em 1995, para pôr um fim à guerra da Bósnia. Assim, delegações de sérvios e albanos-kosovares discutiram indiretamente os termos de um acordo de paz, com a mediação de intermediários internacionais. Portanto, as duas delegações não debateram uma com a outra os vários pontos do possível acordo. A discussão foi totalmente feita através dos intermediários. Neste caso, os mediadores representavam a União Europeia, os Estados Unidos da América e a Rússia, sendo estes Wolfgang Petrisch, embaixador austríaco na Sérvia, Christopher Hill, embaixador norte-americano em Skopje, e o embaixador russo Boris Majorski, respetivamente. Os ministros dos Negócios Estrangeiros da França Hubert Védrine e do Reino Unido Robin Cook dirigiram a intermediação (Moncada, 2001:83).

A delegação sérvia era chefiada pelo Presidente da Sérvia Milan Milutinovic e não por Slobodan Milosevic. Embora tenha sido muito criticado por esta tática, foi uma tentativa de demonstrar que o Kosovo era ainda um assunto interno da República da Sérvia. Já se sabia também que a acusação pelo ICTY de crimes de guerra contra Milosevic estava pendente e este não poderia arriscar deslocar-se para fora da Jugoslávia, sob risco de ser detido. A delegação albanos-kosovar estava dividida em três grupos: o UÇK, o LDK e o Movimento Democrático Unido, chefiados por Hashim Thaçi, Ibrahim Rugova e Rexhep Qosja, respetivamente. O chefe da delegação era Hashim Thaçi, demonstrando a força que o UÇK tinha e o enfraquecimento contínuo da linha pacífica de Rugova. O próprio Rexhep Qosja só aceitou participar nas negociações após ter garantido a presença do UÇK (Arsénio, 2014:77-79).

Logo à partida, as negociações tiveram uma base de nove pontos não-negociáveis que o Grupo de Contacto considerava essenciais. Esses pontos eram um cessar-fogo imediato e procura de uma solução pacífica do conflito por ambas as partes; a anuência a um envolvimento da comunidade internacional no Kosovo – que configurava um reconhecimento sérvio de que o conflito não era somente um caso interno –, através da permanência de forças pacificadoras da NATO na região; um acordo provisório para a administração da região autónoma durante três anos e eleições livres, para a constituição de um governo democraticamente eleito. Além disso, pedia uma considerável autonomia do Kosovo e a garantia de que as fronteiras internas do estado jugoslavo se iriam manter invioladas (Moncada, 2001:83-84).

Depois de o fim das negociações ter sido adiado uma vez, dada a ausência de acordo no prazo limite de 20 de Fevereiro, houve um segundo e um terceiro adiamentos. Os albanos-kosovares recusavam o acordo, devido à falta de uma referência à independência do Kosovo, à promessa de inviolabilidade das fronteiras sérvias e à exigência de desarmamento do UÇK (Moncada, 2001:84). Para os sérvios, o Anexo B, que terá sido apresentado tarde nas negociações, era o principal obstáculo à anuência. O anexo previa que o Kosovo ficasse sob o controlo de forças da NATO, que teriam livre-circulação e imunidade em toda a Jugoslávia. A participação nas negociações da Secretária de Estado norte-americana Madeleine Albright veio alterar significativamente este panorama. Através de conversações com a delegação albanos-kosovar, conseguiu convencer os seus elementos a aceitar esta autonomia como um princípio de independência e o UÇK não foi desarmado, simplesmente desmilitarizado (Arsénio, 2014:81-85). A delegação assinou o acordo a 18 de Março. Após estes avanços na frente albanesa, a NATO e os Estados Unidos da América pressionaram a Jugoslávia para aceitar o Anexo B. Como esta não o fez, as conversações redundaram em fracasso. Em 19 de Março, os observadores do KVM foram retirados do Kosovo, por causa do aumento da insegurança, e, nos dias seguintes, Javier Solana exigiu que as forças jugoslavas abandonassem o Kosovo, o que não aconteceu. Em 24 de Março, este autorizou o início dos bombardeamentos na Jugoslávia (AAVV, 2000:82:85).

### **1.6. Intervenção da NATO na República Federal da Jugoslávia**

Os bombardeamentos da NATO à Jugoslávia ocorreram sem mandato da ONU, o que, à luz da Carta das Nações Unidas, era necessário para legitimar a ofensiva. A NATO e seu mais poderoso membro, os EUA, justificaram esta falta com a probabilidade de um veto russo no Conselho de Segurança da ONU e com a necessidade de travar a limpeza étnica dos albanos-kosovares e a onda de refugiados<sup>13</sup>. Aqui, é patente que a NATO via nos jugoslavos a principal fonte de conflito e de perseguições de massacres.

No esforço de guerra da NATO, participaram 18 países, incluindo Espanha, Alemanha, Reino Unido e Hungria (Nardulli, 2002:25). Incluído nestes países, Portugal também enviou forças para o Kosovo<sup>14</sup>. O comandante da operação foi o general norte-

---

<sup>13</sup> Francesco FRANCONI, "Of War, Humanity and Justice: International Law After Kosovo". *Max Planck Yearbook of United Nations Law*. Vol. 4. 2000. Heidelberg. pp. 107-115. in <[http://www.mpil.de/files/pdf2/mpunyb\\_francioni\\_4.pdf](http://www.mpil.de/files/pdf2/mpunyb_francioni_4.pdf)> (Consultado entre Março e Setembro de 2015).

<sup>14</sup> Miguel Silva MACHADO, "II - Crónicas militares nacionais". *Revista Militar*. (Abril) 1999. Lisboa. pp. 888-889.

americano Wesley Clark. A operação iniciou-se com a utilização de 344 aviões, sem contar os bombardeiros B-2, com apoio militar e logístico naval. Quase dois terços dos aviões pertenciam aos EUA. De início, os alvos eram selecionados de forma a atingir unicamente a capacidade militar jugoslava, como, por exemplo, radares militares. O general Clark definiu quatro pontos para a condução da operação de bombardeamento: a primeira preocupação era não perder aviões da aliança norte-atlântica; a segunda era danificar a capacidade militar jugoslava e, em especial, sérvia; a terceira era evitar danos colaterais; e a quarta era efetuar unicamente operações que não colocassem em causa a unidade da aliança (Nardulli, 2002:25).

A defesa aérea no solo da Jugoslávia cifrava-se numa mistura entre canhões antiaéreos soviéticos ineficientes e novos radares. Embora parte tenha sido destruída e só tenha atingido dois aviões da NATO, conseguiu mantê-los a 15 mil pés de altitude, minorando a sua eficácia em acertar nos alvos designados. Para combater o UÇK, o exército jugoslavo dispersou as suas forças no Kosovo e aprendeu a combater assim, aproveitando essa experiência para esconder as suas forças dos bombardeamentos. Desta forma, minimizou as hipóteses de ser atingido pelos aviões da aliança (Nardulli, 2002:27-30). De facto, a dispersão de forças era tão grande que não havia praticamente nenhum alvo que fosse merecedor de uma operação contra si. A dispersão do exército também o ajudou a continuar a combater o UÇK, que se tinha tornado numa espécie de braço armado da NATO no terreno (AAVV, 2000:87-93).

Embora o objetivo principal da aliança fosse terminar a limpeza étnica e o aumento do número de refugiados, as operações aéreas pioraram a situação. A coberto dos bombardeamentos, as forças jugoslavas empenharam-se na expulsão sistemática da população albanesa do Kosovo. Este efeito deu origem a duas interpretações: uma afirmava que este era um desenlace inesperado (AAVV, 2000:88-89), enquanto a outra dizia que a NATO já sabia que era provável que isto sucedesse, mas que ignorou (Arsénio, 2014:115-116). Em Maio de 1999, para além de habitantes de outras etnias, cerca de 90% dos albano-kosovares eram refugiados: 850 mil encontravam-se fora do Kosovo e 500 mil estavam deslocados internamente (Udovicki e Ridgeway, 2000:335).

Diversas tentativas diplomáticas de resolução do conflito surgiram durante os 78 dias de bombardeamento. A 6 de Abril, surgiu um plano conjunto da NATO e da ONU, o Plano dos 5 Pontos, que divisava um conjunto de elementos-chave para o fim da guerra. Estes eram o fim das ações militares sérvias e o seu abandono do Kosovo, a aceitação de



uma força internacional na região, o regresso de todos os refugiados e o início de uma negociação com base no Acordo de Rambouillet (Moncada, 2001:91-92).

Numa cimeira da União Europeia, em 14 de Abril, o ministro dos Negócios Estrangeiros alemão Joschka Fischer apresentou uma proposta que, além dos cinco pontos acima referidos, defendia um cessar-fogo de 24 horas que podia ser prorrogado, se as forças jugoslavas começassem a abandonar o Kosovo, e a inclusão da Rússia nas negociações. A proposta contou com o apoio do representante-especial russo Viktor Chernomydrin, mas a NATO não aceitou o cessar-fogo de 24 horas, pois podia ser interpretado como falta de vontade da aliança em terminar a limpeza étnica (Moncada, 2001:92-93).

No primeiro mês de operações aéreas, os aviões da NATO conseguiram que a força aérea jugoslava ficasse retida no solo e destruíram boa parte dos radares militares e das comunicações. No entanto, permaneceu a ordem de os aviões não voarem a menos de 15 mil pés de altitude. Os bombardeamentos não diminuíram a capacidade do exército jugoslavo de expulsar os albanos-kosovares, nem de avançar no terreno perante o UÇK. Verificando que os seus objetivos principais não estavam a ser alcançados e que o governo jugoslavo não parecia disposto a encetar negociações, na Cimeira de Washington, nos dias 23 e 24 de Abril, a NATO decidiu alargar os alvos dos bombardeamentos para incluir infraestruturas industriais que podiam ser utilizadas pelas forças armadas, pontes e outros pontos por toda a Jugoslávia e, em particular, na Sérvia. Depois desta decisão e até ao fim das hostilidades, 9 autoestradas, 59 pontes e 7 aeroportos foram destruídos, assim como grande parte da produção elétrica e da rede de telecomunicações. A NATO recorreu, desta forma, à pressão sobre a população jugoslava para obter a capitulação do seu governo. (AAVV, 2000:90-93).

Resultante da necessidade de voar a grande altitude, múltiplos ataques da NATO vitimaram civis, mas só alguns foram considerados erros pela aliança. No dia 23 de Abril, a sede da televisão estatal sérvia RTS foi destruída. O ataque ocorreu com vários funcionários dentro do edifício, tendo 16 falecido. A NATO não classificou a operação como um erro, pois a televisão servia como propaganda estatal que fomentava a proximidade da população sérvia com o regime de Milosevic. Contudo, organizações, como a Amnistia Internacional, classificaram o ataque como um crime de guerra (Nardulli, 2002:37-38). A 7 Maio, a embaixada chinesa em Belgrado foi bombardeada, provocando a morte de três repórteres chineses. O ato gerou indignação por todo o mundo e manifestações em frente a embaixada norte-americana na China. Aqui, a NATO

lamentou o erro que cometeu e escudou-se em coordenadas incorretas. Nos meses seguintes, surgiram relatos que afirmavam que o bombardeamento foi deliberado, porque a embaixada funcionava como centro de transmissão do exército jugoslavo<sup>15</sup>. Outras operações aéreas atacaram transportes de refugiados ou locais onde se encontravam maioritariamente civis, como o caso do bombardeamento de Korisha, que matou 80 kosovares. No total, durante os bombardeamentos, cerca de 500 civis foram mortos e 820 feridos, enquanto a aliança não teve qualquer baixa (AAVV, 2000:94).

Em 6 de Maio, o G-8 propôs um quadro de negociações futuras, muito semelhante ao Acordo de Rambouillet, ao qual juntava uma administração interina do Kosovo definida pelo Conselho de Segurança da ONU, uma autonomia substancial da região e a procura de desenvolvimento económico, mantendo as fronteiras sérvias intactas. Tendo como vantagem incluir a Rússia, este plano foi a base da Resolução 1244 da ONU, de 10 de Junho (Moncada, 2001:93-95).

Nova proposta foi apresentada pelo primeiro-ministro italiano Massimo D'Alema. Esta advogava a suspensão dos bombardeamentos da NATO e a transferência da solução da crise para a ONU, através de uma resolução que incluísse o quadro do G-8, o que veio a suceder. Esta proposta faria com que Rússia e China participassem no esforço diplomático. Em 25 de Maio, surgiu o *Basic Understanding* belga que, ao mesmo tempo que defendia as medidas do plano do G-8 e de Rambouillet, tentava definir a estrutura futura da presença internacional no Kosovo. A estrutura militar era encabeçada por um membro da NATO, excetuando os EUA, e o resto seria constituído por membros e não-membros da NATO. A União Europeia iria ter a seu cargo a reconstrução do Kosovo, enquanto a OSCE criaria as instituições civis necessárias e a ONU supervisionaria a força policial. Porém, o plano não foi bem acolhido (Moncada, 2001:95-97).

Desde o início de Abril que a NATO – particularmente os britânicos e os norte-americanos – planeava uma invasão terrestre. A primeira vez que essa hipótese foi colocada foi numa reunião a 9 de Abril, entre o general Clark e Javier Solana. Quando, a 10 de Junho, a guerra terminou, os britânicos estavam a ultimar os detalhes para uma possível ofensiva por terra (Nardulli, 2002:38-43).

No princípio de Junho, quando pairava a possibilidade de uma ofensiva terrestre, como a economia jugoslava estava arruinada, os seus políticos e população estavam mais propensos a negociações. O G-8 aceitou a mediação do enviado russo Chernomydrin e

---

<sup>15</sup> John SWEENEY, e Ed VULLIAMY, “NATO bombed Chinese deliberately”. *The Guardian*, 17/10/1999. in <<http://www.theguardian.com/world/1999/oct/17/balkans>> (Consultado a 21/07/2015).

do representante da União Europeia Martti Ahtisaari para alcançar a anuência de Belgrado ao quadro formulado por si. A 1 de Junho, o governo jugoslavo deu conhecimento ao seu congénere germânico que iria aceitar o plano do G-8. No dia 3, o Parlamento da Sérvia aprovou o acordo e, depois de ter sido conseguido um acordo técnico, os bombardeamentos foram terminados, a 10 de Junho. Nesse dia, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução 1244, que determinou os parâmetros da administração internacional e de segurança do Kosovo (AAVV, 2000:95-96).

As estatísticas comprovam que os bombardeamentos da NATO não foram bem-sucedidos nos seus objetivos principais: terminar com a vaga de refugiados e com a limpeza étnica de albanos-kosovares. Durante as operações aéreas, mais de um milhão de albaneses e outras etnias do Kosovo eram refugiados internos ou externos, cerca de 10 mil pessoas morreram e continuaram os assassinatos, raptos, detenções, violações e o extermínio de aldeias (AAVV, 2000:97) (Nardulli, 2002:49).

A Resolução 1244 consagrava o envio de forças militares e policiais para o Kosovo para formar o KFOR, exigia o regresso de todos os refugiados, independentemente da sua etnia, e a desmilitarização do UÇK, reforçava a autonomia da região e criava um protetorado internacional, sob a alçada da ONU, através do UNMIK, com a chefia de Bernard Kouchner<sup>16</sup>. Porém, a resolução não continha propostas claras quanto ao futuro do Kosovo (AAVV, 2000:99-101). A resolução foi consagrada no tratado de Kumanovo, que concluiu a guerra do Kosovo (AAVV, 2000:207).

### **1.7. Administração internacional e independência do Kosovo**

Somente após ter sido estabelecido o UNMIK, o conflito étnico abrandou e parte dos refugiados pôde regressar. Ainda assim, em Junho de 1999, cerca de 150 pessoas foram assassinadas. Em Novembro, o número desceu para oito. Os militares do KFOR também foram alvos, tendo morrido dois franceses e um russo, no início de 2000. Em Outubro, deram-se as primeiras eleições democráticas no Kosovo, sem a participação dos sérvios, que não aceitavam a condição de minoria e permaneciam com receio de ofensivas albanos-kosovares, pelo que muitos deles abandonaram a região<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> László GULYÁS, “A brief history of the Kosovo conflict with special emphasis on the period 1988-2008”. *Historia Actual Online*. Nº 27. 2012. Cádiz. p. 145. in <<http://www.historia-actual.org/Publicaciones/index.php/haol/article/view/678>> (Consultado entre Março e Setembro de 2015).

<sup>17</sup> László GULYÁS, “A brief history of the Kosovo conflict with special emphasis on the period 1988-2008”. *Historia Actual Online*. Nº 27. 2012. Cádiz. p. 146. in <<http://www.historia-actual.org/Publicaciones/index.php/haol/article/view/678>> (Consultado entre Março e Setembro de 2015).

Desde o estabelecimento do UNMIK, sucederam-se ataques interétnicos, em particular, contra os sérvios. Em Outubro de 2003, iniciou-se em Viena um diálogo entre os albanos-kosovares e o governo sérvio. Tentativas de entendimento como este esbarraram com o prosseguimento de tensão entre as etnias. Em 2006, o governo sérvio referendou a questão do Kosovo, demonstrando que a população ainda sentia que a província fazia parte da Sérvia<sup>18</sup>.

Em Março de 2007, Martti Ahtisaari entregou ao Conselho de Segurança da ONU uma proposta sobre o futuro do Kosovo. Esta defendia a possibilidade deste aderir a organizações internacionais, como a ONU e o Banco Mundial, deter o poder sobre propriedades estatais e ter o seu próprio exército e polícia. Em contrapartida, os sérvios seriam cidadãos de pleno direito e teriam a sua liberdade religiosa protegida. Também o mandato do UNMIK seria estendido. Embora não admitisse frontalmente a hipótese de independência kosovar, a proposta colocava o Kosovo praticamente fora do estado sérvio e entregava-lhe todas as ferramentas para o funcionamento como um estado independente. Os países da NATO e da União Europeia apoiaram a ideia de Ahtisaari. Todavia, os russos pressionaram para que a proposta não fosse imediatamente aceite. A solução foi, então, a abertura de novas negociações entre albanos-kosovares e governo sérvio. Caso não fosse possível chegar a um compromisso até ao final das negociações, a proposta Ahtisaari entraria prontamente em execução. Depois de o prazo ter sido alargado, em Dezembro, as conversações terminaram sem qualquer acordo, mantendo a profunda divergência entre as duas partes<sup>19</sup>.

Em 17 de Fevereiro de 2008, o parlamento kosovar aprovou a independência, fazendo com que a Sérvia protestasse no Conselho de Segurança da ONU<sup>20</sup>. Ainda hoje, o caso kosovar provoca discórdia. 111 estados já reconheceram o novo estado, entre os quais Portugal – logo, em Outubro de 2008 -, Estados Unidos da América, Alemanha, França e Reino Unido. Todavia, a Rússia, a Sérvia, a China e a Espanha, entre outros, ainda não o fizeram<sup>21</sup>. A 14 de Março de 2015, a Presidente do Kosovo Atifete Jahjaga ia

---

<sup>18</sup> László GULYÁS, “A brief history of the Kosovo conflict with special emphasis on the period 1988-2008”. *Historia Actual Online*. Nº 27. 2012. Cádiz. pp. 146-148. in <<http://www.historia-actual.org/Publicaciones/index.php/haol/article/view/678>> (Consultado entre Março e Setembro de 2015).

<sup>19</sup> László GULYÁS, “A brief history of the Kosovo conflict with special emphasis on the period 1988-2008”. *Historia Actual Online*. Nº 27. 2012. Cádiz. pp. 148-150. in <<http://www.historia-actual.org/Publicaciones/index.php/haol/article/view/678>> (Consultado entre Março e Setembro de 2015).

<sup>20</sup> László GULYÁS, “A brief history of the Kosovo conflict with special emphasis on the period 1988-2008”. *Historia Actual Online*. Nº 27. 2012. Cádiz. p. 150. in <<http://www.historia-actual.org/Publicaciones/index.php/haol/article/view/678>> (Consultado entre Março e Setembro de 2015).

<sup>21</sup> KOSOVO THANKS YOU. *Who recognized Kosova as an independent state?*. Consultado a 19/09/2015. in <<http://www.kosovothanksyou.com/?map=1>>.

participar na Global Summit of Women, mas, como o Brasil ainda não reconheceria o novo estado, recebeu um visto provisório com a nacionalidade sérvia, levando a que esta declinasse a participação no evento<sup>22</sup>. Apesar da independência do Kosovo, o UNMIK mantém o seu mandato<sup>23</sup>.

#### IV - Bandeira da República do Kosovo



Fonte: OPERATION WORLD. *Kosovo*. Consultado a 27/07/2015. in <http://www.operationworld.org/koso>.

### 1.8. Considerações e consequências da Guerra do Kosovo

Alguns estudos indicam que os *media* dos países da NATO influenciaram não só o apoio da população aos bombardeamentos, mas também o seu curso<sup>24</sup> (Wilcox, 2005:75) (Hammond e Herman, 2000:200-208). Segundo Phillip Hammond Edward S. Herman, os *media* dos países mais importantes da NATO teriam aceiteado os argumentos apresentados pela aliança atlântica e apoiado a sua causa, através de propaganda (Hammond e Herman, 2000:200-201).

Mesmo podendo não se ter apercebido disso, os jornais terão feito propaganda aos bombardeamentos e à posição da NATO, através de um manto de seriedade e objetividade. As fontes utilizadas por estes eram quase exclusivamente oficiais. Isto fez com que as informações que recebiam já tivessem um tratamento político e não

---

<sup>22</sup> Luís Guilherme BARRUCHO, “Presidente do Kosovo desiste de evento em SP após receber visto ‘sérvio’ do Brasil”. *BBC*, 15/05/2015. in [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/05/150515\\_presidente\\_kosovo\\_ausencia\\_lgb](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/05/150515_presidente_kosovo_ausencia_lgb) (Consultado a 04/08/015).

<sup>23</sup> UNMIK. *UNMIK: Mandate and structure*. Consultado a 17/09/2015. in <http://www.unmikonline.org/Pages/about.aspx>.

<sup>24</sup> María José GARCÍA ORTA, “Mecanismos básicos de la propaganda de guerra en los medios informativos: El ejemplo de Kosovo”. *Ámbitos. Revista Andaluza de Comunicación*. Nº 8. 2002. Sevilla. pp. 147-149. in <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16800807> (Consultado entre Março e Setembro de 2015).

procuraram fontes alternativas para as confirmar. Quando surgia um relato – mesmo não confirmado – de algo que servia os objetivos da NATO, saíam notícias que o davam como um facto consumado. Contudo, se a situação – mesmo confirmada – fosse desfavorável às ações da aliança, esta não era publicada, colocada no fim das notícias ou alterada. Exemplo disto teria sido o bombardeamento de um comboio de refugiados e o facto de o número destes erros ter aumentado desde o início dos ataques, tendo tido pouca cobertura nos meios de comunicação ocidentais (Hammond e Herman, 2000:203-205).

Para fazer com que a população apoiasse a campanha da NATO, terão sido utilizadas imagens de refugiados e de vítimas albanos-kosovares, de forma a apelar ao sentimento. Ao invés de clarificar a complexidade da guerra civil que estava a acontecer, os periódicos pró-NATO terão culpabilizado os sérvios. Para o mostrar, terão seguido um caminho de personalização do conflito, sendo Slobodan Milosevic o responsável. A falta de pressão dos *media* terá encorajado a aliança a ser mais arrojada nos seus alvos. Porém, não só a comunicação social dos países da NATO terá incorrido neste erro. Também a sérvia o terá praticado (Hammond e Herman, 2000:203-205).

A falta de mandato da ONU para prossecução dos bombardeamentos foi alvo de imensas críticas. Francesco Francioni afirma que, à luz do direito internacional, o ataque da NATO à Jugoslávia não pode ser justificado com o argumento de ‘intervenção humanitária’. Para si, primeiro, havia a possibilidade de se chegar a uma solução pacífica se a NATO não tivesse imposto nas negociações de Rambouillet pontos inaceitáveis para a Jugoslávia. Segundo, a falta de consistência de atuação da NATO perante situações semelhantes, como a do Curdistão, diminuía a sua legitimidade. Por fim, para além de falharem os seus objetivos principais – terminar a limpeza étnica e fazer regressar os refugiados –, os bombardeamentos exacerbaram os problemas<sup>25</sup>. Noam Chomsky concorda com a visão de Francioni, afirmando que não havia dados confirmados que permitissem concluir que estava a decorrer uma limpeza étnica e que as altas esferas da NATO e dos Estados Unidos da América já sabiam que a vaga de refugiados iria aumentar (Chomsky, 2002:192-201).

Por sua vez, Fernando R. Tesón acredita que a atuação da NATO foi legítima, pois o Conselho de Segurança da ONU não é um órgão democrático e está à mercê do veto de um “regime opressor”. Assim, a NATO será o mais próximo de uma aliança liberal que

---

<sup>25</sup> Francesco FRANCONI, “Of War, Humanity and Justice: International Law After Kosovo”. *Max Planck Yearbook of United Nations Law*. Vol. 4. 2000. Heidelberg. pp. 107-126. in <[http://www.mpil.de/files/pdf2/mpunyb\\_francioni\\_4.pdf](http://www.mpil.de/files/pdf2/mpunyb_francioni_4.pdf)> (Consultado entre Março e Setembro de 2015).

defende os Direitos do Homem e a democracia e, na altura, procurava libertar um povo do regime de Milosevic, que tinha a intenção de completar uma limpeza étnica<sup>26</sup>.

### 1.9. Portugal em 1999

Portugal é membro fundador da NATO e, nos anos anteriores à guerra do Kosovo, esteve ativo nas operações da aliança, participando em missões de manutenção de paz na Bósnia<sup>27</sup>. Com a explosão da guerra do Kosovo, Portugal enviou militares para a região, incluídos na máquina de guerra da NATO<sup>28</sup>, e, mais tarde, participou na KFOR – a força que a tinha seu cargo a manutenção da paz naquele território (Moncada, 2001:103-104).

Em Março de 1999, mês do início da guerra, Portugal tinha um governo minoritário do Partido Socialista, chefiado por António Guterres, sendo o Partido Social-Democrata o maior partido da oposição. O Centro Democrático e Social - Partido Popular, o Partido Comunista Português e o Partido Ecologista «Os Verdes» eram os restantes partidos com assento na Assembleia da República, de acordo com as eleições legislativas de 1995<sup>29</sup>. Desde 1996, o Presidente da República era Jorge Sampaio<sup>30</sup>.

Três dias após o fim da guerra, a 13 de Junho, ocorreram as eleições para o Parlamento Europeu. O resultado foi semelhante ao cenário da Assembleia da República. Em Portugal, o partido mais votado foi o Partido Socialista, seguido pelo maior partido da oposição, o PSD. Em terceiro e quarto lugar, ficou a CDU e o CDS-PP, respetivamente. Um partido recém-formado – o Bloco de Esquerda – conseguiu quase 2% dos votos, tendo ficado perto de eleger um eurodeputado. Mais nenhum partido teve uma votação expressiva<sup>31</sup>.

As eleições legislativas de 10 de Outubro desse mesmo ano deram a vitória ao Partido Socialista, enquanto o PSD se manteve como segunda força parlamentar. O Bloco

---

<sup>26</sup> Fernando R. TESÓN, “Kosovo: A powerful precedent for the doctrine of humanitarian intervention”. *Amsterdam Law Forum*. Vol. 1, N° 2. 2009. Amesterdão. pp. 42-48. in <<http://amsterdamlawforum.org/article/view/62/119>> (Consultado entre Março e Setembro de 2015).

<sup>27</sup> Nuno Severiano TEIXEIRA, “Portugal e a NATO: 1949-1999”. *Nação e Defesa. Portugal na NATO: 1949-1999*. N° 89, 2ª Série. 1999. Lisboa. pp. 17-41. in <<http://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD89.pdf>> (Consultado entre Março e Setembro de 2015).

<sup>28</sup> Miguel Silva MACHADO, “II - Crónicas militares nacionais”. *Revista Militar*. (Abril) 1999. Lisboa. pp. 888-889.

<sup>29</sup> COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES. *Resultados eleitorais*. Consultado a 17/05/2015. in <<http://eleicoes.cne.pt/vector/index.cfm?dia=01&mes=10&ano=1995&eleicao=ar>> .

<sup>30</sup> COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES. *Resultados eleitorais*. Consultado a 17/05/2015. in <<http://eleicoes.cne.pt/vector/index.cfm?dia=14&mes=01&ano=1996&eleicao=pr>> .

<sup>31</sup> COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES. *Resultados eleitorais*. Consultado a 17/05/2015. in <<http://eleicoes.cne.pt/vector/index.cfm?dia=13&mes=06&ano=1999&eleicao=pe>> .

de Esquerda surpreendeu, ao eleger os seus dois primeiros deputados<sup>32</sup>. António Guterres foi novamente empossado como primeiro-ministro<sup>33</sup>.

---

<sup>32</sup> COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES. *Resultados eleitorais*. Consultado a 17/05/2015. in <<http://eleicoes.cne.pt/vector/index.cfm?dia=10&mes=10&ano=1999&eleicao=ar>>.

<sup>33</sup> GOVERNO DE PORTUGAL. *XIV Governo Constitucional*. Consultado a 18/05/2015. in <<http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc14/composicao.aspx>>.



## Capítulo II - Portugal no Conselho de Segurança da ONU

Portugal foi membro não-permanente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas no biênio de 1997-1998, assumindo a sua presidência em Abril de 1997 e Junho de 1998<sup>34</sup>. Neste capítulo, iremos analisar as iniciativas portuguesas neste âmbito e as do Conselho de Segurança, em geral, verificando posteriormente a sua importância para o conflito do Kosovo.

### 2.1. Participação da delegação portuguesa no Conselho de Segurança

Ao observar as áreas geográficas de ação do Conselho de Segurança durante este biênio, constatamos que África, Ásia, Europa e América Latina, de forma expectável, foram alvo de maior atenção. Em relação ao continente europeu, Chipre e ex-Jugoslávia tiveram uma significativa incidência de resoluções e discussões, assim como o estado limítrofe da Geórgia<sup>35</sup>.

Uma das maiores vontades dos representantes portugueses no Conselho de Segurança era uma discussão sobre a reforma do próprio conselho. A delegação portuguesa desejava terminar com a diferença real entre a opinião de um membro não-permanente e de um membro permanente. Segundo o embaixador português na ONU, António Monteiro, a ação do Secretariado das Nações Unidas era propícia à manutenção destas distinções. A possível reforma previa também um melhoramento da transparência no mecanismo e nas decisões do Conselho, com a tentativa de diminuir as reuniões informais entre os cinco estados com poder de veto, onde se concebiam todas as ações com relevância. Esta reforma não foi recebida com interesse pelos membros permanentes e nunca sucedeu<sup>36</sup>.

A delegação portuguesa lutou para uma maior visibilidade dos Direitos Humanos. Por vezes, esta luta esbateu-se nas críticas de apoio à soberania nacional e à não-

---

<sup>34</sup> UNITED NATIONS. *Report of the Security Council 1996-1997*. Consultado a 29/06/2015. in <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/52/2%28SUPP%29](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/52/2%28SUPP%29)>. ; UNITED NATIONS. *Report of the Security Council 1997-1998*. Consultado a 29/06/2015. in <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/53/2%28SUPP%29](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/53/2%28SUPP%29)> .

<sup>35</sup> UNITED NATIONS. *Resolutions and decisions of the Security Council 1997*. Consultado a 30/06/2015. in <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/INF/53](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/INF/53)>. ; UNITED NATIONS. *Resolutions and decisions of the Security Council 1998*. Consultado a 30/06/2015. in <[www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/INF/54](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/INF/54)> .

<sup>36</sup> António MONTEIRO, “A experiência portuguesa na presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas”. *Nação e Defesa*. Nº 104, 2ª Série. 2003. Lisboa. pp. 83-84. in <<http://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD104.pdf>> (Consultado entre Março e Setembro de 2015).

ingerência. Os direitos dos refugiados e a proteção dos elementos ligados ao *peacekeeping* e ao *peacebuilding* foram os temas em que os representantes nacionais tiveram maior aceitação<sup>37</sup>.

A delegação nacional pretendia, então, um debate sobre o modelo do *peacebuilding*, no âmbito das operações de paz. Segundo António Monteiro, a necessidade desta discussão prendia-se com uma visão a longo prazo de manutenção de paz e dos valores da democracia. A falta de segurança nas regiões marcadas pela violência faria com que todos os esforços aí empreendidos não se concretizassem em ganhos concretos. Igualmente, a escassez de recursos das Nações Unidas, na época, poderia fazer com que esses esforços fossem terminados ou nem sequer iniciados, por se mostrarem dispendiosos ou infrutíferos<sup>38</sup>.

O *peacekeeping* foi um tema relevante para Portugal no Conselho de Segurança, tendo sido promovido o seu debate aquando a presidência portuguesa do organismo, em Abril de 1997. Pretendia-se tornar o *peacekeeping* no modelo essencial de manutenção de paz. António Monteiro e os restantes representantes foram bem-sucedidos nas questões do *peacekeeping* e do *peacebuilding*. Em Abril de 1998, o então Secretário-Geral da ONU Kofi Annan recomendava a adoção destes dois instrumentos. Após o relatório a aprovar o *peacekeeping* e o *peacebuilding*, diversos subgrupos de trabalho estudaram os instrumentos de forma a criar uma declaração presidencial, que foi aprovada em Dezembro de 1998. A declaração reconheceu o valor dos dois instrumentos para se garantir estabilidade e paz de longa duração. Foram definidas áreas de grande importância para este objetivo: desmobilização e reintegração social dos combatentes, controlo de armas, incentivo à reconciliação e retorno dos refugiados. Com esta declaração, foi garantida uma superior cooperação entre as várias organizações da ONU<sup>39</sup>.

Em 1997, a representação portuguesa tomou a presidência do Comité de Sanções contra o Iraque. Quando Portugal assumiu a presidência do comité, o primeiro

---

<sup>37</sup> António MONTEIRO, “A experiência portuguesa na presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas”. *Nação e Defesa*. Nº 104, 2ª Série. 2003. Lisboa. pp. 86-88. in <<http://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD104.pdf>> (Consultado entre Março e Setembro de 2015).

<sup>38</sup> António MONTEIRO, “A experiência portuguesa na presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas”. *Nação e Defesa*. Nº 104, 2ª Série. 2003. Lisboa. p. 87. in <<http://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD104.pdf>> (Consultado entre Março e Setembro de 2015).

<sup>39</sup> Fernando Andresen GUIMARÃES, e António MONTEIRO, “Portugal no Conselho de Segurança 1997-1998: as Nações Unidas e a consolidação dos processos de paz”. *Nação e Defesa*. Nº 91, 2ª Série. 1999. Lisboa. pp. 36-43. in <<http://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD91.pdf>> (Consultado entre Março e Setembro de 2015).

carregamento do programa *Oil for Food* (Petróleo por Alimentos) tinha chegado ao Iraque, em Março desse ano. Este programa foi criado após sanções ao Iraque, devido à invasão do Kuwait. Para a ONU, era óbvio que a população iraquiana iria ser atingida pela fome e por epidemias, logo, era essencial um programa de assistência humanitária<sup>40</sup>. Depois de uma visita ao Iraque, o presidente do comité apurou a necessidade de aumentar a ajuda humanitária ao povo deste país<sup>41</sup>.

A primeira presidência portuguesa do Conselho de Segurança da ONU, durante o biénio de 1997-1998, foi em Abril de 1997. No primeiro período, o Conselho de Segurança não dedicou muita atenção ao conflito kosovar. Uma referência a conflitos na ex-Jugoslávia surgiu em três cartas enviadas pelo Secretário-Geral ao Presidente do Conselho. Neste mês de 1997, o Conselho aprovou três resoluções sobre as situações em Angola e na antiga república jugoslava da Macedónia e sobre o Tribunal Penal Internacional para a antiga Jugoslávia. O presidente português do conselho fez quatro declarações sobre o que estava a suceder na região dos Grandes Lagos, na Croácia e no Afeganistão e a invasão do Kuwait pelo Iraque. Trocou também cartas com o Secretário-Geral sobre Chipre, a ex-Jugoslávia, a Geórgia, a Libéria, a Albânia, o Camboja e a invasão do Kuwait. Teve também a já referida reunião no Iraque com a Missão de Observação Iraque-Kuwait das Nações Unidas<sup>42</sup>.

Na segunda presidência, em Junho de 1998, o conselho desdobrou-se em resoluções, totalizando dez. Os seus temas incluíram a Serra Leoa, Bósnia, Iraque, Chipre, Haiti e três vezes Angola. Os assuntos discutidos nas reuniões do Conselho abrangeram a ex-Jugoslávia, a África Subsaariana, o Iraque, testes nucleares na Índia e no Paquistão e a Palestina. Nesta presidência, já havia sinais de tentativas objetivas de resolver o conflito do Kosovo, tendo havido uma reunião de António Monteiro com Ibrahim Rugova, líder do LDK<sup>43</sup>. Nesta, Rugova pediu uma zona de interdição do espaço aéreo,

---

<sup>40</sup> UNITED NATIONS. *Oil For Food*. Consultado a 26/07/2015. in <<http://www.un.org/Depts/oip/background/>>.

<sup>41</sup> António MONTEIRO, “A experiência portuguesa na presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas”. *Nação e Defesa*. Nº 104, 2ª Série. 2003. Lisboa. pp. 89-90. in <<http://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD104.pdf>> (Consultado entre Março e Setembro de 2015).

<sup>42</sup> UNITED NATIONS. *Report of the Security Council 1996-1997*. Consultado a 29/06/2015. in <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/52/2%28SUPP%29](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/52/2%28SUPP%29)>; UNITED NATIONS. *Resolutions and decisions of the Security Council 1997*. Consultado a 30/06/2015. in <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/INF/53](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/INF/53)>.

<sup>43</sup> UNITED NATIONS. *Report of the Security Council 1997-1998*. Consultado a 29/06/2015. in <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/53/2%28SUPP%29](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/53/2%28SUPP%29)>; UNITED NATIONS. *Resolutions and decisions of the Security Council 1998*. Consultado a 30/06/2015. in <[www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/INF/54](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/INF/54)>.

de modo a evitar que os helicópteros jugoslavos sobrevoassem o território, uma sede do UNHCR em Pristina e que o Kosovo se tornasse um protetorado da ONU<sup>44</sup>.

Durante o biénio 1997-1998, foram aprovadas três resoluções e uma declaração com vista à resolução do conflito entre República Federal da Sérvia e os albanos-kosovares. A primeira (UNR1160) foi adotada a 31 de Março de 1998 e estabeleceu um embargo económico e de armas à República Federal da Jugoslávia. Ordenava o fim de práticas terroristas ao UÇK e a procura de uma solução política. Pediu também ao Tribunal Penal Internacional para a Antiga Jugoslávia para investigar provas de violações de Direitos Humanos<sup>45</sup>.

Uma declaração do presidente do Conselho de Segurança ocorreu a 24 de Agosto. Como na primeira resolução, pedia-se um cessar-fogo imediato e uma solução política e pacífica. Desejava-se que os refugiados pudessem voltar às suas terras antes da chegada do Inverno. Reafirmava-se o respeito pela integridade do território jugoslavo e saudava-se Ibrahim Rugova por ter criado um grupo para negociar uma solução para o conflito<sup>46</sup>.

A segunda resolução (UNR1199) foi aprovada a 23 de Setembro. Nesta, exigia-se um cessar-fogo de ambas as partes, de forma a ser encontrado um caminho pacífico para o conflito. O documento também impunha às partes que facilitassem o regresso dos refugiados a suas casas e permitissem a missão da KVM<sup>47</sup>.

A última resolução deste biénio (UNR1203) foi adotada a 24 de Outubro. Foi uma resposta ao massacre de Gornje Obrinje, perpetrado pelas forças jugoslavias. O texto exigia que o governo, forças jugoslavias e UÇK respeitassem as resoluções anteriores e cooperassem com a NATO e a OSCE. Como as anteriores, ordenava um cessar-fogo, uma solução pacífica e a cooperação das partes com instituições internacionais<sup>48</sup>.

---

<sup>44</sup> “Albanians appeal for help as fighting rages in Kosovo”. *New Straits Times*, 03/06/1998. in <<https://news.google.com/newspapers?nid=1309&dat=19980603&id=rfVOAAAIBAJ&sjid=ABUEAAIAIBAJ&pg=6680,5536120&hl=pt-PT>> (Consultado a 17/07/2015).

<sup>45</sup> UNITED NATIONS. *Resolution 1160 (1998)*. Consultado a 14/08/2015. in <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1160%281998%29](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1160%281998%29)>.

<sup>46</sup> UNITED NATIONS. *Statement by the president of the Security Council*. Consultado a 14/08/2015. in <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/PRST/1998/25](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PRST/1998/25)>.

<sup>47</sup> UNITED NATIONS. *Resolution 1199 (1998)*. Consultado a 14/08/2015. in <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1199%281998%29](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1199%281998%29)>.

<sup>48</sup> UNITED NATIONS. *Resolution 1203 (1998)*. Consultado a 14/08/2015. in <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1203%281998%29](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1203%281998%29)>.

## **2.2. Ligação da ações portuguesas ao conflito do Kosovo**

Embora as duas presidências portuguesas do Conselho de Segurança não tenham dado ênfase à questão kosovar, Portugal lutou para que houvessem alterações ao funcionamento de missões como aquela que aconteceu mais tarde no Kosovo, especialmente no que concerne ao *peacebuilding* e ao *peacekeeping*. Uma visão mais alargada de um projeto de estabilidade e paz a longo prazo foi possível, devido ao esforço da delegação portuguesa, apesar de não o ter feito sozinha e essa ideia tivesse sido, anteriormente, veiculada no seio da ONU. Porém, aumentou a compreensão dos benefícios que se podiam retirar destas práticas.

Os representantes portugueses também chamaram a atenção para a necessidade de ajuda aos refugiados e às crianças, em zonas de conflito. A reunião de António Monteiro com Ibrahim Rugova demonstrou a vontade da delegação nacional de resolver a questão kosovar.

Se os representantes lusos tivessem tido sucesso no aumento de transparência no Conselho de Segurança e em minorar as diferenças entre membros permanentes e não-permanentes poderiam ter retirado à NATO um dos seus maiores argumentos para agir militarmente no Kosovo: a impossibilidade de ação da ONU, por causa do poder de veto da Rússia.

## Capítulo III - Visão de outros conflitos

De forma a tentar mostrar o panorama político português, no que diz respeito à política externa e, em particular, aos conflitos armados que grassavam o globo nos anos imediatamente anteriores à guerra do Kosovo, este capítulo vai mostrar a visão que os partidos com assento parlamentar tinha sobre cada um deles.

### 3.1. Guerra Civil Angolana

Primeiro, vamos analisar a Guerra Civil Angolana. Em 12 de Novembro de 1992, no reacender da guerra civil, na Assembleia da República, o PS, pela voz do deputado Manuel Alegre, afirmou que o melhor seria a intervenção pacífica da ONU, pelo menos com o mesmo volume material e humano utilizado em operações na Namíbia. Para além de uma força internacional, propôs a criação de uma comissão também internacional para verificar as responsabilidades no reativar da guerra. Para o PS, o Presidente da República e o governo português poderiam ter um papel importante na prossecução de paz, devido ao seu prestígio e às funções que exerciam, dado que eram interlocutores de conversações para a paz. O mesmo deputado alertou para o perigo que os países vizinhos representavam, especialmente a África do Sul, pelo que seria um erro uma ação militar externa contra a vontade angolana. Segundo Manuel Alegre, os Acordos de Bicesse foram um passo dado demasiado cedo e o mais importante não era encontrar os culpados, mas sim solucionar o problema<sup>49</sup>.

Nesse mesmo dia, através do deputado Octávio Teixeira, o PCP alegou que Portugal tinha “o dever político e moral” de ajudar Angola a garantir a paz. Ao contrário do PS, o Partido Comunista entendia que a maneira mais importante de atuação da comunidade internacional seria responsabilizando quem aumentou a tensão em Angola, que, para Octávio Pato, teria sido a UNITA, chefiada por Jonas Savimbi. A UNITA não teria aceitado a decisão do voto popular e queria, através da força, chegar ao poder. O PCP denunciou as forças da UNITA como responsáveis pelo ataque ao território angolano. Assim, era essencial não culpar igualmente o MPLA por esta situação, mas somente a UNITA. Octávio Teixeira criticou os Acordos de Bicesse, por estes terem sido concebidos com a ideia de que a UNITA ia vencer as eleições. O PCP afirmou que estava

---

<sup>49</sup> Manuel ALEGRE, *Angola: violação dos acordos de paz*. 12 de Novembro de 1992. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/06/02/013/1992-11-13/370?pgs=370-371&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

na altura de existir um exército nacional nas mãos do governo eleito angolano, que pacificaria todo o território, sem necessidade de uma intervenção externa<sup>50</sup>.

Neste debate parlamentar, o deputado Manuel Queiró do CDS-PP asseverou que, apesar do reaparecimento da violência após os Acordos de Bicesse, continuava a acreditar na mediação portuguesa e nas suas possibilidades de sucesso. Todavia, para isso, era necessária uma unidade política nacional, mesmo que não se concordasse com todos os planos e ações. Para o CDS-PP, as razões da violação dos Acordos de Bicesse e os conflitos depois das eleições de 1992 eram fáceis de apontar. A manutenção de forças armadas fiéis aos movimentos políticos e o facto de essas forças não constituírem um exército nacional, juntamente com a contestação dos resultados das eleições, teriam criado um clima propício ao retorno da violência. Embora o CDS-PP se dirigisse mais à UNITA, que terá cometido muitos erros, assegurava que a responsabilidade do que estava a suceder não era exclusiva deste movimento. A vaga de assassinatos e de destruição de propriedades em atentados seria obra de movimentos organizados. O CDS-PP afirmava desejar que a transição democrática em Angola fosse pacífica<sup>51</sup>.

Através de André Martins, o partido «Os Verdes» afirmou que a UNITA tinha adiado o futuro da nação angolana, ao não aceitar os resultados das eleições de 1992 e a criação de um exército unificado. «Os Verdes» consideraram esta opção da UNITA indigna e traidora da vontade de paz dos angolanos. Mesmo se houvesse novo derramamento de sangue, o grupo parlamentar acreditava que Angola iria encontrar o seu caminho para a paz e a democracia, com o apoio de Portugal e das Nações Unidas, ao mesmo tempo que afastaria a África do Sul dos seus assuntos internos<sup>52</sup>.

O PSD participou neste debate parlamentar, através de Duarte Lima. Embora afirmasse que a acusação das partes não era o mais indicado, o deputado condenou a não-aceitação dos resultados eleitorais e de um exército nacional, assim como acusações de Jonas Savimbi, presidente da UNITA, dirigidas contra o governo de Portugal<sup>53</sup>. Em 8 de

---

<sup>50</sup> Octávio TEIXEIRA, *Angola: violação dos acordos de paz*. 12 de Novembro de 1992. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/06/02/013/1992-11-13/369?pgs=369&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>51</sup> Manuel QUEIRÓ, *Angola: violação dos acordos de paz*. 12 de Novembro de 1992. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/06/02/013/1992-11-13/368?pgs=368-369&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>52</sup> André MARTINS, *Angola: violação dos acordos de paz*. 12 de Novembro de 1992. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/06/02/013/1992-11-13/367?pgs=367-368&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>53</sup> Duarte LIMA, *Angola: violação dos acordos de paz*. 12 de Novembro de 1992. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/06/02/013/1992-11-12/371?pgs=371&org=PLC&plcdf=true>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

Outubro de 1998, na Assembleia da República, o deputado Carlos Encarnação afirmou que era importante para o povo angolano a proteção e o empenho da comunidade internacional na resolução do conflito, sendo necessário cumprir os acordos que os movimentos políticos tinham assinado. O PSD declarava ser imprescindível a manutenção das instituições democráticas, tais como o Parlamento de Angola, e afirmava reprovar quaisquer ações que fizessem retornar a violência ao país<sup>54</sup>. Juntamente com o PS, o PSD aprovou uma deliberação em que se pedia ao Presidente da República e ao presidente do Parlamento angolanos que garantissem todos os direitos aos deputados da UNITA<sup>55</sup>.

### **3.2. Ocupação de Timor-Leste**

A questão de Timor-Leste aproximava os partidos na Assembleia da República. Em 15 de Novembro de 1995, na Assembleia da República, através do deputado Eduardo Pereira, o PS relatou um genocídio físico e cultural, que visava destruir a identidade timorense. Os militares indonésios cometiam sequestros, torturas e assassinatos. Timor-Leste estava isolado e sofria a ocupação e repressão indonésia. Com uma maior pressão internacional, o governo indonésio simulou uma abertura do regime, em relação à questão timorense. Contrariando os desejos dos militares, o governo de Jacarta pediu a deputados portugueses que visitassem Díli. A visita seria cancelada e, para que tais pedidos não voltassem a suceder, os militares indonésios perpetraram diversos assassinatos, entre os quais, o massacre de Santa Cruz. Para o PS, Portugal tinha de continuar a sensibilizar a comunidade internacional para esta questão. Segundo Eduardo Pereira, as mais importantes exigências seriam a libertação de Xanana Gusmão e de todos os presos políticos, um embargo de armas à Indonésia, envolver as forças de resistência no diálogo a decorrer na ONU e tornar o dia 7 de Dezembro o Dia Internacional de Timor-Leste. Portugal teria de tentar criar um Grupo Internacional de Personalidades para ajudar na sensibilização da questão. A participação de Portugal nesta demanda era pautada pela solidariedade e pela responsabilidade. O conflito em Timor-Leste só poderia ter um fim

---

<sup>54</sup> Carlos ENCARNÇÃO, *Situação dos deputados do grupo parlamentar da UNITA em Angola*. 8 de Outubro de 1998. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/011/1998-10-09/365?pgs=365-366&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>55</sup> PARLAMENTO. *Projeto de Deliberação 52/VII*. Consultado a 12/05/2015. in <<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleIniciativa.aspx?BID=20290>>.



diplomático e seria necessário envolver a comunidade timorense nas conversações. O PS defendia como objetivo final a autodeterminação do povo timorense<sup>56</sup>.

O deputado Ruben de Carvalho do PCP demonstrou que, apesar da visibilidade de mediática do conflito, de várias resoluções da ONU e de outras instituições, bem como da pressão de muitas organizações e de Portugal, a situação timorense mantinha-se inalterada. Os principais culpados seriam o poder económico e a *real politik*. Deu o exemplo da aprovação norte-americana de um embargo de armas à Indonésia que, depois, não foi cumprida. O problema residiria nas reservas de milhões de toneladas de petróleo encontradas na periferia da Indonésia, levando a que países como a Austrália e o Japão reconhecessem a anexação de Timor-Leste de *jure*. De modo a ajudar os timorenses a conseguir a independência, Portugal deveria abordar esta questão em todos os fóruns internacionais e reuniões bilaterais<sup>57</sup>.

O deputado Nuno Abecasis do CDS-PP denunciou um genocídio perpetrado pelas forças indonésias, com agressões, transferências forçadas e perseguição religiosa. Comparou esta situação à do Kuwait, da ex-Jugoslávia e do Tibete. Criticou a falta de capacidade das organizações internacionais, apesar de clarificar que a ONU, mesmo não tendo resultados, estava a trabalhar para resolver o conflito. Tal como o PCP, afirmou que a maior dificuldade se prendia com o poder económico da região e criticou os estados, como, por exemplo, os Estados Unidos da América, por defenderem os direitos humanos de forma pragmática, ou seja, apenas quando os seus interesses económicos não estavam em risco. No entender do deputado, Portugal teria de pressionar os estados ocidentais para efetuarem um embargo de armas à Indonésia e apoiarem as exigências timorenses<sup>58</sup>.

Pelos «Verdes», a deputada Isabel Castro enalteceu a perseverança dos timorenses e explicou o seu sofrimento às mãos de um império opressor. Denunciou a hipocrisia dos aliados de Portugal, como os Estados Unidos da América, que não agiram perante esta sujeição até ao massacre de Santa Cruz. A partir daí, a causa timorense teria encontrado novos e inúmeros apoiantes por todo o mundo. «Os Verdes» pretendiam que a Indonésia sofresse sanções económicas, embargo de armas e que cumprisse as resoluções do

---

<sup>56</sup> Eduardo PEREIRA, *Timor-Leste: 4º aniversário do massacre de Santa Cruz*. 15 de Novembro de 1995. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/01/006/1995-11-16/155?pgs=155-157&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>57</sup> Rúben de CARVALHO, *Timor-Leste: 4º aniversário do massacre de Santa Cruz*. 15 de Novembro de 1995. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/01/006/1995-11-16/150?pgs=150-151&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>58</sup> Nuno ABECASIS, *Timor-Leste: 4º aniversário do massacre de Santa Cruz*. 15 de Novembro de 1995. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/01/006/1995-11-16/152?pgs=152-153&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

Conselho de Segurança das Nações Unidas. A sua intervenção foi pautada pelo apoio ao pacifismo<sup>59</sup>.

Segundo o deputado Durão Barroso, para o PSD, a situação de Timor não conheceu, durante muito tempo, avanços favoráveis, devido à conveniência geopolítica, a acordos diplomáticos e a interesses económico-comerciais. Contudo, por causa da pressão feita por Portugal na ONU, a Indonésia tinha de negociar uma solução pacífica e não se poderia ceder em nenhum aspeto fundamental. A Indonésia, ao sentir-se mais pressionada, estaria a tentar descaracterizar a identidade timorense, promovendo uma migração de indonésios para Timor-Leste. Ao atenuar a identidade cultural e social timorense, Jacarta procurava legitimar a sua ocupação do território, mantendo, a par com esta tática, a repressão e o policiamento. A finalidade da repressão seria pôr cobro à perseverança dos timorenses. Haveria também uma perseguição à fé católica. O PSD não defendia uma via militar, mas sim a continuação do diálogo com Jacarta, sem comprometer nenhum ponto basilar e com a participação do povo timorense. Na opinião do partido, que defendia a autodeterminação de Timor-Leste, caso o diálogo não surtisse efeito, Portugal deveria aumentar a pressão sobre a Indonésia na ONU<sup>60</sup>.

### **3.3. Guerra da Bósnia**

Analisando a posição dos partidos no conflito da Bósnia, verificamos que o PCP estava contra qualquer intervenção externa, pois achava que iria exacerbar a violência e que seria ilegítima. Criticou a visão imperialista das grandes potências e a postura seguidista de Portugal ao apoiar a intervenção. Estava completamente contra a participação de tropas portuguesas numa escalada militar e pretendia o envolvimento de Portugal na procura de uma solução política do conflito. O PCP pretendia que os sérvios não fossem vistos como os únicos culpados, alertando também para a violência da comunidade muçulmana (Almeida, 2012:61-70).

Ao contrário do PCP, o Partido Ecologista «Os Verdes» votou favoravelmente um texto que denunciava o incumprimento dos direitos humanos na ex-Jugoslávia. Todavia,

---

<sup>59</sup> Isabel CASTRO, *Timor-Leste: 4º aniversário do massacre de Santa Cruz*. 15 de Novembro de 1995. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/01/006/1995-11-16/149?pgs=149-150&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>60</sup> José Manuel Durão BARROSO, *Timor-Leste: 4º aniversário do massacre de Santa Cruz*. 15 de Novembro de 1995. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/01/006/1995-11-16/153?pgs=153-155&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

concordando com os comunistas, demonstrou reticências na eficácia de uma intervenção militar na zona (Almeida, 2012:70-82).

Por seu lado, o PSD condenou a violações que ocorriam na ex-Jugoslávia, considerando que grande parte delas sucedia na Bósnia. A limpeza étnica de muçulmanos com o objetivo de os afugentar da Bósnia também foi severamente criticada, assim como a impotência da comunidade internacional face a este conflito, valendo de pouco as conferências, relatórios e resoluções aprovadas. O PSD denunciou assassinatos, tortura e campos de trabalho só para mulheres, afirmando ser necessário condenar veementemente as barbaridades cometidas na Bósnia, de forma a criar uma enorme sensibilização e mobilização dos cidadãos europeus para este conflito (Almeida, 2012:65-70).

O PS denunciou novos campos de concentração na Europa, assim como a violação e maus-tratos de mulheres. Apesar disto e da pressão internacional, o Partido Socialista não acreditava ser necessária uma operação militar externa para o solucionar. Os socialistas não culpavam os sérvios de todos os erros, afirmando, aquando da quebra de um cessar-fogo, que foi Alija Izetbegovic, o presidente bósnio, a rompê-lo. Também teceram críticas aos sérvios. Num artigo do periódico *Acção Socialista*, repudiaram a humilhação que militares bósnios sofreram em cativeiro sérvio. O partido aceitava a participação de militares portugueses numa intervenção na Bósnia, embora continuasse a preferir uma solução política (Almeida, 2012:64-81).

O CDS-PP não teve um papel ativo na discussão deste tema e, como não possuía nenhum jornal partidário, não foi possível ter um conhecimento completo de como o partido encarava o conflito da Bósnia. Porém, o CDS-PP votou favoravelmente uma declaração, proposta pelo PSD, que denunciava os abusos sexuais perpetrados contra mulheres, durante este conflito. Os centristas também apoiavam a participação de um contingente português na Bósnia e proclamavam a importância da NATO (Almeida, 2012:87-88).

Como podemos verificar, os partidos portugueses pendiam quase exclusivamente para uma solução política e pacífica. Isso está particularmente patente nos casos de Timor e Angola. Convém salientar que múltiplos atores e pensadores políticos consideravam o caso timorense bastante semelhante ao kosovar (Chomsky, 2002:53-62). Só no conflito bósnio, dado o papel ativo da NATO, se apura uma aceitação de compromisso através da força, por parte do PS, PSD e CDS-PP.

## Capítulo IV – «Novo» conceito estratégico e alargamento da NATO

Neste capítulo, vamos analisar o debate na Assembleia da República decorrente da alteração do Conceito Estratégico (CE) da NATO e do alargamento da aliança para o Leste Europeu, durante a Cimeira de Washington, em Abril de 1999, durante a Guerra do Kosovo, que se realizou em 13 de Maio de 1999.

### 4.1. Debate na Assembleia da República

Para representar o governo, estavam presentes o ministro dos Negócios Estrangeiros Jaime Gama, o ministro da Defesa Nacional José Veiga Simão e o ministro dos Assuntos Parlamentares António Costa, embora este último não tenha feito nenhuma contribuição de registo neste tema<sup>61</sup>.

O primeiro a tomar a palavra foi o ministro dos Negócios Estrangeiros. Começou por informar que o novo Conceito Estratégico não configurava uma alteração aos acordos já estabelecidos e que, por isso, não era necessário a ratificação do mesmo pela Assembleia da República. Segundo Jaime Gama, o CE não ignorava a Carta das Nações Unidas, demonstrando a persecução da luta pela democracia, do Estado de direito e Direitos Humanos. A NATO continuaria a agir conforme os preceitos da ONU e da OSCE para missões de paz ou gestão de crises, continuando a não poder utilizar a força militar fora do espaço dos seus membros sem mandato da ONU, exceto quando a segurança das regiões onde estes se encontravam estivesse em causa. O CE expressava – e expressa – o papel importante que os membros europeus iam ter em matéria de segurança e defesa, conjugando-as com a ação da União Europeia. Na sua visão, a NATO garantia a segurança da região, como o tinha feito até então<sup>62</sup>.

Sendo que o novo CE permitia a intervenção militar no Kosovo – que já estava a decorrer desde 24 de Março –, o ministro defendeu esta posição, afirmando que o Conselho de Segurança da ONU já tinha aprovado três resoluções que denunciavam o conflito como fator de destabilização e de insegurança da região e o comportamento do governo jugoslavo. Para si e para a NATO, o melhor seria atuar mediante mandato da

---

<sup>61</sup> PARLAMENTO. *Diário da Assembleia da República – VII Legislatura, 4ª Sessão Legislativa, I Série, Nº85*. Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015. in <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/085/1999-05-13/3051?pgs=3071-3072&org=PLC&plcdf=true>.

<sup>62</sup> Jaime GAMA, *NATO: alteração do conceito estratégico*. 13 de Maio de 1999. in <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/085/1999-05-14/3054?pgs=3054-3057,3081-3082&org=PLC> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

ONU, mas, visto que essa possibilidade estava bloqueada, devido ao poder de veto de países não-membros da aliança, como a Rússia, não era possível fazê-lo<sup>63</sup>.

De seguida, foi a vez de Veiga Simão de discursar. Para si, a defesa da Europa não podia ser desligada da defesa da América do Norte. Embora a aliança e o novo CE determinassem ações militares em conjunto, essas ações também poderia ser realizadas separadamente pelos parceiros europeus. Assim, a identidade europeia seria mantida e reforçada, aumentando a conjugação de esforços entre a NATO, a UEO e a União Europeia. Neste panorama, os membros europeus teriam de ampliar a sua participação nas missões da aliança, embora o ministro considerasse natural que esta dependesse dos Estados Unidos da América, pois estes possuíam um poder militar maior e mais avançado. A NATO reforçaria a segurança da região euro-atlântica e preveniria a proliferação de armas biológicas, químicas e nucleares. Veiga Simão defendeu igualmente que a Rússia tinha um lugar fundamental no esquema de segurança mundial, assim como, embora em menor grau, a Ucrânia. Neste contexto, para Portugal, o Mediterrâneo seria uma das regiões mais importantes<sup>64</sup>.

José Medeiros Ferreira e Eduardo Pereira foram os deputados do Partido Socialista que participaram no debate mais ativamente. A intervenção de Eduardo Pereira centrou-se nas alterações ocorridas no panorama internacional depois do fim da União Soviética. Para ele, com estas modificações, as dificuldades da ONU, em zelar pela segurança, tornavam-se evidentes. A questão bósnia teria demonstrado isso mesmo. Também não teria sido possível criar uma PESC que abrangesse todas as questões centrais de segurança europeia. Face a estes obstáculos e devido à boa relação entre a NATO, a ONU e as instituições europeias, a aliança teria um papel fundamental na manutenção de segurança na zona euro-atlântica. Ao contrário da ONU, para Eduardo Pereira, a NATO tinha iniciado a sua adaptação, em 1992, e era importante para a prossecução da paz na Bósnia. Embora a NATO continuasse a respeitar a necessidade de mandato da ONU, o Tratado de Washington não restringia as ações da aliança a nenhuma área geográfica, sendo esta imprescindível, no contexto de segurança europeia<sup>65</sup>.

---

<sup>63</sup> Jaime GAMA, *NATO: alteração do conceito estratégico*. 13 de Maio de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/085/1999-05-14/3054?pgs=3054-3057,3081-3082&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>64</sup> José Veiga SIMÃO, *NATO: alteração do conceito estratégico*. 13 de Maio de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/085/1999-05-14/3057?pgs=3057-3058,3075-3077&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>65</sup> Eduardo PEREIRA, *NATO: alteração do conceito estratégico*. 13 de Maio de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/085/1999-05-14/3069?pgs=3069-3071&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

No entender de Medeiros Ferreira, ao fazer parte da aliança, Portugal tinha o seu território seguro. Também o facto de esta defender os Direitos Humanos e os valores democráticos se coadunava com o estado português. A presença de um contingente europeu na NATO e o seu alargamento para leste ampliaria o nível de segurança vivido no continente<sup>66</sup>.

Já o deputado João Amaral do PCP atacou frontalmente o novo CE, acusando o primeiro-ministro de não querer comparecer no debate por ter receio de ser confrontado com questões fraturantes. De igual forma, acusou a NATO de ter posto em prática o conceito antes de este ser aprovado e até discutido, com os bombardeamentos na Jugoslávia<sup>67</sup>.

Para o PCP, antes da implosão da União Soviética e do fim do Pacto de Varsóvia, a aliança teria uma autojustificação para existir: travar o Pacto de Varsóvia. Contudo, nesta altura, a NATO teria deixado de ter razões para continuar ativa. O caminho certo seria o desarmamento e a dissolução, seguido por uma cooperação internacional. Ao contrário do que desejaria o Partido Comunista, a aliança não se desfez e até se tornou mais forte. Para além destes factos, teria deixado de ser uma aliança defensiva para passar a ser ofensiva. Criticou todos quantos pensavam que os membros europeus teriam, desde a entrada em vigor do novo CE, mais autonomia e peso. Na sua opinião, os Estados Unidos manteriam sempre a sua posição dominante e usariam os restantes parceiros para atingir os seus interesses, devido ao seu nível e sofisticação de armamento, o que era visível em todas as negociações efetuadas pela aliança. Um dos problemas do alargamento seria a sensação de cerco da Rússia, que a via a NATO chegar às suas fronteiras, o que levaria a um recrudescimento da tensão e da insegurança na zona. O PCP reprovava a criação de um exército europeu, pois considerava que era o caminho para uma Europa federal<sup>68</sup>.

Os comunistas basearam parte das suas críticas tanto no Direito Constitucional, como no Internacional, afirmando que o novo CE infringia artigos da Constituição Portuguesa, da Carta das Nações Unidas, da Carta de Paris, da Ata Final de Helsínquia,

---

<sup>66</sup> José Medeiros FERREIRA, *NATO: alteração do conceito estratégico*. 13 de Maio de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/085/1999-05-14/3074?pgs=3074-3075&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>67</sup> João AMARAL, *NATO: alteração do conceito estratégico*. 13 de Maio de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/085/1999-05-14/3058?pgs=3058-3062&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>68</sup> João AMARAL, *NATO: alteração do conceito estratégico*. 13 de Maio de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/085/1999-05-14/3058?pgs=3058-3062&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

bem como documentos da OSCE e até o Tratado de Washington de 1949. O CE significaria o repúdio pelo princípio de soberania e pelo limite do recurso à ação militar ofensiva, instituídos na Carta da ONU. A admissão da possibilidade – entretanto, já consumada – de agir unilateralmente sem o mandato da ONU não era só uma infração do Direito Internacional, como também demonstrava o caráter belicoso assumido pela NATO<sup>69</sup>.

Além disto, o PCP tentou apontar as infrações do CE no campo constitucional português, pois iria contra o artigo 7º da Constituição da República Portuguesa, que proibia a ingerência em assuntos internos de Estados soberanos e soluções bélicas de conflitos. O novo conceito entraria também em contradição com os artigos 5º, 6º e 7º do Tratado de Washington, que circunscreviam a área de ação militar da aliança, introduziam a condição de legítima defesa e postulavam que a NATO tinha de acatar e seguir a Carta das Nações Unidas. Estes artigos seriam violados com a ação da aliança fora dos territórios dos estados membros, sem ser em legítima defesa e sem o mandato do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A estas violações estaria subjacente a arrogância imperialista dos Estados Unidos da América, que desejavam utilizar a NATO como instrumento para obtenção dos seus objetivos e interesses em todo o mundo. O PCP considerava o novo CE como uma “chocante e brutal regressão no Direito Internacional”<sup>70</sup>.

Através de Carlos Encarnação, o PSD iniciou a sua participação no debate com críticas à forma de atuar do primeiro-ministro. De facto, António Guterres não se encontrava presente na Assembleia da República, mesmo estando em Portugal, além de não ter informado atempadamente a população e a AR sobre a presença de militares portugueses na ofensiva contra a Jugoslávia<sup>71</sup>.

De forma a esclarecer a sua posição, o PSD afirmou que o novo CE não alterava o Tratado de Washington, indo mais longe, ao defender que este pecava por tardio. Após a queda do Muro de Berlim, o mundo havia-se alterado e a aliança atlântica teria necessariamente de o acompanhar. Citando Alain Minc, Encarnação asseverou que havia

---

<sup>69</sup> João AMARAL, *NATO: alteração do conceito estratégico*. 13 de Maio de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/085/1999-05-14/3058?pgs=3058-3062&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>70</sup> João AMARAL, *NATO: alteração do conceito estratégico*. 13 de Maio de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/085/1999-05-14/3058?pgs=3058-3062&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>71</sup> Carlos ENCARNAÇÃO, *NATO: alteração do conceito estratégico*. 13 de Maio de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/085/1999-05-14/3063?pgs=3063-3066&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

três razões para a não atuação da NATO fora do território dos seus membros: o conceito de não-ingerência, o poder de veto dos membros integrantes do Conselho de Segurança da ONU e a inviolabilidade das fronteiras dos estados. Visto que a aliança era a única com o perfil e meios de atuação militar, a sua não intervenção em conflitos internacionais, possibilitava a violação de Direitos Humanos, como ficou patente nos casos de Timor e do Ruanda. Referiu, ainda, que o caso da Bósnia fora sintomático e que a comunidade internacional e a NATO tinham agido tarde<sup>72</sup>.

Carlos Encarnação garantiu que a NATO, durante o decurso da guerra do Golfo e da crise jugoslava, ao dispor-se a ajudar em missões de manutenção da paz no âmbito da ONU e da CSCE, deixou de ser uma aliança puramente defensiva, colocado a tônica de cooperação, no campo da segurança internacional. Para esta organização conseguir atingir os seus objetivos de defesa de todos os seus aliados e promover a paz, a democracia e os Direitos Humanos, teria de participar na estabilização de toda a zona euro-atlântica. Para isso, teria de utilizar meios políticos ou militares, pois todos os conflitos que aí ocorriam afetavam a segurança dos estados membros da aliança<sup>73</sup>.

No que concerne à legitimidade de atuação fora dos territórios dos seus membros, o PSD compreendia que era necessário o mandato do Conselho de Segurança da ONU. Contudo, caso este não fosse possível, a NATO teria legitimidade de ação, se seguisse o espírito da Carta das Nações Unidas. Além disto, o Partido Social Democrata também invocou a identidade de segurança europeia no seio da NATO<sup>74</sup>.

O deputado Francisco Peixoto do CDS-PP centrou-se em críticas à atuação do governo português e em interrogações sobre as mudanças postuladas no novo CE, nos campos das forças armadas portuguesas, do orçamento de estado e do Direito Internacional. Em relação ao CE e ao papel da NATO, o partido limitou-se a afirmar que a aliança era a melhor solução para a manutenção da paz e dos valores democráticos e

---

<sup>72</sup> Carlos ENCARNAÇÃO, *NATO: alteração do conceito estratégico*. 13 de Maio de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/085/1999-05-14/3063?pgs=3063-3066&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>73</sup> Carlos ENCARNAÇÃO, *NATO: alteração do conceito estratégico*. 13 de Maio de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/085/1999-05-14/3063?pgs=3063-3066&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>74</sup> Carlos ENCARNAÇÃO, *NATO: alteração do conceito estratégico*. 13 de Maio de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/085/1999-05-14/3063?pgs=3063-3066&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).



ocidentais, pois, graças à sua existência, a Europa nunca tinha experienciado um período tão pacífico<sup>75</sup>.

Já o deputado do CDS-PP António Brochado Pedras interrogou-se sobre a falta de discussão sobre o novo CE na AR e interrogou-se sobre se a sua existência não minava a independência da Europa, em relação aos Estados Unidos, e não acicataba aversões nos países considerados de Terceiro Mundo<sup>76</sup>.

O partido «Os Verdes» demonstrou neste debate, pela voz da deputada Isabel Castro, a sua total discordância do novo CE, que, na sua opinião, direcionava a NATO para o caminho oposto ao necessário. Ao invés de ser uma garantia de segurança, para «Os Verdes», significaria exatamente o contrário, ao aumentar a probabilidade de conflito. O melhor seria a via da desmilitarização, desnuclearização e a procura da resolução de disputas, através de meios políticos e pacíficos. Isabel Castro também responsabilizou NATO, por colocar a ONU à margem das decisões bélicas, ao abandonar a necessidade de obter um mandato da organização<sup>77</sup>.

## **4.2. Discursos de António Guterres e de António Martins da Cruz**

Em 23 de Abril, António Guterres dirigiu-se aos seus homólogos e aos chefes de estado presentes na Cimeira de Washington. No seu discurso, o primeiro-ministro congratulou-se pela barreira de defesa alargada que a NATO representava, juntamente com a manutenção de um diálogo com a Ucrânia e a Rússia. Para Guterres, haveria uma panóplia de novos inimigos, como o racismo e o fundamentalismo religioso. Contudo, embora percebesse que era fundamental a NATO tornar-se mais ativa, não podia ser o principal ator da segurança mundial, tendo um papel a desempenhar na adaptação e na melhoria da eficácia da ONU. Considerou a aliança a maior razão para os inéditos 50 anos de paz europeia<sup>78</sup>. Também o representante permanente de Portugal na NATO, António

---

<sup>75</sup> Francisco PEIXOTO, *NATO: alteração do conceito estratégico*. 13 de Maio de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/085/1999-05-14/3066?pgs=3066-3069&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>76</sup> António Brochado PEDRAS, *NATO: alteração do conceito estratégico*. 13 de Maio de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/085/1999-05-14/3073?pgs=3073&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>77</sup> Isabel CASTRO, *NATO: alteração do conceito estratégico*. 13 de Maio de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/085/1999-05-14/3071?pgs=3071-3072&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>78</sup> ANTÓNIO GUTERRES. *Discurso sobre o novo conceito estratégico da NATO*. Consultado a 07/04/2015. in <<http://www.nato.int/docu/speech/1999/s990423s.htm>>.

Martins da Cruz, afirmou que a organização era o pilar defensivo da Europa, sendo positiva a expansão para leste<sup>79</sup>.

Fica assim visível que, nesta altura, existiam dois polos de opinião. Governo, PS, PSD e CDS-PP concordavam com o alargamento e com o novo Conceito Estratégico, afirmando que a aliança era o pilar de segurança da Europa e que partilhava os mesmos princípios e valores do estado português. Por outro lado, o PCP e «Os Verdes» asseveravam um futuro calamitoso, com a diminuição do papel da ONU e a intromissão da NATO em matérias internas, quando os seus interesses estivessem em jogo, em particular dos norte-americanos. Entretanto, pediam o desarmamento e soluções pacíficas para os conflitos.

No que diz respeito à atuação do governo português, toda a oposição foi unânime: o primeiro-ministro não estava a cumprir os seus deveres, ao não comparecer na AR para discutir esta alteração de paradigma fundamental da segurança nacional e ao não fornecer informações e explicações sobre as implicações do novo CE no Orçamento de Estado, nas Forças Armadas e nas responsabilidades portuguesas para com a aliança.

---

<sup>79</sup> ANTÓNIO MARTINS DA CRUZ. *Discurso sobre o alargamento da NATO*. Consultado a 08/04/2015. in <<http://www.nato.int/docu/speech/1998/s981125a.htm>>.

## Capítulo V - Debates parlamentares

Neste capítulo, iremos analisar os debates ocorridos na Assembleia da República, no que concerne à guerra do Kosovo. As discussões parlamentares que se dedicaram a este tema concentraram-se entre finais de Março e meados de Maio de 1999. O primeiro grande debate aconteceu a 24 de Março, dia de início dos bombardeamentos da NATO à República Federal da Jugoslávia.

### 5.1. Primeiro debate

Neste primeiro debate, só se encontraram presentes os partidos políticos com assento parlamentar. O governo não se fez representar. O primeiro a intervir foi o deputado do PSD Ferreira do Amaral, que, para além de criticar o governo pela falta de informação prestada em relação à participação portuguesa no conflito, lembrou a todos os militares que se preparavam para entrar no esforço de guerra da NATO que todo o povo português os apoiava e admirava<sup>80</sup>.

Seguidamente, foi o deputado do PCP João Amaral quem tomou a palavra, repudiando os ataques perpetrados pela NATO, na Jugoslávia. Como os bombardeamentos não tinham mandato do Conselho de Segurança da ONU, foram considerados, pelo PCP, como acontecimentos à revelia do Direito Internacional. Por esta razão e por a NATO estar a exercer um papel que deveria ser da ONU, estes ataques iriam desprestigiar e diminuir a posição desta última e também da OSCE. João Amaral teceu duras críticas à NATO e, em especial, aos Estados Unidos da América, denunciando a sua hipocrisia, pois não tinham intervindo em países como o Afeganistão e a Arábia Saudita para combater violações dos Direitos Humanos. No entanto, apoiaram movimentos separatistas, sendo cúmplices de ações terroristas, num claro atentado à soberania da República Federal da Jugoslávia. Afirmando também que os albanos-boicotaram os acordos ao pressionar para a sua alteração, lembrou que os jugoslavos subscreveram os acordos. A intervenção militar no Kosovo só serviria para estabelecer a NATO como garante dos interesses norte-americanos<sup>81</sup>.

---

<sup>80</sup> Joaquim Ferreira do AMARAL, *Envolvimento de militares portugueses na intervenção militar da NATO na Jugoslávia*. 24 de Março de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/063/1999-03-25/2322?pgs=2322&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>81</sup> João AMARAL, *Envolvimento de militares portugueses na intervenção militar da NATO na Jugoslávia*. 24 de Março de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/063/1999-03-25/2322?pgs=2322-2323&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

Para João Amaral e para o PCP, a guerra só iria gerar mais guerra, visto que o exército jugoslavo não se ia render facilmente, pelo que a solução para o conflito teria de ser atingida através de meios pacíficos, sem nunca colocar em causa a soberania jugoslava<sup>82</sup>.

O deputado Eduardo Pereira do PS reafirmou a confiança que o seu grupo parlamentar tinha no governo para gerir e liderar esta questão. Tal como Ferreira do Amaral, dirigiu-se aos militares portugueses, assegurando-lhes que a confiança depositada neles era total. Eduardo Pereira assegurou que as missões na Bósnia e no Kosovo não eram diferentes e que, aliás, pertenceriam à mesma operação de paz, dado cada uma poder influenciar a outra. O deputado socialista deixou claro que Portugal não aceitou participar em todas as eventualidades militares e somente anuiu em participar em algumas missões<sup>83</sup>, nomeadamente, operações de reconhecimento e patrulhamento aéreo, sem envolvimento direto nos bombardeamentos<sup>84</sup>.

O deputado centrista Luís Queiró manifestou o seu apoio aos militares portugueses que faziam parte da máquina de guerra da NATO. Na visão do CDS-PP, não seria possível continuar a tentar resolver o conflito pela via diplomática e pacífica, visto que todos os esforços nesse sentido já tinham sido efetuados sem sucesso. A culpa deste falhanço residiria na intransigência sérvia. Os albanos-kosovares teriam demonstrado a sua vontade em assinar os acordos de Rambouillet. Concordando que as forças armadas faziam parte de um conjunto de instrumentos diplomáticos e serviam para demonstrar a seriedade da sua posição e as consequências da falta de um acordo, o CDS-PP aceitava a intervenção da aliança atlântica. Porém, a operação da NATO não poderia perder de vista o objetivo fulcral: a obtenção da paz. Logo, teria que trazer a paz à região, assim como obrigar quem não a desejasse, que, para os centristas, eram os sérvios, a permiti-la. A preferência do partido era que a guerra do Kosovo fosse breve. Invocou também os compromissos internacionais de Portugal, nomeadamente com a ONU e a NATO<sup>85</sup>.

---

<sup>82</sup> João AMARAL, *Envolvimento de militares portugueses na intervenção militar da NATO na Jugoslávia*. 24 de Março de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/063/1999-03-25/2322?pgs=2322-2323&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>83</sup> Eduardo PEREIRA, *Envolvimento de militares portugueses na intervenção militar da NATO na Jugoslávia*. 24 de Março de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/063/1999-03-25/2323?pgs=2323&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>84</sup> Miguel Silva MACHADO, “II - Crónicas militares nacionais”. *Revista Militar*. (Maio) 1999. Lisboa. pp. 1039-1041.

<sup>85</sup> Luís QUEIRÓ, *Envolvimento de militares portugueses na intervenção militar da NATO na Jugoslávia*. 24 de Março de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/063/1999-03-25/2323?pgs=2323&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

O Partido Ecologista «Os Verdes» discordava completamente da intervenção da NATO. Para a deputada Isabel Castro, ninguém tinha o direito de decidir sobre a vida ou a morte dos outros. A intervenção ia atingir a população da República Federal da Jugoslávia, e, sobretudo, os que não eram responsáveis pelo conflito, como as crianças. Denunciou, ainda, a atitude belicista por parte dos membros da NATO e de Portugal, os quais não tinham feito todos os esforços diplomáticos possíveis, antes de partir para a guerra. Isabel Castro afirmou que o Direito Internacional estava a ser desprezado com estas ações da aliança<sup>86</sup>.

O deputado Manuel Alegre do PS fez, a seguir, uma intervenção de cariz pessoal, avisando que esta não representava o seu grupo parlamentar. Declarou estar solidário com os militares portugueses em missão no Kosovo, mas interrogou-se sobre as consequências de uma guerra numa região que já havia tido um papel preponderante nas duas guerras mundiais do século. Manuel Alegre pediu também que as questões sobre a participação de militares portugueses nas mais variadas missões fossem discutidas na Assembleia da República<sup>87</sup>.

Eduardo Azevedo Soares, deputado do PSD e presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação, terminou o debate. Este informou que a questão da participação portuguesa na guerra do Kosovo já tinha sido discutida nesta comissão, tendo a maioria dos deputados presentes apoiado a decisão do governo. Disse também ter a certeza de que o grupo parlamentar do PSD concordava com a participação portuguesa, de forma clara<sup>88</sup>.

## 5.2. Segundo debate

O debate seguinte deu-se a 30 de Março, ainda sem a presença de membros do governo. Luís Queiró do CDS-PP foi o primeiro a intervir. Criticou o governo por ainda não ter explicado quais os contornos, exigências e possibilidades da participação portuguesa na guerra do Kosovo, apesar de todos os partidos políticos com assento parlamentar terem apoiado esta decisão, à exceção do PCP. Queiró não referiu que «Os

---

<sup>86</sup> Isabel CASTRO, *Envolvimento de militares portugueses na intervenção militar da NATO na Jugoslávia*. 24 de Março de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/063/1999-03-25/2324?pgs=2324&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>87</sup> Manuel ALEGRE, *Envolvimento de militares portugueses na intervenção militar da NATO na Jugoslávia*. 24 de Março de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/063/1999-03-25/2324?pgs=2324&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>88</sup> Eduardo Azevedo SOARES, *Envolvimento de militares portugueses na intervenção militar da NATO na Jugoslávia*. 24 de Março de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/063/1999-03-25/2324?pgs=2324&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

Verdes» também estavam contra a participação. Reafirmou a necessidade de uma guerra breve e eficaz. Contudo, o CDS-PP verificava que, com o piorar da situação na região, foram desenhadas fases mais perigosas e a Assembleia da República continuava a desconhecer os limites da intervenção da NATO e de Portugal, em particular<sup>89</sup>.

Octávio Teixeira do PCP fez uma distinção entre as preocupações formais retratadas por Luís Queiró e as inquietações de conteúdo do Partido Comunista Português. Teixeira continuou, dizendo não haver qualquer justificação política ou baseada no Direito Internacional para que a NATO e, em especial, Portugal desfizessem ataques a um estado soberano. Octávio Teixeira pediu ao governo para retirar as tropas portuguesas do contingente da NATO, o mais célere possível<sup>90</sup>.

Acácio Barreiros do Partido Socialista referiu a indisponibilidade do primeiro-ministro e dos restantes membros do governo para comparecerem na Assembleia da República, a fim de dar explicações sobre esta questão, antes de dia 8 de Abril. Todavia, ressaltou que a matéria já havia sido discutida numa reunião conjunta da Comissão de Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação e da Comissão de Defesa Nacional. O Partido Socialista prosseguiu a defesa das críticas, lembrando que todos os partidos, à exceção do PCP, apoiaram a deliberação do governo, esquecendo novamente o PEV. Escudou-se igualmente na asserção de que a participação portuguesa estaria ligada aos compromissos internacionais de Portugal, logo, a opção não poderia ter sido diferente<sup>91</sup>.

Carlos Encarnação do PSD reafirmou a concordância do seu partido em relação aos militares portugueses destacados no Kosovo, invocando os compromissos internacionais do país, designadamente para com a NATO. No entanto, declarou que o governo teria de manter a Assembleia da República e o povo português informados sobre a evolução da guerra e as suas consequências na participação nacional. Criticou também

---

<sup>89</sup> Luís QUEIRÓ, *Jugoslávia: militares portuguesas na intervenção militar da NATO*. 30 de Março de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/066/1999-03-31/2412?pgs=2412-2413&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>90</sup> Octávio TEIXEIRA, *Jugoslávia: militares portuguesas na intervenção militar da NATO*. 30 de Março de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/066/1999-03-31/2413?pgs=2413&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>91</sup> Acácio BARREIROS, *Jugoslávia: militares portuguesas na intervenção militar da NATO*. 30 de Março de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/066/1999-03-31/2413?pgs=2413-2414&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

o facto de o primeiro-ministro e o ministro da Defesa terem proferido declarações díspares, quando abordaram este assunto fora do solo português<sup>92</sup>.

Acácio Barreiros reiterou a disponibilidade em prestar esclarecimentos por parte do governo, dizendo que o processo evolutivo da guerra estava a ser transparente<sup>93</sup>. Finalizando o debate, Carlos Encarnação considerou insatisfatórias as explicações fornecidas pelo governo<sup>94</sup>.

### 5.3. Terceiro debate

A 8 de Abril, ocorreu o debate parlamentar mais significativo sobre este tema, já com a presença do ministro-adjunto Jorge Coelho, do ministro da Justiça José Vera Jardim e do primeiro-ministro António Guterres, que teve a seu cargo a intervenção inaugural<sup>95</sup>.

O primeiro-ministro começou por afirmar pretender que Portugal tivesse uma política externa mais alargada e de dimensão internacional, mesmo reconhecendo que existiam limitações. Na sua opinião, o país tinha uma História e um caminho diplomático que se coadunavam com uma diplomacia mais ativa e não apenas vocacionada para a sua defesa. A integração na Zona Schengen e na NATO seriam provas disto mesmo. A não-participação das forças portuguesas no Kosovo provocaria uma moessa na credibilidade externa e o país perderia relevância no seio da NATO<sup>96</sup>.

Guterres defendeu que não era exequível continuar uma aproximação diplomática à República Federal da Jugoslávia, pois esta havia sido inflexível em Rambouillet e violara três resoluções do Conselho de Segurança da ONU, ao contrário dos albanos-kosovares, que haviam assinado os acordos. Como as sanções económicas também se tinham revelado infrutíferas, a única via possível era a militar. Caso contrário, massacres,

---

<sup>92</sup> Carlos ENCARNAÇÃO, *Jugoslávia: militares portuguesas na intervenção militar da NATO*. 30 de Março de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/066/1999-03-31/2414?pgs=2414&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>93</sup> Acácio BARREIROS, *Jugoslávia: militares portuguesas na intervenção militar da NATO*. 30 de Março de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/066/1999-03-31/2413?pgs=2413-2414&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>94</sup> Carlos ENCARNAÇÃO, *Jugoslávia: militares portuguesas na intervenção militar da NATO*. 30 de Março de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/066/1999-03-31/2414?pgs=2414&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>95</sup> António GUTERRES, *Política governamental*. 8 de Abril de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/069/1999-04-09/2518?pgs=2518-2521,2523-2524,2527-2533,2538-2539,2541-2542&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>96</sup> António GUTERRES, *Política governamental*. 8 de Abril de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/069/1999-04-09/2518?pgs=2518-2521,2523-2524,2527-2533,2538-2539,2541-2542&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

torturas e violações iriam continuar, perante a inação da Comunidade Internacional. Considerou, ainda, que ajudar os albanos-kosovares era um imperativo moral, que simbolizaria uma aproximação entre duas culturas. A credibilidade de uma ação determinada no tratamento da questão kosovar iria fornecer mais armas a Portugal para lutar pelos direitos dos timorenses<sup>97</sup>. Fica perceptível que, para o primeiro-ministro, a responsabilidade recaía inteiramente sobre os sérvios.

O social-democrata Luís Marques Mendes criticou a falta de informação prestada pelo governo sobre esta questão e a atitude do primeiro-ministro, que parecia não querer explicar ao país os contornos da participação portuguesa, nem mesmo se lhe formulassem perguntas sobre esta matéria. Marques Mendes reprovou o facto do chefe de governo não ter dedicado espaço na sua intervenção para se referir a assuntos internos<sup>98</sup>.

A isto, António Guterres respondeu, constatando que Marques Mendes não abordou o assunto do Kosovo, embora tenha acusado o primeiro-ministro e o governo de silêncio sobre a matéria<sup>99</sup>.

Seguidamente, interveio Francisco Assis do PS, que se mostrou solidário com a atitude do governo, nesta matéria. Ajuizava a intervenção da NATO como um imperativo moral. Para o deputado, o que estava em jogo não era simplesmente o destino do Kosovo, mas a luta contra o ideal bacoco do nacionalismo étnico, que tinha de ser expulso da sociedade, visto não ser conciliável com os valores europeus e ocidentais. Assis entendia que certas questões com fundamento poderiam ser colocadas, tais como a legalidade. Porém, o imperativo moral da intervenção militar estava acima destas questões. Referiu que o Partido Socialista defendia a intervenção e a participação portuguesa, embora preferisse a paz e as soluções diplomáticas, porque quando valores base estão em risco não se poderia titubear<sup>100</sup>.

Seguindo o exemplo de Luís Marques Mendes, Luís Queiró do CDS-PP criticou a falta de esclarecimentos por parte do governo e a pouca disponibilidade do primeiro-

---

<sup>97</sup> António GUTERRES, *Política governamental*. 8 de Abril de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/069/1999-04-09/2518?pgs=2518-2521,2523-2524,2527-2533,2538-2539,2541-2542&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>98</sup> Luís Marques MENDES, *Política governamental*. 8 de Abril de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/069/1999-04-09/2521?pgs=2521-2522&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>99</sup> António GUTERRES, *Política governamental*. 8 de Abril de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/069/1999-04-09/2518?pgs=2518-2521,2523-2524,2527-2533,2538-2539,2541-2542&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>100</sup> Francisco ASSIS, *Política governamental*. 8 de Abril de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/069/1999-04-09/2524?pgs=2524-2526&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).



ministro para se deslocar à Assembleia da República e reafirmou que o mais importante para os centristas eram os militares destacados na operação. O CDS-PP reconheceu a importância dos compromissos internacionais a que Portugal estava sujeito, em especial na NATO, de que era membro fundador. Queiró fez uma distinção clara entre os sérvios e os albanos-kosovares. De um lado, a Sérvia, considerada neocomunista e neonacionalista, que estaria a praticar uma limpeza étnica dos albaneses do Kosovo, por os considerar desnecessários no seu território. Do outro lado, os albanos-kosovares eram descritos como o povo mais humilde e vulnerável da Europa<sup>101</sup>.

Luís Queiró julgava a situação albanos-kosovar semelhante à de Timor. Com isto em mente, perguntou ao primeiro-ministro como iria o governo ajudar, a fim para proteger os timorenses que se encontravam na mesma aflição. Por fim, interrogou-o sobre questões formais e práticas: o CE da NATO, que permitia atacar outro estado quando um membro da aliança era atingido ou na sua iminência, consentia os bombardeamentos à RFJ?; a intervenção da aliança atlântica estaria a criar entraves à diplomacia com a Rússia, podendo desestabilizar a Europa?; qual a posição do executivo nacional em relação a uma hipotética participação de forças portuguesas numa ofensiva terrestre?; o governo português foi consultado aquando o levantamento da possibilidade do ataque?; e o executivo acreditava na eficácia dos bombardeamentos, quer política, quer militarmente?<sup>102</sup>.

António Guterres defendeu que os bombardeamentos seriam eficazes e produziriam menos danos colaterais, assim como fariam com que os sérvios aceitassem negociar novamente, com base nos Acordos de Rambouillet. Indicou que haveria necessidade do CE da NATO ser modificado para abarcar alguns imperativos de ordem moral e estratégica, como este. Guterres postulava o interesse em relações saudáveis entre a NATO, a Rússia e a Ucrânia e referiu que, em diversas ocasiões, louvou a intercedência do enviado russo Primakov, junto de Belgrado. No que respeita a uma eventual ofensiva terrestre, o primeiro-ministro considerava-a uma operação difícil, que não fora proposta

---

<sup>101</sup> Luís QUEIRÓ, *Política governamental*. 8 de Abril de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/069/1999-04-09/2527?pgs=2527-2528&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>102</sup> Luís QUEIRÓ, *Política governamental*. 8 de Abril de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/069/1999-04-09/2527?pgs=2527-2528&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

ao governo português, mas não a colocou de parte, de forma categórica, a participação portuguesa<sup>103</sup>.

Carlos Carvalhas discordava de uma guerra contra um estado soberano, pois violava o Direito Internacional. Para si, ao contrário do postulado por António Guterres, a aceitação portuguesa de uma intervenção militar no Kosovo e do novo CE, que tornavam a ONU menos relevante no panorama internacional, aumentariam a dificuldade em obter apoios dessa organização, na questão timorense. O PCP defendeu que a NATO estava a falhar todos os seus objetivos: não conseguiu isolar o governo jugoslavo, criar divisões no seio da sociedade da RFJ, combater os ódios étnicos, nem impedir a morte e migração dos habitantes do Kosovo. O deputado contestou os poucos danos colaterais mencionados pelo primeiro-ministro, dizendo que, com os ataques, apenas se conseguia vislumbrar destruição, feridos e cadáveres. Portugal partilhava responsabilidades no sofrimento do povo da RFJ. Assim, as tropas lusas deveriam ser retiradas da missão do Kosovo e, novamente, proposta uma solução diplomática. O PCP concluiu que, desta forma, Portugal poderia se focar exclusivamente no tratamento do caso de Timor. Os comunistas não consideravam uma solução militar eficaz a médio ou longo prazo, embora pudesse parecê-lo no imediato<sup>104</sup>.

António Guterres respondeu que o desiderato português não era de colocar os “sérvios de joelhos”, mas sim evitar a morte, deportação e imigração da população kosovar. À falta de mandato da ONU para intervir no Kosovo, escudou-se no facto de o Conselho de Segurança ter aprovado três resoluções a condenar a situação na região e o genocídio praticado. O próprio Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, elaborara um relatório que mencionava o risco de catástrofe iminente e de instabilidade no território. Para Guterres, a ONU não intervieria militarmente devido ao poder de veto russo, o que demonstrava a necessidade de reformar o Conselho de Segurança. Comparou a situação kosovar com a bósnia, argumentando que eram semelhantes, e lembrou que, também aí, foram necessários bombardeamentos iniciais para alcançar os acordos do Dayton e a paz na região. Contradizendo isto, Carlos Carvalhas asseverou que a participação nacional, nesta contenda, concederia uma maior credibilidade e autoridade moral para defender

---

<sup>103</sup> António GUTERRES, *Política governamental*. 8 de Abril de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/069/1999-04-09/2518?pgs=2518-2521,2523-2524,2527-2533,2538-2539,2541-2542&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>104</sup> Carlos CARVALHAS, *Política governamental*. 8 de Abril de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/069/1999-04-09/2529?pgs=2529-2530&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

Timor. Portugal não poderia fazê-lo, ao mesmo tempo que ignorava os apelos de um povo que estava a passar pelo mesmo sofrimento<sup>105</sup>.

Enquanto o primeiro-ministro discursava, a bancada comunista enumerava conflitos idênticos que não haviam merecido a mesma atenção, como os casos do Ruanda e dos curdos. Entretanto, Carlos Carvalhas retomou a palavra e denunciou esta contradição, referindo também a situação na Palestina, acusando o governo e a NATO de utilizarem a justificação humanitária, mediante os seus interesses. Afirmou, mais uma vez, que Portugal deveria estar centrado na persecução da paz em Timor. A decisão de apoiar os bombardeamentos era vista, por si, como uma ato de subserviência perante os EUA, os quais, através da NATO, haviam conseguido desprestigiar a Europa e dividi-la. Carvalhas chamou aos ataques da aliança atlântica um fracasso civilizacional<sup>106</sup>.

O primeiro-ministro defendeu-se, ao dizer que a questão do Kosovo era liderada pelos países europeus, e deu o exemplo das negociações de Rambouillet. Na sua opinião, os estados europeus, entre os quais Portugal, estavam inequivocamente de acordo com o rumo seguido, pois estava em causa a defesa dos interesses da Europa. Refutou a hipocrisia, argumentando que o governo sempre se batera pela defesa dos direitos dos curdos e do povo palestino e que seria reprovável intervir apenas quando estava em causa um povo com ligações históricas a Portugal<sup>107</sup>.

«Os Verdes», pela voz da deputada Cármen Francisco, concordaram com a posição do PCP, embora assentissem, explicitamente, a existência de uma catástrofe humanitária no Kosovo. Ainda assim, não deram como provado o genocídio dos albanos-kosovares. Para «Os Verdes», os bombardeamentos iriam ter o resultado oposto ao esperado, fortalecendo o desastre humanitário. Nesta intervenção contra um estado soberano, o governo foi acusado de seguidismo aos EUA, numa ação que se encontrava fora dos parâmetros do Direito Internacional e que retirava influência à ONU. Desta forma, seria mais difícil a Portugal reunir apoios com vista à resolução da questão

---

<sup>105</sup> António GUTERRES, *Política governamental*. 8 de Abril de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/069/1999-04-09/2518?pgs=2518-2521,2523-2524,2527-2533,2538-2539,2541-2542&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>106</sup> Carlos CARVALHAS, *Política governamental*. 8 de Abril de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/069/1999-04-09/2529?pgs=2529-2530&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>107</sup> António GUTERRES, *Política governamental*. 8 de Abril de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/069/1999-04-09/2518?pgs=2518-2521,2523-2524,2527-2533,2538-2539,2541-2542&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

timorense, pelo que Cármen Francisco defendeu a saída dos militares portugueses do teatro de guerra<sup>108</sup>.

O primeiro-ministro questionou a deputada do PEV sobre se conseguiria ficar imóvel, enquanto ocorria um genocídio de milhares de pessoas e quando todas as sanções económicas se haviam demonstrado infrutíferas, assim como as negociações diplomáticas. O facto de os albanos-kosovares continuarem a abandonar ao Kosovo seria uma razão para continuar os ataques, pois, defendeu Guterres, estes não fugiam dos bombardeamentos, mas sim dos sérvios.<sup>109</sup>

O PCP também lançou uma questão ao primeiro-ministro, por Octávio Teixeira. Visto que Guterres justificou um ataque sem mandato da ONU com o perigo de veto russo, o deputado perguntou se, a partir daquele momento, caso houvesse algum veto no Conselho de Segurança, os outros membros poderiam agir à margem da ONU. Relembrou também que os jugoslavos aceitaram a primeira versão dos acordos de Rambouillet, enquanto os albanos-kosovares não fizeram, sem qualquer represália. Teixeira não compreendia a diferença de reação por parte da NATO, depois de os jugoslavos declinarem assinar a segunda versão dos acordos<sup>110</sup>.

Eduardo Pereira do PS afirmou que o objetivo da NATO era o de evitar uma nova situação como a bósnia e que, para isso, era essencial uma ação célere. O deputado reiterou a necessidade de uma reformulação do direito de veto do Conselho de Segurança, enquanto garantia que, para ter autoridade moral na defesa dos timorenses, Portugal tinha de fazer o mesmo em relação aos kosovares. O primeiro-ministro ponderou sobre a ação a conduzir logo após a guerra, ao afirmar que seria necessário ajudar os desalojados do conflito e apoio financeira para reconstruir o Kosovo e a Sérvia<sup>111</sup>.

Manuel Alegre considerou que a intervenção, tendo sido aprovado à revelia da ONU, não era condizente com o Direito Internacional. Para si, a NATO sobrepusera-se à ONU e as discussões sobre a reforma do Conselho de Segurança não alterariam a

---

<sup>108</sup> Cármen FRANCISCO, *Política governamental*. 8 de Abril de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/069/1999-04-09/2532?pgs=2532&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>109</sup> António GUTERRES, *Política governamental*. 8 de Abril de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/069/1999-04-09/2518?pgs=2518-2521,2523-2524,2527-2533,2538-2539,2541-2542&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>110</sup> Octávio TEIXEIRA, *Política governamental*. 8 de Abril de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/069/1999-04-09/2537?pgs=2537-2538&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>111</sup> Eduardo PEREIRA, *Política governamental*. 8 de Abril de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/069/1999-04-09/2540?pgs=2540&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

realidade atual: a carência de mandato da ONU para atacar um estado soberano, com exceção da legítima defesa. Via no apoio europeu aos bombardeamentos uma subserviência perante os EUA e não acreditava na sua moralidade. Contestou a tentativa de impor valores civilizacionais por via militar, dado esta situação colocar em causa a relevância e a existência da ONU<sup>112</sup>.

Para terminar o debate, o primeiro-ministro afirmou ser necessário acelerar a ajuda aos refugiados. Arguiu que, face a uma situação urgente como esta e ao bloqueio do Conselho de Segurança, as responsabilidades teriam de ser assumidas por quem esperava resolver um conflito. Para além disso, o governo sérvio violara três resoluções da ONU, tendo a NATO adiado os bombardeamentos diversas vezes, para encetar negociações. Os ataques não teriam como alvo os sérvios, mas sim o regime sérvio, garantiu o primeiro-ministro, reforçando que os estados teriam de agir conforme os seus princípios morais<sup>113</sup>.

#### **5.4. Restantes referências à guerra do Kosovo na Assembleia da República**

No dia 25 de Abril, foram feitas referências à guerra do Kosovo, na Assembleia da República. O deputado do PCP Lino de Carvalho contestou a agressão a que a Jugoslávia estava sujeita, assim como a violação da Carta da Organização das Nações Unidas. Afirmou que destruição não poderia ser considerada parte de uma intervenção humanitária e a que melhor forma de resolver o conflito seria uma solução diplomática, que não destruísse a soberania jugoslava, nem obrigasse a população do Kosovo migrar, como os bombardeamentos tinham feito, até então. Defendeu também a retirada das forças militares portuguesas da missão da NATO<sup>114</sup>.

Luís Marques Mendes criticou a incoerência da comunidade internacional em relação aos Direitos Humanos, visto que, se no Kosovo agiu de forma decisiva, na questão de Timor não tomava qualquer ação<sup>115</sup>.

---

<sup>112</sup> Manuel ALEGRE, *Política governamental*. 8 de Abril de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/069/1999-04-09/2540?pgs=2540-2541&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>113</sup> António GUTERRES, *Política governamental*. 8 de Abril de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/069/1999-04-09/2518?pgs=2518-2521,2523-2524,2527-2533,2538-2539,2541-2542&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>114</sup> Lino de CARVALHO, *Comemoração do XXV aniversário do 25 de Abril de 1974*. 25 de Abril de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/077/1999-04-26/2773?pgs=2773-2774&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>115</sup> Luís Marques MENDES, *Comemoração do XXV aniversário do 25 de Abril de 1974*. 25 de Abril de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/077/1999-04-26/2776?pgs=2776-2777&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

No discurso final desta sessão parlamentar, o Presidente da República Jorge Sampaio, defendeu a intervenção da NATO e a participação portuguesa, que, a seu ver, defendia os Direitos Humanos. Para Sampaio, o cumprimento dos compromissos internacionais e a coerência, no que concerne ao Direitos Humanos, como o caso do Kosovo patenteava, dariam mais força a Portugal, na comunidade internacional, para defender o povo timorense<sup>116</sup>.

A 29 de Abril, o CDS-PP desaprovou a falta de informação sobre os desenvolvimentos da guerra do Kosovo por parte do governo<sup>117</sup>.

No dia 12 de Maio, Azevedo Soares (PSD) pretendeu saber se o governo iria aprovar a participação de militares portugueses numa ofensiva terrestre, que fora autorizada pelo Conselho Superior de Defesa Nacional, mas, mais uma vez, censurou a escassez de esclarecimentos do executivo<sup>118</sup>.

Acácio Barreiros lembrou a Azevedo Soares que o ministro dos Negócios Estrangeiros já havia desmentido essa possibilidade e que o governo consentiria a participação nacional no apoio humanitário<sup>119</sup>.

Depois de comentar também a escassez de informações, Octávio Teixeira do PCP apelou ao regresso dos militares portugueses e insinuou que os países envolvidos na ofensiva tinham vergonha da guerra, já só pretendendo enviar pessoal médico para o Kosovo<sup>120</sup>.

Luís Queiró também pretendeu esclarecimentos do governo sobre esta matéria e falou de incoerência, caso as notícias recentes do envolvimento português num ataque terrestre se revelassem verdadeiras<sup>121</sup>.

---

<sup>116</sup> Jorge SAMPAIO, *Comemoração do XXV aniversário do 25 de Abril de 1974*. 25 de Abril de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/077/1999-04-25/2785?pgs=2776-2777&org=PLC&plcdf=true>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>117</sup> Luís QUEIRÓ, *Pronúncia, acompanhamento e apreciação pela Assembleia da República da participação de Portugal no processo de construção da União Europeia*. 29 de Abril de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/079/1999-04-30/2843?pgs=2843&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>118</sup> Eduardo Azevedo SOARES, *Kosovo: ajuda humanitária aos refugiados albaneses*. 12 de Maio de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/084/1999-05-13/3006?pgs=3006-3007&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>119</sup> Acácio BARREIROS, *Kosovo: ajuda humanitária aos refugiados albaneses*. 12 de Maio de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/084/1999-05-13/3006?pgs=3006&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>120</sup> Octávio TEIXEIRA, *Kosovo: ajuda humanitária aos refugiados albaneses*. 12 de Maio de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/084/1999-05-13/3007?pgs=3007&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>121</sup> Luís QUEIRÓ, *Kosovo: ajuda humanitária aos refugiados albaneses*. 12 de Maio de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/084/1999-05-13/3007?pgs=3007-3008&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

A 13 de Maio, num debate sobre o novo CE da NATO, requerido pelo PCP, o ministro dos Negócios Estrangeiros Jaime Gama declarou preferir uma intervenção sancionada pelo Conselho de Segurança da ONU, mas este encontrar-se-ia bloqueado por um possível veto, apesar de terem sido aprovadas três resoluções que retratavam a região como uma ameaça à estabilidade<sup>122</sup>.

Através do deputado João Amaral, o PCP condenou a intervenção por esta ir contra o Direito Internacional, dado não ter mandato da ONU. Observou que a guerra do Kosovo e o novo CE da NATO eram inconstitucionais, tendo este último sido utilizado ainda antes da sua aprovação. João Amaral acreditava que o CE e a guerra tinham a exclusiva função de legitimar o papel da aliança na comunidade internacional e demonstravam a subserviência de Portugal e da Europa face aos EUA. Apelou ao fim da guerra, à desmilitarização da NATO e subsequente fim da organização<sup>123</sup>.

Carlos Encarnação justificou a intervenção como um dever moral e ético, embora tenha admitido que os europeus não se encontravam em posição de a efetuar sozinhos. Defendeu a NATO, ao mencionar que esta agia sem mandato da ONU, por o seu Conselho de Segurança estar bloqueado. O deputado deu exemplos de fracassos anteriores, no que toca a catástrofes humanitárias, como, por exemplo, o caso do Ruanda, que não poderiam ser repetidos. Censurou a República Federal da Jugoslávia pela sua condução de uma limpeza étnica no Kosovo e acreditava que a guerra iria enfraquece-la e obriga-la a respeitar os Direitos Humanos. Alegou que a participação portuguesa teria um bom efeito em Timor, visto que a resistência deste país apoiava os bombardeamentos. Encarnação defendeu, porém, que a participação no Kosovo tinha de ter sido sancionada pela Assembleia da República<sup>124</sup>.

Francisco Peixoto, do CDS-PP, assegurou que a NATO era o melhor garante dos valores ocidentais e que a intervenção militar contra a RFJ, além de combater o genocídio de albanos-kosovares, protegeria a estabilidade da região e dos membros da aliança<sup>125</sup>.

---

<sup>122</sup> Jaime GAMA, *NATO: alteração do conceito estratégico*. 13 de Maio de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/085/1999-05-14/3054?pgs=3054-3057.3081-3082&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>123</sup> João AMARAL, *NATO: alteração do conceito estratégico*. 13 de Maio de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/085/1999-05-14/3058?pgs=3058-3062&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>124</sup> Carlos ENCARNÇÃO, *NATO: alteração do conceito estratégico*. 13 de Maio de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/085/1999-05-14/3063?pgs=3063-3066&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>125</sup> Francisco PEIXOTO, *NATO: alteração do conceito estratégico*. 13 de Maio de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/085/1999-05-14/3066?pgs=3066-3069&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

A última alusão ao Kosovo na Assembleia da República, durante a guerra, surgiu a 19 de Maio através do PSD, que protestou, mais uma vez, contra a parca informação acerca dos desenvolvimentos da participação nacional<sup>126</sup>.

Ao observarmos os debates parlamentares, verificamos que todos os grupos parlamentares, à exceção do socialista, criticaram a falta e a demora de esclarecimentos do governo sobre evolução do envolvimento militar português no Kosovo. Denotam-se claramente dois polos de opinião: PCP e «Os Verdes», de um lado, e PS, PSD e CDS-PP, do outro. Tanto o PCP como «Os Verdes» não aceitavam completamente a existência de um genocídio e defendiam que a intervenção ia contra o Direito Internacional e que pioraria a situação da população do Kosovo, assim como acreditavam ser um ato de subserviência para com os EUA, que diminuía a influência da ONU e a possibilidade de Portugal atingir resultados na questão timorense. Por outro lado, tornou-se óbvia a afinidade política entre a CDU e Partido Socialista Sérvio de Milosevic.

Já PS, PSD e CDS-PP pretendiam satisfazer os compromissos portugueses na NATO, acreditando que um mandato da ONU não seria exequível, devido ao aparente bloqueio do Conselho de Segurança, e que todas as possibilidades negociais estariam esgotadas. Além disso, defendiam que a sua principal preocupação era a de garantir a observância dos Direitos Humanos na região, reconhecendo a participação nacional na defesa dos direitos dos albanos-kosovares como um auxílio na obtenção de apoios na comunidade internacional para a frente timorense.

De destacar, por último, que só foi visível uma voz dissonante da posição oficial de algum partido, pertencente ao deputado Manuel Alegre, do Partido Socialista.

---

<sup>126</sup> José Manuel Durão BARROSO, *Política governamental: debate com o primeiro-ministro*. 19 de Maio de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/087/1999-05-20/3126?pgs=3126-3128&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).



## Capítulo VI - Governo e Partido Socialista

Este capítulo analisará as opiniões de membros do Partido Socialista e de personalidades a ele ligado, assim como as ações do governo de António Guterres, em relação à guerra do Kosovo e ao envolvimento português.

Como já foi referido, em 1999, o Partido Socialista tinha maioria relativa na Assembleia da República e o governo era chefiado por António Guterres, sendo Jorge Sampaio o Presidente da República.

### 6.1. Posição e participação na guerra do Kosovo do Estado português

No XI Congresso do Partido Socialista, em Fevereiro de 1999, o primeiro-ministro não abordou o Kosovo, tal como os restantes intervenientes<sup>127</sup>. Como ficou demonstrado pelas suas intervenções na Assembleia da República, Guterres concordava com os bombardeamentos da NATO. Num debate com Ramalho Eanes e Freitas do Amaral, o primeiro-ministro considerou que a alternativa a uma ofensiva era a abdicação da procura de uma solução para a região. Para si, era necessário impedir a continuação do genocídio da população albano-kosovar e ser fiel aos compromissos portugueses dentro da aliança atlântica. Ao contrário de muitos críticos, pensava que o papel dos Estados Unidos na América no conflito não era de hegemonia, mas sim de equilíbrio. A solução para a região teria de ser atingida, conservando as fronteiras da RFJ e transferindo autonomia para o Kosovo, dando, assim, uma pequena vitória à Rússia, que Guterres havia afirmado ser fundamental, para um desfecho político bem-sucedido<sup>128</sup>.

Depois de, no Parlamento, ter respondido pouco convictamente sobre a possibilidade da participação portuguesa numa ofensiva terrestre, António Guterres acabou por recusar essa hipótese, no mesmo debate. Guterres julgava que esta opção não traria benefícios para o fim da guerra e afirmou ter manifestado essa opinião na Cimeira

---

<sup>127</sup> Para informação sobre o XI do Partido Socialista ver: António GUTERRES, “Discursos de António Guterres no XI Congresso do Partido Socialista”, in *XI Congresso do Partido Socialista*, 6-7/02/1999, Lisboa.; António GUTERRES, “A nossa via – Uma relação de confiança com os portugueses”, in *XI Congresso do Partido Socialista*, 6-7/02/1999, Lisboa.; Pedro JORDÃO, “O PS por uma nova cultura política”, in *XI Congresso do Partido Socialista*, 6-7/02/1999, Lisboa.; Manuel ALEGRE, “Falar é preciso (contributo para a reflexão)”, in *XI Congresso do Partido Socialista*, 6-7/02/1999, Lisboa.

<sup>128</sup> Orlando RAIMUNDO, “Guterres discute por fim a guerra do Kosovo”, in *Expresso*, 29/05/1999, Lisboa.

da NATO, em Washington. Assumindo uma posição mais crítica, reconheceu o erro de seguir uma política de desintegração da RFJ<sup>129</sup>.

Em Abril, o primeiro-ministro afirmou que a questão timorense se assemelhava à kosovar, criticando a atitude dualista da comunidade internacional. Rejeitou, por completo, esta posição, dizendo que Portugal nunca agiria de forma diferente perante as mesmas situações, independentemente de uma maior ou menor ligação à população em causa, como estaria patente no caso do Kosovo<sup>130</sup>.

A oposição foi unânime ao acusar o governo e o primeiro-ministro de demorar a oferecer explicações sobre a intervenção e a participação portuguesa, tanto no início, como durante a guerra. O primeiro-ministro só efetuou uma declaração exaustiva sobre a situação em Abril, no Parlamento<sup>131</sup>.

Para além da concordância do governo no envio de tropas portuguesas para o Kosovo, também o Conselho Superior de Defesa Nacional deu a sua aprovação<sup>132</sup>. A 12 de Novembro, o CSDN emitiu a sua aprovação à participação portuguesa numa hipotética ofensiva, reforçando-a a 15 de Março<sup>133</sup>.

No início dos bombardeamentos, Portugal enviou 60 militares, 6 dos quais pilotos da Força Aérea, e 3 aviões F-16 da Esquadra 201 da Base Aérea nº5 de Monte Real. Os militares ficaram estacionados em Aviano, Itália. Os aviões participaram em operações de patrulhamento aéreo e de escolta de outras aeronaves. A fragata Álvares Cabral encontrava-se no Mediterrâneo com navios espanhóis, franceses e italianos, no âmbito de um exercício da EUROMARFORCE. Apesar de este exercício não estar incluído no esforço de guerra do Kosovo, os navios estavam preparados para entrar em ação, caso fosse necessário<sup>134</sup>. A 24 de Maio, a fragata Côrte-Real foi inserida na

---

<sup>129</sup> Helena PEREIRA, “Guterres contra a invasão terrestre”. *Público*, 26/05/1999. in <<http://www.publico.pt/mundo/jornal/guterres-contr-a-invasao-terrestre-134023>> (Consultado a 07/07/2015).

<sup>130</sup> “Portugal unido e chocado com as atrocidades em Timor-Leste”, in *Acção Socialista*, 22/04/1999, Lisboa.

<sup>131</sup> Daniel REIS, e Luís TIBÉRIO, “O distanciamento português”, in *Expresso*, 02/04/1999, Lisboa.

<sup>132</sup> O CSDN é um órgão consultivo a que compete dar pareceres sobre assuntos relacionados com a defesa nacional e que, em tempo de guerra, coordena a política militar. Nele, participam o primeiro-ministro, diversos ministros, os presidentes dos governos regionais, dois deputados e os chefes do estado-maior dos ramos das Forças Armadas, presididos pelo Presidente da República. PRESIDENTE DA REPÚBLICA JORGE SAMPAIO (1996-2006). *Conselho Superior de Defesa Nacional*. Consultado a 13/05/2015. in <<http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/main.html>>.

<sup>133</sup> PRESIDENTE DA REPÚBLICA JORGE SAMPAIO (1996-2006). *Conselho Superior de Defesa Nacional*. Consultado a 13/05/2015. in <<http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/main.html>>.

<sup>134</sup> Miguel Silva MACHADO, “II - Crónicas militares nacionais”. *Revista Militar*. (Maio) 1999. Lisboa. pp. 1039-1041.

STANAFORLANT, que tinha a seu cargo garantir o embargo marítimo imposto pela República Federal da Jugoslávia<sup>135</sup>.

Apesar de ter havido preparativos nesse sentido e da aprovação do CSDN, Portugal não participou na Operação Abrigo Aliado<sup>136</sup>, que consistia no envio de tropas da NATO para a Albânia, a fim de proteger e apoiar a ajuda humanitária<sup>137</sup>.

#### V - Participação portuguesa na guerra do Kosovo

Tipo	Nº	Ações
Militares	60	Patrulhamento aéreo e escolta de aeronaves
Aviões	3	Patrulhamento aéreo e escolta de aeronaves
Fragatas	2	EUROMARFORCE e STANAFORLANT

Fonte: Elaboração própria, de acordo com Revista Militar<sup>138</sup>

Mais tarde, depois de terminar a guerra, o país enviou militares para incorporarem a KFOR, a força de *peacekeeping* para o Kosovo. Portugal iniciou a sua participação na operação a 9 de Agosto, com a chegada do Agrupamento Bravo da Brigada Aerotransportada Independente, comandado pelo Tenente Coronel Antunes Calçada. Esta força manteve-se no território até 11 Fevereiro de 2000 (Sousa, 2008:26).

Portugal participou igualmente na ajuda aos refugiados. Fê-lo em duas vertentes: quer recebendo-os, quer enviando mantimentos para campos de refugiados na Macedónia e na Albânia. Durante o período de duração da guerra, foram recebidos 1 271 refugiados kosovares, que se poderiam manter no país por seis meses. Estes foram distribuídos por 30 centros de acolhimento e recebiam alimentação, assim como dinheiro para pequenas despesas. Os refugiados acolhidos com as suas famílias só podiam regressar ao Kosovo se fossem acompanhados por toda a família. Após o retorno, perdiam o estatuto legal em Portugal (Selm, 2000:220).

<sup>135</sup> Miguel Silva MACHADO, “II - Crónicas militares nacionais”. *Revista Militar*. (Junho/Julho) 1999. Lisboa. p. 1070.

<sup>136</sup> Miguel Silva MACHADO, “II - Crónicas militares nacionais”. *Revista Militar*. (Junho/Julho) 1999. Lisboa. pp. 1069-1070.

<sup>137</sup> Pedro Rosa MENDES, “NATO receia escudos humanos”. *Público*, 09/04/1999. in <<http://www.publico.pt/destaque/jornal/nato-receia-escudos-humanos-131846>> (Consultado a 07/07/2015).

<sup>138</sup> Miguel Silva MACHADO, “II - Crónicas militares nacionais”. *Revista Militar*. (Junho/Julho) 1999. Lisboa. p. 1070.

Existem relatos de pessoas que fugiram dos centros de acolhimento para se encontrar com os seus familiares noutra país<sup>139</sup>. Os refugiados que ficaram instalados em colónias da Santa Casa da Misericórdia não podiam sair, sem acompanhamento de funcionários, e estavam sujeitos a recolher obrigatório. Ocorreram, porém, casos em que os kosovares não receberam o dinheiro para as suas despesas<sup>140</sup>. Aquando o término da guerra, 987 pessoas voltaram para o Kosovo, enquanto outros se mantiveram em Portugal até à Primavera de 2000 ou se mudaram para outro país<sup>141</sup>.

Para ajudar os refugiados em centros de acolhimento da Macedónia, a 1 de Maio, foi enviada uma equipa com técnicos da Segurança Social, Serviço Nacional de Proteção Civil, Ministério da Saúde e da Organização Internacional para os Refugiados, bem como do Conselho Português para os Refugiados<sup>142</sup>. Aviões C-130 da Esquadra 501 da Base Aérea nº6 deslocaram-se à Macedónia para levar mantimentos aos refugiados que lá se encontravam<sup>143</sup>.

#### VI - Refugiados do conflito do Kosovo - 1999

Origem	País de Acolhimento	Nº (em milhares)
RF Jugoslávia	Bósnia-Herzegovina	26.1
RF Jugoslávia	ARJ Macedónia	21
Kosovo	Alemanha	14.7
Kosovo	França	6.3
Kosovo	Itália	5.8
Kosovo	Áustria	5.1
Kosovo	Reino Unido	4.3
Kosovo	Holanda	4
RF Jugoslávia	Albânia	3.9
Kosovo	Suécia	3.7
RF Jugoslávia	Croácia	3.4
Kosovo	Dinamarca	2.8
Kosovo	Espanha	1.4
Kosovo	Portugal	1.3
RF Jugoslávia	Eslovénia	0

**Fonte:** Elaboração própria, de acordo com UNHCR<sup>144</sup> e Selm (2000:224)

<sup>139</sup> UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. *Refugees Daily - Kosovo*. Consultado a 19/04/2015. in <<http://www.phdn.org/archives/www.ess.uwe.ac.uk/Kosovo/Kosovo-Refugees58.html>>.

<sup>140</sup> Valentina MARCELINO, “Kosovares têm recolher obrigatório”, in *Expresso*, 22/05/1999, Lisboa.

<sup>141</sup> REFWORLD. *US Committee for Refugees World Refugee Survey 2000 – Portugal*. Consultado a 24/04/2015. in <<http://www.refworld.org/docid/3ae6a8ce44.html>>.

<sup>142</sup> “200 kosovares chegam a Portugal”, in *Expresso*, 01/05/1999, Lisboa.

<sup>143</sup> Miguel Silva MACHADO, “II - Crónicas militares nacionais”. *Revista Militar*. (Maio) 1999. Lisboa. p. 1039.

<sup>144</sup> UNHCR. *Refugees and others of concern to UNHCR – 1999 statistical overview*. Consultado a 25/05/2015. in <<http://www.unhcr.org/3ae6bc834.html>>.

Como vimos, o Presidente da República Jorge Sampaio, que estava conotado com o Partido Socialista, concordava com a intervenção, como demonstrou no seu discurso na Assembleia da República, a 25 de Abril. A 11 de Maio, Sampaio dirigiu-se aos refugiados, dizendo esperar que estes se sentissem bem em Portugal e que pudessem voltar para casa rapidamente<sup>145</sup>. O Presidente da República defendeu que todos os preceitos constitucionais para a entrada do país na máquina de guerra haviam sido respeitados, respondendo a críticas lançadas por Mário Soares. Considerava que a Constituição indicava duas formas para o país entrar em guerra: declarar guerra a um estado e participar em ações militares no âmbito de uma organização. Uma vez que Portugal participou na intervenção através da NATO, não era necessária uma declaração de guerra, nem a respetiva autorização da Assembleia da República<sup>146</sup>.

Através do vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, a Rússia desejou e procurou a participação portuguesa numa eventual força de manutenção de paz, após o final da guerra. Para Alexander Avdeev, Portugal era um estado respeitado, que obteve credibilidade pela defesa da estabilidade, dos Direitos Humanos e do Direito Internacional, tornando-se um parceiro desejável<sup>147</sup>.

Apesar do defendido pela Rússia, a República Federal da Jugoslávia tentou processar Portugal, assim como a outros nove países, devido ao seu papel nos bombardeamentos. Na queixa feita ao Tribunal Internacional de Justiça, a RFJ denunciou violações do Direito Internacional, por ataques a um estado soberano e o facto de ter interferido nos seus assuntos internos, utilizando civis como alvos<sup>148</sup>.

## **6.2. Acção Socialista**

O Partido Socialista prosseguiu a defesa da sua opinião no jornal do partido, *Acção Socialista*. No nº de 8 de Abril, seguindo as palavras de António Guterres, os socialistas justificaram a intervenção e a participação portuguesa como um imperativo moral e ético. O governo de Milosevic teria sistematicamente expulsado crianças, mulheres e idosos de suas casas, protagonizando uma catástrofe humanitária. Portugal vira-se obrigado a intervir, com a vista a minimizar o sofrimento da população albano-kosovar<sup>149</sup>.

---

<sup>145</sup> “Presidente da República em Setúbal”, in *Acção Socialista*, 13/05/1999, Lisboa.

<sup>146</sup> Teresa de SOUSA, “Órgãos de soberania cumpriram a Constituição”. *Público*, 12/04/1999. in <<http://www.publico.pt/destaque/jornal/orgaos-de-soberania-cumpriram-a-constituicao-131991>> (Consultado a 04/07/2015).

<sup>147</sup> Luísa MEIRELES, “Rússia quer Portugal no Kosovo”, in *Expresso*, 08/05/1999, Lisboa.

<sup>148</sup> “200 kosovares chegam a Portugal”, in *Expresso*, 01/05/1999, Lisboa.

<sup>149</sup> “Intervenção portuguesa na Jugoslávia”, in *Acção Socialista*, 08/04/1999, Lisboa.

No mesmo número do *Acção Socialista*, o partido atacou os analistas políticos, a quem acusou de relativismo ético e de não perceberem o perigo que o governo de Slobodan Milosevic representava. Afirmou não compreender o pacifismo que grassava no Ocidente, enquanto o regime jugoslavo atacava a população. Em jeito de provocação, disse apenas compreender a posição do Partido Comunista Português, pois este sempre demonstrara fobia aos EUA e dificuldade em alterar o seu pensamento, que considerava retrógrado. Contrariando algumas opiniões, afirmou que a Jugoslávia nunca foi um exemplo de democracia na Europa de Leste e que, quando a Bósnia, Eslovénia e a Croácia se tornaram independentes, isso ficou visível. O PS assegurava defender sempre os Direitos Humanos, pelo que nunca poderia ficar imóvel perante este genocídio<sup>150</sup>.

Para Joel Hasse Pereira, a guerra do Kosovo levantava a discussão sobre o papel da ONU e da NATO e sobre a dificuldade de autonomia europeia nas áreas da defesa e da política externa comum<sup>151</sup>. Esta afirmação evidenciava descontentamento pela liderança norte-americana em questões europeias e a falta de meios europeus para alterar este paradigma.

Nem todos os artigos do *Acção Socialista* estavam de acordo com as ideias oficiais do partido neste tema. A 13 de Maio, Carlos Carranca denunciava aquilo que considerava ser uma legitimação dos massacres. Para si, os bombardeamentos iriam ter como consequência o sentimento de humilhação russo e o agravamento do nacionalismo sérvio, bem como do separatismo nos Balcãs. Reprovou a hipocrisia dos EUA, que praticavam ações de violência extrema, e o seguidismo europeu. A intervenção no Kosovo seria somente do interesse norte-americano, de forma a impedir que a Europa se tornasse um rival militar e político, sendo a população kosovar a única vítima, pois os bombardeamentos simplesmente aceleraram a catástrofe<sup>152</sup>.

A 29 de Julho, já terminada a guerra, Afonso Vilhena criticou a subalternação dos estados europeus perante os EUA. Admitia que isso tinha ficado patente na guerra contra a Jugoslávia e pela imposição do novo CE da NATO. Vilhena não acreditava que, estando a segurança europeia dependente dos EUA, estes não exigiriam nada em troca para continuar a defender os estados da NATO do continente<sup>153</sup>.

---

<sup>150</sup> “Kosovo: um caso de direitos humanos”, in *Acção Socialista*, 08/04/1999, Lisboa.

<sup>151</sup> Joel Hasse FERREIRA, “Kosovo, Agenda 2000 e eleições europeias”, in *Acção Socialista*, 08/04/1999, Lisboa.

<sup>152</sup> Carlos CARRANCA, “Efeitos colaterais”, in *Acção Socialista*, 13/05/1999, Lisboa.

<sup>153</sup> Afonso VILHENA, “Falta um projecto para a Europa”, in *Acção Socialista*, 29/07/1999, Lisboa.

### 6.3. Programas eleitorais

No programa para as eleições legislativas, o PS enunciou o perigo de movimentos de índole nacionalista, que surgiram após o fim da URSS, obrigando a uma mobilização para fazer face a carências humanitárias. Defendeu a reestruturação da ONU, de forma a conseguir garantir os direitos das minorias e dos Direitos Humanos, e um novo papel para organizações regionais e sub-regionais, como, por exemplo, a NATO.<sup>154</sup>

Assim como na União Europeia, a participação ativa de Portugal na NATO, na ótica socialista, iria contribuir para cimentar o país na cena internacional e impor responsabilidades acrescidas. O PS pretendia, ainda, convencer agentes económicos portugueses a investir nos Balcãs, a fim de apoiar a reconstrução das estruturas da região e de estreitar os laços com a UE<sup>155</sup>.

Também era pretensão dos socialistas discutir o aumento da autonomia política e militar da União Europeia, através de um aprofundamento da Política Externa e de Defesa Comum, querendo, ao mesmo tempo, intensificar a relação com os EUA e alargar a NATO para o leste europeu<sup>156</sup>.

Subscrito pelo Partido Socialista, o manifesto do Partido Socialista Europa, saído do congresso de 1999, propunha uma política externa e uma defesa mais coordenadas entre os estados da UE e a manutenção de relações estáveis com a Rússia e a Ucrânia, com vista ao aumento da força da EU, na comunidade internacional<sup>157</sup>.

### 6.4. Opinião dos membros do partido

Apesar do aparente consenso do Partido Socialista, demonstrado na Assembleia da República e no *Acção Socialista*, nesta matéria, muitas críticas à intervenção foram lançadas por militantes do partido, fora dos fóruns partidários.

Um desses dissidentes em matéria do Kosovo foi Manuel Alegre. No Parlamento, o deputado já tinha manifestado dúvidas sobre os bombardeamentos, mas, à medida que a guerra prosseguiu, as suas críticas tornaram-se mais incisivas. A 10 de Abril, no jornal *Expresso*, Alegre afirmou que Milosevic tinha se de ser combatido, mas politicamente.

---

<sup>154</sup> PARTIDO SOCIALISTA, “Programa do Partido Socialista e da nova maioria para a legislatura 1999/2003”, 1999, Lisboa, p. 133.

<sup>155</sup> PARTIDO SOCIALISTA, “Programa do Partido Socialista e da nova maioria para a legislatura 1999/2003”, 1999, Lisboa, p. 134.

<sup>156</sup> PARTIDO SOCIALISTA, “Programa do Partido Socialista e da nova maioria para a legislatura 1999/2003”, 1999, Lisboa, p. 146.

<sup>157</sup> PARTIDO SOCIALISTA EUROPEU, “Manifesto para as eleições europeias de 1999 – A nova Europa”, in *IV Congresso do Partido Socialista Europeu*, 1-2/03/1999, Milão, p. 21.

Discordou da opção militar utilizada, assim como do objetivo cívico que os seus apoiantes invocaram. Para si, os bombardeamentos não tinham lugar ao abrigo do Direito Internacional, pois ocorriam sem mandato do Conselho de Segurança da ONU, contra o Tratado de Washington e não em legítima defesa<sup>158</sup>.

Ainda assim, o deputado socialista considerou mais grave a subserviência europeia perante os EUA e a sensação de que os estados europeus não estavam a agir pela sua própria vontade, mas pela dos EUA. Estes poderiam, segundo Alegre, ter em mente o enfraquecimento da União Europeia ou a destruição da Sérvia. Mantinha a ideia de que os bombardeamentos estavam a falhar os seus desideratos e a aumentar os massacres sérvios. Não compreendia igualmente a razão da Rússia não estar a ser incluída nos esforços de resolução do problema. Manuel Alegre alertou para a dualidade de critérios, no que tocava aos Direitos Humanos, à medida dos interesses dos Estados Unidos da América<sup>159</sup>.

A 22 de Maio, no *Expresso*, o mesmo Manuel Alegre denunciou novamente a dependência europeia dos EUA. Interrogava-se se os países da UE e Portugal ainda mantinham o estatuto de estado soberano aos olhos norte-americanos ou se, como acontecera aos países de leste, durante a vigência da URSS, não passariam de satélites<sup>160</sup>.

Outra personalidade ligada ao PS que estava contra a guerra era Mário Soares. Para além de “histórico” do Partido Socialista e antigo primeiro-ministro e Presidente da República, era, nesta altura, nº1 da lista do partido ao Parlamento Europeu. Como outros, Soares criticou a falta de mandato do Conselho de Segurança e o facto de a NATO ser uma aliança militar defensiva. Não julgava apropriado ser uma aliança militar a punir a violação de Direitos Humanos, através da força. Esta intervenção também poderia fazer recuar os progressos diplomáticos alcançados com a Rússia, nos anos imediatamente anteriores. O socialista observou que os bombardeamentos não estavam a surtir o efeito desejado, ou seja, terminar com os massacres. Lembrou também que, não obstante Slobodan Milosevic ser um tirano, os albanos-kosovares participavam numa luta armada e cometeram atos graves, não podendo ser vistos como indefesos<sup>161</sup>.

Mário Soares levantou problemas constitucionais na entrada de Portugal em guerra. Defendeu que esta deveria ter sido declarada pelo Presidente da República, depois

---

<sup>158</sup> Manuel ALEGRE, “Vice-versa”, in *Expresso*, 10/04/1999, Lisboa.

<sup>159</sup> Manuel ALEGRE, “Vice-versa”, in *Expresso*, 10/04/1999, Lisboa.

<sup>160</sup> Manuel ALEGRE, “Vice-versa”, in *Expresso*, 22/05/1999, Lisboa.

<sup>161</sup> Ângela SILVA, e Mário RAMIRES, “Mário Soares e o regresso à política activa como cabeça-de-lista do PS às europeias”, in *Expresso*, 10/04/1999, Lisboa.



de consultado o Conselho de Estado e de autorização por parte da Assembleia da República. Como vimos, Jorge Sampaio respondeu a estas críticas ao apontar a diferenciação de ações militares presente na Constituição da República Portuguesa. Apontou também como falha a parca informação sobre a guerra, não só em Portugal, como em todos os países da NATO, assim como a discussão sobre esta ter ocorrido não antes, mas enquanto os bombardeamentos aconteciam. O antigo Presidente da República defendeu também uma maior autonomia militar da UE em relação aos EUA<sup>162</sup>.

Através de uma intervenção na Assembleia da República do deputado Luís Queiró, do CDS-PP, a 8 de Abril, ficamos a saber que Mário Soares asseverou que a guerra em questão era uma irresponsabilidade e abria um grave precedente<sup>163</sup>.

O seu filho João Soares tinha uma opinião semelhante. Em Maio, o presidente da Câmara de Lisboa deslocou-se a Belgrado para se encontrar com o presidente do município local, convidando-o a visitar a capital portuguesa. Nessa viagem, João Soares afirmou que bombardear a cidade não iria atingir os objetivos da NATO e era um ato contra a civilização, pelo que pedia o fim dos ataques. No encontro com o presidente da Câmara de Belgrado, também esteve presente o líder da oposição sérvia, Vuc Draskovic. Soares afirmou ser pró-americano e anti-Milosevic, criticando o governante jugoslavo. Estabeleceu uma ligação entre os nacionalistas timorenses e os albanos-kosovares, que perseguiram o seu direito à autodeterminação<sup>164</sup>.

Em Março, João Soares já tinha feito aprovar uma moção da Câmara de Lisboa a exigir o regresso dos soldados portugueses, com o apoio do PCP e discordância frontal do CDS-PP e do PSD. A moção condenava os bombardeamentos, que dizia ser contra o Direito Internacional, estando fora do âmbito da ONU e atingindo um estado soberano, e que não iria parar os massacres. O documento acusava o governo de não ter consultado o Parlamento, antes do envio de tropas portuguesas para o teatro de guerra<sup>165</sup>.

Alfredo Barroso foi outro militante do PS a emitir a sua discordância com a posição do partido, mostrando-a constantemente na crónica «De pé atrás», no *Expresso*.

---

<sup>162</sup> Ângela SILVA, e Mário RAMIRES, “Mário Soares e o regresso à política activa como cabeça-de-lista do PS às europeias”, in *Expresso*, 10/04/1999, Lisboa.

<sup>163</sup> Luís QUEIRÓ, *Política governamental*. 8 de Abril de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/069/1999-04-09/2527?pgs=2527-2528&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>164</sup> Orlando RAIMUNDO, “João Soares participará na reconstrução de Belgrado”, in *Expresso*, 15/05/1999, Lisboa.; Orlando RAIMUNDO, “João Soares debaixo de fogo”, in *Expresso*, 15/05/1999, Lisboa.

<sup>165</sup> São José ALMEIDA, e Ana HENRIQUES, “Críticas à intervenção aumentam”. *Público*, 01/04/1999. in <<http://www.publico.pt/destaque/jornal/criticas-a-intervencao-aumentam-131562>> (Consultado a 04/07/2015).

A 27 de Março, Barroso atacou a NATO, ao inferir que os bombardeamentos teriam a exclusiva função de mostrar que a aliança era uma força a ser temida<sup>166</sup>.

Barroso denunciou o desrespeito da NATO pelo Direito Internacional, ao se imiscuir em assuntos internos de um estado soberano, ao atacá-lo, sem ser em legítima defesa, e por não ter o mandato da ONU, relegando-a para segundo plano. Os bombardeamentos também desrespeitariam a constituição dos países europeus da NATO, incluindo Portugal, que se teria envolvido numa guerra não declarada pelo Presidente da República. De igual modo, criticou o retrocesso que os bombardeamentos infligiam, tanto na relação do Ocidente com a Rússia, como na luta pela democracia na RFJ. Como muitos outros, Alfredo Barroso imputou aos europeus, em particular aos socialistas e sociais-democratas, seguidismo perante os EUA, a quem acusou de arrogância e imperialismo<sup>167</sup>.

A 29 de Maio, Barroso foi mais longe, quando afirmou o seguinte:

«A EU não devia ter permitido que a NATO se transformasse numa multinacional bombista comandada pelos EUA, espezinhando o Direito Internacional vigente e impondo a Lei do *Far West* sobre as ruínas da ONU e sobre os escombros de um pequeno país com pouco mais de dez milhões de habitantes, a Jugoslávia, arrasado à bomba pelo último grito da sofisticadíssima, mas falível, tecnologia militar do Pentágono<sup>168</sup>».

A 5 de Maio, Victor Cunha Rego e Júlio Castro Caldas, figuras ligadas ao partido, subscreveram um manifesto contra a guerra<sup>169</sup>, que iremos abordar, mais tarde. Recorde-se, a propósito, que Caldas foi o substituto de Veiga Simão, no cargo de ministro da Defesa, em 1999<sup>170</sup>.

Em Março, três vice-presidentes da Assembleia da República emitiram um comunicado que pedia o fim dos bombardeamentos e o regresso às negociações, entre os quais se encontrava Manuel Alegre. O presidente da Assembleia da República Almeida Santos também declarou não ter a certeza de que todos os esforços haviam sido efetuados para evitar a opção bélica<sup>171</sup>. Garantiu, porém, que esta era uma guerra justa e que

---

<sup>166</sup> Alfredo BARROSO, “De pé atrás”, in *Expresso*, 27/03/1999, Lisboa.

<sup>167</sup> Alfredo BARROSO, “De pé atrás”, in *Expresso*, 10/04/1999, Lisboa.

<sup>168</sup> Alfredo BARROSO, “De pé atrás”, in *Expresso*, 29/05/1999, Lisboa.

<sup>169</sup> ALCYONE. *Ontem «Portugal e a tragédia do Kosovo» - Hoje «O pesadelo de uma hipotética Grande Albânia»*. Consultado a 23/07/2015. in <[http://skocky-alcystone.blogspot.pt/2008/11/ontem-portugal-e-  
tragdia-do-kosovo-hoje.html](http://skocky-alcystone.blogspot.pt/2008/11/ontem-portugal-e-tragdia-do-kosovo-hoje.html)>.

<sup>170</sup> CORREIA, SEARA, CALDAS, SIMÕES E ASSOCIADOS. *Júlio Castro Caldas*. Consultado a 23/06/2015. in <[http://www.cscs.pt/public/Sections.php?section\\_id=176](http://www.cscs.pt/public/Sections.php?section_id=176)>.

<sup>171</sup> São José ALMEIDA, e Ana HENRIQUES, “Críticas à intervenção aumentam”. *Público*, 01/04/1999. in <<http://www.publico.pt/destaque/jornal/criticas-a-intervencao-aumentam-131562>> (Consultado a 04/07/2015).

Portugal não podia pertencer à NATO para a apoiar só quando estavam em causa os seus interesses<sup>172</sup>.

Pereira Marques, Raimundo Narciso e Pedro Baptista foram outros três nomes que manifestaram dúvidas sobre a guerra do Kosovo<sup>173</sup>, tendo-se o último insurgido numa reunião conjunta das comissões parlamentares de Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação e de Defesa Nacional, ao interromper o ministro da Defesa, Veiga Simão, com apertes condenatórios dos bombardeamentos<sup>174</sup>.

Fica, assim, atestada a falta de consenso entre os socialistas sobre esta matéria, mesmo tendo o partido procurado contrariar esta realidade na Assembleia da República. De facto, até os denominados “históricos do partido” e o cabeça-de-lista para as eleições europeias contestavam a posição oficial.

---

<sup>172</sup> Sofia RAINHO, e Ana SERZEDELO, “Soares, Eanes e Freitas contra a NATO”, in *Expresso*, 10/04/1999, Lisboa.

<sup>173</sup> Sofia RAINHO, e Ana SERZEDELO, “Soares, Eanes e Freitas contra a NATO”, in *Expresso*, 10/04/1999, Lisboa.

<sup>174</sup> João Pedro HENRIQUES, “Guterres justifica-se ao PS”. *Público*, 08/04/1999. in <<http://www.publico.pt/destaque/jornal/guterres-justificase-ao-ps-131814>> (Consultado a 05/07/2015).

## Capítulo VII - Partido Social Democrata

Neste capítulo, iremos analisar as opiniões veiculadas por elementos ligados ao Partido Social Democrata, fora da Assembleia da República. José Manuel Durão Barroso foi eleito presidente no XXII Congresso Nacional, que ocorreu entre 1 e 2 de Maio de 1999, encontrando-se o partido, no início da guerra, com este cargo em processo de definição<sup>175</sup>.

### 7.1. *Povo Livre*

A 7 de Outubro de 1998, havendo rumores da participação portuguesa numa eventual ofensiva no Kosovo, no jornal *Povo Livre*, o PSD afirmou que esta só poderia acontecer com o devido mandato do Conselho de Segurança da ONU e após a consulta dos partidos com assento parlamentar<sup>176</sup>.

A 25 de Novembro, este órgão de comunicação recusou o pacifismo e o neutralismo, negando igualmente negociar o seu apoio a uma ação militar. Afirmou que estas ideias já tinham tido efeitos negativos na opinião pública europeia, desfavorecendo a NATO e os EUA. Para o PSD, a NATO era essencial para manter a estabilidade numa Europa pós-URSS com desequilíbrios nacionalistas, étnicos e religiosos<sup>177</sup>.

O partido não negava a superioridade militar dos EUA e que os países europeus da NATO tinham de compreender a diferença e compatibilizar a aliança com a construção de uma identidade europeia profunda. Denunciou a ausência de uma PESC forte, que levava a que os EUA tomassem sempre a liderança. Assim, os europeus não podiam censurar os norte-americanos de tentarem ter a supremacia, visto serem os primeiros que, com a sua falta de coordenação, a entregavam<sup>178</sup>.

Discursando na abertura do Congresso das Juventudes do Partido Popular Europeu, o ainda presidente do partido, Marcelo Rebelo de Sousa, pedia uma Europa coordenada e unida na questão do Kosovo, sem nunca esquecer a aliança que mantinha com os EUA<sup>179</sup>.

A 14 de Abril, no decurso uma entrevista de Durão Barroso à SIC, verifica-se que o futuro presidente do PSD não tinha dúvidas quanto à participação nacional na guerra

---

<sup>175</sup> PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA. *XXII Congresso Nacional*. Consultado a 29/05/2012. in <<http://www.psd.pt/congresso.php?i=22>>.

<sup>176</sup> “Tropas portuguesas no Kosovo”, in *Povo Livre*, 07/10/1998, Lisboa.

<sup>177</sup> “Portugal presente na Europa”, in *Povo Livre*, 25/11/1998, Lisboa.

<sup>178</sup> “Portugal presente na Europa”, in *Povo Livre*, 25/11/1998, Lisboa.

<sup>179</sup> Marcelo Rebelo de SOUSA, “Temos de ter uma Europa unida”, in *Povo Livre*, 17/03/1999, Lisboa.

do Kosovo. Segundo Durão Barroso, a intervenção era uma obrigação moral e ética, que indicava que os europeus não ignoravam o que se passava nos Balcãs. Não acreditava que houvesse uma alternativa à guerra, sem permitir que o governo jugoslavo continuasse a praticar massacres. Esta opção enviaria um sinal inequívoco de que a Europa não consentiria conflitos, nem massacres semelhantes. A questão mais importante era se existia uma união nacional sobre esta matéria, tendo Durão Barroso respondido afirmativamente<sup>180</sup>.

Num discurso publicado no *Povo Livre* a 21 de Abril de 1999, o cabeça-de-lista para as eleições europeias, José Pacheco Pereira, asseverou que a guerra do Kosovo tem como uma das origens o falhanço das instituições integradoras da Europa, as quais tinham sido erigidas com o propósito de evitar novas guerras no continente. Acusou os estados da União Europeia de se haverem esquecido deste propósito e de terem tornado os subsídios e os fundos os pilares da organização<sup>181</sup>.

Num artigo, criticando o nº2 da lista do PS para as eleições para o PE, António José Seguro, o *Povo Livre* afirmou que o governo aceitava o envio de tropas portuguesas para o Kosovo a reboque da NATO e não conseguia uma mobilização internacional análoga para Timor-Leste<sup>182</sup>.

Próximo de ser eleito presidente do PSD, Durão Barroso deslocou-se a uma escola, onde assegurou que Milosevic era um criminoso e o culpado pelos acontecimentos no Kosovo. Barroso considerou que, apesar de os bombardeamentos não serem a solução perfeita, Portugal deveria continuar empenhado na resolução do conflito, inserido na NATO, pois todas as opções possuíam desvantagens<sup>183</sup>.

## **7.2. Congressos e programas eleitorais**

No XXII Congresso Nacional do PSD, Durão Barroso foi eleito presidente do partido. A moção que teve como primeiro subscritor o novo presidente, apesar de incluir um capítulo intitulado “Portugal: Desafios Externos”, não abordou a questão do Kosovo, nem qualquer assunto relacionado com a NATO e a defesa nacional e europeia<sup>184</sup>.

---

<sup>180</sup> “Primeiro-ministro demorou tempo de mais a dar explicações”, in *Povo Livre*, 14/04/1999, Lisboa.

<sup>181</sup> “A Europa tornou-se crescentemente numa ideia administrativa e burocrática”, in *Povo Livre*, 21/04/1999, Lisboa.

<sup>182</sup> Fernando CABRAL, “Com tantos dislates o sr. Seguro está seguramente mal informado”, in *Povo Livre*, 21/04/1999, Lisboa.

<sup>183</sup> “Foi o dia mais importante da minha vida pública”, in *Povo Livre*, 28/04/1999, Lisboa.

<sup>184</sup> José Manuel Durão BARROSO, “É tempo de mudar”, in *XXII Congresso Nacional do Partido Social Democrata*, 1-2/05/1999, Coimbra.

No programa eleitoral de 1999, o partido defendeu que as forças armadas portuguesas participassem em ações de manutenção de paz, não só no âmbito da ONU, como também da UEO, OSCE e NATO, que o país tivesse um papel ativo na ONU e NATO e que participasse na delimitação da segurança europeia. Referiu que a realidade, após o fim da URSS, com instabilidade étnica, política e económica, fazia com que a defesa nacional fosse vista num plano mais alargado, não somente abrangendo as fronteiras nacionais. Os sociais-democratas viam as forças armadas como um instrumento de política externa e de defesa nacional e o cumprimento dos compromissos internacionais assumidos essencial para manter o território português seguro. O programa deixou claro que a melhor forma de resolver a tensão nos Balcãs, a médio prazo, seria através da construção e de integração europeias, a fim de esvaziar o nacionalismo vigente<sup>185</sup>.

### **7.3. Posição dos membros do partido**

No *Expresso*, Durão Barroso voltou a frisar que a intervenção militar era uma exigência ética e moral e isso era justificação suficiente para o envio de tropas nacionais para o Kosovo. Colocou toda a culpa do que estava a suceder na região em Milosevic – e no governo jugoslavo –, pois este não aceitara a autonomia de uma região que tinha uma larga maioria de étnicos albaneses, não subscrevera os acordos de Rambouillet, era o principal obreiro dos massacres e da migração em massa da população e nunca demonstrara procurar verdadeiramente a paz. Para além de um imperativo, a guerra tinha de ser declarada no momento em que foi, garantiu. Referindo-se ao exemplo bósnio, Durão advertiu que, se a NATO ou a comunidade internacional tivessem aguardado mais tempo, os resultados no Kosovo poderiam ser os mesmos que em ocasiões anteriores: mais massacres. Na sua coluna, declarou que o que se passava no Kosovo era do interesse e afetava diretamente Portugal<sup>186</sup>.

O primeiro-ministro anterior, Aníbal Cavaco Silva, admitiu que a participação numa hipotética – e nunca concretizada – ofensiva terrestre poderia não ser do interesse nacional. Explicou que o país teria sempre justificações para não se comprometer numa operação deste género, porque tinha preocupações mais prementes, em outras áreas do globo, como Angola e Timor-Leste. Cavaco Silva apoiava esta ideia na sua experiência

---

<sup>185</sup> PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, “É tempo de governar Portugal”, 1999, Lisboa, pp. 53-86.

<sup>186</sup> José Manuel Durão BARROSO, “A nossa responsabilidade externa”, in *Expresso*, 10/04/1999, Lisboa.

ao comando do governo quando tropas nacionais se envolveram em operações no Iraque e na Bósnia<sup>187</sup>.

Francisco Azevedo e Silva alertou para a divisão que a guerra iria provocar na Europa. Criticou a hipocrisia europeia, perante a dualidade de critérios nas questões do Kosovo e Timor<sup>188</sup>.

Patinha Antão acusou os EUA de imperialismo militar. Disse não compreender o objetivo final de Washington e da NATO: se a capitulação de Milosevic, se colocar em seu lugar uma oposição democrática ou parar o genocídio de albanos-kosovares. Asseverou que a NATO não estava a conseguir atingir nenhum desiderato, visto que a limpeza étnica persistia, o número de refugiados aumentava e Milosevic, que, um ano antes, tinha a população jugoslava contra si, gozava de grande popularidade<sup>189</sup>.

A 20 de Março, o *Expresso* noticiou que o deputado Ferreira do Amaral estava contra o envolvimento no esforço de guerra, tendo demonstrado essa opinião numa reunião do CSDN. Ferreira do Amaral não confirmou esta notícia, escudando-se no facto de as reuniões do CSDN serem de carácter privado<sup>190</sup>.

Juntamente com dois vice-presidentes da Assembleia da República, o também vice-presidente Mota Amaral subscreveu uma declaração que pedia o fim dos ataques à RFJ e o retorno à mesa de negociações<sup>191</sup>.

O nº1 da lista do PSD às eleições europeias, José Pacheco Pereira, culpou os governos socialistas da UE de não terem criado as condições para uma integração dos países da antiga URSS, criando instabilidade no leste europeu, o que era visível na guerra do Kosovo. Apesar de não concordar com a guerra, não acreditava que a Europa tivesse de enfraquecer os seus laços com os EUA, mas de criar condições para uma atuação autónoma, em matéria de defesa<sup>192</sup>.

Finda a guerra, em Novembro de 1999, Pacheco Pereira escreveu, no *Público*, sobre a sua oposição à guerra. Estabelecendo um paralelo entre a questão kosovar e a chechena, denunciou a hipocrisia da NATO ao proclamar que a guerra do Kosovo seguia

---

<sup>187</sup> Eduardo DÂMASO, “O tabu da ofensiva terrestre”. *Público*, 10/04/1999. in <<http://www.publico.pt/destaque/jornal/o-tabu-da-ofensiva-terrestre-131906>> (Consultado a 14/06/2015).

<sup>188</sup> Francisco Azevedo e SILVA, “Frases”, in *Expresso*, 10/04/1999, Lisboa.

<sup>189</sup> Mário Patinha ANTÃO, “A Europa é bela”, in *Expresso*, 02/04/1999, Lisboa.

<sup>190</sup> Graça ROSENDO, e José VEGAR, “Ferreira contra Kosovo”, in *Expresso*, 20/03/1999, Lisboa.

<sup>191</sup> São José ALMEIDA, e Ana HENRIQUES, “Críticas à intervenção aumentam”. *Público*, 01/04/1999. in <<http://www.publico.pt/destaque/jornal/criticas-a-intervencao-aumentam-131562>> (Consultado a 04/07/2015).

<sup>192</sup> Cristina FIGUEIREDO, “Pacheco Pereira e a campanha para as eleições europeias”, in *Expresso*, 29/05/1999, Lisboa.

imperativos morais e desconfiava da razão invocada para os bombardeamentos: parar o genocídio. Aceitava que a população albanês-kosovar, que constituía a maioria, não era ouvida e desfrutava de poucos direitos cívicos, assim como a opressão e a violência eram utilizadas com frequência. Porém, não consentia que a política internacional se baseasse na ética e na moral. Segundo o cabeça-de-lista do PSD, a *real politik*, ou seja, a força e o poder, preenchia todas as ações políticas, a nível internacional. Logo, não admitia que a preocupação da NATO fosse uma exigência ética e moral<sup>193</sup>.

Vasco Graça Moura via a União Europeia como incapaz de definir o que pretendia e qual o seu papel, de ter autonomia e de se coordenar, na questão kosovar. Deste modo, a UE cumpria os desígnios dos EUA e aceitava que a NATO atuasse, à custa da secundarização da ONU e sem mandato do Conselho de Segurança. Julgava que os bombardeamentos, no máximo, alterariam um genocídio para um massacre mais avançado tecnologicamente, protagonizado pela NATO. Não esperava que os ataques à RFJ resolvessem ou melhorassem a situação no terreno, mas sim a piorassem e aumentassem as mortes. Isto fora, aliás, o que acontecera com intervenções dos EUA com objetivo de parar violações dos Direitos Humanos. Graça Moura desconfiava que o verdadeiro objetivo dos EUA era o desmantelamento da UE e que a guerra poderia mesmo fazer com que isso sucedesse<sup>194</sup>.

Noutro artigo, Vasco Graça Moura criticou a justificação fornecida pelo primeiro-ministro para começar uma guerra sem mandato da ONU: o receio de veto da Rússia no Conselho de Segurança. Condenou a União Europeia e a Europa, em geral, por estar dominada pelos EUA, em matéria militar e de política externa, em plena subserviência, e incapaz de descobrir um rumo autónomo. Em seu entender, a fim de alterar este quadro, a UE deveria criar uma verdadeira PESC e tornar a UEO o seu braço armado, sem estar debaixo da alçada da NATO. A UE também necessitaria de esfriar um possível ímpeto agressivo norte-americano, que poderia causar novas guerras em outras regiões<sup>195</sup>. Aliás, Vasco Graça Moura subscreveu o mesmo manifesto que Júlio Castro Caldas e Vítor Cunha Rego, reprovando a guerra<sup>196</sup>.

---

<sup>193</sup> José Pacheco PEREIRA, “Porque é imoral fundar a política na moral”. *Público*, 18/11/1999. in <<http://www.publico.pt/espaco-publico/jornal/porque-e-imoral-fundar-a-politica-na-moral-126593>> (Consultado a 17/06/2015).

<sup>194</sup> Vasco Graça MOURA, “Vice-versa”, in *Expresso*, 10/04/1999, Lisboa.

<sup>195</sup> Vasco Graça MOURA, “Vice-versa”, in *Expresso*, 22/05/1999, Lisboa.

<sup>196</sup> ALCYONE. *Ontem «Portugal e a tragédia do Kosovo» - Hoje «O pesadelo de uma hipotética Grande Albânia»*. Consultado a 23/07/2015. in <<http://skocky-alcione.blogspot.pt/2008/11/ontem-portugal-e-tragdia-do-kosovo-hoje.html>>.



Como aconteceu no PS, o Partido Social Democrata não conseguiu formar consenso neste assunto, com membros importantes a insurgirem-se contra a posição oficial, com particular ênfase para o nº1 da lista do partido para as eleições europeias desse mesmo ano. Para finalizar, é relevante notar a variação da posição do PSD, pois, num primeiro momento, ainda em 1998, insinuou ser fundamental um mandato da ONU, para Portugal participar numa ofensiva no Kosovo. Com o início da guerra, colocou de parte esse requisito, defendendo que tal não era viável, por causa do poder de veto russo.

## Capítulo VIII - Centro Democrático Social – Partido Popular

Como o CDS-PP não tinha um jornal partidário oficial, a procura de artigos de opinião e de ações de militantes tornou-se mais árdua. Os órgãos de comunicação social não disponibilizaram tanto espaço, nos seus jornais, ao CDS-PP como aos restantes partidos com assento parlamentar, no que concerne ao Kosovo. Em 1999, o seu presidente e líder era Paulo Portas<sup>197</sup>.

### 8.1. Programa para as eleições legislativas de 1999

Neste documento, o partido via a tradição atlântica do país como um dos seus interesses mais fortes e os conflitos étnicos e a instabilidade europeia como ameaças a uma escala superior à que Portugal conseguiria suportar sozinho. Visto que nenhum país poderia resolver todas as hipotéticas dificuldades na defesa do seu território, seria essencial a permanência numa aliança militar. A NATO parece ter sido a aliança escolhida pelos centristas como a que oferecia melhores condições de sobrevivência e estabilidade, não só para o país, mas também para a toda a região euro-atlântica<sup>198</sup>.

Todavia, o CDS-PP não pretendia que os estados europeus se encontrassem inseridos na aliança, sem algum grau de autonomia. Para isso, defendia que a UEO fosse o braço armado da UE, incluída na NATO e alicerçada numa política externa e de segurança comum forte<sup>199</sup>.

O partido considerava, conforme o que estava previsto no artigo 5º do Tratado de Washington –, que a NATO só deveria agir militarmente se um dos seus membros fosse atacado diretamente. A cimeira de Washington de 1999, que definiu o novo CE, esclareceu, segundo o CDS-PP, o propósito da guerra do Kosovo e as ações a tomar após o seu fim<sup>200</sup>.

Embora defendessem a participação na NATO e o cumprimento dos compromissos internacionais de Portugal, os centristas levantaram dúvidas sobre a ação militar no espaço da aliança sem mandato da ONU, mesmo seguindo o espírito da Carta

---

<sup>197</sup> GOVERNO DE PORTUGAL. *Vice-primeiro-ministro*. Consultado a 02/08/2015. in <<http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/vice-primeiro-ministro/conheca-a-equipa/ministro/paulo-portas.aspx>>.

<sup>198</sup> CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL – PARTIDO POPULAR, “Programa de governo”, 1999, Lisboa, p. 8.

<sup>199</sup> CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL – PARTIDO POPULAR, “Programa de governo”, 1999, Lisboa, p. 8.

<sup>200</sup> CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL – PARTIDO POPULAR, “Programa de governo”, 1999, Lisboa, p. 24.

da organização e das resoluções do Conselho de Segurança. Mesmo atacando a ideia de afastamento dos EUA, o programa afirmava a necessidade de um envolvimento ativo dos países europeus, os quais não podiam permitir que a supremacia e interesses dos norte-americanos levassem a NATO a agir em dissonância com a Carta das Nações Unidas<sup>201</sup>.

O CDS-PP ainda subscrevia que a política externa nacional tinha de ter por base, não só os interesses político-económicos e de defesa de Portugal, mas também a procura da paz e a defesa dos Direitos Humanos, de que Portugal teria de ser sempre um garante. Apoiava, ainda, uma discussão generalizada para a institucionalização das possíveis concessões de soberania nacional a uma organização regional ou internacional<sup>202</sup>.

## 8.2. Posição dos membros do partido

O deputado Jorge Ferreira afirmou que, durante a guerra, não era perceptível qual o objetivo político da NATO e que a UE não devia aceitar a liderança dos EUA. Contudo, ao jornal *Público*, o líder parlamentar Luís Queiró asseverou que Portugal teria de estar envolvido nas missões da aliança, mesmo que fosse num momento delicado e complexo, como era na altura<sup>203</sup>.

A 1 de Abril, Paulo Portas deslocou-se a Aviano, Itália, para visitar os militares portugueses aí estacionados, tendo passado o dia com estes, como forma de transmitir a solidariedade que a comunidade política teria de ter para com as tropas enviadas para um conflito, quer concordassem, ou não, com o propósito. Na visita, Portas deixou críticas ao primeiro-ministro por não esclarecer condignamente o país sobre a evolução da guerra e da participação portuguesa, comparando-o mesmo com Oliveira Salazar, ao afirmar que até o ditador havia informado o país sobre as guerras coloniais<sup>204</sup>.

Em Junho, em resposta a questões colocadas pelo jornal *Expresso*, Paulo Portas, que era o nº1 da lista do CDS-PP às eleições europeias, defendeu a participação na guerra, alertando que uma recusa em participar resultaria na saída da NATO. Mostrou-se, contudo, favorável a uma solução política que, envolvendo a aliança, não excluísse a Rússia e a ONU. A paz na região e o retorno dos refugiados seriam o mais importante.<sup>205</sup>

---

<sup>201</sup> CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL – PARTIDO POPULAR, “Programa de governo”, 1999, Lisboa, p. 24.

<sup>202</sup> CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL – PARTIDO POPULAR, “Programa de governo”, 1999, Lisboa, p. 25.

<sup>203</sup> Rui FLORES, e Eunice LOURENÇO, “A culpa é do governo”. *Público*, 02/04/1999. in <<http://www.publico.pt/destaque/jornal/a-culpa-e-do-governo-131601>> (Consultado a 13/06/2015).

<sup>204</sup> Teresa OLIVEIRA, “Monteiristas de fora”, in *Expresso*, 02/04/1999, Lisboa.

<sup>205</sup> “A hora do Parlamento Europeu”, in *Expresso*, 11/06/1999, Lisboa.

Durante a campanha para as eleições europeias, o cabeça-de-lista rejeitou a criação de um exército europeu<sup>206</sup>.

O antigo presidente do partido Diogo Freitas do Amaral foi uma das vozes mais críticas, em Portugal, da intervenção da NATO. Durante os bombardeamentos, afirmou que estes eram contra o Direito Internacional<sup>207</sup>, mostrando-se atónito pela aceitação internacional de uma ofensiva de uma aliança de carácter defensivo a um estado que não a atacara, nem planeara atacar nenhum dos seus membros<sup>208</sup>.

Num debate com António Guterres e Ramalho Eanes, em Maio, Freitas do Amaral censurou a subserviência europeia face aos EUA, país que, na sua opinião, decidira todas as ações da NATO no conflito. Condenou, mais uma vez, a ilegalidade dos ataques da aliança, pois surgiram sem o mandato do Conselho de Segurança. Significando o afastamento da ONU do processo, este facto tornava a organização irrelevante e em risco de desaparecer, como aconteceu, no período entre as guerras mundiais, com a Sociedade das Nações<sup>209</sup>.

Freitas do Amaral continuou, ao criticar a paragem das negociações para se proceder à guerra, pois haveria ainda medidas a utilizar para forçar a RFJ a aceitar a proposta de Rambouillet. Mais sanções seriam o instrumento ideal. Um embargo petrolífero – que só aconteceu durante a guerra – e o corte de relações diplomáticas entre os países europeus e a RFJ – que nunca foi concretizado – poderiam ter forçado Milosevic a aceitar uma proposta para o fim do conflito, sem o recurso à guerra<sup>210</sup>.

O efeito que os bombardeamentos poderiam ter na Rússia também foi abordado, com o antigo presidente do CDS-PP a avisar que estes davam aos extremistas a força que retiravam aos grupos democráticos, polarizando a sociedade russa e destabilizando a Europa<sup>211</sup>.

Já José Ribeiro e Castro entendia que a intervenção da NATO era um ato punitivo da RFJ e não compreendia como Portugal não contestava as obrigações que tinha no âmbito da NATO, ao mesmo tempo que receava a perda de soberania, devido à implementação da PESC. Criticou o Presidente da República, por não ter declarado a guerra e por não ter ouvido o Conselho de Estado sobre este assunto, bem como o facto

---

<sup>206</sup> Cristina FIGUEIREDO, e Ângela SILVA, “A guerra da Europa”, in *Expresso*, 15/05/1999, Lisboa.

<sup>207</sup> “Altos...”, in *Expresso*, 10/04/1999, Lisboa.

<sup>208</sup> Sofia RAINHO, e Ana SERZEDELO, “Soares, Eanes e Freitas contra a NATO”, in *Expresso*, 10/04/1999, Lisboa.

<sup>209</sup> Orlando RAIMUNDO, “Guterres discute por fim a guerra do Kosovo”, in *Expresso*, 29/05/1999, Lisboa.

<sup>210</sup> Orlando RAIMUNDO, “Guterres discute por fim a guerra do Kosovo”, in *Expresso*, 29/05/1999, Lisboa.

<sup>211</sup> Orlando RAIMUNDO, “Guterres discute por fim a guerra do Kosovo”, in *Expresso*, 29/05/1999, Lisboa.

de a Assembleia da República não ter tido oportunidade de autorizar a participação de tropas portuguesas no Kosovo<sup>212</sup>.

No rescaldo da guerra, a deputada Maria José Nogueira Pinto entendeu que o fim da Guerra Fria alterara os equilíbrios políticos e, por isso, seria necessário atualizar o Direito Internacional e as organizações internacionais, como a ONU. Considerou que o ataque da NATO não fora provocado pela RFJ e acreditava que a guerra fora malévola e dirigida de forma incompetente<sup>213</sup>.

Nogueira Pinto achava inaceitável o desprezo demonstrado para com a ONU e a Rússia, bem como a opção por ataques exclusivamente aéreos que causaram mortes civis. A deputada censurava o seguidismo europeu em relação aos EUA, considerando o conflito do Kosovo uma guerra sem vencedores<sup>214</sup>.

Tal como os outros partidos, o CDS-PP não conseguiu um consenso interno sobre a participação portuguesa na guerra do Kosovo. O partido considerava, então, que os compromissos internacionais de Portugal e a necessidade de impedir a continuação de um massacre apagavam as falhas, a nível do Direito Internacional, da intervenção militar. Os membros que não aceitavam a posição partidária criticavam, sobretudo, aspetos legais, como, por exemplo, a falta de mandato da ONU e o facto de o ataque não ter sido perpetrado por legítima defesa.

---

<sup>212</sup> José Ribeiro e CASTRO, “A bagunça (III)”. *Público*, 28/03/1999. in <<http://www.publico.pt/espaco-publico/jornal/a-bagunca-iii-131419>> (Consultado a 19/06/2015).

<sup>213</sup> Maria José Nogueira PINTO, “As lições da guerra”, in *Expresso*, 11/06/1999, Lisboa.

<sup>214</sup> Maria José Nogueira PINTO, “As lições da guerra”, in *Expresso*, 11/06/1999, Lisboa.

## Capítulo IX - Coligação Democrática Unitária

Este capítulo tratará as atividades e os pareceres da CDU, coligação constituída pelo PCP e pelos «Os Verdes». Na VII legislatura, «Os Verdes» tinham dois deputados, enquanto o Partido Comunista Português possuía treze<sup>215</sup>. O líder da coligação era o secretário-geral e deputado comunista Carlos Carvalhas<sup>216</sup>.

### 9.1. *O Avante*

No seu jornal *O Avante*, o PCP demonstrou, logo em Março de 1998, preocupação pela situação no Kosovo. Após atentados perpetrados pelo UÇK, os comunistas receavam que o conflito destabilizasse os Balcãs. Mencionou igualmente a posição de Slobodan Milosevic contra a internacionalização do problema<sup>217</sup>.

Duas semanas depois, no mesmo órgão de comunicação, o militante Domingos Lopes afirmou que não era possível analisar o conflito, tendo somente em conta a avassaladora maioria da população, que era albanesa. Relembrou que nem sempre foi assim e que uma das razões para o aumento dos albaneses na região teria sido a política de Josip Broz Tito. Não esquece que os sérvios consideravam – e consideram – o Kosovo o berço da sua pátria. Domingos Lopes defendeu que eram os separatistas que não desejavam negociações pacíficas, preferindo atacar não só militares, mas também civis. Difere, porém, dos grupos armados separatistas, as organizações políticas que pretendiam um novo estatuto para o Kosovo, que o autor considerava legítimo, pois os albaneses constituíam quase a totalidade da população. Contudo, via como igualmente natural a defesa sérvia das suas fronteiras internas, reconhecidas internacionalmente<sup>218</sup>.

Criticou ainda a atuação da comunidade internacional, em especial dos Estados Unidos da América, que considerava criadores de crises, devido à sua propaganda anti-Jugoslávia, controlo dos órgãos de comunicação social e dualidade de critérios, visto que não reagia face ao que acontecia em Timor-Leste ou na Palestina. Discordou da tática

---

<sup>215</sup> COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES. *Resultados eleitorais*. Consultado a 07/05/2015. in <<http://eleicoes.cne.pt/vector/index.cfm?dia=01&mes=10&ano=1995&eleicao=ar>>; PARTIDO ECOLOGISTA «OS VERDES». *VII legislatura 1995/1999 – Balanço da atividade parlamentar*. Consultado a 23/06/2015. in <<http://www.osverdes.pt/pages/grupo-parlamentar---vii-legislatura-19951999---balanco-da-atividade-parlamentar.php>>.

<sup>216</sup> Henrique MONTEIRO, “A bomba de Cunhal”. *Expresso*, 20/09/2015. in <<http://expresso.sapo.pt/politica/2015-09-20-A-bomba-de-Cunhal>> (Consultado a 21/09/2015).

<sup>217</sup> “Kosovo em pé de guerra”. *Avante!*, 05/03/1998. in <<http://avante.pt/arquivo/20030327/fr-arquivo.html>> (Consultado a 21/06/2015).

<sup>218</sup> Domingos LOPES, “Os xerifes do mundo”. *Avante!*, 19/03/1998. in <<http://avante.pt/arquivo/20030327/fr-arquivo.html>> (Consultado a 23/06/2015).

norte-americana de retirar a racionalidade ao conflito kosovar, para lhe emprestar um caráter puramente emocional, mais fácil de manipular<sup>219</sup>.

Em Maio, Carlos Aboim Inglez mostrou acreditar que seriam os ímpetos imperialistas da NATO e dos EUA que estariam a acender os nacionalismos balcânicos e a criar o conflito do Kosovo, tentando tornar os estados da região economicamente dependentes de si. No seu entender, os estados europeus seriam subservientes aos EUA. Inglez via Ibrahim Rugova como o único interlocutor albanó-kosovar legítimo para encetar negociações com os sérvios. Neste artigo, desculpou as ações de Milosevic por compreender que todos os intervenientes cometeram os mesmos erros e via os sérvios como sendo a parte que mais tentava resolver a questão, através de conversações. A exceção, do lado albanó-kosovar, seria apenas Rugova<sup>220</sup>.

No artigo «Jogos de guerra em nome da paz»<sup>221</sup>, denota-se o receio do PCP em que o poder efetivo do movimento albanó-kosovar tenha sido transferido de Ibrahim Rugova para o UÇK.

Quando, em Janeiro de 1999, William Walker, chefe da missão da OSCE, denunciou a ação das forças sérvias no massacre de Raçak e, subsequentemente, ter sido quase considerado *persona non grata* por Belgrado, *O Avante* alegou contradições nas suas declarações. Contestou que as vítimas fossem todas civis, visto que o próprio UÇK declarou que alguns dos mortos eram combatentes das suas fileiras. Também considerou estranho que os corpos tenham sido encontrados juntos e alinhados, com um tiro na nuca, coincidente com execução, tendo a missão de verificação da OSCE conhecimento da operação policial sérvia que iria ocorrer na zona<sup>222</sup>. Em Março, os médicos legistas responsáveis por investigar as mortes concluíram que não houve execuções e que as vítimas foram atingidas à distância. Através do seu jornal partidário, o PCP denunciou imediatamente estas conclusões<sup>223</sup>.

Em Fevereiro, Carlos Aboim Inglez defendeu que o conflito do Kosovo seria alimentado por pretensões imperialistas da NATO e dos EUA, que desejavam destroçar

---

<sup>219</sup> Domingos LOPES, “Os xerifes do mundo”. *Avante!*, 19/03/1998. in <<http://avante.pt/arquivo/20030327/fr-arquivo.html>> (Consultado a 23/06/2015).

<sup>220</sup> Carlos Aboim INGLEZ, “Mãos fora!”. *Avante!*, 21/05/1998. in <<http://avante.pt/arquivo/20030327/fr-arquivo.html>> (Consultado a 25/06/2015).

<sup>221</sup> “Jogos de guerra no Kosovo”. *Avante!*, 09/06/1998. in <<http://avante.pt/arquivo/20030327/fr-arquivo.html>> (Consultado a 24/06/2015).

<sup>222</sup> “NATO acusa Belgrado de alegado massacre”. *Avante!*, 21/01/1999. in <<http://avante.pt/arquivo/20030327/fr-arquivo.html>> (Consultado a 27/06/2015).

<sup>223</sup> “O «massacre» que não existiu”. *Avante!*, 04/03/1999. in <<http://avante.pt/arquivo/20030327/fr-arquivo.html>> (Consultado a 28/06/2015).

e separar a República Federal da Jugoslávia, por esta não se sujeitar, nem se juntar à aliança atlântica. A subjugação da RFJ seria uma forma de cercar a Rússia. Para atingir o seu objetivo, a NATO recorria a ameaças, sanções, chantagens e força militar, escudando-se no dever de proteger o Direito, que Inglês considerou autoimposto. Retomou a ideia de que a NATO, juntamente com os meios de comunicação social, estaria a lançar uma campanha contra a RFJ e a colocar a emoção da comunidade internacional acima da razão, com imagens chocantes. A organização utilizaria também o UÇK no terreno para escalar o conflito, enquanto este se mantinha como o maior entrave a uma solução pacífica.<sup>224</sup>

Inglês propôs o desarmamento e fim das organizações militares e que Portugal se distanciasse dos propósitos bélicos da NATO e dos EUA<sup>225</sup>.

Na edição de 25 de Março, o Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português descreveu a sua visão sobre a ofensiva no Kosovo. O Secretariado via no ataque à RFJ uma destabilização da região balcânica, que não seria coincidente com os pressupostos do Direito Internacional, por atacar um estado soberano e não ter autorização do Conselho de Segurança da ONU. O PCP também não acreditava na sua razão humanitária, crendo ser apenas um pretexto para uma guerra de agressão<sup>226</sup>.

O Secretariado não acompanhava a ideia de que, naquele momento, a guerra era a melhor solução para o conflito. Defendeu uma negociação pacífica, que aumentasse a autonomia do Kosovo, protegesse os direitos de todos os povos da região, inclusive o albanês, mantivesse a soberania e as fronteiras da RFJ e não incluísse a entrada de tropas estrangeiras em solo kosovar<sup>227</sup>.

As verdadeiras causas da guerra, para o Secretariado, seriam as ideias imperialistas dos EUA e o consentimento europeu. A intenção seria transformar a NATO no braço armado dos EUA, que, com o novo conceito estratégico mais amplo e agressivo, estabeleceria uma nova ordem mundial. O PCP mostrou-se incrédulo por os estados europeus não se terem manifestado frontalmente contra os objetivos norte-americanos e o ataque à RFJ. Mais uma vez, foi apontado o papel da comunicação social na aceitação

---

<sup>224</sup> Carlos Aboim INGLEZ, “Balcãs – Luta pela paz”. *Avante!*, 04/02/1999. in <<http://avante.pt/arquivo/20030327/fr-arquivo.html>> (Consultado a 28/06/2015).

<sup>225</sup> Carlos Aboim INGLEZ, “Balcãs – Luta pela paz”. *Avante!*, 04/02/1999. in <<http://avante.pt/arquivo/20030327/fr-arquivo.html>> (Consultado a 28/06/2015).

<sup>226</sup> “PCP condena decisão da NATO”. *Avante!*, 25/03/1999. in <<http://avante.pt/arquivo/20030327/fr-arquivo.html>> (Consultado a 30/06/2015).

<sup>227</sup> “PCP condena decisão da NATO”. *Avante!*, 25/03/1999. in <<http://avante.pt/arquivo/20030327/fr-arquivo.html>> (Consultado a 30/06/2015).



da guerra e diabolização dos sérvios e a diferença de atuação, perante violações dos Direitos Humanos no Kosovo e em outras regiões, como Timor, Angola e Palestina<sup>228</sup>.

No que concerne a Portugal, o Secretariado não aceitava a participação nacional no esforço de guerra e pretendia uma clarificação da situação pelo Presidente da República. Estava contra a substituição de uma política de defesa autónoma por uma subserviência face aos interesses das grandes potências da NATO, pondo em causa a paz e atacando um estado com o qual Portugal mantinha boas relações. Por fim, pedia à sociedade portuguesa que mostrasse discordância sobre o ataque à RFJ<sup>229</sup>

Domingos Lopes demonstrou novamente a sua oposição à guerra. Atentou que os bombardeamentos eram uma imposição dos EUA. O ataque seria contrário ao Direito Internacional, por não ter um mandato da ONU, e poderia mesmo modifica-lo, marginalizando os preceitos da Carta das Nações Unidas. Na verdade, a guerra e a própria NATO seriam instrumentos dos EUA para obter hegemonia e isolar a Rússia. Os bombardeamentos no Kosovo seriam, então, um ensaio para confirmar se os norte-americanos poderiam ser hegemónicos, através da força militar, podendo depois substituir a ONU pela NATO, o seu braço armado. Para Lopes, isso estaria visível na imposição de Madeleine Albright de um acordo que sabia levar à rutura e à guerra. Denunciou, outra vez, que não era a catástrofe humanitária kosovar que tinha feito os EUA e a NATO a bombardear a RFJ, mas sim os interesses norte-americanos. Só isso explicaria a dualidade de critérios perante falhas nos Direitos Humanos no Kosovo e em outros locais, como Timor, como os comunistas diversas vezes referiram. A falta de mandato da ONU seria outra razão para este pensamento, com agravante de ser um ataque contra um estado soberano, que pretendia estabelecer as ideias de uma minoria – neste caso, o UÇK. No fundo, para Domingos Lopes, o novo conceito estratégico da aliança e a guerra no Kosovo eram uma forma de dominação dos estados europeus, que, com a sua concordância com as ideias norte-americanas, ficaram a eles ligados e dependentes. Os EUA procurariam a dependência dos europeus, pois viam neles o maior obstáculo a uma hegemonia e nova ordem mundial<sup>230</sup>.

---

<sup>228</sup> “PCP condena decisão da NATO”. *Avante!*, 25/03/1999. in <<http://avante.pt/arquivo/20030327/fr-arquivo.html>> (Consultado a 30/06/2015).

<sup>229</sup> “PCP condena decisão da NATO”. *Avante!*, 25/03/1999. in <<http://avante.pt/arquivo/20030327/fr-arquivo.html>> (Consultado a 30/06/2015).

<sup>230</sup> Domingos LOPES, “A guerra da «nova» NATO contra a Jugoslávia”. *Avante!*, 01/04/1999. in <<http://avante.pt/arquivo/20030327/fr-arquivo.html>> (Consultado a 01/07/2015).

Devido a esta posição, Lopes pediu que Portugal se afastasse da ofensiva militar e retirasse os seus militares, visto não estarem a participar numa ação humanitária e a entrada da guerra ter sido efetuada sem a consulta devida à Assembleia da República. Proclamou que as dificuldades presentes nos Balcãs não seriam resolvidas com guerra<sup>231</sup>.

Nos meses seguintes da guerra, os artigos presentes n' *O Avante* seguiram esta posição e ordem de ideias.

No fim da guerra e conhecido o acordo de paz, Miguel Urbano Rodrigues regozijou-se pelo fracasso da estratégia norte-americana em alguns pontos fulcrais, afirmando que os EUA simplesmente conseguiram uma pequena vitória, mesmo perante um estado com 11 milhões habitantes. Um dos malogros do estratagema dos EUA foi a colocação da NATO em segundo plano, tendo ficado a ONU com a responsabilidade de edificação da sociedade e da economia e da preservação da segurança do Kosovo. A NATO foi somente uma vez referida no acordo. Outros falhanços foram a tentativa de destruição do exército jugoslavo e da própria República Federal da Jugoslávia, assim como o afastamento de Slobodan Milosevic. Os primeiros mantiveram-se virtualmente intactos, enquanto o último se manteve no poder. O englobamento do exército jugoslavo nos contingentes do KFOR foi aceite no acordo, o que não tinha sido previsto em Rambouillet. A desmilitarização do UÇK também foi algo que Rodrigues considerou ter ido contra as expectativas da NATO e dos EUA. A alínea de Rambouillet que vaticinava um referendo sobre o futuro do Kosovo, após três anos, também não foi incluída no acordo. Contudo, Rodrigues apontou que o comandante do KFOR era o general Michael Jackson da NATO, o que o fazia acreditar que a aliança não ia respeitar o acordo<sup>232</sup>.

## **9.2. Programa para as eleições europeias de 1999**

Na sua declaração programática para as eleições para o Parlamento Europeu, o PCP manifestou-se novamente contra todas as ingerências da NATO no seio da União Europeia, pretendendo que a Europa não fosse subordinada aos interesses imperialistas norte-americanos. Em relação ao alargamento da UE, pretendia que este não fosse condicionado pela ampliação da NATO para o leste europeu, podendo definir os seus novos membros de forma independente. Não desejava igualmente que a UE se

---

<sup>231</sup> Domingos LOPES, “A guerra da «nova» NATO contra a Jugoslávia”. *Avante!*, 01/04/1999. in <<http://avante.pt/arquivo/20030327/fr-arquivo.html>> (Consultado a 01/07/2015).

<sup>232</sup> Miguel Urbano RODRIGUES, “Sobre os limites do poder imperial dos EUA”. *Avante!*, 24/06/1999. in <<http://avante.pt/arquivo/20030327/fr-arquivo.html>> (Consultado a 03/07/2015).

transformasse num bloco político-militar, patenteando o seu pendor pacifista. Classificou ainda a guerra do Kosovo como uma agressão criminosa e defendeu a extinção da NATO<sup>233</sup>.

Propôs igualmente a reforma da OSCE e um plano de prevenção e combate ao nacionalismo. O PCP compreendia que a melhor forma de travar o nacionalismo crescente seria através de cooperação económica, que permitiria o desenvolvimento dos países, juntamente com o Tratado do Espaço Schengen<sup>234</sup>.

O discurso da cabeça-de-lista da CDU para as eleições europeias, Ilda Figueiredo, seguia a mesma linha de raciocínio do programa, não demonstrando qualquer dúvida sobre o seu conteúdo<sup>235</sup>.

### **9.3. Programa para as eleições legislativas de 1999**

Logo no início do programa eleitoral legislativo, o PCP invocou a providencial independência de Portugal em assuntos internacionais, procurando atingir os interesses nacionais. Receava a crescente subordinação da UE perante os EUA e não pretendia que esta se tornasse seu parceiro económico e militar de segundo plano. Alertou para o domínio cultural, político e económico que os EUA, a UE e o Japão detinham sobre a comunidade internacional, que, juntamente com ofensivas militares, como no caso kosovar, perseguiram os seus interesses<sup>236</sup>.

No capítulo «Defesa Nacional e Forças Armadas», o seguidismo nacional e europeu aos EUA foi novamente criticado, por ter influenciado o governo a tomar decisões que não correspondiam ao interesse nacional, mas que seguiam os propósitos norte-americanos e da NATO. Tornaria, assim, as forças armadas portuguesas num braço armado da aliança atlântica, que ajudava a defender uma visão expansionista de uma organização que se arrogava o direito de manobrar em todo o globo. Por isso, os comunistas desejavam a dissolução da NATO e opunham-se à transformação da União Europeia num bloco político-militar. Em contrapartida, apoiavam uma reestruturação e

---

<sup>233</sup> PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, “Declaração programática – Eleições para o Parlamento Europeu”, 1999, Lisboa, pp. 10-11.

<sup>234</sup> PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, “Declaração programática – Eleições para o Parlamento Europeu”, 1999, Lisboa, pp. 10-11.

<sup>235</sup> Jorge FIEL, e Ricardo Jorge PINTO, “Ilda Figueiredo, cabeça-de-lista da CDU nas eleições para o Parlamento Europeu”, in *Expresso*, 02/04/1999, Lisboa.; “A hora do Parlamento Europeu”, in *Expresso*, 11/06/1999, Lisboa.

<sup>236</sup> PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, “Programa eleitoral do PCP – Uma política de esquerda para Portugal”, 1999, Lisboa, p. 9.

modernização da ONU e da OSCE e a participação de tropas nacionais em missões de manutenção de paz, no âmbito das duas organizações<sup>237</sup>.

Relativamente ao Kosovo, o PCP argumentava que a guerra foi uma afronta ao Direito Internacional, que careceu de mandato do Conselho de Segurança, e demonstrou, mais uma vez, a subserviência dos estados europeus aos desígnios dos EUA. Condenou a participação de tropas portuguesas e a forma como foram incorporadas na máquina de guerra, sem a consulta à Assembleia da República e desrespeitando, por isso, a Constituição portuguesa. O programa deixou claro que os comunistas ambicionavam a independência de decisão de Portugal em matérias de política externa e de defesa, mesmo no seio de uma organização regional ou internacional, e que o governo seguisse uma prática de pacifismo e de solidariedade para com os outros países<sup>238</sup>.

O PCP alertou para o que considerava serem perigos para a paz. Um desses perigos seria o novo conceito estratégico da NATO, que lhe permitiria agir em qualquer parte do globo. A guerra dos Balcãs e a marginalização da ONU, que daí adveio, foram outras dificuldades para a paz apontadas. Finalmente, a militarização da União Europeia e um novo confronto entre o Ocidente e o Oriente iriam impedir uma política de pacifismo. Para além de defender o acima referido, o PCP instou à proibição e à extinção das armas nucleares e de destruição massiva. Concretizou com o que considerava ser uma forma eficaz de combater a insegurança: uma nova ordem económica mundial, que se pautasse por cooperação e solidariedade entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos<sup>239</sup>.

#### **9.4. Declarações e Resoluções**

A 12 de Outubro de 1998, a Comissão Política do PCP publicou uma declaração contra a ingerência norte-americana no caso kosovar. Denunciou a manipulação da situação dos EUA, de forma a impor a sua supremacia nos Balcãs, assim como a marginalização da ONU e da OSCE e o desprezo pelo Direito Internacional demonstrado, pelo imperialismo norte-americano, em todo o processo. Exteriorizou frontalmente a sua

---

<sup>237</sup> PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, “Programa eleitoral do PCP – Uma política de esquerda para Portugal”, 1999, Lisboa, pp. 205-206.

<sup>238</sup> PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, “Programa eleitoral do PCP – Uma política de esquerda para Portugal”, 1999, Lisboa, pp. 221-222.

<sup>239</sup> PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, “Programa eleitoral do PCP – Uma política de esquerda para Portugal”, 1999, Lisboa, pp. 222-223.

discordância da participação nacional numa hipotética guerra de agressão contra a RFJ e, se tal sucedesse, pensava necessário que obtivesse o crivo da Assembleia da República<sup>240</sup>.

Em Janeiro, o Comité Central do PCP evidenciou, novamente, a sua oposição ao que considerava ser a arrogância imperialista norte-americana. Foram abordadas a colocação da ONU e da OSCE em segundo plano, a violação do Direito Internacional, o cerco à Rússia e a política diferenciada no que concerne aos Direitos Humanos nos diversos casos da sua violação, protagonizados pela NATO e os EUA. O comité solicitou que o pacifismo fosse a prática corrente no decurso das relações internacionais<sup>241</sup>.

Num comunicado, no início de Abril, apesar de manter as ideias já proclamadas sobre a NATO e a situação do Kosovo, a Comissão Política do PCP elaborou todos os seus argumentos contra a guerra. Primeiramente, condenou-a. De seguida, enunciou as razões para tal. A falta de mandato da ONU e a sua marginalização, juntamente com a OSCE eram as justificações principais. A comissão acreditava que a NATO estaria a ser utilizada como braço armado dos EUA para subjugar os estados europeus, que seriam os seus maiores rivais, e atingir os interesses imperialistas norte-americanos. O PCP lembrou que a NATO acolheu o regime ditatorial de Oliveira Salazar, logo, a aliança não teria dificuldades em estabelecer ambiguidades para conseguir os seus objetivos e isso explicaria a diferença de tratamento para com os albanos-kosovares e os timorenses. Um dos desideratos dos EUA seria o cerco e humilhação da Rússia. Os comunistas receavam a militarização da União Europeia e da NATO e alegaram que a cooperação e a negociação política seriam mais eficazes na resolução e prevenção de conflitos<sup>242</sup>.

Em relação a Portugal, o comunicado criticou a parca informação prestada pelo governo e pelo Presidente da República e via a presença de tropas portuguesas no Kosovo como sendo contra a Constituição, pois esta postularia a paz e a cooperação e a participação não tinha sido aprovada pela Assembleia da República. Argumentou que o envio de soldados nacionais foi uma prova de subserviência, perante a NATO, e que a independência, em matéria de política externa e de defesa, era indispensável para a

---

<sup>240</sup> PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS. *A escalada militar da NATO contra a Jugoslávia*. Consultado a 21/07/2015. in <<http://www.pcp.pt/escalada-militar-da-nato-contra-jugosl%C3%A1via-nota-da-comiss%C3%A3o-pol%C3%ADtica-do-pcp>>.

<sup>241</sup> PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS. *Resolução do Comité Central do PCP de 24 e 25 de Janeiro de 1999*. Consultado a 22/07/2015. in <<http://www.pcp.pt/content/resolu%C3%A7%C3%A3o-do-comit%C3%A9-central-do-pcp-de-24-e-25-de-janeiro-de-1999>>.

<sup>242</sup> PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS. *O PCP reclama o fim da agressão à Jugoslávia e a dissolução da NATO*. Consultado a 22/07/2015. in <<http://www.pcp.pt/o-pcp-reclama-o-fim-da-agress%C3%A3o-%C3%A0-jugosl%C3%A1via-e-dissolu%C3%A7%C3%A3o-da-nato-comunicado-da-comiss%C3%A3o-pol%C3%ADtica-do-pa>>.

soberania portuguesa. Exigiu, portanto, o retorno imediato do contingente nacional e um debate sobre a NATO e o futuro do país na organização<sup>243</sup>.

Em Maio, Álvaro Cunhal declarou que o objetivo da NATO no Kosovo não era a autodeterminação dos albanos-kosovares. Se assim fosse, também bombardearia Madrid, devido ao desejo independentista dos bascos. Cunhal alertou para os perigos da supranacionalização das decisões na União Europeia, pois retiraria soberania aos estados e, quando os seus líderes não fossem capazes, os EUA conseguiriam a subserviência do continente, que era o estaria a suceder, naquele momento, para o dirigente comunista<sup>244</sup>.

### **9.5. Viagem à República Federal da Jugoslávia e Ações de Protesto**

Uma delegação do PCP constituída por António Filipe, deputado à Assembleia da República e membro do Comité Central, e Albano Nunes, membro do Secretariado do Comité Central e responsável pela Seção Internacional, visitou a República Federal da Jugoslávia, entre 16 e 20 de Abril, a convite do Partido Socialista Sérvio, do qual Slobodan Milosevic era presidente. A delegação visitou as cidades de Belgrado e Kragujevac e encontrou-se com altos funcionários do Partido Socialista Sérvio e do governo jugoslavo, como o ministro dos Negócios Estrangeiros. O PCP optou por realizar esta viagem para publicitar solidariedade para com o povo jugoslavo, que estava a sofrer com a guerra, e a sua oposição à participação de Portugal<sup>245</sup>.

A 24 de Maio, o Partido Ecologista «Os Verdes» lançou 1 000 balões, em Lisboa, como forma de protesto pela intervenção da NATO<sup>246</sup>.

Nos dias finais de Maio, por iniciativa da Juventude Comunista Portuguesa, ocorreram três concertos pela paz, em Coimbra, no Porto e em Évora. Nos espetáculos, discursos de dirigentes da JCP e *slogans* contra a guerra do Kosovo foram proferidos. No

---

<sup>243</sup> PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS. *O PCP reclama o fim da agressão à Jugoslávia e a dissolução da NATO*. Consultado a 22/07/2015. in <<http://www.pcp.pt/o-pcp-reclama-o-fim-da-agress%C3%A3o-%C3%A0-jugosl%C3%A1-e-dissolu%C3%A7%C3%A3o-da-nato-comunicado-da-comiss%C3%A3o-pol%C3%ADtica-do-pa>>.

<sup>244</sup> Rui PEREIRA, “Cunhal como sempre”, in *Expresso*, 08/05/1999, Lisboa.

<sup>245</sup> “Delegação do PCP na Jugoslávia”, *Avante!*, 29/04/1999. in <<http://avante.pt/arquivo/20030327/fr-arquivo.html>> (Consultado a 01/07/2015).

<sup>246</sup> AVANTE. *Dia Nacional Contra a Guerra*. Consultado a 18/07/2015. in <<http://www.avante.pt/arquivo/1330/3003h1.html>>.

Porto, estiveram presentes cerca de 4 000 jovens<sup>247</sup>. Em Évora, no mesmo dia do concerto, também foi realizado um desfile com o mesmo propósito<sup>248</sup>.

Enquanto as ações de protesto aconteciam em Évora, em Almada, decorria, com o patrocínio da Juventude CDU, a «Maratona pela Paz», que, entre outros eventos, acolheu atuações de grupos de teatro, dança, música e contadores de histórias e uma exposição fotográfica. Em 2 de Junho, em Benavente, mais uma iniciativa pela paz, na forma de um concerto, foi realizada, com um discurso do guitarrista da banda Xutos & Pontapés, Zé Pedro<sup>249</sup>.

A CDU foi ainda instrumental para a realização de cordões humanos para pedir a paz e manifestações contra a intervenção da NATO<sup>250</sup>, que serão analisadas no último capítulo.

Por todas as opiniões e ações descritas, é exequível concluir que a CDU e os partidos que a compõem tinham uma posição diametralmente oposta à dos dois maiores partidos da Assembleia da República, neste assunto. Opunham-se frontalmente à guerra do Kosovo e defendiam, independentemente da margem negocial, uma solução política e pacífica. Os dirigentes e militantes da CDU raramente mencionaram a sua solidariedade para com os albano-kosovares, referindo-a, mais explicitamente, em relação aos sérvios. De notar que não houve nenhuma voz dissidente da posição oficial dos partidos.

---

<sup>247</sup> AVANTE. *Dia Nacional Contra a Guerra*. Consultado a 18/07/2015. in <<http://www.avante.pt/arquivo/1330/3003h1.html>>.

<sup>248</sup> “Jovens pela paz”. *Avante!*, 09/06/1999. in <<http://avante.pt/arquivo/20030327/fr-arquivo.html>> (Consultado a 04/07/2015).

<sup>249</sup> “Jovens pela paz”. *Avante!*, 09/06/1999. in <<http://avante.pt/arquivo/20030327/fr-arquivo.html>> (Consultado a 04/07/2015).

<sup>250</sup> AVANTE. *Dia Nacional Contra a Guerra*. Consultado a 18/07/2015. in <<http://www.avante.pt/arquivo/1330/3003h1.html>>.

## Capítulo X - Opinião Pública

Além de analisarmos as posições partidárias, é importante também sabermos a opinião da população portuguesa, acerca da guerra do Kosovo. Iremos abordar diversos quadrantes da sociedade nacional que não se encaixam na estrutura partidária presente na Assembleia da República, como o emergente Bloco de Esquerda e as forças armadas.

### 10.1. Forças Armadas

Num artigo na *Revista Militar*, em Abril de 1999, o coronel Carlos Gomes Bessa considerava que a estratégia escolhida pelo NATO não era a mais adequada, sendo a culpa da comunicação social. O coronel alertou, contudo, para a visão pacifista e antimilitarista que grassava no Ocidente, fomentada pelos órgãos de comunicação social, que procuravam, de forma sensacionalista, mostrar à população os horrores da guerra, fazendo com que esta rejeitasse baixas militares e mortes. Denunciava aquilo que acreditava ser um processo de desmilitarização do Ocidente, que o deixaria desprotegido<sup>251</sup>.

Gomes Bessa assegurava que, ao compreender que a sociedade ocidental não iria aceitar baixas avultadas, a NATO prosseguiu uma estratégia de bombardeamentos, sem forças terrestres, que já se havia mostrado ineficaz durante a guerra do Iraque. Apenas com bombardeamentos, as forças jugoslavas ficariam separadas umas das outras, podendo até não comunicar entre si, mas isso não impediria que continuassem os ataques à população albano-kosovar. A visão do coronel era de que estava a suceder no Kosovo uma limpeza étnica protagonizada pelas forças jugoslavas contra os albaneses da região. Pensava também que o Ocidente e a NATO tinham ficado sem opções, depois da recusa de Milosevic em chegar a acordo em Rambouillet<sup>252</sup>.

Uma vez terminada a guerra, o referido coronel tornou-se mais crítico. Embora concordasse que Milosevic era um ditador, Gomes Bessa não aceitava o seguidismo europeu face aos EUA, nem o desrespeito pelo Direito Internacional demonstrado. Discordou da tática da NATO de agir sem mandato da ONU, porque, devido ao provável veto da Rússia ou da China, sabia que esse não seria exequível. Delatou também a dualidade de critérios da NATO, em relação à defesa dos Direitos Humanos, pois esta ignorava as violações dos Direitos Humanos ocorridas em outros locais. Para o coronel,

---

<sup>251</sup> Carlos Gomes BESSA, “I – Notícias do mundo militar”. *Revista Militar*. (Abril) 1999. Lisboa. pp. 878-884.

<sup>252</sup> Carlos Gomes BESSA, “I – Notícias do mundo militar”. *Revista Militar*. (Abril) 1999. Lisboa. pp. 878-884.



o presidente norte-americano, Bill Clinton, estaria a incorrer num erro ao afirmar que uma curta ocupação da região seria suficiente para a paz, pois esquecia-se de exemplos históricos recentes, como o caso da Bósnia. Também não acreditava que Milosevic pudesse destabilizar a segurança global, principalmente tendo, no início dos bombardeamentos, pouco apoio popular. O recurso a bombardeamentos só ajudaria Milosevic a manter-se no poder – como já havia acontecido com Saddam Hussein – e a adiar a resolução do problema. Outra consequência seria a aceleração das carnificinas, que somente bombas não podiam impedir. A escalada do conflito corria o risco de destabilizar a região, em particular a Macedónia e a Albânia. Gomes Bessa era da opinião de que o resultado da ofensiva havia reforçado o UÇK. Mais forte, este grupo iria dificultar o desarmamento e a desmilitarização e criaria uma nova vaga de refugiados sérvios com receio da vingança dos albanos-kosovares<sup>253</sup>.

O coronel afirmou ainda que esta situação fez transparecer que a NATO era o braço armado dos EUA e que desrespeitava a ONU. No entanto, a ONU e a Rússia, mesmo tendo sidas colocadas de parte pela aliança, haviam sido instrumentais nas negociações, ao intercederem junto dos jugoslavos<sup>254</sup>.

Num artigo da *Revista Militar* escrito pelo capitão-de-mar-e-guerra Dino Willy Cozza da Armada brasileira, a possibilidade de uma escalada do conflito do Kosovo destabilizar a Albânia e a Macedónia, que abrigavam centenas de milhares de albaneses, fora prevista. Cozza não admitia que a Albânia, em caso de um conflito mais amplo, pudesse manter a neutralidade<sup>255</sup>.

Em Maio, por ocasião do quinquagésimo aniversário da NATO, o general Lopes Alves afirmou que a aliança era um garante da paz e da estabilidade da região euro-atlântica, por causa da confiança e experiência que foi ganhando na comunidade internacional, nas décadas anteriores. Via o alargamento para o leste europeu como um fortalecimento da organização e um aumento da estabilidade da região, podendo ser mais eficaz na contenção da Rússia<sup>256</sup>. Assim, conseguimos verificar que as forças armadas portuguesas – ou, pelo menos, parte – ainda viam os russos como a maior ameaça à Europa.

---

<sup>253</sup> Carlos Gomes BESSA, “I – Notícias do mundo militar”. *Revista Militar*. (Junho/Julho) 1999. Lisboa. pp. 1149-1161.

<sup>254</sup> Carlos Gomes BESSA, “I – Notícias do mundo militar”. *Revista Militar*. (Junho/Julho) 1999. Lisboa. pp. 1149-1161.

<sup>255</sup> Dino Willy COZZA, “Dificuldade de os ocidentais compreenderem os problemas balcânicos de origem geográfica, histórica e religiosa”. *Revista Militar*. (Fevereiro/Março) 1999. Lisboa. pp. 603-613.

<sup>256</sup> José Lopes ALVES, “Editorial”. *Revista Militar*. (Maio) 1999. Lisboa. pp. 911-916.

Continuando, o general assegurou que os sérvios estariam a tentar obter supremacia étnica sobre os albaneses e que os últimos simplesmente pretendiam ser independentes na região onde habitavam há séculos. Sentia que a intervenção, não tendo sido autorizada pelo Conselho de Segurança da ONU, era potencialmente perigosa e justificava os protestos de países como a Rússia e a China<sup>257</sup>. O brigadeiro Luís Valença Pinto concordava com o general na questão da permanência nacional na NATO, sendo necessário Portugal ser um membro ativo, ágil e crítico<sup>258</sup>.

O brigadeiro Lemos Pires assentou a sua preocupação em três pontos: segurança dos portugueses, resultados físicos da guerra e questões de Direito e segurança internacional. Lemos Pires admitia a possibilidade de represálias sobre os militares portugueses que estavam em serviço na Bósnia, em retaliação à participação nacional na guerra. A continuação da utilização de apenas bombardeamentos, para si, iria denegrir a imagem da NATO, para além de não considerar correta a troca de vidas de civis albanos-kosovares pela de militares jugoslavos. O brigadeiro sustentava que os bombardeamentos só poderiam ajudar os movimentos separatistas albanos-kosovares e, assim, a aliança atlântica acabaria por se transformar em força aérea destes grupos<sup>259</sup>.

Em relação às repercussões para o Direito Internacional e para a segurança global, o brigadeiro mencionou a possibilidade de destabilização de uma região historicamente volátil. Não aceitava a falta de mandato da ONU, pois, a partir daquele momento, a NATO ou outra organização/estado podiam agir da mesma forma, criando o caos. Como Gomes Bessa, Lemos Pires via nesta ação a prova de que a NATO era o braço armado dos EUA<sup>260</sup>.

O chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, general Espírito Santo, numa conferência de imprensa, em Abril, juntamente com o ministro dos Negócios Estrangeiros, aludiu aos efeitos que a intervenção teve no contingente português na Bósnia. O general explicou que a relação construída entre os soldados portugueses e os habitantes diminuíram com os bombardeamentos da NATO, tendo causado um retrocesso nos progressos obtidos com e após os acordos de Dayton<sup>261</sup>.

---

<sup>257</sup> José Lopes ALVES, “Editorial”. *Revista Militar*. (Maio) 1999. Lisboa. pp. 911-916.

<sup>258</sup> Luís Valença PINTO, “Portugal e o futuro da NATO – uma reflexão”. *Revista Militar*. (Maio) 1999. Lisboa. pp. 921-930.

<sup>259</sup> Mário Lemos PIRES, “Opinião”, in *Expresso*, 27/03/1999, Lisboa.

<sup>260</sup> Mário Lemos PIRES, “Opinião”, in *Expresso*, 27/03/1999, Lisboa.

<sup>261</sup> João Pedro HENRIQUES, “A janela mantém-se fechada”. *Público*, 07/04/1999. in <<http://www.publico.pt/destaque/jornal/a-janela-mantem-se-fechada-132272>> (Consultado a 12/07/2015).

Finda a guerra, em Outubro, 17 médicos do Hospital Militar do Porto forçaram a sua passagem à reserva territorial, por temerem ser chamados para um contingente de manutenção de paz no Kosovo. Os médicos conseguiram o que pretendiam, ao inscreverem-se em listas para as eleições legislativas, em lugares não-elegíveis. A explicação fornecida para esta atitude foi a de não concordarem com os bombardeamentos e não se terem alistado nas forças armadas para defender regiões como o Kosovo, mas sim para proteger Portugal<sup>262</sup>.

Mediante o exame das opiniões destes militares, podemos concluir que a guerra e a respetiva participação portuguesa dividiu as forças armadas. A violação do Direito Internacional, a hegemonia norte-americana e a possível desestabilização dos Balcãs foram as principais preocupações registadas. A visão de que a NATO era um esteio de paz e segurança euro-atlântica foi o que mais contribuiu para a aceitação da ofensiva entre os militares portugueses.

## 10.2. Igreja Católica

O bispo de Lisboa e presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, D. José Policarpo, manifestou-se contra a guerra. Não somente contra a do Kosovo, mas contra todas as guerras, dizendo que estas ações não solucionavam nenhum problema. Alicerçou a sua opinião na História, que, a seu ver, demonstrava que existiam outros recursos mais eficazes, como, por exemplo, a diplomacia e as sanções económicas e culturais. Defendeu que a violência não poderia ter como resposta a violência. Salvaguardou, no entanto, que, em algumas situações, como da violação dos Direitos Humanos, a opção bélica poderia ser uma solução aceitável, mesmo obtendo resultados limitados e não devendo nunca ser utilizada como norma<sup>263</sup>.

A Conferência Episcopal Portuguesa a que o bispo de Lisboa presidia emitiu uma declaração a condenar os bombardeamentos. Os bispos pediram o fim dos bombardeamentos e do conflito entre sérvios e albano-kosovares, bem como a prossecução de negociações para a obtenção de uma solução pacífica, que atingisse a paz e defendesse os Direitos Humanos, dando especial atenção aos mais fracos<sup>264</sup>. O

---

<sup>262</sup> Luísa PINTO, “Jurei defender a pátria, não o Kosovo”. *Público*, 13/12/1999. in <<http://www.publico.pt/sociedade/jornal/jurei-defender-a-patria-nao-o-kosovo-127746>> (Consultado a 13/07/2015).

<sup>263</sup> António MARUJO, “A guerra não é solução”. *Público*, 16/04/1999. in <<http://www.publico.pt/sociedade/jornal/a-guerra-nao-e-solucao-132172>> (Consultado a 09/07/2015).

<sup>264</sup> António MARUJO, “A guerra não é solução”. *Público*, 16/04/1999. in <<http://www.publico.pt/sociedade/jornal/a-guerra-nao-e-solucao-132172>> (Consultado a 09/07/2015).

secretário-geral deste organismo, D. Januário Torgal, também manifestou a sua desaprovação pela guerra e pela posição da NATO<sup>265</sup>.

O Frei Bento Domingues foi uma das pessoas que mais abordou este assunto. Em Março, num artigo no Público, já havia ridicularizado o facto de os bombardeamentos se terem iniciado perto da Semana Santa, tendo afirmado que gostaria que Bill Clinton bombardeasse a RFJ ao ritmo da expressão bíblica “Cristo, nossa paz”<sup>266</sup>.

O monge declarava que a desumanidade, dilatada durante gerações, e a inação da ONU contribuíram para a impossibilidade de impedir a guerra. Para si, a democracia teria de responder a valores e princípios e não à loucura, que era o que estava a suceder, com a guerra a comprová-lo. Considerou esta situação não só uma loucura, como também uma irresponsabilidade<sup>267</sup>.

### 10.3. Jornalistas/Cronistas

Na edição de 2 de Abril, o editorial do *Expresso* demonstrava dúvidas sobre o caminho seguido e a seguir. Por um lado, entendia que seria obrigatório travar o genocídio de um povo, mas, por outro lado, questiona a eficácia da estratégia escolhida. Colocava duas possíveis consequências em discussão. A primeira seria a humilhação da Rússia e a sua reação, ao ver a NATO agir unilateralmente, perto do seu território. A segunda seria a internacionalização do conflito, a qual poderia ter efeitos imprevisíveis, sendo melhor tentar que o problema se mantivesse dentro das fronteiras da RFJ. Ainda assim, a redação do jornal felicitou as razões humanitárias dos bombardeamentos<sup>268</sup>.

A 10 de Abril, o mesmo jornal, no editorial, voltou a referir-se aos perigos da guerra, como, por exemplo, a radicalização da Rússia com a descredibilização dos atores políticos moderados, afirmando, no entanto, que não se podia continuar imóvel, enquanto se praticavam ofensas aos Direitos Humanos na Europa<sup>269</sup>.

Perto do final da guerra, a 29 de Maio, o *Expresso* questionava a utilidade e eficácia desta guerra. No momento em que os bombardeamentos pareciam não ter um termo próximo, o editorial do semanário criticava a NATO, que, mesmo sabendo da

---

<sup>265</sup> Bento DOMINGUES, “Os cristãos e a guerra”. *Público*, 11/04/1999. in <<http://www.publico.pt/espaco-publico/jornal/os-cristaos-e-a-guerra-131960>> (Consultado a 11/07/2015).

<sup>266</sup> Bento DOMINGUES, “Preparação da Semana Santa”. *Público*, 28/03/1999. in <<http://www.publico.pt/espaco-publico/jornal/preparacao-da-semana-santa-131418>> (Consultado a 11/07/2015).

<sup>267</sup> Bento DOMINGUES, “Os cristãos e a guerra”. *Público*, 11/04/1999. in <<http://www.publico.pt/espaco-publico/jornal/os-cristaos-e-a-guerra-131960>> (Consultado a 11/07/2015).

<sup>268</sup> “Matai-vos uns aos outros”, in *Expresso*, 02/04/1999, Lisboa.

<sup>269</sup> “A NATO fragilizada”, in *Expresso*, 10/04/1999, Lisboa.

hipótese provável da aceleração dos massacres sérvios aos albanos-kosovares, nada teriam feito para os impedir. Os bombardeamentos conduziram a mais destruição, mortes e refugiados na região, sem obterem qualquer resultado significativo. Criticava a imoralidade da política de zero mortes. Mais uma vez, alertou para o perigo do sentimento de humilhação russo, a desacreditação da ONU e a desconfiança europeia, sentida em relação aos Estados Unidos da América, situação que poderia mesmo dividir e fracionar a NATO<sup>270</sup>.

Não esquecendo os erros da NATO, após a guerra, o editorial do *Expresso* afirmava que esta cumprira os seus objetivos: levava a paz à região, permitira o retorno dos refugiados e obrigara Milosevic a claudicar, tendo também provado os massacres sérvios no Kosovo. Insistia ser indispensável agir, perante esta situação<sup>271</sup>.

A 2 de Abril, no *Expresso*, Nicolau Santos desconstruiu uma Europa dividida, nesta matéria. A Alemanha e a Itália não viam com bons olhos a ofensiva, mas o Reino Unido e a França apoiavam-na, sendo que esta última não tinha uma relação de proximidade suficiente com os EUA – vistos como os mentores da guerra – para estar a seu lado nos momentos mais difíceis. O jornalista encarava a guerra do Kosovo como uma demonstração da urgência do alargamento da UE para leste, de uma PESC clara e forte e da constituição de forças armadas europeias. Avisou, ainda, que um perigoso alastramento do conflito poderia redundar numa terceira guerra mundial<sup>272</sup>.

Nicolau Santos abordou, em Maio, a questão de forças armadas europeias. Defendeu, outra vez, uma política externa e de defesa comum, bem como a formação de um contingente militar europeu, para que a Europa tivesse alguma autonomia, perante a supremacia norte-americana. Concordava com a ideia de que os EUA agiam de acordo com os seus interesses geoestratégicos, mas assegurava que isso aconteceria unicamente devido à falta de coordenação e à inexistência de um exército europeu. Sem forças armadas e uma política externa comum, a Europa não iria conseguir combater a hegemonia dos EUA, mesmo em conflitos no Velho Continente<sup>273</sup>.

Já depois do fim dos bombardeamentos, o jornalista do *Público* Pedro Caldeira Rodrigues teceu duras críticas à dualidade de critérios da comunidade internacional e, principalmente, da ONU e dos EUA nas questões do Kosovo e de Timor-Leste. Para si,

---

<sup>270</sup> “A guerra falhou?”, in *Expresso*, 29/05/1999, Lisboa.

<sup>271</sup> “A guerra valeu a pena”, in *Expresso*, 26/06/1999, Lisboa.

<sup>272</sup> Nicolau SANTOS, “Cem por cento”, in *Expresso*, 02/04/1999, Lisboa.

<sup>273</sup> Nicolau SANTOS, “Cem por cento”, in *Expresso*, 15/05/1999, Lisboa.

o que estava a ocorrer nas duas regiões era igual: o massacre de um povo e violações constantes dos Direitos Humanos. Porém, enquanto o Kosovo fazia parte da Sérvia e da Jugoslávia há décadas – o que era reconhecido e aceite pela comunidade mundial –, Timor tinha sido invadido e anexado pela Indonésia. Ainda assim, a atitude internacional era diametralmente oposta nos dois casos. No Kosovo, a comunidade internacional ameaçou Milosevic, atacando, em seguida, enquanto, em Timor, mostrava dúvidas sobre a legalidade de atacar um estado soberano, mesmo no âmbito da ONU. Uma força da ONU só seria enviada para território timorense com o consentimento do governo indonésio, diferindo imenso do sucedido no Kosovo. Caldeira Rodrigues argumentava que a disparidade assentava no facto de os EUA terem interesse no caso kosovar e de a RFJ já estar enfraquecida, ao contrário da Indonésia. O jornalista argumentou, ainda, que parte dos refugiados kosovares fugira das bombas aliadas, enquanto a dualidade de critérios diminuía a validade dos argumentos utilizados para bombardear a RFJ<sup>274</sup>.

Em Abril, o jornalista do *Expresso* Henrique Monteiro tratou das razões invocadas pela NATO para o ataque à RFJ e dos argumentos contra essa opção por parte de políticos e intelectuais. Antes de mais, começa por denunciar Milosevic como um tirano, aludindo ao ocorrido na Bósnia e na Croácia. Monteiro colocou os argumentos contra a intervenção em duas categorias: válidas e inválidas. As primeiras abordavam o facto de a NATO ser uma aliança militar defensiva tornada ofensiva, de ter dupla abordagem em casos de violação de Direitos Humanos e de ter relegado a ONU, assim como a Rússia, para segundo plano. Defendeu a aliança destas acusações ao recordar que dificilmente seria possível obter um mandato do Conselho de Segurança da ONU, pois Moscovo tinha poder de veto. Ao mesmo tempo, os EUA estavam a impedir Saddam Hussein de chacinar curdos no Iraque e vários países europeus impunham um embargo à Turquia, por causa da questão curda<sup>275</sup>.

Considerava outras críticas inválidas e impossíveis de comprovar, como as acusações de a guerra ser uma imposição das empresas armamentistas norte-americanas e dos próprios EUA, de ser uma oferta de paz aos muçulmanos, devido à guerra do Golfo, de ser um treino para experimentação de armas e de os EUA se considerarem os polícias do mundo. Para si, o mais aparente era a tirania de Milosevic e comparou os críticos da

---

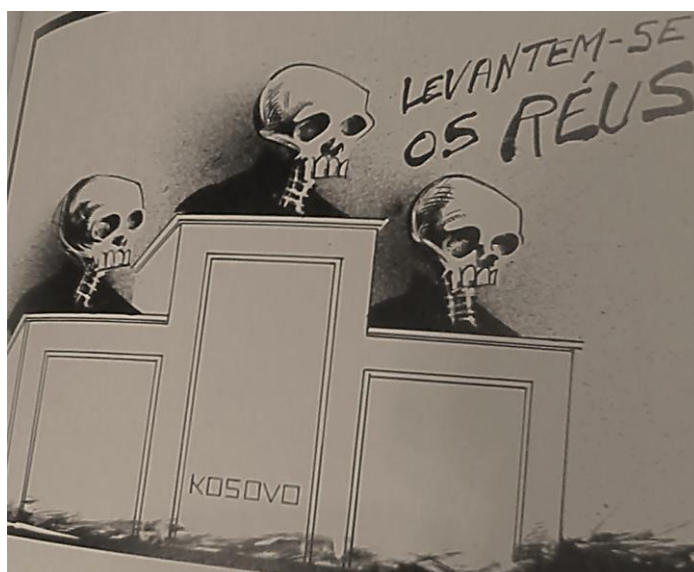
<sup>274</sup> Pedro Caldeira RODRIGUES, “Kosovo e Timor: tão perto e tão longe”. *Público*, 13/09/1999. in <<http://www.publico.pt/destaque/jornal/kosovo-e-timor-tao-perto-e-tao-longe-123462>> (Consultado a 23/06/2015).

<sup>275</sup> Henrique MONTEIRO, “A máquina da verdade”, in *Expresso*, 02/04/1999, Lisboa.

guerra aos políticos e intelectuais, que, na década de 30, ficaram imóveis, face a Adolf Hitler. Considerou que, mesmo se os líderes euro-atlânticos não se preocupassem realmente com a população do Kosovo, estavam a atuar para solucionar o conflito em curso<sup>276</sup>.

José Manuel Fernandes admitia que, apesar de ter tido reservas quanto à opção da guerra, uma vez esta iniciada, a NATO não poderia recuar e tinha de vencer militarmente Milosevic, visto acontecimentos anteriores demonstrarem que este só cumpria acordos quando impostos pela força. Uma das maiores críticas que fez à intervenção foi à tática de guerra exclusivamente área, garantindo poucas perdas aliadas, mas imensas civis. O jornalista do *Público* via como fundamental a retirada da região das forças militares e paramilitares sérvias, deposição de Slobodan Milosevic, regresso dos refugiados e autonomia para o Kosovo, bem como a manutenção de uma força de paz e apoio económico para a reconstrução de infraestruturas. Fernandes avaliava os líderes europeus como dirigentes sem visão<sup>277</sup>.

#### VII - Cartoon sobre a guerra do Kosovo



Fonte: AAVV (1999:51)

#### 10.4. Constitucionalistas

O constitucionalista e antigo membro da Comissão Constitucional Jorge Miranda interveio ao referir que a Assembleia da República deveria ter sido consultada antes da entrada de tropas portuguesas na guerra. Contudo, ao contrário da opinião de Mário

<sup>276</sup> Henrique MONTEIRO, “A máquina da verdade”, in *Expresso*, 02/04/1999, Lisboa.

<sup>277</sup> José Manuel FERNANDES, “Cinquenta dias de uma guerra desastrada”. *Público*, 17/05/1999. in <<http://www.publico.pt/espaco-publico/jornal/cinquenta-dias-de-uma-guerra-desastrada-133636>> (Consultado a 27/06/2015).

Soares, afirmou que o Conselho de Estado não tinha de interferir nestes casos<sup>278</sup>. A culpa não fora só do governo, mas também da oposição, a qual não teria acionado todos os instrumentos para que o assunto fosse tratado na Assembleia da República<sup>279</sup>.

O antigo juiz do Tribunal Constitucional Vital Moreira – eleito deputado à Assembleia da República, como independente, pelas listas do Partido Socialista – declarou que a guerra do Kosovo não acatava os pressupostos do Direito Internacional, pois não fora autorizada por um mandato do Conselho de Segurança da ONU. Além disto, violava o documento fundador da NATO ao torna-la ofensiva, atacando um estado soberano. A participação portuguesa também carecia de autorização da Assembleia da República, o que não aconteceu, contrariando a Constituição da República Portuguesa<sup>280</sup>.

Vital Moreira anunciou os perigos do afastamento da Rússia da procura de uma solução para o conflito. Os bombardeamentos estavam a ser, para Vital Moreira, mais eficazes numa limpeza étnica que as forças sérvias e impediam uma solução pacífica. Os órgãos de comunicação social foram outro alvo de críticas. Estes relatariam as informações prestadas pela aliança como sendo verdadeiras, mesmo sem as verificar, enquanto as dadas pelos jugoslavos eram contestadas, servindo antes para moldar a opinião do recetor a favor da posição da NATO<sup>281</sup>.

### **10.5. Atores políticos**

Como já referimos, a grande novidade das eleições legislativas de 1999 foi a eleição de deputados do Bloco de Esquerda. Durante este ano, o partido notabilizou-se pelo ataque à guerra do Kosovo. Já nas eleições europeias de Junho, o Bloco de Esquerda tinha arrecadado um resultado significativo, apesar de não ter garantido lugares para os membros da sua lista.

O programa do partido para as eleições europeias foi perentório ao demonstrar que duas das suas prioridades eram a de terminar com a guerra do Kosovo e a de retirar Portugal da NATO. Estava também patente a discordância para com um hipotético armamento europeu, ao nível dos EUA, sendo proposta uma Carta dos Direitos dos

---

<sup>278</sup> Sofia RAINHO, e Ana SERZEDELO, “Soares, Eanes e Freitas contra a NATO”, in *Expresso*, 10/04/1999, Lisboa.

<sup>279</sup> Isabel BRAGA, e João Pedro HENRIQUES, “Guterres pressionado a explicar-se”. *Público*, 29/04/1999. in <<http://www.publico.pt/mundo/jornal/guterres-pressionado-a-explicarse-132833>> (Consultado a 13/06/2015).

<sup>280</sup> Vital MOREIRA, “Os donos do mundo”. *Público*, 06/04/1999. in <<http://www.publico.pt/espaco-publico/jornal/os-donos-do-mundo-131788>> (Consultado a 29/06/2015).

<sup>281</sup> Vital MOREIRA, “Os efeitos colaterais”. *Público*, 20/04/1999. in <<http://www.publico.pt/espaco-publico/jornal/os-efeitos-colaterais-132458>> (Consultado a 30/06/2015).



Cidadãos e Povos, que protegeria os Direitos Humanos e que afastaria o recurso da força militar. Os bloquistas preconizavam a necessidade de uma verdadeira PESC que permitisse coordenar a União Europeia e obrigasse as potências do continente a agir com os interesses comuns em mente, tendo sido igualmente sugerida a reforma da ONU<sup>282</sup>.

#### VIII - Panfleto das eleições para o Parlamento Europeu 1999 – Bloco de Esquerda



Fonte: Imagem cedida, via email, pelo Bloco de Esquerda

A visão veiculada pelo programa fora a de que a guerra demonstrava a incapacidade e a marginalização da ONU, da Rússia e da China, bem como a subserviência europeia face aos EUA. Os intervenientes foram acusados de crimes de guerra, de violarem as cartas da ONU e da NATO, de atacarem um estado soberano e criarem condições para o aumento das mortes na região. Antes da ofensiva ocidental, a culpa do conflito recairia tanto sobre os sérvios como sobre os albanos-kosovares, apoiando o Bloco de Esquerda os grupos democráticos sérvios e albaneses. O recém-formado partido acusou a NATO de sabotar as negociações de Rambouillet e de acicatar a opinião pública contra a RFJ. A aliança era vista como uma extensão armada dos EUA, com a qual estes agiam de acordo com os seus interesses. A dissolução da NATO era um objetivo assumido pelo Bloco de Esquerda<sup>283</sup>.

O programa para as eleições legislativas não incidiu significativamente nas ideias defendidas para a política externa e não mencionava o Kosovo<sup>284</sup>, visto o conflito já ter

<sup>282</sup> BLOCO DE ESQUERDA, “Contrato pela Europa”, 1999, Lisboa, pp. 2-10.

<sup>283</sup> BLOCO DE ESQUERDA, “Contrato pela Europa”, 1999, Lisboa, pp. 12-15.

<sup>284</sup> BLOCO DE ESQUERDA, “Manifesto do Bloco de Esquerda – Legislativas 1999”, 1999, Lisboa.

terminado há alguns meses, quando a população portuguesa foi chamada a votar para a Assembleia da República.

Num artigo, no *Público*, o membro e futuro líder do Bloco de Esquerda Francisco Louçã denunciou a tentativa de instrumentalizar o sofrimento do povo kosovar para atrair a opinião pública para o campo da NATO, afirmando ser a mesma tática utilizada por Milosevic. Louçã não acreditava no interesse genuíno dos líderes euro-atlânticos em terminar os massacres na região, que somente de forma demagógica vocalizariam. Não compreendia como se poderia combater a morte com a morte, através de bombardeamentos, que só iriam agravar a condições dos kosovares. Repartiu as culpas do conflito entre os sérvios e os albanos-kosovares, pois tanto uns como outros haviam cometido atos reprováveis. Em sua opinião, a guerra demonstrava a marginalização da ONU e o seguidismo europeu, em relação aos norte-americanos<sup>285</sup>.

Francisco Louçã pediu o fim dos bombardeamentos, vendo como essenciais a autonomia do Kosovo, a presença de organizações não-governamentais e de forças de manutenção de paz internacionais na região e o julgamento por crimes de guerra de dirigentes sérvios e da NATO<sup>286</sup>.

Outro membro do Bloco de Esquerda, Fernando Rosas, atacou os EUA por estes agirem como polícias mundiais e os governos socialistas da Europa que seguiam os norte-americanos, apesar da história de pacifismo do socialismo europeu. Acusou o PS e o PSD de esconderem o facto de estarem de acordo com a intervenção da NATO, ao escolherem como cabeça-de-lista para as eleições europeias dois opositores da guerra, Mário Soares e José Pacheco Pereira<sup>287</sup>.

Durante a campanha para as eleições europeias, o POUS defendeu o término da guerra e o PCTP/MRPP, para além de exigir o mesmo, recomendou a saída de Portugal da aliança atlântica e a sua dissolução<sup>288</sup>.

O general Ramalho Eanes também foi um crítico da guerra. Eanes começou por apontar a incoerência da NATO e dos EUA, no que concerne aos Direitos Humanos, face às suas reações diferentes aos casos do Kosovo, do Curdistão e de Timor. Aceitava que

---

<sup>285</sup> Francisco LOUÇÃ, “Em defesa dos valores europeus, contra a nova direita”. *Público*, 08/05/1999. in <<http://www.publico.pt/espaco-publico/jornal/em-defesa-dos-valores-europeus-contra-a-nova-direita-133265>> (Consultado a 02/07/2015).

<sup>286</sup> Francisco LOUÇÃ, “Em defesa dos valores europeus, contra a nova direita”. *Público*, 08/05/1999. in <<http://www.publico.pt/espaco-publico/jornal/em-defesa-dos-valores-europeus-contra-a-nova-direita-133265>> (Consultado a 02/07/2015).

<sup>287</sup> Fernando ROSAS, “As eleições e a guerra”. *Público*, 12/05/1999. in <<http://www.publico.pt/espaco-publico/jornal/as-eleicoes-e-a-guerra-133426>> (Consultado a 01/07/2015).

<sup>288</sup> Cristina FIGUEIREDO, e Ângela SILVA, “A guerra da Europa”, in *Expresso*, 15/05/1999, Lisboa.

Milosevic era um ditador e que os acontecimentos no Kosovo justificavam uma intervenção dos EUA. Porém, na sua opinião, os norte-americanos haviam provocado propositadamente a guerra, ao fazerem um ultimato inaceitável para os sérvios, em Rambouillet: um referendo sobre o futuro do Kosovo, após três anos de presença de tropas da NATO na região. A seu entender, os norte-americanos deveriam ter pugnado pela autonomia do Kosovo dentro da RFJ e pela fiscalização internacional da situação. Não o tendo feito e atacando a RFJ, contribuíram para o sentimento de humilhação da Rússia e para o recrudescimento de atos violentos entre sérvios e albano-kosovares, com dificuldades acrescidas para estes últimos, dado se encontrarem desprotegidos. Os bombardeamentos também teriam fortalecido o apoio popular de Milosevic e a motivação das forças armadas jugoslavas. Assim, segundo Eanes, não tendo conseguido atingir os seus objetivos, a NATO alterou os seus alvos, passando a atacar estruturas económicas, com a ideia de quebrar a vontade de resistir da população jugoslava<sup>289</sup>.

Num debate com António Guterres e Diogo Freitas do Amaral, olhou para a situação como uma manifestação de seguidismo europeu face aos EUA e denunciou o desejo que houvesse uma guerra demonstrado pela Secretária de Estado norte-americana Madeleine Albright, que a teria forçado, sem estarem esgotadas todas as opções diplomáticas<sup>290</sup>. O antigo Presidente da República considerou que a intervenção teria consequências imprevisíveis e duvidou do novo CE, pois parecia ter sido elaborado para justificar, *a posteriori*, a ofensiva<sup>291</sup>.

O dirigente da Unidade Democrática Popular (UDP) e antigo deputado à Assembleia da República Mário Tomé não acreditava nas razões humanitárias da guerra e denunciou a destruição da República Federal da Jugoslávia pela NATO, numa ofensiva forçada pelos Estados Unidos da América<sup>292</sup>.

## 10.6. Opinião e Ação Popular

Durante o período de duração da guerra, foram realizadas diversas sondagens, a fim para aferir a opinião da população portuguesa sobre a intervenção e a participação de Portugal. Numa sondagem efetuada a 1 de Abril, uma semana após o início dos bombardeamentos, metade dos inquiridos mostrou-se contra a intervenção da NATO,

---

<sup>289</sup> António Ramalho EANES, “Kosovo: intervenção militar não foi a melhor via”, in *Expresso*, 10/04/1999, Lisboa.

<sup>290</sup> Orlando RAIMUNDO, “Guterres discute por fim a guerra do Kosovo”, in *Expresso*, 29/05/1999, Lisboa.

<sup>291</sup> Fernando MADRINHA, “Debate - Papeis trocados”, in *Expresso*, 29/05/1999, Lisboa.

<sup>292</sup> Mário TOMÉ, “As Forças Armadas e a defesa da nação”, in *Expresso*, 31/07/1999, Lisboa.

enquanto apenas 28% concordaram com ela. A participação portuguesa ainda dividia mais a opinião pública, com 57% a discordar e 29% a apoiar. A posição da população sobre uma hipotética ofensiva terrestre seguia a mesma tendência: pouco mais de metade estava contra e cerca de um quarto a favor<sup>293</sup>.

Uma sondagem efetuada a 9 de Abril pelo jornal *O Independente* e pela *Metris* apresentou uma opinião ainda mais polarizada. Quase 60% dos portugueses não desejavam o envio de militares para o Kosovo, mas a percentagem de apoiantes, entretanto, subira para 38%. Constata-se também que as declarações iniciais de António Guterres não serviram para alterar a opinião pública – com 91% dos inquiridos a defenderem isso mesmo –, embora a maior parte da população tenha encarado as primeiras explicações do primeiro-ministro como esclarecedoras (56%). Ainda assim, cerca de três quartos dos inquiridos pensavam que o chefe de governo e o Presidente da República deveriam ter sido mais expeditos a informar sobre a participação portuguesa na guerra<sup>294</sup>.

Numa nova sondagem do jornal *O Independente* a 7 de Maio, a contestação à intervenção da NATO parecia ter sido atenuada, embora 45% se tenha manifestado contra e 40% a favor. A invasão terrestre do Kosovo parece ter sido amplamente aceite pela sociedade portuguesa, pois 73% dos participantes no inquérito eram a favor. A participação de tropas lusas nessa ofensiva, contudo, não era vista favoravelmente por 55%. Se fossem enviados, para o Kosovo, militares portugueses, 73% dos inquiridos pretendiam que apenas se envolvessem em missão humanitárias, enquanto 15% desejam que também participassem em ações militares<sup>295</sup>.

As sondagens indicavam que a sociedade portuguesa se encontrava dividida, apesar da maioria se posicionar contra a ofensiva da NATO. A participação portuguesa em manobras ofensivas no Kosovo tinha pouca aceitação no seio da população. Porém, ficou demonstrado que os portugueses consideravam que, uma vez a guerra iniciada, a NATO teria de fazer todos os esforços para a vencer, inclusive com uma possível invasão terrestre, mesmo não desejando a participação de tropas de Portugal, nesse quadro.

---

<sup>293</sup> Miguel Silva MACHADO, “II - Crónicas militares nacionais”. *Revista Militar*. (Maio) 1999. Lisboa. pp. 1041-1042.

<sup>294</sup> Miguel Silva MACHADO, “II - Crónicas militares nacionais”. *Revista Militar*. (Maio) 1999. Lisboa. pp. 1042.

<sup>295</sup> Miguel Silva MACHADO, “II - Crónicas militares nacionais”. *Revista Militar*. (Junho/Julho) 1999. Lisboa. pp. 1168.

Uma semana após o início dos bombardeamentos, Álvaro de Vasconcelos, presidente do Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, defendeu a decisão bélica da NATO. Acreditava que a ofensiva era inevitável, depois da recusa sérvia em cumprir o postulado nas resoluções do Conselho de Segurança da ONU e de chegar a acordo em Rambouillet. Seria também necessário impedir o alastramento do conflito à restante região balcânica e tornar o Kosovo autónomo. A inação e a impotência da ONU eram claras para Álvaro de Vasconcelos, o qual achava que a invasão terrestre era a melhor forma para resolver o conflito, que só não foi concretizada, por causa do receio norte-americano de o Kosovo se assemelhar à guerra do Vietname. Criticou ainda o cómodo neutralismo, defendido por alguns e que Portugal não escolheu<sup>296</sup>.

No dia 31 de Março de 1999, tal como em outros países, ocorreu uma manifestação em Lisboa a exigir o fim da guerra e dos bombardeamentos, acusando a NATO de ser uma extensão armada dos EUA<sup>297</sup>, tendo também sido queimadas bandeiras norte-americanas. Os manifestantes protestaram contra a opção bélica para solucionar o conflito do Kosovo e o envio de tropas portuguesas para o teatro de guerra, enquanto Bill Clinton e Slobodan Milosevic foram considerados assassinos. Foram ouvidas exigências para a saída do país da NATO e o regresso ao pacifismo. A manifestação contou com a presença de políticos de partidos da esquerda portuguesa, como o PCP e o BE, da Juventude Comunista Portuguesa, bem como de jogadores e treinadores de futebol sérvios que trabalhavam em Portugal<sup>298</sup>.

---

<sup>296</sup> Álvaro de VASCONCELOS, “O Kosovo e a síndrome do Vietnam”. *Público*, 30/03/1999. in <<http://www.publico.pt/destaque/jornal/o-kosovo-e-a-sindrome-do-vietnam-131505>> (Consultado a 09/07/2015).

<sup>297</sup> “Manifestação em Lisboa”, in *Expresso*, 10/04/1999, Lisboa.

<sup>298</sup> Óscar FÁRIA, e Pedro RIBEIRO, “Jogadores e políticos contestam a NATO”. *Público*, 01/04/1999. in <<http://www.publico.pt/destaque/jornal/jogadores-e-politicos-contestam-a-nato-131563>> (Consultado a 19/06/2015).

## IX - Manifestação em Lisboa - Março de 1999



**Fonte:** “Manifestação em Lisboa”, in *Expresso*, 10/04/1999, Lisboa.

O professor Eduardo Lourenço afirmou que a intervenção da NATO era eticamente hipócrita<sup>299</sup>.

Durante uma sessão parlamentar que teve lugar em Abril, manifestantes gritaram palavras de ordem contra a NATO e a guerra, nas galerias da Assembleia da República, tendo sido imediatamente evacuados pela polícia<sup>300</sup>.

Nas comemorações do 1º de Maio de 1999, com a presença massiva dos sindicatos, os participantes protestaram contra a NATO, que consideravam uma ameaça à estabilidade europeia e mundial. O dirigente da CGTP João Torres acusou a ação da NATO de ser uma guerra de agressão contra um estado soberano, que não atacou, nem iria atacar nenhum membro da aliança<sup>301</sup>.

A 5 de Maio, foi publicada uma declaração subscrita por 22 personalidades portuguesas contra a guerra. Os signatários compreendiam que existiam razões para uma

<sup>299</sup> Manuel ALEGRE, *Política governamental*. 8 de Abril de 1999. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/069/1999-04-09/2540?pgs=2540-2541&org=PLC>> (Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015).

<sup>300</sup> João Pedro HENRIQUES, “O segredo balcânico de Guterres”. *Público*, 09/04/1999. in <<http://www.publico.pt/destaque/jornal/o-segredo-balcânico-de-guterres-131852>> (Consultado a 18/06/2015).; PARLAMENTO. *Diário da Assembleia da República – VII Legislatura, 4ª Sessão Legislativa, I Série, Nº69*. Consultado a 30/08/2015. in <<http://app.parlamento.pt/darpages/dardoc.aspx?doc=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c315a4a5355786c5a79394551564a4a4c305242556b6c42636e463161585a764c7a517577716f6c4d6a42545a584e7a77364e764a5449775447566e61584e7359585270646d4576524546534d4459354c6e426b5a673d3d&nome=DAR069.pdf>>.

<sup>301</sup> Sílvia de OLIVEIRA, e José Manuel ROCHA, “Queixas, reclamações e chuva”. *Público*, 02/05/1999. in <<http://www.publico.pt/economia/jornal/queixas-reclamacoes-e-chuva-132951>> (Consultado a 16/06/2015).

ação nesta questão e que a atuação do governo de Milosevic no quadro dos Direitos Humanos era condenável. No entanto, não acreditavam que a guerra fosse a melhor forma de resolver o conflito, pois não se tratava de um caso de legítima defesa e os meios políticos para a obtenção de um acordo não estariam esgotados. Criticaram a alteração do conceito estratégico da NATO por ser uma imposição norte-americana e transformar a organização num meio de persecução dos interesses dos EUA, assim como advertiram que a sua aceitação por Portugal, sem a consulta da Assembleia da República, fora inconstitucional. Manifestaram objeções legais à guerra, por esta ser contra um estado soberano e não ter a autorização da ONU. Os subscritores denunciaram a política diferenciada nos casos do Kosovo e de Timor e a imoralidade da guerra de *zero mortes*, que trocava a dignidade da vida de um civil jugoslavo pela de um soldado da aliança. Algumas das personalidades que assinaram o manifesto foram Sophia de Mello Breyner, Miguel Sousa Tavares, Vítor Cunha Rego, Júlio Castro Caldas, Vasco Graça Moura, Ricardo Sá Fernandes, Francisco Sarsfield Cabral, José Ribeiro e Castro, Eduardo Lourenço e Fernando Nobre<sup>302</sup>.

Dois cordões humanos foram realizados para mostrar indignação para com a intervenção da NATO e para pedir a paz, tendo tido lugar em Algés e Faro, patrocinados por comissões concelhias do PCP e pela Comissão para a Paz - Algarve<sup>303</sup>.

O Conselho Português para a Paz e Cooperação convocou, para 24 de Maio, uma manifestação contra a intervenção da NATO, em Lisboa, a que chamou de Dia Nacional Contra a Guerra. Pedindo o fim da guerra, a procura de uma solução pacífica e o regresso dos refugiados, os manifestantes fizeram o percurso, desde Largo de Camões até ao palácio de São Bento<sup>304</sup>.

A Comissão Sindical do Sindicato dos Trabalhadores do Município e o Departamento de Bombeiros de Lisboa sancionaram uma moção de solidariedade para com os bombeiros jugoslavos, os quais tinham de efetuar um enorme esforço para ajudar a população de toda a RFJ, que sofria com os bombardeamentos da NATO. Por isso, a moção pedia o término da ofensiva e a resolução pacífica do conflito<sup>305</sup>.

---

<sup>302</sup> ALCYONE. *Ontem «Portugal e a tragédia do Kosovo» - Hoje «O pesadelo de uma hipotética Grande Albânia»*. Consultado a 23/07/2015. in <[http://skocky-alcystone.blogspot.pt/2008/11/ontem-portugal-e-  
tragdia-do-kosovo-hoje.html](http://skocky-alcystone.blogspot.pt/2008/11/ontem-portugal-e-tragdia-do-kosovo-hoje.html)>.

<sup>303</sup> AVANTE. *Dia Nacional Contra a Guerra*. Consultado a 18/07/2015. in <<http://www.avante.pt/arquivo/1330/3003h1.html>>.

<sup>304</sup> AVANTE. *Dia Nacional Contra a Guerra*. Consultado a 18/07/2015. in <<http://www.avante.pt/arquivo/1330/3003h1.html>>.

<sup>305</sup> AVANTE. *Dia Nacional Contra a Guerra*. Consultado a 18/07/2015. in <<http://www.avante.pt/arquivo/1330/3003h1.html>>.

Ainda em Maio, foi realizado o VII Encontro Nacional da Juventude, onde a posição contra a intervenção da NATO foi óbvia. Os participantes no encontro afirmaram a sua discordância, perante a utilização de ações bélicas para a resolução de conflitos, pedindo o fim dos bombardeamentos e o retorno dos refugiados ao Kosovo. Desejavam também que, em seguida, fossem espoletadas conversações políticas para o termo do conflito, com a participação ativa de Portugal<sup>306</sup>.

No final do mês, foi publicado um apelo assinado por personalidades e organizações de diversos setores da sociedade, desde professores universitários a sindicatos, passando por atores, músicos e engenheiros. Os subscritores pediam a cessação dos bombardeamentos e a retirada dos soldados portugueses do teatro de guerra. A seu ver, a solução mais eficaz para o conflito passava por negociações políticas assentes na Carta da ONU e que não esquecessem a soberania jugoslava, nem os direitos de identidade cultural, étnica e religiosa. Solicitavam igualmente a desmilitarização da região e o regresso dos refugiados, com a segurança assegurada por uma força internacional. Para que o regresso à paz fosse feito sem sobressaltos, pediam apoio técnico e económico para o desenvolvimento e democratização da região<sup>307</sup>.

No fim de Junho, no Teatro Multiculturas, foi encenada uma peça sobre o Kosovo – “Kosovo: Os anjos que hão-de vir” –, estando presentes, na plateia, refugiados da região. A peça pretendia retratar os acontecimentos recentes do Kosovo, mostrando o contraste dos tempos de paz com os do conflito, terminando com uma mensagem de esperança e otimismo<sup>308</sup>.

É perceptível que a opinião pública portuguesa se encontrava polarizada. Ainda assim, o apoio aos refugiados e às vítimas kosovares era indiscutível, sendo apenas a ação de Milosevic e a opção ofensiva da NATO postas em causa. A tendência para o pacifismo só era alcançada pelo sentimento de solidariedade para com o povo kosovar. A questão da guerra do Kosovo e a participação portuguesa era vista como muito importante para a segurança e evolução civilizacional da Europa, por vários setores da sociedade e pela opinião pública, em geral.

---

<sup>306</sup> António MELO, “Moções disparadas em todos os sentidos”. *Público*, 17/05/1999. in <<http://www.publico.pt/sociedade/jornal/moco-es-disparadas-em-todos-os-sentidos-133641>> (Consultado a 08/06/2015).

<sup>307</sup> PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS. *Dia Nacional Contra a Guerra*. Consultado a 20/07/2015. in <<http://www.pcp.pt/actpol/temas/internac/apelo99.html>>.

<sup>308</sup> Paula Torres de CARVALHO, “Os anjos sobre a guerra”. *Público*, 27/06/1999. in <<http://www.publico.pt/culturaipsilon/jornal/os-anjos-sobre-a-guerra-135492>> (Consultado a 10/06/2015).



## Considerações finais

Primeiramente, iremos apresentar como, no futuro, será possível aprofundar o tema. Em seguida, serão exibidas e interligadas as conclusões de cada capítulo, de forma a demonstrar como a sociedade nacional via a guerra do Kosovo e as suas implicações. Por fim, iremos oferecer uma visão própria sobre o tema e os argumentos apresentados, tanto a nível nacional como internacional.

Não tendo conseguido contactar a Sede Nacional do CDS-PP, a análise das linhas programáticas para as eleições para o Parlamento Europeu de 1999 não foi efetuada. Com a disponibilização do documento que as contém, seria exequível examinar, mais a fundo, a posição do partido neste assunto.

Embora não tenham tido uma representação significativa por si, nem eleito algum deputado, juntando todos os seus votos, os restantes partidos que concorreram às eleições legislativas e europeias de 1999 obtiveram, em média, 2%<sup>309</sup>. Sendo assim, dissecar detalhadamente os programas eleitorais de partidos como o PCTP/MRPP, MPT ou PPM permitiria uma visão mais alargada do espectro político português.

O acesso a atas de reuniões das comissões parlamentares para os Assuntos Europeus, para a Defesa Nacional e para os Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação da VII Legislatura (1995-1999) daria um entendimento superior da opinião sobre a guerra do Kosovo dos deputados com funções específicas ligadas à política externa e de defesa. As atas encontram-se no Arquivo Histórico da Assembleia da República, embora só estejam disponíveis, ao fim dos próximos 40 anos.

O Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros poderia fornecer informações sobre correspondência entre o ministério e algum governo estrangeiro dedicada ou que aborde a guerra do Kosovo.

As intervenções e declarações escritas dos deputados portugueses no Parlamento Europeu seriam outras fontes de compreensão da opinião política nesta matéria. Assim, poder-se-ia não apenas averiguar o defendido pelos deputados no Parlamento Europeu perante os seus parceiros, a fim de verificar se isso coincide com o postulado pelos seus respetivos partidos em Portugal e se os próprios não alteram o discurso conforme a audiência: nacional ou europeia.

---

<sup>309</sup> COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES. *Resultados eleitorais*. Consultado a 17/05/2015. in <<http://eleicoes.cne.pt/vector/index.cfm?dia=10&mes=10&ano=1999&eleicao=ar>>. COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES. *Resultados eleitorais*. Consultado a 17/05/2015. in <<http://eleicoes.cne.pt/vector/index.cfm?dia=13&mes=06&ano=1999&eleicao=pe>>.

Para além dos órgãos partidários, os meios de comunicação social analisados, nesta dissertação, foram o jornal diário *Público* e o semanário *Expresso*. A seleção poderia ser alargada a outros jornais, como, por exemplo, o *Correio da Manhã* ou o *Jornal de Notícias*, que, em 1999, tinham uma tiragem e distribuição alta<sup>310</sup>. Porém, os canais de televisão e de rádio poderiam ser a opção mais distinta do seguido na dissertação, por utilizarem métodos e meios diferentes dos jornais de papel tradicionais.

Representada aqui por *Público* e *Expresso*, a imprensa portuguesa divulgou e deu importância ao conflito no Kosovo. Uma cobertura mais alargada teve lugar, após os incidentes de Janeiro, em Raçak. Ao contrário do que alguns autores escreveram sobre os órgãos de comunicação social estrangeiros, os jornais portugueses não foram usados para preparar a opinião pública para a intervenção da NATO. Os comentários de jornalistas e cronistas foram, frequentemente, em sentido inverso.

Em relação ao papel de Portugal no Conselho de Segurança em 1997 e 1998, podemos afirmar que os representantes nacionais não se demonstraram particularmente interessados no conflito kosovar, que já grassava, naquela altura. A sua ação cingiu-se a temas mais consentâneos com o interesse português, como o conflito em Angola e outros considerados mais urgentes, como o caso do Iraque. Todavia, para além da reunião que António Monteiro, enquanto presidente do Conselho de Segurança, teve com Ibrahim Rugova, em 1998, questões institucionais e operacionais introduzidas ou continuadas pela delegação portuguesa afetaram indiretamente a questão kosovar. Os portugueses persistiram no debate sobre o *peacekeeping* e *peacebuilding*, que, após a guerra, foram instrumentos utilizados no Kosovo. Os pontos-chave para a concretização com sucesso destas operações foram delineados, graças à sua persuasão. A importância de apoio a refugiados e a crianças em situações de conflito também foi identificada e difundida como essencial.

A análise da visão dos partidos presentes na Assembleia da República sobre conflitos recentes ou que ainda estavam a ocorrer permitiu a correlação com a sua posição sobre a guerra em estudo. Observando as declarações de deputados sobre as questões de Angola, Timor-Leste e Bósnia, compreendemos que os partidos portugueses tendiam para a resolução pacífica e política de conflitos. A exceção provém da guerra da Bósnia, em

---

<sup>310</sup> ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O CONTROLO DE TIRAGEM E CIRCULAÇÃO. *Informação geral* – 1999. Consultado a 27/05/2015. in <[http://www.apct.pt/Analise\\_simples.php?idSegmento=2&ano=1999&ordenacao=tiragemI%20DESC](http://www.apct.pt/Analise_simples.php?idSegmento=2&ano=1999&ordenacao=tiragemI%20DESC)>.

que PS, PSD e CDS-PP aceitaram uma solução bélica. De realçar que, dos três temas dissecados, o da Bósnia foi o único em que a NATO teve um papel ativo.

Ao longo da dissertação, verificamos quase uma linha divisória entre a posição oficial de PS, PSD e CDS-PP e a CDU. Em poucas questões, houve acordo entre os dois grupos.

A importância da NATO não era unânime. Enquanto PS, PSD e CDS-PP viam a organização como vital para a segurança portuguesa e do espaço euro-atlântico e um esteio dos valores ocidentais, como a democracia e os Direitos Humanos, a CDU acreditava que era simplesmente o braço armado dos EUA, que, com o novo CE, se preparava para atingir os seus interesses em todas as áreas do globo, com o recurso à força ou à ameaça, e como forma de controlar os estados europeus, os seus maiores adversários. Os comunistas apresentavam mesmo uma fobia contra os EUA, acusando-os de desejar subjugar política, económica e culturalmente o mundo. Aceite imediatamente pela generalidade dos partidos, o alargamento da aliança para o leste da Europa foi visto pela CDU como uma tentativa de cerco à Rússia e de demonstrar o domínio norte-americano, no mundo pós-URSS. Outra razão para a discórdia seria o facto de o novo CE não se coadunar com o documento fundador da NATO.

A situação no Kosovo antes da intervenção da guerra também demonstrou divisões entre os partidos. Três dos cinco defenderam que os sérvios eram responsáveis de massacres, com especial evidência para Raçak, e os albanos-kosovares vítimas de uma limpeza étnica. Slobodan Milosevic era o principal alvo de culpa. A CDU aceitava que os sérvios tinham errado em algumas ações militares, mas isso só teria sucedido como resposta a atos semelhantes praticados por grupos separatistas e terroristas, como o UÇK. Ao contrário dos anteriores, a CDU alertou imediatamente para a conclusão a que chegaram investigadores internacionais sobre os corpos encontrados em Raçak, que apontavam para mortes derivadas de tiroteio.

Quando os sérvios rejeitaram o acordo de Rambouillet, socialistas, social-democratas e centristas acusaram-nos de intransigência e de serem os responsáveis pela quebra das negociações. Comunistas e “verdes” argumentaram que os EUA, patrocinando o separatismo albanos-kosovar, alteraram o documento, de forma a conter aspetos inaceitáveis para os sérvios e a convenceram a delegação albanesa a aprová-lo, para justificar a intervenção no Kosovo.

A consequente intervenção da NATO sem mandato do Conselho de Segurança da ONU seguiu a mesma toada de posições. Os três partidos aceitaram que seria necessário

uma ação bélica para evitar a limpeza étnica, a vaga de refugiados e uma provável destabilização da zona, que poderia dar força a mais movimentos separatistas em estados vizinhos. Justificaram a falta de autorização da ONU com a difícil obtenção do mandato, pois a Rússia e a China tinham poder de veto, e por a proteção dos Direitos Humanos não poder ser travada por este pormenor. A NATO iria, assim, cumprir a sua missão de defender a democracia e os Direitos Humanos, assim como todos os valores ocidentais. A CDU rejeitou uma limpeza étnica e defendeu que era um ataque contra um estado soberano, com vista a definir um assunto interno da República Federal da Jugoslávia. E pior, para a CDU, era o facto de ser contra o Direito Internacional, por a NATO não deter um mandato da ONU, e o próprio documento fundador da aliança, que previa apenas uma ofensiva se um dos estados membros fosse atacado ou estivesse na eminência de tal. A dualidade de critérios, em relação a diversos casos de violações do Direitos Humanos, como de Timor-Leste, foi levantada. Outros aspetos reprovados foram o possível não esgotamento de todas as opções pacíficas, como a imposição de sanções económicas à RFJ, e o uso da comunicação social para diabolizar os sérvios, para que a opinião pública se tornasse recetiva à opção bélica. Com o avançar da guerra, a CDU informou do incremento do apoio popular a Milosevic, que, antes dos bombardeamentos, estava a diminuir.

A estratégia militar da NATO de apenas ataques aéreos foi igualmente defendida por três partidos. Na Assembleia da República, o primeiro-ministro afirmou que os bombardeamentos produziriam menos danos colaterais e Carlos Encarnação, do PSD, arguiu que os timorenses, que estariam numa situação semelhante, os apoiavam. A CDU rebateu, denunciando que a NATO considerava que a defesa dos Direitos Humanos não valeria a vida de nenhum soldado seu, e considerou a estratégia imoral.

Juntamente com a guerra, surgiu a questão da participação portuguesa. Mais uma vez, só a CDU se declarou contra. Os restantes partidos argumentaram que a participação era obrigatória ao abrigo dos compromissos internacionais de Portugal e que a recusa significaria a saída da NATO, que era tão importante para a segurança nacional. O papel de Portugal neste conflito poderia ainda aumentar a sua influência e credibilidade, podendo colocar, posteriormente, a atenção internacional no caso timorense. A impossibilidade de inação, perante as massacres no Kosovo, foi outro dos motivos apresentados para o apoio à intervenção. A CDU manteve a postura pacifista e asseverou que o conflito teria de ser resolvido através de instrumentos pacíficos, que preservassem a soberania da RFJ e a identidade e segurança de todos os povos do Kosovo. Pediu

também a saída de Portugal da NATO e a dissolução da organização. A CDU defendeu ainda que, por o Parlamento não ter sido ouvido e o Presidente da República não ter declarado guerra, a participação portuguesa no Kosovo era inconstitucional. Ninguém acompanhou a coligação nesta crítica, mas o PSD concordou que estas questões deveriam ser discutidas na Assembleia da República. A escassez de informação prestada pelo governo foi censurada por todos os partidos da oposição.

O envolvimento nacional numa hipotética invasão terrestre do Kosovo foi mais consensual. Mais ou menos explicitamente, todos os partidos a rejeitaram, embora o primeiro-ministro não tenha conseguido colocar essa possibilidade de completamente de lado, num primeiro momento. A participação de tropas portuguesas na missão de paz no Kosovo foi vista favoravelmente pelos partidos.

A ajuda aos refugiados do conflito foi unânime e Portugal deu uma resposta forte nesse sentido. Enviou uma equipa de apoio para o campo de refugiados na Macedónia, assim como mantimentos, durante a guerra. Recebeu 1271 refugiados e, para além das necessidades básicas para a sobrevivência, providenciou algum dinheiro para pequenas despesas.

Os programas eleitorais das eleições para a Assembleia da República e para o Parlamento Europeu asseguraram uma linha de continuidade no pensamento dos partidos sobre esta questão. Em particular, os documentos apresentados para as eleições legislativas pouco se referem ao Kosovo, o que evidencia que já se teria tornado um assunto secundário na sociedade portuguesa.

O PCP demonstrou – mais uma vez – ser um partido com capacidade de mobilização popular, ao ter um papel fundamental em ações de protesto, manifestações e declarações contra a guerra.

A CDU foi o único grupo parlamentar que não apresentou nenhuma dissidência digna de registo, neste tema. Diferentes deputados, militantes e figuras do PS, PSD e CDS-PP atacaram a guerra ou alguns aspetos da atuação da NATO. As figuras mais relevantes do PS a fazê-lo foram Mário Soares, João Soares e Manuel Alegre. Aliás, Mário Soares foi, nesse ano, o seu cabeça-de-lista às eleições europeias, o que condicionou a estratégia socialista, visto que o antigo Presidente da República não deixou de vocalizar as suas críticas. Mesmo no *Ação Socialista*, alguns artigos criticaram ou questionaram o papel da NATO. No PSD, o igualmente nº1 da lista para as eleições europeias, José Pacheco Pereira, e Mota Amaral, vice-presidente da Assembleia da República, são os exemplos mais marcantes. Diogo Freitas do Amaral e José Ribeiro e

Castro foram dos centristas mais incisivos nas críticas à intervenção da aliança. Os pontos de discórdia destes políticos prendiam-se, por exemplo, com a inconstitucionalidade da entrada portuguesa no esforço de guerra, a falta de mandato da ONU e a ambiguidade política da NATO e dos EUA, no que concerne às violações dos Direitos Humanos.

Fora da Assembleia da República, outros partidos e figuras políticas contestaram a guerra. O antigo Presidente da República Ramalho Eanes considerou que os EUA forçaram propositadamente a guerra, com o anexo B do acordo de Rambouillet, e humilharam a Rússia. Eanes compreendia também que a NATO não estava a cumprir os seus objetivos, porque o apoio popular a Milosevic se havia tornado mais forte, com os bombardeamentos.

O emergente Bloco de Esquerda criticou duramente a intervenção, que violava o Direito Internacional e marginalizava a ONU, enquanto a NATO, como braço armado dos EUA, prosseguia a obtenção dos seus interesses. Para o partido, a culpa do conflito era das duas partes intervenientes. O PCTP/MRPP e o POUS concordavam com esta posição.

Figuras de diversos setores da sociedade nacional desaprovaram o recurso à guerra. Militares, membros da Igreja Católica, jornalistas, escritores e constitucionalistas foram alguns dos que demonstraram descontentamento pela intervenção da NATO e pela participação portuguesa. Durante a guerra, ações de protestos foram realizadas, quer tenha sido em forma de concertos, cordões humanos ou manifestações para a paz no Kosovo. Declarações e apelos contra a ação da aliança atlântica foram comuns, neste período. Excluindo a propagação da posição oficial dos partidos com assento parlamentar, poucas vozes declararam o seu apoio à guerra, tendo sido o caso do presidente do Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais uma exceção. As sondagens efetuadas mostraram que a maioria da população não estava de acordo com os bombardeamentos, apesar de a aceitação ter crescido, a partir de Abril. A participação portuguesa também dividiu os inquiridos. É curioso assinalar que, em Maio, a opinião pública nacional concordava mais com uma hipotética invasão terrestre do que com a guerra, sugerindo que, visto que a NATO já tinha iniciado o confronto, devia utilizar todos os meios ao seu dispor para atingir os seus objetivos.

Podemos, portanto, concluir que a sociedade portuguesa estava repartida em relação a quase todos os aspetos do conflito kosovar. Publicamente, foram três partidos (PS, PSD e CDS-PP) que assumiram, exclusivamente, a defesa da intervenção e da participação nacional, com a exceção de algumas declarações. Mesmo dentro destes

grupos políticos, foram inúmeras as dissidências da posição oficial. Membros importantes demarcaram-se dos partidos, como Mário Soares, Freitas do Amaral e Pacheco Pereira. Não há registo de membros do PCP com opinião diferente da oficial.

As principais preocupações levantadas foram a inconstitucionalidade da entrada portuguesa na guerra, a falta de mandato do Conselho de Segurança, a marginalização da ONU, a imoralidade de uma estratégia de apenas ataques aéreos, o sentimento russo de cerco, a subserviência europeia à EUA e aos seus interesses e a diferença de critério entre os casos de Direitos Humanos do Kosovo e de Timor-Leste. Contudo, a ajuda aos refugiados e a procura de uma solução para o conflito nunca foi criticada, nem esquecida pelos partidos e pela sociedade nacional.

Nesta dissertação, constatamos que o PCP raramente se dirige exclusivamente aos albanos-kosovares como vítimas, preferindo utilizar o nome “jugoslavos”, para enfatizar que toda a população da RFJ estava a sofrer. Porém, por vezes, parece apenas reconhecer o sofrimento dos sérvios, esquecendo as restantes etnias da região. Parece ser uma tática política, para denunciar a tormenta do povo sérvio, com o qual tinha afinidade ideológica, sem que a opinião pública se recorde dos albanos-kosovares.

Na recusa do envolvimento português numa invasão terrestre por parte do PS, PSD e CDS-PP, subsiste uma certa incoerência ou falta de vontade política. Estes partidos defendiam a defesa dos Direitos Humanos e concordavam que estava a ocorrer uma limpeza étnica no Kosovo. Como tal, apesar de todas as falhas apontadas, apoiavam a intervenção da NATO. No entanto, estava fora de questão a participação de um contingente português numa ofensiva terrestre. A proteção dos Direitos Humanos, declarada incisivamente pelos partidos, não merecia todos os meios disponíveis? Há três justificações viáveis: não concordavam com a intervenção e estavam a afirmar o contrário, devido à influência da NATO e dos EUA, mas não aceitavam ir tão longe; concordavam com a guerra, porém, receavam a opinião pública, quanto à presença portuguesa na invasão; ou calculavam que a defesa dos Direitos Humanos não justificavam o risco de vida de nenhum soldado português. Julgamos que a mistura das duas primeiras opções é a justificação mais acertada. Primeiro, as sondagens mostravam que a sociedade portuguesa estava polarizada e imensas manifestações de protesto foram realizadas. Sendo assim, apoiar o envolvimento traria imensas dificuldades políticas. Segundo, o capítulo «Visão de outros conflitos» patenteou a tendência pacifista de todos os partidos da Assembleia da República. A exceção surge no conflito da Bósnia, em que PS, PSD e CDS-PP aceitaram a guerra como forma de o resolver. Dos analisados, este foi

o único caso pelo qual a NATO se interessou. Juntando o conflito do Kosovo, os partidos mencionados assumiram, em metade, uma posição belicista. Em todos esses, a NATO interveio. Nos restantes, não interferiu. Logo, existem evidências para afirmar que PS, PSD e CDS-PP são influenciados pela aliança e que o foram no caso do Kosovo. Contudo, isso pode ter sucedido por várias razões, como as obrigações a que Portugal estaria obrigado no seio da NATO.

Não concordamos com a justificação do PCP, que pretende mostrar que a intervenção não faria sentido, ao afirmar que grupos albanos-kosovares também perpetraram ações reprováveis. A nosso entender, era inegável que uma catástrofe humanitária estava a suceder. Logo, uma solução tem de ser procurada, independentemente das culpas atribuídas. Se o estado não consegue solucionar uma situação tão grave, a comunidade internacional tem a obrigação de intervir. Contudo, a NATO atuou sem mandato do Conselho de Segurança da ONU. Mesmo considerando que pretende agir corretamente, nenhum estado ou organização pode quebrar o Direito Internacional. Ainda assim, os Direitos Humanos são um assunto demasiado vital para ser comprometido pelos jogos políticos que sucedem no Conselho de Segurança. Uma reforma da ONU e do Conselho de Segurança é urgente. Aliada às resoluções da ONU sobre o Kosovo, esta justificação pode ser suficiente para compreender a razão da intervenção da aliança. Todavia, a inação da NATO perante violações dos Direitos Humanos no Curdistão e em Timor-Leste é demonstrativa da sua ambiguidade na matéria. Podemos argumentar que estes locais são afastados da área de ação da aliança, mas, na ONU, os seus membros não demonstraram interesse suficiente para iniciar uma política de resolução dos conflitos. É censurável que, numa guerra iniciada em nome da democracia e dos Direitos Humanos, o sofrimento de inocentes tenha sido utilizado como ganho político e militar, quando se constatou que os bombardeamentos contra alvos militares não estavam a resultar e os aviões da NATO passaram a ter como alvos infraestruturas civis. A solução encontrada no Kosovo parece não conduzido paz à região. Apesar de não estar em guerra, a situação mantém-se tensa e, com apenas um desentendimento menor, um conflito pode estalar, novamente. Os confrontos de cariz político no último jogo de futebol da qualificação para o Campeonato Europeu entre a Sérvia e a Albânia<sup>311</sup> são prova disso.

---

<sup>311</sup> “Sérvia-Albânia suspenso por causa de um drone e de Mitrovic”. *Mais Futebol*, 14/11/2014. in <<http://www.maisfutebol.iol.pt/internacional/selecao/servia-albania-suspenso-por-causa-de-um-drone-e-de-mitrovic-benfica>>.



## Bibliografia

### Fontes

“Albanians appeal for help as fighting rages in Kosovo”. *New Straits Times*, 03/06/1998. in <<https://news.google.com/newspapers?nid=1309&dat=19980603&id=rfVOAAAAIABAJ&sjid=ABUEAAAIABAJ&pg=6680,5536120&hl=pt-PT>> (Consultado a 17/07/2015).

“Sérvia-Albânia suspenso por causa de um drone e de Mitrovic”. *Mais Futebol*, 14/11/2014. in <<http://www.maisfutebol.iol.pt/internacional/selecao/servia-albania-suspenso-por-cao-de-um-drone-e-de-mitrovic-benfica>>.

ALCYONE. *Ontem «Portugal e a tragédia do Kosovo» - Hoje «O pesadelo de uma hipotética Grande Albânia»*. Consultado a 23/07/2015. in <<http://skocky-alcione.blogspot.pt/2008/11/ontem-portugal-e-tragdia-do-kosovo-hoje.html>>.

Manuel ALEGRE, “Falar é preciso (contributo para a reflexão)”, in *XI Congresso do Partido Socialista*, 6-7/02/1999, Lisboa.

ANTÓNIO GUTERRES. *Discurso sobre o novo conceito estratégico da NATO*. Consultado a 07/04/2015. in <<http://www.nato.int/docu/speech/1999/s990423s.htm>>.

ANTÓNIO MARTINS DA CRUZ. *Discurso sobre o alargamento da NATO*. Consultado a 08/04/2015. in <<http://www.nato.int/docu/speech/1998/s981125a.htm>>.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O CONTROLO DE TIRAGEM E CIRCULAÇÃO. *Informação geral – 1999*. Consultado a 27/05/2015. in <[http://www.apct.pt/Analise\\_simples.php?idSegmento=2&ano=1999&ordenacao=tiragem1Bi%20DESC](http://www.apct.pt/Analise_simples.php?idSegmento=2&ano=1999&ordenacao=tiragem1Bi%20DESC)>.

AVANTE. *Dia Nacional Contra a Guerra*. Consultado a 18/07/2015. in <<http://www.avante.pt/arquivo/1330/3003h1.html>>.

Luís Guilherme BARRUCHO, “Presidente do Kosovo desiste de evento em SP após receber visto ‘sérvio’ do Brasil”. *BBC*, 15/05/2015. in <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/05/150515\\_presidente\\_kosovo\\_ausencia\\_lgb](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/05/150515_presidente_kosovo_ausencia_lgb)> (Consultado a 04/08/015).

BLOCO DE ESQUERDA, “Contrato pela Europa”, 1999, Lisboa, 42 p.

BLOCO DE ESQUERDA, “Manifesto do Bloco de Esquerda – Legislativas 1999”, 1999, Lisboa, 27 p.

BRITANNICA. *Flag of Albania*. Consultado a 17/07/2015. in <<http://www.britannica.com/topic/flag-of-Albania>>.

CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL – PARTIDO POPULAR, “Programa de governo”, 1999, Lisboa, 107 p.

COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES. *Resultados eleitorais*. Consultado a 17/05/2015. in <<http://eleicoes.cne.pt/vector/index.cfm?dia=01&mes=10&ano=1995&eleicao=ar>> .

COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES. *Resultados eleitorais*. Consultado a 17/05/2015. in <<http://eleicoes.cne.pt/vector/index.cfm?dia=14&mes=01&ano=1996&eleicao=pr>>.

COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES. *Resultados eleitorais*. Consultado a 17/05/2015. in <<http://eleicoes.cne.pt/vector/index.cfm?dia=13&mes=06&ano=1999&eleicao=pe>>.

COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES. *Resultados eleitorais*. Consultado a 17/05/2015. in <<http://eleicoes.cne.pt/vector/index.cfm?dia=10&mes=10&ano=1999&eleicao=ar>>.

CORREIA, SEARA, CALDAS, SIMÕES E ASSOCIADOS. *Júlio Castro Caldas*. Consultado a 23/06/2015. in <[http://www.casca.pt/public/Sections.php?section\\_id=176](http://www.casca.pt/public/Sections.php?section_id=176)>.

GOVERNO DE PORTUGAL. *XIV Governo Constitucional*. Consultado a 18/05/2015. in <<http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc14/composicao.aspx>>.

GOVERNO DE PORTUGAL. *Vice-primeiro-ministro*. Consultado a 02/08/2015. in <<http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/vice-primeiro-ministro/conheca-a-equipa/ministro/paulo-portas.aspx>>.

António GUTERRES, “A nossa via – Uma relação de confiança com os portugueses”, in *XI Congresso do Partido Socialista*, 6-7/02/1999, Lisboa.

António GUTERRES, “Discursos de António Guterres no XI Congresso do Partido Socialista”, in *XI Congresso do Partido Socialista*, 6-7/02/1999, Lisboa.

ICTY. *What is the former Yugoslavia?*. Consultado a 17/07/2015. in <<http://www.icty.org/sid/321>>.

Pedro JORDÃO, “O PS por uma nova cultura política”, in *XI Congresso do Partido Socialista*, 6-7/02/1999, Lisboa.

KOSOVO THANKS YOU. *Who recognized Kosova as an independent state?*. Consultado a 19/09/2015. in <<http://www.kosovothanksyou.com/?map=1>>.

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS. *A escalada militar da NATO contra a Jugoslávia*. Consultado a 21/07/2015. in <<http://www.pcp.pt/escalada-militar-da-nato-contra-jugosl%C3%A1-nota-da-comiss%C3%A3o-pol%C3%ADtica-do-pcp>>.

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, “Declaração programática – Eleições para o Parlamento Europeu”, 1999, Lisboa, 11 p.

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS. *Dia Nacional Contra a Guerra*. Consultado a 20/07/2015. in <<http://www.pcp.pt/actpol/temas/internac/apelo99.html>>.

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS. *O PCP reclama o fim da agressão à Jugoslávia e a dissolução da NATO*. Consultado a 22/07/2015. in <<http://www.pcp.pt/o-pcp-reclama-o-fim-da-agress%C3%A3o-%C3%A0-jugosl%C3%A1-e-dissolu%C3%A7%C3%A3o-da-nato-comunicado-da-comiss%C3%A3o-pol%C3%ADtica-do-pa>>.

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS, “Programa eleitoral do PCP – Uma política de esquerda para Portugal”, 1999, Lisboa, 223 p.

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS. *Resolução do Comité Central do PCP de 24 e 25 de Janeiro de 1999*. Consultado a 22/07/2015. in <<http://www.pcp.pt/content/resolu%C3%A7%C3%A3o-do-comit%C3%A9-central-do-pcp-de-24-e-25-de-janeiro-de-1999>>.

PARTIDO ECOLOGISTA «OS VERDES». *VII legislatura 1995/1999 – Balanço da atividade parlamentar*. Consultado a 23/06/2015. in <<http://www.osverdes.pt/pages/grupo-parlamentar---vii-legislatura-19951999---balanco-da-atividade-parlamentar.php>>.

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA. *XXII Congresso Nacional*. Consultado a 29/05/2012. in <<http://www.psd.pt/congresso.php?i=22>>.

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, “É tempo de governar Portugal”, 1999, Lisboa, 86 p.

PARTIDO SOCIALISTA EUROPEU, “Manifesto para as eleições europeias de 1999 – A nova Europa”, in *IV Congresso do Partido Socialista Europeu*, 1-2/03/1999, Milão, 32 p.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA JORGE SAMPAIO (1996-2006). *Conselho Superior de Defesa Nacional*. Consultado a 13/05/2015. in <<http://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/main.html>>.

REFWORLD. *US Committee for Refugees World Refugee Survey 2000 – Portugal*. Consultado a 24/04/2015. in <<http://www.refworld.org/docid/3ae6a8ce44.html>>.

### *Acção Socialista*

“Intervenção portuguesa na Jugoslávia”, in *Acção Socialista*, 08/04/1999, Lisboa.

“Kosovo: um caso de direitos humanos”, in *Acção Socialista*, 08/04/1999, Lisboa.

“Portugal unido e chocado com as atrocidades em Timor-Leste”, in *Acção Socialista*, 22/04/1999, Lisboa.

“Presidente da República em Setúbal”, in *Acção Socialista*, 13/05/1999, Lisboa.

Carlos CARRANCA, “Efeitos colaterais”, in *Acção Socialista*, 13/05/1999, Lisboa.

Joel Hasse FERREIRA, “Kosovo, Agenda 2000 e eleições europeias”, in *Acção Socialista*, 08/04/1999, Lisboa.

Afonso VILHENA, “Falta um projecto para a Europa”, in *Acção Socialista*, 29/07/1999, Lisboa.

### Assembleia da República

PARLAMENTO. *Diário da Assembleia da República – VI Legislatura, 2ª Sessão Legislativa, I Série, Nº13*. Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/06/02/013/1992-11-12>>.

PARLAMENTO. *Diário da Assembleia da República – VII Legislatura, 1ª Sessão Legislativa, I Série, Nº6*. Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/01/006/1995-11-15>>.

PARLAMENTO. *Diário da Assembleia da República – VII Legislatura, 4ª Sessão Legislativa, I Série, Nº11*. Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/011/1998-10-08>>.

PARLAMENTO. *Diário da Assembleia da República – VII Legislatura, 4ª Sessão Legislativa, I Série, Nº63*. Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/063/1999-03-24>>.

PARLAMENTO. *Diário da Assembleia da República – VII Legislatura, 4ª Sessão Legislativa, I Série, Nº66*. Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/066/1999-03-30>>.

PARLAMENTO. *Diário da Assembleia da República – VII Legislatura, 4ª Sessão Legislativa, I Série, Nº69*. Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/069/1999-04-08>>.

PARLAMENTO. *Diário da Assembleia da República – VII Legislatura, 4ª Sessão Legislativa, I Série, Nº77*. Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/077/1999-04-25>>.

PARLAMENTO. *Diário da Assembleia da República – VII Legislatura, 4ª Sessão Legislativa, I Série, Nº79*. Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/079/1999-04-29>>.

PARLAMENTO. *Diário da Assembleia da República – VII Legislatura, 4ª Sessão Legislativa, I Série, Nº84.* Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/084/1999-05-12>>.

PARLAMENTO. *Diário da Assembleia da República – VII Legislatura, 4ª Sessão Legislativa, I Série, Nº85.* Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/085/1999-05-13/3051?pgs=3071-3072&org=PLC&plcdf=true>>.

PARLAMENTO. *Diário da Assembleia da República – VII Legislatura, 4ª Sessão Legislativa, I Série, Nº87.* Consultado entre Janeiro e Setembro de 2015. in <<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/01/07/04/087/1999-05-19>>.

PARLAMENTO. *Projeto de Deliberação 52/VII.* Consultado a 12/05/2015. in <<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleIniciativa.aspx?BID=20290>>.

### *Expresso*

“200 kosovares chegam a Portugal”, in *Expresso*, 01/05/1999, Lisboa.

“A hora do Parlamento Europeu”, in *Expresso*, 11/06/1999, Lisboa.

“A guerra falhou?”, in *Expresso*, 29/05/1999, Lisboa.

“A guerra valeu a pena”, in *Expresso*, 26/06/1999, Lisboa.

“A NATO fragilizada”, in *Expresso*, 10/04/1999, Lisboa.

“Altos...”, in *Expresso*, 10/04/1999, Lisboa.

“Manifestação em Lisboa”, in *Expresso*, 10/04/1999, Lisboa.

“Matai-vos uns aos outros”, in *Expresso*, 02/04/1999, Lisboa.

Mário Patinha ANTÃO, “A Europa é bela”, in *Expresso*, 02/04/1999, Lisboa.

Manuel ALEGRE, “Vice-versa”, in *Expresso*, 10/04/1999, Lisboa.

Alfredo BARROSO, “De pé atrás”, in *Expresso*, 27/03/1999, Lisboa.

Alfredo BARROSO, “De pé atrás”, in *Expresso*, 10/04/1999, Lisboa.

Alfredo BARROSO, “De pé atrás”, in *Expresso*, 29/05/1999, Lisboa.

José Manuel Durão BARROSO, “A nossa responsabilidade externa”, in *Expresso*, 10/04/1999, Lisboa.

António Ramalho EANES, “Kosovo: intervenção militar não foi a melhor via”, in *Expresso*, 10/04/1999, Lisboa.

Jorge FIEL, e Ricardo Jorge PINTO, “Ilda Figueiredo, cabeça-de-lista da CDU nas eleições para o Parlamento Europeu”, in *Expresso*, 02/04/1999, Lisboa.

Cristina FIGUEIREDO, e Ângela SILVA, “A guerra da Europa”, in *Expresso*, 15/05/1999, Lisboa.

Cristina FIGUEIREDO, “Pacheco Pereira e a campanha para as eleições europeias”, in *Expresso*, 29/05/1999, Lisboa.

Fernando MADRINHA, “Debate - Papeis trocados”, in *Expresso*, 29/05/1999, Lisboa.

Valentina MARCELINO, “Kosovares têm recolher obrigatório”, in *Expresso*, 22/05/1999, Lisboa.

Luísa MEIRELES, “Rússia quer Portugal no Kosovo”, in *Expresso*, 08/05/1999, Lisboa.

Henrique MONTEIRO, “A máquina da verdade”, in *Expresso*, 02/04/1999, Lisboa.

Henrique MONTEIRO, “A bomba de Cunhal”. *Expresso*, 20/09/2015. in <http://expresso.sapo.pt/politica/2015-09-20-A-bomba-de-Cunhal> (Consultado a 21/09/2015).

Vasco Graça MOURA, “Vice-versa”, in *Expresso*, 10/04/1999, Lisboa.

Vasco Graça MOURA, “Vice-versa”, in *Expresso*, 22/05/1999, Lisboa.

Teresa OLIVEIRA, “Monteiristas de fora”, in *Expresso*, 02/04/1999, Lisboa.

Rui PEREIRA, “Cunhal como sempre”, in *Expresso*, 08/05/1999, Lisboa.

Maria José Nogueira PINTO, “As lições da guerra”, in *Expresso*, 11/06/1999, Lisboa.

Mário Lemos PIRES, “Opinião”, in *Expresso*, 27/03/1999, Lisboa.

Orlando RAIMUNDO, “João Soares participará na reconstrução de Belgrado”, in *Expresso*, 15/05/1999, Lisboa.

Orlando RAIMUNDO, “João Soares debaixo de fogo”, in *Expresso*, 15/05/1999, Lisboa.

Orlando RAIMUNDO, “Guterres discute por fim a guerra do Kosovo”, in *Expresso*, 29/05/1999, Lisboa.

Sofia RAINHO, e Ana SERZEDELO\_ “Soares, Eanes e Freitas contra a NATO”, in *Expresso*, 10/04/1999, Lisboa.

Daniel REIS, e Luís TIBÉRIO, “O distanciamento português”, in *Expresso*, 02/04/1999, Lisboa.

Graça ROSENDO, e José VEGAR, “Ferreira contra Kosovo”, in *Expresso*, 20/03/1999, Lisboa.

Nicolau SANTOS, “Cem por cento”, in *Expresso*, 02/04/1999, Lisboa.

Nicolau SANTOS, “Cem por cento”, in *Expresso*, 15/05/1999, Lisboa.

Ângela SILVA, e Mário RAMIRES, “Mário Soares e o regresso à política activa como cabeça-de-lista do PS às europeias”, in *Expresso*, 10/04/1999, Lisboa.

Francisco Azevedo e SILVA, “Frases”, in *Expresso*, 10/04/1999, Lisboa.

Mário TOMÉ, “As Forças Armadas e a defesa da nação”, in *Expresso*, 31/07/1999, Lisboa.

### *O Avante!*

“Delegação do PCP na Jugoslávia”, *Avante!*, 29/04/1999. in <http://avante.pt/arquivo/20030327/fr-arquivo.html> (Consultado a 01/07/2015).

“Jogos de guerra no Kosovo”. *Avante!*, 09/06/1998. in <http://avante.pt/arquivo/20030327/fr-arquivo.html> (Consultado a 24/06/2015).

“Jovens pela paz”. *Avante!*, 09/06/1999. in <http://avante.pt/arquivo/20030327/fr-arquivo.html> (Consultado a 04/07/2015).

“NATO acusa Belgrado de alegado massacre”. *Avante!*, 21/01/1999. in <http://avante.pt/arquivo/20030327/fr-arquivo.html> (Consultado a 27/06/2015).

“O «massacre» que não existiu”. *Avante!*, 04/03/1999. in <<http://avante.pt/arquivo/20030327/fr-arquivo.html>> (Consultado a 28/06/2015).

“PCP condena decisão da NATO”. *Avante!*, 25/03/1999. in <<http://avante.pt/arquivo/20030327/fr-arquivo.html>> (Consultado a 30/06/2015).

Carlos Aboim INGLEZ, “Balcãs – Luta pela paz”. *Avante!*, 04/02/1999. in <<http://avante.pt/arquivo/20030327/fr-arquivo.html>> (Consultado a 28/06/2015).

Carlos Aboim INGLEZ, “Mãos fora!”. *Avante!*, 21/05/1998. in <<http://avante.pt/arquivo/20030327/fr-arquivo.html>> (Consultado a 25/06/2015).

Domingos LOPES, “Os xerifes do mundo”. *Avante!*, 19/03/1998. in <<http://avante.pt/arquivo/20030327/fr-arquivo.html>> (Consultado a 23/06/2015).

Domingos LOPES, “A guerra da «nova» NATO contra a Jugoslávia”. *Avante!*, 01/04/1999. in <<http://avante.pt/arquivo/20030327/fr-arquivo.html>> (Consultado a 01/07/2015).

Miguel Urbano RODRIGUES, “Sobre os limites do poder imperial dos EUA”. *Avante!*, 24/06/1999. in <<http://avante.pt/arquivo/20030327/fr-arquivo.html>> (Consultado a 03/07/2015).

## Organização das Nações Unidas

UNHCR. *Refugees and others of concern to UNHCR – 1999 statistical overview*. Consultado a 25/05/2015. in <<http://www.unhcr.org/3ae6bc834.html>>.

UNITED NATIONS. *Oil For Food*. Consultado a 26/07/2015. in <<http://www.un.org/Depts/oip/background/>>.

UNITED NATIONS. *Report of the Security Council 1996-1997*. Consultado a 29/06/2015. in <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/52/2%28SUPP%29](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/52/2%28SUPP%29)>.

UNITED NATIONS. *Report of the Security Council 1997-1998*. Consultado a 29/06/2015. in <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/53/2%28SUPP%29](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/53/2%28SUPP%29)> .

UNITED NATIONS. *Resolutions and decisions of the Security Council 1997*. Consultado a 30/06/2015. in <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/INF/53](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/INF/53)>.

UNITED NATIONS. *Resolutions and decisions of the Security Council 1998*. Consultado a 30/06/2015. in <[www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/INF/54](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/INF/54)>.

UNITED NATIONS. *Resolution 1160 (1998)*. Consultado a 14/08/2015. in <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1160%281998%29](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1160%281998%29)>.

UNITED NATIONS. *Statement by the president of the Security Council*. Consultado a 14/08/2015. in <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/PRST/1998/25](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PRST/1998/25)>.

UNITED NATIONS. *Resolution 1199 (1998)*. Consultado a 14/08/2015. in <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1199%281998%29](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1199%281998%29)>.

UNITED NATIONS. *Resolution 1203 (1998)*. Consultado a 14/08/2015. in <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1203%281998%29](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1203%281998%29)>.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. *Refugees Daily - Kosovo*. Consultado a 19/04/2015. in <<http://www.phdn.org/archives/www.ess.uwe.ac.uk/Kosovo/Kosovo-Refugees58.html>>.

UNMIK. *UNMIK: Mandate and structure*. Consultado a 17/09/2015. in <<http://www.unmikonline.org/Pages/about.aspx>>.

## *Povo Livre*

“A Europa tornou-se crescentemente numa ideia administrativa e burocrática”, in *Povo Livre*, 21/04/1999, Lisboa.

“Foi o dia mais importante da minha vida pública”, in *Povo Livre*, 28/04/1999, Lisboa.

“Portugal presente na Europa”, in *Povo Livre*, 25/11/1998, Lisboa.

“Primeiro-ministro demorou tempo de mais a dar explicações”, in *Povo Livre*, 14/04/1999, Lisboa.

Fernando CABRAL, “Com tantos dislates o sr. Seguro está seguramente mal informado”, in *Povo Livre*, 21/04/1999, Lisboa.

Marcelo Rebelo de SOUSA, “Temos de uma Europa unida”, in *Povo Livre*, 17/03/1999, Lisboa.

## *Público*

São José ALMEIDA, e Ana HENRIQUES, “Críticas à intervenção aumentam”. *Público*, 01/04/1999. in <<http://www.publico.pt/destaque/jornal/criticas-a-intervencao-aumentam-131562>> (Consultado a 04/07/2015).

Isabel BRAGA, e João Pedro HENRIQUES, “Guterres pressionado a explicar-se”. *Público*, 29/04/1999. in <<http://www.publico.pt/mundo/jornal/guterres-pressionado-a-explicarse-132833>> (Consultado a 13/06/2015).

Paula Torres de CARVALHO, “Os anjos sobre a guerra”. *Público*, 27/06/1999. in <<http://www.publico.pt/culturaipsilon/jornal/os-anjos-sobre-a-guerra-135492>> (Consultado a 10/06/2015).

José Ribeiro e CASTRO, “A bagunça (III)”. *Público*, 28/03/1999. in <<http://www.publico.pt/espaco-publico/jornal/a-bagunca-iii-131419>> (Consultado a 19/06/2015).

Eduardo DÂMASO, “O tabu da ofensiva terrestre”. *Público*, 10/04/1999. in <<http://www.publico.pt/destaque/jornal/o-tabu-da-ofensiva-terrestre-131906>> (Consultado a 14/06/2015).

Bento DOMINGUES, “Preparação da Semana Santa”. *Público*, 28/03/1999. in <<http://www.publico.pt/espaco-publico/jornal/preparacao-da-semana-santa-131418>> (Consultado a 11/07/2015).

Bento DOMINGUES, “Os cristãos e a guerra”. *Público*, 11/04/1999. in <<http://www.publico.pt/espaco-publico/jornal/os-cristaos-e-a-guerra-131960>> (Consultado a 11/07/2015).

Óscar FARIA, e Pedro RIBEIRO, “Jogadores e políticos contestam a NATO”. *Público*, 01/04/1999. in <<http://www.publico.pt/destaque/jornal/jogadores-e-politicos-contestam-a-nato-131563>> (Consultado a 19/06/2015).

José Manuel FERNANDES, “Cinquenta dias de uma guerra desastrosa”. *Público*, 17/05/1999. in <<http://www.publico.pt/espaco-publico/jornal/cinquenta-dias-de-uma-guerra-desastrosa-133636>> (Consultado a 27/06/2015).

Rui FLORES, e Eunice LOURENÇO, “A culpa é do governo”. *Público*, 02/04/1999. in <<http://www.publico.pt/destaque/jornal/a-culpa-e-do-governo-131601>> (Consultado a 13/06/2015).

João Pedro HENRIQUES, “A janela mantém-se fechada”. *Público*, 07/04/1999. in <<http://www.publico.pt/destaque/jornal/a-janela-mantemse-fechada-132272>> (Consultado a 12/07/2015).

- João Pedro HENRIQUES, “Guterres justifica-se ao PS”. *Público*, 08/04/1999. in <<http://www.publico.pt/destaque/jornal/guterres-justificase-ao-ps-131814>> (Consultado a 05/07/2015).
- João Pedro HENRIQUES, “O segredo balcânico de Guterres”. *Público*, 09/04/1999. in <<http://www.publico.pt/destaque/jornal/o-segredo-balcânico-de-guterres-131852>> (Consultado a 18/06/2015).
- Francisco LOUÇÃ, “Em defesa dos valores europeus, contra a nova direita”. *Público*, 08/05/1999. in <<http://www.publico.pt/espaco-publico/jornal/em-defesa-dos-valores-europeus-contra-a-nova-direita-133265>> (Consultado a 02/07/2015).
- António MARUJO, “A guerra não é solução”. *Público*, 16/04/1999. in <<http://www.publico.pt/sociedade/jornal/a-guerra-nao-e-solucao-132172>> (Consultado a 09/07/2015).
- António MELO, “Moções disparadas em todos os sentidos”. *Público*, 17/05/1999. in <<http://www.publico.pt/sociedade/jornal/moco-es-disparadas-em-todos-os-sentidos-133641>> (Consultado a 08/06/2015).
- Pedro Rosa MENDES, “NATO receia escudos humanos”. *Público*, 09/04/1999. in <<http://www.publico.pt/destaque/jornal/nato-receia-escudos-humanos-131846>> (Consultado a 07/07/2015).
- Vital MOREIRA, “Os efeitos colaterais”. *Público*, 20/04/1999. in <<http://www.publico.pt/espaco-publico/jornal/os-efeitos-colaterais-132458>> (Consultado a 30/06/2015).
- Sílvia de OLIVEIRA, e José Manuel ROCHA, “Queixas, reclamações e chuva”. *Público*, 02/05/1999. in <<http://www.publico.pt/economia/jornal/queixas-reclamacoes-e-chuva-132951>> (Consultado a 16/06/2015).
- Helena PEREIRA, “Guterres contra a invasão terrestre”. *Público*, 26/05/1999. in <<http://www.publico.pt/mundo/jornal/guterres-contra-a-invasao-terrestre-134023>> (Consultado a 07/07/2015).
- José Pacheco PEREIRA, “Porque é imoral fundar a política na moral”. *Público*, 18/11/1999. in <<http://www.publico.pt/espaco-publico/jornal/porque-e-imoral-fundar-a-politica-na-moral-126593>> (Consultado a 17/06/2015).
- Luísa PINTO, “Jurei defender a pátria, não o Kosovo”. *Público*, 13/12/1999. in <<http://www.publico.pt/sociedade/jornal/jurei-defender-a-patria-nao-o-kosovo-127746>> (Consultado a 13/07/2015).
- Teresa de SOUSA, “Órgãos de soberania cumpriram a Constituição”. *Público*, 12/04/1999. in <<http://www.publico.pt/destaque/jornal/orgaos-de-soberania-cumpriram-a-constituicao-131991>> (Consultado a 04/07/2015).
- Pedro Caldeira RODRIGUES, “Kosovo e Timor: tão perto e tão longe”. *Público*, 13/09/1999. in <<http://www.publico.pt/destaque/jornal/kosovo-e-timor-tao-perto-e-tao-longe-123462>> (Consultado a 23/06/2015).
- Fernando ROSAS, “As eleições e a guerra”. *Público*, 12/05/1999. in <<http://www.publico.pt/espaco-publico/jornal/as-eleicoes-e-a-guerra-133426>> (Consultado a 01/07/2015).
- Álvaro de VASCONCELOS, “O Kosovo e a síndrome do Vietnam”. *Público*, 30/03/1999. in <<http://www.publico.pt/destaque/jornal/o-kosovo-e-a-sindrome-do-vietnam-131505>> (Consultado a 09/07/2015).



## *Revista Militar*

José Lopes ALVES, “Editorial”. *Revista Militar*. (Maio) 1999. Lisboa. pp. 911-916.

Carlos Gomes BESSA, “I – Notícias do mundo militar”. *Revista Militar*. (Abril) 1999. Lisboa. pp. 878-884.

Carlos Gomes BESSA, “I – Notícias do mundo militar”. *Revista Militar*. (Junho/Julho) 1999. Lisboa. pp. 1149-1161.

Dino Willy COZZA, “Dificuldade de os ocidentais compreenderem os problemas balcânicos de origem geográfica, histórica e religiosa”. *Revista Militar*. (Fevereiro/Março) 1999. Lisboa. pp. 603-613.

Miguel Silva MACHADO, “II - Crónicas militares nacionais”. *Revista Militar*. (Abril) 1999. Lisboa. pp. 888-889.

Miguel Silva MACHADO, “II - Crónicas militares nacionais”. *Revista Militar*. (Maio) 1999. Lisboa. pp. 1039-1042.

Miguel Silva MACHADO, “II - Crónicas militares nacionais”. *Revista Militar*. (Junho/Julho) 1999. Lisboa. pp. 1068-1070.

## **Referências Bibliográficas**

AAVV, *Kosovo Report: Conflict, international response, lessons learned*. New York: Oxford University Press, 2000.

AAVV, *Cartoons do ano 1999*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1999.

Ana Luísa da Rocha ALMEIDA, *A posição dos partidos políticos portugueses face à guerra da Bósnia-Herzegovina (1992-1995)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012.

José Manuel ARSÉNIO, *A satrapia do Kosovo*. Porto: Fronteira do Caos, 2014.

Andrew J. BACEVICH, e Eliot A. COHEN, *War over Kosovo: Politics and strategy in a global age*. New York: Columbia University Press, 2001.

Florian BIEBER, e Zidas DASKALOVSKI, *Understanding the war in Kosovo*. London: Frank Cass Publishers, 2003.

Noam CHOMSKY, *El nuevo humanismo militar: lecciones de Kosovo*. Mexico: Siglo XXI, 2002.

Howard CLARK, *Civil resistance in Kosovo*. London: Pluto Press, 2000.

Ivo DAALDER, e Michael E. O'HANLON, *Winning ugly: NATO's war to save Kosovo*. Washington: The Brookings Institution, 2000.

Alexandre DEL VALLE, *Guerras contra a Europa: Bósnia - Kosovo - Chechénia*. Lisboa: Hugin Editores, 2001.

Zvonimir Martinic DRPIC, “La tragedia de Kosovo”. *Cuadernos Judaicos*. N° 26. 2009. Santiago. pp. 1-9. in <<http://www.cuadernosjudaicos.uchile.cl/index.php/CJ/article/viewFile/25044/26392>> (Consultado entre Março e Setembro de 2015).

Václav DVORÁK. (1995). *Stolen Kosovo*, Česká Televize. República Checa.

Francesco FRANCONI, “Of War, Humanity and Justice: International Law After Kosovo”. *Max Planck Yearbook of United Nations Law*. Vol. 4. 2000. Heidelberg. pp. 107-126. in <[http://www.mpil.de/files/pdf2/mpunyb\\_francioni\\_4.pdf](http://www.mpil.de/files/pdf2/mpunyb_francioni_4.pdf)> (Consultado entre Março e Setembro de 2015).

María José GARCÍA ORTA, “Mecanismos básicos de la propaganda de guerra en los medios informativos: El ejemplo de Kosovo”. *Ámbitos. Revista Andaluza de Comunicación*. Nº 8. 2002. Sevilha. pp. 137-149. in <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16800807>> (Consultado entre Março e Setembro de 2015).

Fernando Andresen GUIMARÃES, e António MONTEIRO, “Portugal no Conselho de Segurança 1997-1998: as Nações Unidas e a consolidação dos processos de paz”. *Nação e Defesa*. Nº 91, 2ª Série. 1999. Lisboa. pp. 27-44. in <<http://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD91.pdf>> (Consultado entre Março e Setembro de 2015).

László GULYÁS, “A brief history of the Kosovo conflict with special emphasis on the period 1988-2008”. *Historia Actual Online*. Nº 27. 2012. Cádiz. pp. 141-150. in <<http://www.historia-actual.org/Publicaciones/index.php/haol/article/view/678>> (Consultado entre Março e Setembro de 2015).

Philip HAMMOND, e Edward S. HERMAN, *Degraded capability: The media and the Kosovo crisis*. London: Pluto Press, 2000.

Tim JUDAH, *The Serbs*. New Haven: Yale University Press, 2000.

Tim JUDAH, *Kosovo: What everyone needs to know*. New York: Oxford University Press, 2008.

James KER-LINDSAY, *Kosovo: The path to contested statehood in the Balkans*. London: I.B. Tauris & Co., 2009.

Hugo MONCADA, *Algumas considerações sobre o conflito do Kosovo no quadro da desintegração da Jugoslávia*. Coimbra: Almedina, 2001.

António MONTEIRO, “A experiência portuguesa na presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas”. *Nação e Defesa*. Nº 104, 2ª Série. 2003. Lisboa. pp. 81-96. in <<http://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD104.pdf>> (Consultado entre Março e Setembro de 2015).

Bruce NARDULLI [et. al.], *Disjointed war: Military operations in Kosovo, 1999*. Santa Monica: RAND, 2002.

John NORRIS, *Collision course: NATO, Russia and Kosovo*. Westport: Praeger Publications, 2005.

António José OLIVEIRA, *Resolução de conflitos: O papel do instrumento militar no actual contexto estratégico*. Porto: Esfera do Caos, 2011.

Carlos Santos PEREIRA, *Da Jugoslávia a Jugoslávia: os Balcãs e a nova ordem europeia*. Lisboa: Edições Cotovia, 1999.

Luís Valença PINTO, “Portugal e o futuro da NATO – uma reflexão”. *Revista Militar*. (Maio) 1999. Lisboa. pp. 921-930.

Sabrina P. RAMET, *Balkan Babel: The disintegration of Yugoslavia from the death of Tito to the fall of Milosevic*. Colorado: Westview Press, 2002.

Antonio REMIRO BROTONS, “Un nuevo orden contra el Derecho Internacional: El caso de Kosovo”. *Revista Electrónica de Estudios Internacionales*. Nº1. 2000. Madrid. pp. 1-14. in <<http://www.reei.org/index.php/revista/num1/articulos/nuevo-orden-contra-derecho-internacional-caso-kosovo>> (Consultado entre Março e Setembro de 2015).

Nuno Severiano TEIXEIRA, “Portugal e a NATO: 1949-1999”. *Nação e Defesa. Portugal na NATO: 1949-1999*. Instituto de Defesa Nacional. Nº 89, 2ª Série. 1999. Lisboa. pp. 15-41. in

<<http://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD89.pdf>> (Consultado entre Março e Setembro de 2015).

Fernando R. TESÓN, “Kosovo: A powerful precedent for the doctrine of humanitarian intervention”. *Amsterdam Law Forum*. Vol. 1, N° 2. 2009. Amesterdão. pp. 42-48. in <<http://amsterdamlawforum.org/article/view/62/119>> (Consultado entre Março e Setembro de 2015).

Nigel THOMAS [et. al.], *The Yugoslav wars: Bosnia, Kosovo and Macedonia 1992-2001*. New York: Osprey Publishing, 2006.

Jozo TOMASEVICH, e Wayne S. VUCINICH, *Contemporary Yugoslavia: Twenty Years of Socialist Experiment*. California: University of California Press, 1969.

Jasminka UDOVICKI, e James RIDGEWAY, *Burn this house: The making and unmaking of Yugoslavia*. Durham: Duke University Press, 2000.

Miranda VICKERS, *Between Serb and Albanians: A history of Kosovo*. New York: Columbia University, 1998.

David R. WILCOX, *Propaganda, the press and conflict: The Gulf War and Kosovo*. New York: Routledge, 2005.

Joanne Van SELM, *Kosovo's refugees in the European Union*. London: Joanne Van Selm, 2000.

Tiago SOUSA, *Operações de Resposta a Crises das Forças Nacionais Destacadas no Kosovo – Estudo da estrutura necessária para a recolha e o tratamento da informação numa óptica prospectiva*. Amadora: Academia Militar – Direção de Ensino, 2008, p. 26.

John SWEENEY, e Ed VULLIAMY, “NATO bombed Chinese deliberately”. *The Guardian*, 17/10/1999. in <<http://www.theguardian.com/world/1999/oct/17/balkans>> (Consultado a 21/07/2015).

Slavoj ZIZEK, e Agon HAMZA, *From myth to symptom: The case of Kosovo*. Prishtine: Kolektivi Materializmi Dialektik, 2013.

## **Anexos**

**Anexo I**  
**Cronologia**

1389 – Batalha do Kosovo

1878 – Formação da Liga de Prizren

1912 – Primeira Guerra Balcânica, em que a Sérvia retira o controlo do Kosovo ao Império Otomano

1918 – Kosovo torna-se parte do Reino da Jugoslávia

1941 – Sob administração italiana, o Kosovo é englobada na Grande Albânia

1946 – No fim da Segunda Guerra Mundial, o Kosovo torna-se parte integrante da República Socialista Federal da Jugoslávia

1974 – A Constituição, reformulada neste ano, dá uma maior autonomia ao Kosovo

1981 – Um ano após a morte de Tito, tropas jugoslavas colocam fim a manifestações que pedem uma maior autonomia kosovar

1987 – Slobodan Milosevic consegue o apoio popular sérvio, ao participar numa manifestação que protestava por uma maior intervenção, no Kosovo, do governo sérvio

1989 – O governo sérvio retira a autonomia kosovar consagrada na Constituição de 1974

1991 – Desintegração da Jugoslávia inicia-se com a independência da Eslovénia e da Croácia

1992 – Ibrahim Rugova torna-se Presidente do Kosovo, em eleições não reconhecidas, e é criado um estado albano-kosovar paralelo

1992-1995 – Guerra da independência da Bósnia-Herzegovina

1993-1998 – Tensão étnica no Kosovo agrava-se

1995 – Acordo de Dayton não contempla uma solução para o futuro kosovar;

Aparecimento do UÇK

23 de Fevereiro de 1998 – EUA consideram UÇK uma organização terrorista

5-7 de Março de 1998 – Ataque das forças jugoslavas à família Jashari

9 de Março de 1998 – Grupo de Contacto reúne-se para discutir o futuro do Kosovo

23 de Março de 1998 – Ibrahim Rugova reeleito Presidente

31 de Março de 1998 – Resolução 1160 da ONU condena o uso de força excessiva das forças jugoslavas, pede um embargo armas e impões sanções económicas à RFJ

23 de Abril de 1998 – Sérvios decidem, por referendo, manter o Kosovo como assunto interno

1 de Junho de 1998 – Ibrahim Rugova pede a intervenção da NATO ou da ONU, numa reunião com o Secretário-geral das Nações Unidas Kofi Annan

23 de Setembro de 1998 – Resolução 1199 da ONU pede um cessar-fogo, o regresso dos refugiados e a saída das forças jugoslavas do Kosovo

16 de Outubro de 1998 – Início da missão do KVM

27 de Outubro de 1998 – As tropas jugoslavas abandonam a região kosovar

15 de Janeiro de 1999 – Massacre de Raçak

16 de Janeiro de 1999 – William Walker, chefe do KVM, denuncia a execução de dezenas de albanos-kosovares pelas Forças Armadas da RFJ

6 de Fevereiro de 1999 – Início das conversações no castelo de Rambouillet

18 de Março de 1999 – Malogro das negociações entre sérvios e albanos-kosovares

20 de Março de 1999 – Missão do KVM termina

24 de Março de 1999 – Primeiro dia de bombardeamentos da NATO à RFJ, com a participação de aviões portugueses

9 de Junho de 1999 – Acordo técnico entre a NATO e a RFJ para o fim da guerra

10 de Junho de 1999 – Término dos bombardeamentos sobre a RFJ e adoção da Resolução 1244 da ONU, que torna o Kosovo um protetorado internacional

2008 – Kosovo proclama, unilateralmente, a independência

**Fonte:** BBC. *Timeline: Kosovo.* Consultado a 13/09/2015. in <[http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/country\\_profiles/3550401.stm](http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/country_profiles/3550401.stm)>; PBS. *A Kosovo chronology.* Consultado a 13/09/2015. in <<http://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/shows/kosovo/etc/cron.html>>.

**Anexo II**  
**Resolução 1244 do Conselho de Segurança da ONU**



The Security Council,

Bearing in mind the purposes and principles of the Charter of the United Nations, and the primary responsibility of the Security Council for the maintenance of international peace and security,

Recalling its resolutions 1160 (1998) of 31 March 1998, 1199 (1998) of 23 September 1998, 1203 (1998) of 24 October 1998 and 1239 (1999) of 14 May 1999,

Regretting that there has not been full compliance with the requirements of these resolutions,

Determined to resolve the grave humanitarian situation in Kosovo, Federal Republic of Yugoslavia, and to provide for the safe and free return of all refugees and displaced persons to their homes,

Condemning all acts of violence against the Kosovo population as well as all terrorist acts by any party,

Recalling the statement made by the Secretary-General on 9 April 1999, expressing concern at the humanitarian tragedy taking place in Kosovo,

Reaffirming the right of all refugees and displaced persons to return to their homes in safety,

Recalling the jurisdiction and the mandate of the International Tribunal for the Former Yugoslavia,

Welcoming the general principles on a political solution to the Kosovo crisis adopted on 6 May 1999 (S/1999/516, annex 1 to this resolution) and welcoming also the acceptance by the Federal Republic of Yugoslavia of the principles set forth in points 1 to 9 of the paper presented in Belgrade on 2 June 1999 (S/1999/649, annex 2 to this resolution), and the Federal Republic of Yugoslavia's agreement to that paper,

Reaffirming the commitment of all Member States to the sovereignty and territorial integrity of the Federal Republic of Yugoslavia and the other States of the region, as set out in the Helsinki Final Act and annex 2,

Reaffirming the call in previous resolutions for substantial autonomy and meaningful self-administration for Kosovo,

Determining that the situation in the region continues to constitute a threat to international peace and security,

Determined to ensure the safety and security of international personnel and the implementation by all concerned of their responsibilities under the present resolution, and acting for these purposes under Chapter VII of the Charter of the United Nations,

1. Decides that a political solution to the Kosovo crisis shall be based on the general principles in annex 1 and as further elaborated in the principles and other required elements in annex 2;
2. Welcomes the acceptance by the Federal Republic of Yugoslavia of the principles and other required elements referred to in paragraph 1 above, and demands the full cooperation of the Federal Republic of Yugoslavia in their rapid implementation;
3. Demands in particular that the Federal Republic of Yugoslavia put an immediate and verifiable end to violence and repression in Kosovo, and begin and complete verifiable phased withdrawal from Kosovo of all military, police and paramilitary forces according to a rapid timetable, with which the deployment of the international security presence in Kosovo will be synchronized;
4. Confirms that after the withdrawal an agreed number of Yugoslav and Serb military and police personnel will be permitted to return to Kosovo to perform the functions in accordance with annex 2;
5. Decides on the deployment in Kosovo, under United Nations auspices, of international civil and security presences, with appropriate equipment and personnel as required, and welcomes the agreement of the Federal Republic of Yugoslavia to such presences;
6. Requests the Secretary-General to appoint, in consultation with the Security Council, a Special Representative to control the implementation of the international civil presence, and further requests the Secretary-General to instruct his Special Representative to coordinate closely with the international security presence to ensure that both presences operate towards the same goals and in a mutually supportive manner;
7. Authorizes Member States and relevant international organizations to establish the international security presence in Kosovo as set out in point 4 of annex 2 with all necessary means to fulfil its responsibilities under paragraph 9 below;
8. Affirms the need for the rapid early deployment of effective international civil and security presences to Kosovo, and demands that the parties cooperate fully in their deployment;
9. Decides that the responsibilities of the international security presence to be deployed and acting in Kosovo will include:

- a. Deterring renewed hostilities, maintaining and where necessary enforcing a ceasefire, and ensuring the withdrawal and preventing the return into Kosovo of Federal and Republic military, police and paramilitary forces, except as provided in point 6 of annex 2;
  - b. Demilitarizing the Kosovo Liberation Army (KLA) and other armed Kosovo Albanian groups as required in paragraph 15 below;
  - c. Establishing a secure environment in which refugees and displaced persons can return home in safety, the international civil presence can operate, a transitional administration can be established, and humanitarian aid can be delivered;
  - d. Ensuring public safety and order until the international civil presence can take responsibility for this task;
  - e. Supervising demining until the international civil presence can, as appropriate, take over responsibility for this task;
  - f. Supporting, as appropriate, and coordinating closely with the work of the international civil presence;
  - g. Conducting border monitoring duties as required;
  - h. Ensuring the protection and freedom of movement of itself, the international civil presence, and other international organizations;
10. Authorizes the Secretary-General, with the assistance of relevant international organizations, to establish an international civil presence in Kosovo in order to provide an interim administration for Kosovo under which the people of Kosovo can enjoy substantial autonomy within the Federal Republic of Yugoslavia, and which will provide transitional administration while establishing and overseeing the development of provisional democratic self-governing institutions to ensure conditions for a peaceful and normal life for all inhabitants of Kosovo;
11. Decides that the main responsibilities of the international civil presence will include:
- a. Promoting the establishment, pending a final settlement, of substantial autonomy and self-government in Kosovo, taking full account of annex 2 and of the Rambouillet accords (S/1999/648);
  - b. Performing basic civilian administrative functions where and as long as required;

- c. Organizing and overseeing the development of provisional institutions for democratic and autonomous self-government pending a political settlement, including the holding of elections;
  - d. Transferring, as these institutions are established, its administrative responsibilities while overseeing and supporting the consolidation of Kosovo's local provisional institutions and other peace-building activities;
  - e. Facilitating a political process designed to determine Kosovo's future status, taking into account the Rambouillet accords (S/1999/648);
  - f. In a final stage, overseeing the transfer of authority from Kosovo's provisional institutions to institutions established under a political settlement;
  - g. Supporting the reconstruction of key infrastructure and other economic reconstruction;
  - h. Supporting, in coordination with international humanitarian organizations, humanitarian and disaster relief aid;
  - i. Maintaining civil law and order, including establishing local police forces and meanwhile through the deployment of international police personnel to serve in Kosovo;
  - j. Protecting and promoting human rights;
  - k. Assuring the safe and unimpeded return of all refugees and displaced persons to their homes in Kosovo;
12. Emphasizes the need for coordinated humanitarian relief operations, and for the Federal Republic of Yugoslavia to allow unimpeded access to Kosovo by humanitarian aid organizations and to cooperate with such organizations so as to ensure the fast and effective delivery of international aid;
13. Encourages all Member States and international organizations to contribute to economic and social reconstruction as well as to the safe return of refugees and displaced persons, and emphasizes in this context the importance of convening an international donors' conference, particularly for the purposes set out in paragraph 11 (g) above, at the earliest possible date;
14. Demands full cooperation by all concerned, including the international security presence, with the International Tribunal for the Former Yugoslavia;
15. Demands that the KLA and other armed Kosovo Albanian groups end immediately all offensive actions and comply with the requirements for

demilitarization as laid down by the head of the international security presence in consultation with the Special Representative of the Secretary-General;

16. Decides that the prohibitions imposed by paragraph 8 of resolution 1160 (1998) shall not apply to arms and related material for the use of the international civil and security presences;

17. Welcomes the work in hand in the European Union and other international organizations to develop a comprehensive approach to the economic development and stabilization of the region affected by the Kosovo crisis, including the implementation of a Stability Pact for South Eastern Europe with broad international participation in order to further the promotion of democracy, economic prosperity, stability and regional cooperation;

18. Demands that all States in the region cooperate fully in the implementation of all aspects of this resolution;

19. Decides that the international civil and security presences are established for an initial period of 12 months, to continue thereafter unless the Security Council decides otherwise;

20. Requests the Secretary-General to report to the Council at regular intervals on the implementation of this resolution, including reports from the leaderships of the international civil and security presences, the first reports to be submitted within 30 days of the adoption of this resolution;

21. Decides to remain actively seized of the matter.

## **Annex 1**

### **Statement by the Chairman on the conclusion of the meeting of the G-8 Foreign Ministers held at the Petersberg Centre on 6 May 1999**

The G-8 Foreign Ministers adopted the following general principles on the political solution to the Kosovo crisis:

- Immediate and verifiable end of violence and repression in Kosovo;
- Withdrawal from Kosovo of military, police and paramilitary forces;
- Deployment in Kosovo of effective international civil and security presences, endorsed and adopted by the United Nations, capable of guaranteeing the achievement of the common objectives;
- Establishment of an interim administration for Kosovo to be decided by the Security Council of the United Nations to ensure conditions for a peaceful and normal life for all inhabitants in Kosovo;
- The safe and free return of all refugees and displaced persons and unimpeded access to Kosovo by humanitarian aid organizations;
- A political process towards the establishment of an interim political framework agreement providing for a substantial self-government for Kosovo, taking full account of the Rambouillet accords and the principles of sovereignty and territorial integrity of the Federal Republic of Yugoslavia and the other countries of the region, and the demilitarization of the KLA;
- Comprehensive approach to the economic development and stabilization of the crisis region.

## **Annex 2**

Agreement should be reached on the following principles to move towards a resolution of the Kosovo crisis:

1. An immediate and verifiable end of violence and repression in Kosovo.
2. Verifiable withdrawal from Kosovo of all military, police and paramilitary forces according to a rapid timetable.
3. Deployment in Kosovo under United Nations auspices of effective international civil and security presences, acting as may be decided under Chapter VII of the Charter, capable of guaranteeing the achievement of common objectives.

4. The international security presence with substantial North Atlantic Treaty Organization participation must be deployed under unified command and control and authorized to establish a safe environment for all people in Kosovo and to facilitate the safe return to their homes of all displaced persons and refugees.
5. Establishment of an interim administration for Kosovo as a part of the international civil presence under which the people of Kosovo can enjoy substantial autonomy within the Federal Republic of Yugoslavia, to be decided by the Security Council of the United Nations. The interim administration to provide transitional administration while establishing and overseeing the development of provisional democratic self-governing institutions to ensure conditions for a peaceful and normal life for all inhabitants in Kosovo.
6. After withdrawal, an agreed number of Yugoslav and Serbian personnel will be permitted to return to perform the following functions:
  - Liaison with the international civil mission and the international security presence;
  - Marking/clearing minefields;
  - Maintaining a presence at Serb patrimonial sites;
  - Maintaining a presence at key border crossings.
7. Safe and free return of all refugees and displaced persons under the supervision of the Office of the United Nations High Commissioner for Refugees and unimpeded access to Kosovo by humanitarian aid organizations.
8. A political process towards the establishment of an interim political framework agreement providing for substantial self-government for Kosovo, taking full account of the Rambouillet accords and the principles of sovereignty and territorial integrity of the Federal Republic of Yugoslavia and the other countries of the region, and the demilitarization of UCK. Negotiations between the parties for a settlement should not delay or disrupt the establishment of democratic self-governing institutions.
9. A comprehensive approach to the economic development and stabilization of the crisis region. This will include the implementation of a stability pact for South-Eastern Europe with broad international participation in order to further promotion of democracy, economic prosperity, stability and regional cooperation.
10. Suspension of military activity will require acceptance of the principles set forth above in addition to agreement to other, previously identified, required

elements, which are specified in the footnote below.<sup>(1)</sup> A military-technical agreement will then be rapidly concluded that would, among other things, specify additional modalities, including the roles and functions of Yugoslav/Serb personnel in Kosovo:

*Withdrawal*

- Procedures for withdrawals, including the phased, detailed schedule and delineation of a buffer area in Serbia beyond which forces will be withdrawn;

*Returning personnel*

- Equipment associated with returning personnel;
- Terms of reference for their functional responsibilities;
- Timetable for their return;
- Delineation of their geographical areas of operation;
- Rules governing their relationship to the international security presence and the international civil mission.

**Fonte:** UNITED NATIONS. *Resolution 1244 (1999)*. Consultado a 14/08/2015. in [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1244%281999%29](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1244%281999%29).



**Anexo III**  
**Resolução 1160 do Conselho de Segurança da ONU**

The Security Council,

Noting with appreciation the statements of the Foreign Ministers of France, Germany, Italy, the Russian Federation, the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland and the United States of America (the Contact Group) of 9 and 25 March 1998 (S/1998/223 and S/1998/272), including the proposal on a comprehensive arms embargo on the Federal Republic of Yugoslavia, including Kosovo,

Welcoming the decision of the Special Session of the Permanent Council of the Organization for Security and Cooperation in Europe (OSCE) of 11 March 1998 (S/1998/246),

Condemning the use of excessive force by Serbian police forces against civilians and peaceful demonstrators in Kosovo, as well as all acts of terrorism by the Kosovo Liberation Army or any other group or individual and all external support for terrorist activity in Kosovo, including finance, arms and training,

Noting the declaration of 18 March 1998 by the President of the Republic of Serbia on the political process in Kosovo and Metohija (S/1998/250),

Noting also the clear commitment of senior representatives of the Kosovar Albanian community to non-violence,

Noting that there has been some progress in implementing the actions indicated in the Contact Group statement of 9 March 1998, but stressing that further progress is required,

Affirming the commitment of all Member States to the sovereignty and territorial integrity of the Federal Republic of Yugoslavia,

Acting under Chapter VII of the Charter of the United Nations,

1. Calls upon the Federal Republic of Yugoslavia immediately to take the further necessary steps to achieve a political solution to the issue of Kosovo through dialogue and to implement the actions indicated in the Contact Group statements of 9 and 25 March 1998;
2. Calls also upon the Kosovar Albanian leadership to condemn all terrorist action, and emphasizes that all elements in the Kosovar Albanian community should pursue their goals by peaceful means only;
3. Underlines that the way to defeat violence and terrorism in Kosovo is for the authorities in Belgrade to offer the Kosovar Albanian community a genuine political process;

4. Calls upon the authorities in Belgrade and the leadership of the Kosovar Albanian community urgently to enter without preconditions into a meaningful dialogue on political status issues, and notes the readiness of the Contact Group to facilitate such a dialogue;
5. Agrees, without prejudging the outcome of that dialogue, with the proposal in the Contact Group statements of 9 and 25 March 1998 that the principles for a solution of the Kosovo problem should be based on the territorial integrity of the Federal Republic of Yugoslavia and should be in accordance with OSCE standards, including those set out in the Helsinki Final Act of the Conference on Security and Cooperation in Europe of 1975, and the Charter of the United Nations, and that such a solution must also take into account the rights of the Kosovar Albanians and all who live in Kosovo, and expresses its support for an enhanced status for Kosovo which would include a substantially greater degree of autonomy and meaningful self-administration;
6. Welcomes the signature on 23 March 1998 of an agreement on measures to implement the 1996 Education Agreement, calls upon all parties to ensure that its implementation proceeds smoothly and without delay according to the agreed timetable and expresses its readiness to consider measures if either party blocks implementation;
7. Expresses its support for the efforts of the OSCE for a peaceful resolution of the crisis in Kosovo, including through the Personal Representative of the Chairman-in-Office for the Federal Republic of Yugoslavia, who is also the Special Representative of the European Union, and the return of the OSCE long-term missions;
8. Decides that all States shall, for the purposes of fostering peace and stability in Kosovo, prevent the sale or supply to the Federal Republic of Yugoslavia, including Kosovo, by their nationals or from their territories or using their flag vessels and aircraft, of arms and related matériel of all types, such as weapons and ammunition, military vehicles and equipment and spare parts for the aforementioned, and shall prevent arming and training for terrorist activities there;
9. Decides to establish, in accordance with rule 28 of its provisional rules of procedure, a committee of the Security Council, consisting of all the members of the Council, to undertake the following tasks and to report on its work to the Council with its observations and recommendations:

- a. to seek from all States information regarding the action taken by them concerning the effective implementation of the prohibitions imposed by this resolution;
  - b. to consider any information brought to its attention by any State concerning violations of the prohibitions imposed by this resolution and to recommend appropriate measures in response thereto;
  - c. to make periodic reports to the Security Council on information submitted to it regarding alleged violations of the prohibitions imposed by this resolution;
  - d. to promulgate such guidelines as may be necessary to facilitate the implementation of the prohibitions imposed by this resolution;
  - e. to examine the reports submitted pursuant to paragraph 12 below;
10. Calls upon all States and all international and regional organizations to act strictly in conformity with this resolution, notwithstanding the existence of any rights granted or obligations conferred or imposed by any international agreement or of any contract entered into or any license or permit granted prior to the entry into force of the prohibitions imposed by this resolution, and stresses in this context the importance of continuing implementation of the Agreement on Subregional Arms Control signed in Florence on 14 June 1996;
  11. Requests the Secretary-General to provide all necessary assistance to the committee established by paragraph 9 above and to make the necessary arrangements in the Secretariat for this purpose;
  12. Requests States to report to the committee established by paragraph 9 above within 30 days of adoption of this resolution on the steps they have taken to give effect to the prohibitions imposed by this resolution;
  13. Invites the OSCE to keep the Secretary-General informed on the situation in Kosovo and on measures taken by that organization in this regard;
  14. Requests the Secretary-General to keep the Council regularly informed and to report on the situation in Kosovo and the implementation of this resolution no later than 30 days following the adoption of this resolution and every 30 days thereafter;
  15. Further requests that the Secretary-General, in consultation with appropriate regional organizations, include in his first report recommendations for the establishment of a comprehensive regime to monitor the implementation of

the prohibitions imposed by this resolution, and calls upon all States, in particular neighbouring States, to extend full cooperation in this regard;

16. Decides to review the situation on the basis of the reports of the Secretary-General, which will take into account the assessments of, inter alia, the Contact Group, the OSCE and the European Union, and decides also to reconsider the prohibitions imposed by this resolution, including action to terminate them, following receipt of the assessment of the Secretary-General that the Government of the Federal Republic of Yugoslavia, cooperating in a constructive manner with the Contact Group, have:

- a. begun a substantive dialogue in accordance with paragraph 4 above, including the participation of an outside representative or representatives, unless any failure to do so is not because of the position of the Federal Republic of Yugoslavia or Serbian authorities;
- b. withdrawn the special police units and ceased action by the security forces affecting the civilian population;
- c. allowed access to Kosovo by humanitarian organizations as well as representatives of Contact Group and other embassies;
- d. accepted a mission by the Personal Representative of the OSCE Chairman-in-Office for the Federal Republic of Yugoslavia that would include a new and specific mandate for addressing the problems in Kosovo, as well as the return of the OSCE long-term missions;
- e. facilitated a mission to Kosovo by the United Nations High Commissioner for Human Rights;

17. Urges the Office of the Prosecutor of the International Tribunal established pursuant to resolution 827 (1993) of 25 May 1993 to begin gathering information related to the violence in Kosovo that may fall within its jurisdiction, and notes that the authorities of the Federal Republic of Yugoslavia have an obligation to cooperate with the Tribunal and that the Contact Group countries will make available to the Tribunal substantiated relevant information in their possession;

18. Affirms that concrete progress to resolve the serious political and human rights issues in Kosovo will improve the international position of the Federal Republic of Yugoslavia and prospects for normalization of its international relationships and full participation in international institutions;

19. Emphasizes that failure to make constructive progress towards the peaceful resolution of the situation in Kosovo will lead to the consideration of additional measures;
20. Decides to remain seized of the matter.

**Fonte:** UNITED NATIONS. *Resolution 1160 (1998)*. Consultado a 14/08/2015. in [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1160%281998%29](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1160%281998%29).

**Anexo IV**  
**Resolução 1199 do Conselho de Segurança da ONU**

The Security Council,

Recalling its resolution 1160 (1998) of 31 March 1998,

Having considered the reports of the Secretary-General pursuant to that resolution, and in particular his report of 4 September 1998 (S/1998/834 and Add.1),

Noting with appreciation the statement of the Foreign Ministers of France, Germany, Italy, the Russian Federation, the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland and the United States of America (the Contact Group) of 12 June 1998 at the conclusion of the Contact Group's meeting with the Foreign Ministers of Canada and Japan (S/1998/567, annex), and the further statement of the Contact Group made in Bonn on 8 July 1998 (S/1998/657),

Noting also with appreciation the joint statement by the Presidents of the Russian Federation and the Federal Republic of Yugoslavia of 16 June 1998 (S/1998/526),

Noting further the communication by the Prosecutor of the International Tribunal for the Former Yugoslavia to the Contact Group on 7 July 1998, expressing the view that the situation in Kosovo represents an armed conflict within the terms of the mandate of the Tribunal,

Gravely concerned at the recent intense fighting in Kosovo and in particular the excessive and indiscriminate use of force by Serbian security forces and the Yugoslav Army which have resulted in numerous civilian casualties and, according to the estimate of the Secretary-General, the displacement of over 230,000 persons from their homes,

Deeply concerned by the flow of refugees into northern Albania, Bosnia and Herzegovina and other European countries as a result of the use of force in Kosovo, as well as by the increasing numbers of displaced persons within Kosovo, and other parts of the Federal Republic of Yugoslavia, up to 50,000 of whom the United Nations High Commissioner for Refugees has estimated are without shelter and other basic necessities,

Reaffirming the right of all refugees and displaced persons to return to their homes in safety, and underlining the responsibility of the Federal Republic of Yugoslavia for creating the conditions which allow them to do so,

Condemning all acts of violence by any party, as well as terrorism in pursuit of political goals by any group or individual, and all external support for such activities in Kosovo, including the supply of arms and training for terrorist activities in Kosovo and expressing concern at the reports of continuing violations of the prohibitions imposed by resolution 1160 (1998),



Deeply concerned by the rapid deterioration in the humanitarian situation throughout Kosovo, alarmed at the impending humanitarian catastrophe as described in the report of the Secretary-General, and emphasizing the need to prevent this from happening,

Deeply concerned also by reports of increasing violations of human rights and of international humanitarian law, and emphasizing the need to ensure that the rights of all inhabitants of Kosovo are respected,

Reaffirming the objectives of resolution 1160 (1998), in which the Council expressed support for a peaceful resolution of the Kosovo problem which would include an enhanced status for Kosovo, a substantially greater degree of autonomy, and meaningful self-administration,

Reaffirming also the commitment of all Member States to the sovereignty and territorial integrity of the Federal Republic of Yugoslavia,

Affirming that the deterioration of the situation in Kosovo, Federal Republic of Yugoslavia, constitutes a threat to peace and security in the region,

Acting under Chapter VII of the Charter of the United Nations,

1. Demands that all parties, groups and individuals immediately cease hostilities and maintain a ceasefire in Kosovo, Federal Republic of Yugoslavia, which would enhance the prospects for a meaningful dialogue between the authorities of the Federal Republic of Yugoslavia and the Kosovo Albanian leadership and reduce the risks of a humanitarian catastrophe;
2. Demands also that the authorities of the Federal Republic of Yugoslavia and the Kosovo Albanian leadership take immediate steps to improve the humanitarian situation and to avert the impending humanitarian catastrophe;
3. Calls upon the authorities in the Federal Republic of Yugoslavia and the Kosovo Albanian leadership to enter immediately into a meaningful dialogue without preconditions and with international involvement, and to a clear timetable, leading to an end of the crisis and to a negotiated political solution to the issue of Kosovo, and welcomes the current efforts aimed at facilitating such a dialogue;
4. Demands further that the Federal Republic of Yugoslavia, in addition to the measures called for under resolution 1160 (1998), implement immediately the following concrete measures towards achieving a political solution to the situation in Kosovo as contained in the Contact Group statement of 12 June 1998:

- a. cease all action by the security forces affecting the civilian population and order the withdrawal of security units used for civilian repression;
  - b. enable effective and continuous international monitoring in Kosovo by the European Community Monitoring Mission and diplomatic missions accredited to the Federal Republic of Yugoslavia, including access and complete freedom of movement of such monitors to, from and within Kosovo unimpeded by government authorities, and expeditious issuance of appropriate travel documents to international personnel contributing to the monitoring;
  - c. facilitate, in agreement with the UNHCR and the International Committee of the Red Cross (ICRC), the safe return of refugees and displaced persons to their homes and allow free and unimpeded access for humanitarian organizations and supplies to Kosovo;
  - d. make rapid progress to a clear timetable, in the dialogue referred to in paragraph 3 with the Kosovo Albanian community called for in resolution 1160 (1998), with the aim of agreeing confidence-building measures and finding a political solution to the problems of Kosovo;
5. Notes, in this connection, the commitments of the President of the Federal Republic of Yugoslavia, in his joint statement with the President of the Russian Federation of 16 June 1998:
- a. to resolve existing problems by political means on the basis of equality for all citizens and ethnic communities in Kosovo;
  - b. not to carry out any repressive actions against the peaceful population;
  - c. to provide full freedom of movement for and ensure that there will be no restrictions on representatives of foreign States and international institutions accredited to the Federal Republic of Yugoslavia monitoring the situation in Kosovo;
  - d. to ensure full and unimpeded access for humanitarian organizations, the ICRC and the UNHCR, and delivery of humanitarian supplies;

- e. to facilitate the unimpeded return of refugees and displaced persons under programmes agreed with the UNHCR and the ICRC, providing State aid for the reconstruction of destroyed homes,  
and calls for the full implementation of these commitments;
6. Insists that the Kosovo Albanian leadership condemn all terrorist action, and emphasizes that all elements in the Kosovo Albanian community should pursue their goals by peaceful means only;
7. Recalls the obligations of all States to implement fully the prohibitions imposed by resolution 1160 (1998);
8. Endorses the steps taken to establish effective international monitoring of the situation in Kosovo, and in this connection welcomes the establishment of the Kosovo Diplomatic Observer Mission;
9. Urges States and international organizations represented in the Federal Republic of Yugoslavia to make available personnel to fulfil the responsibility of carrying out effective and continuous international monitoring in Kosovo until the objectives of this resolution and those of resolution 1160 (1998) are achieved;
10. Reminds the Federal Republic of Yugoslavia that it has the primary responsibility for the security of all diplomatic personnel accredited to the Federal Republic of Yugoslavia as well as the safety and security of all international and non-governmental humanitarian personnel in the Federal Republic of Yugoslavia and calls upon the authorities of the Federal Republic of Yugoslavia and all others concerned in the Federal Republic of Yugoslavia to take all appropriate steps to ensure that monitoring personnel performing functions under this resolution are not subject to the threat or use of force or interference of any kind;
11. Requests States to pursue all means consistent with their domestic legislation and relevant international law to prevent funds collected on their territory being used to contravene resolution 1160 (1998);
12. Calls upon Member States and others concerned to provide adequate resources for humanitarian assistance in the region and to respond promptly and generously to the United Nations Consolidated Inter-Agency Appeal for Humanitarian Assistance Related to the Kosovo Crisis;
13. Calls upon the authorities of the Federal Republic of Yugoslavia, the leaders of the Kosovo Albanian community and all others concerned to cooperate

fully with the Prosecutor of the International Tribunal for the Former Yugoslavia in the investigation of possible violations within the jurisdiction of the Tribunal;

14. Underlines also the need for the authorities of the Federal Republic of Yugoslavia to bring to justice those members of the security forces who have been involved in the mistreatment of civilians and the deliberate destruction of property;

15. Requests the Secretary-General to provide regular reports to the Council as necessary on his assessment of compliance with this resolution by the authorities of the Federal Republic of Yugoslavia and all elements in the Kosovo Albanian community, including through his regular reports on compliance with resolution 1160 (1998);

16. Decides, should the concrete measures demanded in this resolution and resolution 1160 (1998) not be taken, to consider further action and additional measures to maintain or restore peace and stability in the region;

17. Decides to remain seized of the matter.

**Fonte:** UNITED NATIONS. *Resolution 1199 (1998)*. Consultado a 14/08/2015. in [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1199%281998%29](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1199%281998%29).

**Anexo V**  
**Resolução 1203 do Conselho de Segurança da ONU**

The Security Council,

Recalling its resolutions 1160 (1998) of 31 March 1998 and 1199 (1998) of 23 September 1998, and the importance of the peaceful resolution of the problem of Kosovo, Federal Republic of Yugoslavia,

Having considered the reports of the Secretary-General pursuant to those resolutions, in particular, his report of 5 October 1998 (S/1998/912),

Welcoming the agreement signed in Belgrade on 16 October 1998 by the Minister of Foreign Affairs of the Federal Republic of Yugoslavia and the Chairman-in-Office of the Organization for Security and Cooperation in Europe (OSCE) providing for the OSCE to establish a verification mission in Kosovo (S/1998/978), including the undertaking of the Federal Republic of Yugoslavia to comply with resolutions 1160 (1998) and 1199 (1998),

Welcoming also the agreement signed in Belgrade on 15 October 1998 by the Chief of General Staff of the Federal Republic of Yugoslavia and the Supreme Allied Commander, Europe, of the North Atlantic Treaty Organization (NATO) providing for the establishment of an air verification mission over Kosovo (S/1998/991, annex), complementing the OSCE Verification Mission,

Welcoming also the decision of the Permanent Council of the OSCE of 15 October 1998 (S/1998/959, annex),

Welcoming the decision of the Secretary-General to send a mission to the Federal Republic of Yugoslavia to establish a first-hand capacity to assess developments on the ground in Kosovo,

Reaffirming that, under the Charter of the United Nations, primary responsibility for the maintenance of international peace and security is conferred on the Security Council,

Recalling the objectives of resolution 1160 (1998), in which the Council expressed support for a peaceful resolution of the Kosovo problem which would include an enhanced status for Kosovo, a substantially greater degree of autonomy, and meaningful self-administration,

Condemning all acts of violence by any party, as well as terrorism in pursuit of political goals by any group or individual, and all external support for such activities in Kosovo, including the supply of arms and training for terrorist activities in Kosovo, and expressing concern at the reports of continuing violations of the prohibitions imposed by resolution 1160 (1998),

Deeply concerned at the recent closure by the authorities of the Federal Republic of Yugoslavia of independent media outlets in the Federal Republic of Yugoslavia, and emphasizing the need for these to be allowed freely to resume their operations,

Deeply alarmed and concerned at the continuing grave humanitarian situation throughout Kosovo and the impending humanitarian catastrophe, and re-emphasizing the need to prevent this from happening,

Stressing the importance of proper coordination of humanitarian initiatives undertaken by States, the United Nations High Commissioner for Refugees and international organizations in Kosovo,

Emphasizing the need to ensure the safety and security of members of the Verification Mission in Kosovo and the Air Verification Mission over Kosovo,

Reaffirming the commitment of all Member States to the sovereignty and territorial integrity of the Federal Republic of Yugoslavia,

Affirming that the unresolved situation in Kosovo, Federal Republic of Yugoslavia, constitutes a continuing threat to peace and security in the region,

Acting under Chapter VII of the Charter of the United Nations,

1. Endorses and supports the agreements signed in Belgrade on 16 October 1998 between the Federal Republic of Yugoslavia and the OSCE, and on 15 October 1998 between the Federal Republic of Yugoslavia and NATO, concerning the verification of compliance by the Federal Republic of Yugoslavia and all others concerned in Kosovo with the requirements of its resolution 1199 (1998), and demands the full and prompt implementation of these agreements by the Federal Republic of Yugoslavia;

2. Notes the endorsement by the Government of Serbia of the accord reached by the President of the Federal Republic of Yugoslavia and the United States Special Envoy (S/1998/953, annex), and the public commitment of the Federal Republic of Yugoslavia to complete negotiations on a framework for a political settlement by 2 November 1998, and calls for the full implementation of these commitments;

3. Demands that the Federal Republic of Yugoslavia comply fully and swiftly with resolutions 1160 (1998) and 1199 (1998) and cooperate fully with the OSCE Verification Mission in Kosovo and the NATO Air Verification Mission over Kosovo according to the terms of the agreements referred to in paragraph 1 above;

4. Demands also that the Kosovo Albanian leadership and all other elements of the Kosovo Albanian community comply fully and swiftly with resolutions 1160 (1998) and 1199 (1998) and cooperate fully with the OSCE Verification Mission in Kosovo;
5. Stresses the urgent need for the authorities in the Federal Republic of Yugoslavia and the Kosovo Albanian leadership to enter immediately into a meaningful dialogue without preconditions and with international involvement, and to a clear timetable, leading to an end of the crisis and to a negotiated political solution to the issue of Kosovo;
6. Demands that the authorities of the Federal Republic of Yugoslavia, the Kosovo Albanian leadership and all others concerned respect the freedom of movement of the OSCE Verification Mission and other international personnel;
7. Urges States and international organizations to make available personnel to the OSCE Verification Mission in Kosovo;
8. Reminds the Federal Republic of Yugoslavia that it has the primary responsibility for the safety and security of all diplomatic personnel accredited to the Federal Republic of Yugoslavia, including members of the OSCE Verification Mission, as well as the safety and security of all international and non-governmental humanitarian personnel in the Federal Republic of Yugoslavia, and calls upon the authorities of the Federal Republic of Yugoslavia, and all others concerned throughout the Federal Republic of Yugoslavia including the Kosovo Albanian leadership, to take all appropriate steps to ensure that personnel performing functions under this resolution and the agreements referred to in paragraph 1 above are not subject to the threat or use of force or interference of any kind;
9. Welcomes in this context the commitment of the Federal Republic of Yugoslavia to guarantee the safety and security of the Verification Missions as contained in the agreements referred to in paragraph 1 above, notes that, to this end, the OSCE is considering arrangements to be implemented in cooperation with other organizations, and affirms that, in the event of an emergency, action may be needed to ensure their safety and freedom of movement as envisaged in the agreements referred to in paragraph 1 above;
10. Insists that the Kosovo Albanian leadership condemn all terrorist actions, demands that such actions cease immediately and emphasizes that all elements in



the Kosovo Albanian community should pursue their goals by peaceful means only;

11. Demands immediate action from the authorities of the Federal Republic of Yugoslavia and the Kosovo Albanian leadership to cooperate with international efforts to improve the humanitarian situation and to avert the impending humanitarian catastrophe;

12. Reaffirms the right of all refugees and displaced persons to return to their homes in safety, and underlines the responsibility of the Federal Republic of Yugoslavia for creating the conditions which allow them to do so;

13. Urges Member States and others concerned to provide adequate resources for humanitarian assistance in the region and to respond promptly and generously to the United Nations Consolidated Inter-Agency Appeal for Humanitarian Assistance Related to the Kosovo crisis;

14. Calls for prompt and complete investigation, including international supervision and participation, of all atrocities committed against civilians and full cooperation with the International Tribunal for the former Yugoslavia, including compliance with its orders, requests for information and investigations;

15. Decides that the prohibitions imposed by paragraph 8 of resolution 1160 (1998) shall not apply to relevant equipment for the sole use of the Verification Missions in accordance with the agreements referred to in paragraph 1 above;

16. Requests the Secretary-General, acting in consultation with the parties concerned with the agreements referred to in paragraph 1 above, to report regularly to the Council regarding implementation of this resolution;

17. Decides to remain seized of the matter.

**Fonte:** UNITED NATIONS. *Resolution 1203 (1998)*. Consultado a 14/08/2015. in <[http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1203%281998%29](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1203%281998%29)>.

## **Anexo VI**

### **Declaração de António Guterres na Cimeira de Washington de Abril de 1999**

We are here to underline a great achievement and to face a new challenge: the achievement of 50 years of peace in western Europe for the first time in Europe, and the challenge to build a ring of security from the Strait of Bering to the Strait of Bering, providing peace and security to the whole northern hemisphere. A ring that has in NATO its main pillar, a ring that has in the building of confidence within the triangle of NATO, Russia and Ukraine, its main key to success.

We are an Alliance. Have we got an enemy? I think yes. No longer a country, a system, an ideology. Our enemy is the rejection by so many in the world of the values of the Enlightenment, of reason as the foundation for behavior in politics. Our enemy is extreme nationalism, religious fundamentalism, racism, xenophobia, ethnic cleansing. That is why we are active in Kosovo. That is why we must be active in Kosovo, we must succeed in Kosovo, fully guaranteeing the rights of the Kosovar people.

Of course, NATO is not the policeman of the world. NATO cannot be active everywhere in the world. It is sometimes difficult to explain why the international community remains indifferent or is unable to act when similar circumstances are seen in other parts of our world. We Portuguese are deeply aware of that because we have been following for the last two decades the tragedy of the people of East Timor, which we hope will be over soon.

But if we must strengthen our Alliance, we also must have the wisdom, the vision and the will to reform the political structure of international relations, to reform the system of the United Nations to make it more active and more effective. And to express to all peoples of the world that live in distress and in despair, our concern, our solidarity, and to send them from here, from Washington, a clear message of hope.

**Fonte:** ANTÓNIO GUTERRES. *Discurso sobre o novo conceito estratégico da NATO*. Consultado a 07/04/2015. in <<http://www.nato.int/docu/speech/1999/s990423s.htm>>.

**Anexo VII**  
**Conceito estratégico da NATO, aprovado na Cimeira de**  
**Washington de 1999**

## *Introduction*

1. At their Summit meeting in Washington in April 1999, NATO Heads of State and Government approved the Alliance's new Strategic Concept.
2. NATO has successfully ensured the freedom of its members and prevented war in Europe during the 40 years of the Cold War. By combining defense with dialogue, it played an indispensable role in bringing East-West confrontation to a peaceful end. The dramatic changes in the Euro-Atlantic strategic landscape brought by the end of the Cold War were reflected in the Alliance's 1991 Strategic Concept. There have, however, been further profound political and security developments since then.
3. The dangers of the Cold War have given way to more promising, but also challenging prospects, to new opportunities and risks. A new Europe of greater integration is emerging, and a Euro-Atlantic security structure is evolving in which NATO plays a central part. The Alliance has been at the heart of efforts to establish new patterns of cooperation and mutual understanding across the Euro-Atlantic region and has committed itself to essential new activities in the interest of a wider stability. It has shown the depth of that commitment in its efforts to put an end to the immense human suffering created by conflict in the Balkans. The years since the end of the Cold War have also witnessed important developments in arms control, a process to which the Alliance is fully committed. The Alliance's role in these positive developments has been underpinned by the comprehensive adaptation of its approach to security and of its procedures and structures. The last ten years have also seen, however, the appearance of complex new risks to Euro-Atlantic peace and stability, including oppression, ethnic conflict, economic distress, the collapse of political order, and the proliferation of weapons of mass destruction.
4. The Alliance has an indispensable role to play in consolidating and preserving the positive changes of the recent past, and in meeting current and future security challenges. It has, therefore, a demanding agenda. It must safeguard common security interests in an environment of further, often unpredictable change. It must maintain collective defense and reinforce the transatlantic link and ensure a balance that allows the European Allies to assume greater responsibility. It must deepen its relations with its partners and prepare for the accession of new

members. It must, above all, maintain the political will and the military means required by the entire range of its missions.

5. This new Strategic Concept will guide the Alliance as it pursues this agenda. It expresses NATO's enduring purpose and nature and its fundamental security tasks, identifies the central features of the new security environment, specifies the elements of the Alliance's broad approach to security, and provides guidelines for the further adaptation of its military forces.

*Part I - The Purpose and Tasks of the Alliance*

6. NATO's essential and enduring purpose, set out in the Washington Treaty, is to safeguard the freedom and security of all its members by political and military means. Based on common values of democracy, human rights and the rule of law, the Alliance has striven since its inception to secure a just and lasting peaceful order in Europe. It will continue to do so. The achievement of this aim can be put at risk by crisis and conflict affecting the security of the Euro-Atlantic area. The Alliance therefore not only ensures the defense of its members but contributes to peace and stability in this region.
7. The Alliance embodies the transatlantic link by which the security of North America is permanently tied to the security of Europe. It is the practical expression of effective collective effort among its members in support of their common interests.
8. The fundamental guiding principle by which the Alliance works is that of common commitment and mutual co-operation among sovereign states in support of the indivisibility of security for all of its members. Solidarity and cohesion within the Alliance, through daily cooperation in both the political and military spheres, ensure that no single Ally is forced to rely upon its own national efforts alone in dealing with basic security challenges. Without depriving member states of their right and duty to assume their sovereign responsibilities in the field of defense, the Alliance enables them through collective effort to realize their essential national security objectives.
9. The resulting sense of equal security among the members of the Alliance, regardless of differences in their circumstances or in their national military capabilities, contributes to stability in the Euro-Atlantic area. The Alliance does not seek these benefits for its members alone, but is committed to the creation of

conditions conducive to increased partnership, cooperation, and dialogue with others who share its broad political objectives.

10. To achieve its essential purpose, as an Alliance of nations committed to the Washington Treaty and the United Nations Charter, the Alliance performs the following fundamental security tasks:

**Security:** To provide one of the indispensable foundations for a stable Euro-Atlantic security environment, based on the growth of democratic institutions and commitment to the peaceful resolution of disputes, in which no country would be able to intimidate or coerce any other through the threat or use of force.

**Consultation:** To serve, as provided for in Article 4 of the Washington Treaty, as an essential transatlantic forum for Allied consultations on any issues that affect their vital interests, including possible developments posing risks for members' security, and for appropriate co-ordination of their efforts in fields of common concern.

**Deterrence and Defense:** To deter and defend against any threat of aggression against any NATO member state as provided for in Articles 5 and 6 of the Washington Treaty.

And in order to enhance the security and stability of the Euro-Atlantic area:

- **Crisis Management:** To stand ready, case-by-case and by consensus, in conformity with Article 7 of the Washington Treaty, to contribute to effective conflict prevention and to engage actively in crisis management, including crisis response operations.
- **Partnership:** To promote wide-ranging partnership, cooperation, and dialogue with other countries in the Euro-Atlantic area, with the aim of increasing transparency, mutual confidence and the capacity for joint action with the Alliance.

11. In fulfilling its purpose and fundamental security tasks, the Alliance will continue to respect the legitimate security interests of others, and seek the peaceful resolution of disputes as set out in the Charter of the United Nations. The Alliance will promote peaceful and friendly international relations and support democratic institutions. The Alliance does not consider itself to be any country's adversary.

## *Part II - Strategic Perspectives*

### *The Evolving Strategic Environment*

12. The Alliance operates in an environment of continuing change. Developments in recent years have been generally positive, but uncertainties and risks remain which can develop into acute crises. Within this evolving context, NATO has played an essential part in strengthening Euro-Atlantic security since the end of the Cold War. Its growing political role; its increased political and military partnership, cooperation and dialogue with other states, including with Russia, Ukraine and Mediterranean Dialogue countries; its continuing openness to the accession of new members; its collaboration with other international organizations; its commitment, exemplified in the Balkans, to conflict prevention and crisis management, including through peace support operations: all reflect its determination to shape its security environment and enhance the peace and stability of the Euro-Atlantic area.
13. In parallel, NATO has successfully adapted to enhance its ability to contribute to Euro-Atlantic peace and stability. Internal reform has included a new command structure, including the Combined Joint Task Force (CJTF) concept, the creation of arrangements to permit the rapid deployment of forces for the full range of the Alliance's missions, and the building of the European Security and Defense Identity (ESDI) within the Alliance.
14. The United Nations (UN), the Organization for Security and Cooperation in Europe (OSCE), the European Union (EU), and the Western European Union (WEU) have made distinctive contributions to Euro-Atlantic security and stability. Mutually reinforcing organizations have become a central feature of the security environment.
15. The United Nations Security Council has the primary responsibility for the maintenance of international peace and security and, as such, plays a crucial role in contributing to security and stability in the Euro-Atlantic area.
16. The OSCE, as a regional arrangement, is the most inclusive security organization in Europe, which also includes Canada and the United States, and plays an essential role in promoting peace and stability, enhancing cooperative security, and advancing democracy and human rights in Europe. The OSCE is particularly active in the fields of preventive diplomacy, conflict prevention, crisis management, and post-conflict rehabilitation. NATO and the OSCE have



developed close practical cooperation, especially with regard to the international effort to bring peace to the former Yugoslavia.

17. The European Union has taken important decisions and given a further impetus to its efforts to strengthen its security and defense dimension. This process will have implications for the entire Alliance, and all European Allies should be involved in it, building on arrangements developed by NATO and the WEU. The development of a common foreign and security policy (CFSP) includes the progressive framing of a common defense policy. Such a policy, as called for in the Amsterdam Treaty, would be compatible with the common security and defense policy established within the framework of the Washington Treaty. Important steps taken in this context include the incorporation of the WEU's Petersberg tasks into the Treaty on European Union and the development of closer institutional relations with the WEU.
18. As stated in the 1994 Summit declaration and reaffirmed in Berlin in 1996, the Alliance fully supports the development of the European Security and Defense Identity within the Alliance by making available its assets and capabilities for WEU-led operations. To this end, the Alliance and the WEU have developed a close relationship and put into place key elements of the ESDI as agreed in Berlin. In order to enhance peace and stability in Europe and more widely, the European Allies are strengthening their capacity for action, including by increasing their military capabilities. The increase of the responsibilities and capacities of the European Allies with respect to security and defense enhances the security environment of the Alliance.
19. The stability, transparency, predictability, lower levels of armaments, and verification which can be provided by arms control and non-proliferation agreements support NATO's political and military efforts to achieve its strategic objectives. The Allies have played a major part in the significant achievements in this field. These include the enhanced stability produced by the CFE Treaty, the deep reductions in nuclear weapons provided for in the START treaties; the signature of the Comprehensive Test Ban Treaty, the indefinite and unconditional extension of the Nuclear Non-Proliferation Treaty, the accession to it of Belarus, Kazakhstan, and Ukraine as non-nuclear weapons states, and the entry into force of the Chemical Weapons Convention. The Ottawa Convention to ban anti-personnel landmines and similar agreements make an important contribution to

alleviating human suffering. There are welcome prospects for further advances in arms control in conventional weapons and with respect to nuclear, chemical, and biological (NBC) weapons.

*Security challenges and risks*

20. Notwithstanding positive developments in the strategic environment and the fact that large-scale conventional aggression against the Alliance is highly unlikely, the possibility of such a threat emerging over the longer term exists. The security of the Alliance remains subject to a wide variety of military and non-military risks which are multi-directional and often difficult to predict. These risks include uncertainty and instability in and around the Euro-Atlantic area and the possibility of regional crises at the periphery of the Alliance, which could evolve rapidly. Some countries in and around the Euro-Atlantic area face serious economic, social and political difficulties. Ethnic and religious rivalries, territorial disputes, inadequate or failed efforts at reform, the abuse of human rights, and the dissolution of states can lead to local and even regional instability. The resulting tensions could lead to crises affecting Euro-Atlantic stability, to human suffering, and to armed conflicts. Such conflicts could affect the security of the Alliance by spilling over into neighboring countries, including NATO countries, or in other ways, and could also affect the security of other states.
21. The existence of powerful nuclear forces outside the Alliance also constitutes a significant factor which the Alliance has to take into account if security and stability in the Euro-Atlantic area are to be maintained.
22. The proliferation of NBC weapons and their means of delivery remains a matter of serious concern. In spite of welcome progress in strengthening international non-proliferation regimes, major challenges with respect to proliferation remain. The Alliance recognizes that proliferation can occur despite efforts to prevent it and can pose a direct military threat to the Allies' populations, territory, and forces. Some states, including on NATO's periphery and in other regions, sell or acquire or try to acquire NBC weapons and delivery means. Commodities and technology that could be used to build these weapons of mass destruction and their delivery means are becoming more common, while detection and prevention of illicit trade in these materials and know-how continues to be difficult. Non-state actors have shown the potential to create and use some of these weapons.

23. The global spread of technology that can be of use in the production of weapons may result in the greater availability of sophisticated military capabilities, permitting adversaries to acquire highly capable offensive and defensive air, land, and sea-borne systems, cruise missiles, and other advanced weaponry. In addition, state and non-state adversaries may try to exploit the Alliance's growing reliance on information systems through information operations designed to disrupt such systems. They may attempt to use strategies of this kind to counter NATO's superiority in traditional weaponry.
24. Any armed attack on the territory of the Allies, from whatever direction, would be covered by Articles 5 and 6 of the Washington Treaty. However, Alliance security must also take account of the global context. Alliance security interests can be affected by other risks of a wider nature, including acts of terrorism, sabotage and organized crime, and by the disruption of the flow of vital resources. The uncontrolled movement of large numbers of people, particularly as a consequence of armed conflicts, can also pose problems for security and stability affecting the Alliance. Arrangements exist within the Alliance for consultation among the Allies under Article 4 of the Washington Treaty and, where appropriate, co-ordination of their efforts including their responses to risks of this kind.

*Part III - The Approach to Security in the 21st Century*

25. The Alliance is committed to a broad approach to security, which recognizes the importance of political, economic, social and environmental factors in addition to the indispensable defense dimension. This broad approach forms the basis for the Alliance to accomplish its fundamental security tasks effectively, and its increasing effort to develop effective cooperation with other European and Euro-Atlantic organizations as well as the United Nations. Our collective aim is to build a European security architecture in which the Alliance's contribution to the security and stability of the Euro-Atlantic area and the contribution of these other international organizations are complementary and mutually reinforcing, both in deepening relations among Euro-Atlantic countries and in managing crises. NATO remains the essential forum for consultation among the Allies and the forum for agreement on policies bearing on the security and defense commitments of its members under the Washington Treaty.

26. The Alliance seeks to preserve peace and to reinforce Euro-Atlantic security and stability by: the preservation of the transatlantic link; the maintenance of effective military capabilities sufficient for deterrence and defense and to fulfil the full range of its missions; the development of the European Security and Defense Identity within the Alliance; an overall capability to manage crises successfully; its continued openness to new members; and the continued pursuit of partnership, cooperation, and dialogue with other nations as part of its co-operative approach to Euro-Atlantic security, including in the field of arms control and disarmament.

#### *The Transatlantic Link*

27. NATO is committed to a strong and dynamic partnership between Europe and North America in support of the values and interests they share. The security of Europe and that of North America are indivisible. Thus the Alliance's commitment to the indispensable transatlantic link and the collective defense of its members is fundamental to its credibility and to the security and stability of the Euro-Atlantic area.

#### *The Maintenance Of Alliance Military Capabilities*

28. The maintenance of an adequate military capability and clear preparedness to act collectively in the common defense remain central to the Alliance's security objectives. Such a capability, together with political solidarity, remains at the core of the Alliance's ability to prevent any attempt at coercion or intimidation, and to guarantee that military aggression directed against the Alliance can never be perceived as an option with any prospect of success.
29. Military capabilities effective under the full range of foreseeable circumstances are also the basis of the Alliance's ability to contribute to conflict prevention and crisis management through non-Article 5 crisis response operations. These missions can be highly demanding and can place a premium on the same political and military qualities, such as cohesion, multinational training, and extensive prior planning, that would be essential in an Article 5 situation. Accordingly, while they may pose special requirements, they will be handled through a common set of Alliance structures and procedures.

#### *The European Security And Defense Identity*

30. The Alliance, which is the foundation of the collective defense of its members and through which common security objectives will be pursued wherever possible, remains committed to a balanced and dynamic transatlantic partnership. The

European Allies have taken decisions to enable them to assume greater responsibilities in the security and defense field in order to enhance the peace and stability of the Euro-Atlantic area and thus the security of all Allies. On the basis of decisions taken by the Alliance, in Berlin in 1996 and subsequently, the European Security and Defense Identity will continue to be developed within NATO. This process will require close cooperation between NATO, the WEU and, if and when appropriate, the European Union. It will enable all European Allies to make a more coherent and effective contribution to the missions and activities of the Alliance as an expression of our shared responsibilities; it will reinforce the transatlantic partnership; and it will assist the European Allies to act by themselves as required through the readiness of the Alliance, on a case-by-case basis and by consensus, to make its assets and capabilities available for operations in which the Alliance is not engaged militarily under the political control and strategic direction either of the WEU or as otherwise agreed, taking into account the full participation of all European Allies if they were so to choose.

#### *Conflict Prevention And Crisis Management*

31. In pursuit of its policy of preserving peace, preventing war, and enhancing security and stability and as set out in the fundamental security tasks, NATO will seek, in cooperation with other organizations, to prevent conflict, or, should a crisis arise, to contribute to its effective management, consistent with international law, including through the possibility of conducting non-Article 5 crisis response operations. The Alliance's preparedness to carry out such operations supports the broader objective of reinforcing and extending stability and often involves the participation of NATO's Partners. NATO recalls its offer, made in Brussels in 1994, to support on a case-by-case basis in accordance with its own procedures, peacekeeping and other operations under the authority of the UN Security Council or the responsibility of the OSCE, including by making available Alliance resources and expertise. In this context NATO recalls its subsequent decisions with respect to crisis response operations in the Balkans. Taking into account the necessity for Alliance solidarity and cohesion, participation in any such operation or mission will remain subject to decisions of member states in accordance with national constitutions.
32. NATO will make full use of partnership, cooperation and dialogue and its links to other organizations to contribute to preventing crises and, should they arise,

defusing them at an early stage. A coherent approach to crisis management, as in any use of force by the Alliance, will require the Alliance's political authorities to choose and co-ordinate appropriate responses from a range of both political and military measures and to exercise close political control at all stages.

*Partnership, Cooperation, And Dialogue*

33. Through its active pursuit of partnership, cooperation, and dialogue, the Alliance is a positive force in promoting security and stability throughout the Euro-Atlantic area. Through outreach and openness, the Alliance seeks to preserve peace, support and promote democracy, contribute to prosperity and progress, and foster genuine partnership with and among all democratic Euro-Atlantic countries. This aims at enhancing the security of all, excludes nobody, and helps to overcome divisions and disagreements that could lead to instability and conflict.
34. The Euro-Atlantic Partnership Council (EAPC) will remain the overarching framework for all aspects of NATO's cooperation with its Partners. It offers an expanded political dimension for both consultation and cooperation. EAPC consultations build increased transparency and confidence among its members on security issues, contribute to conflict prevention and crisis management, and develop practical cooperation activities, including in civil emergency planning, and scientific and environmental affairs.
35. The Partnership for Peace is the principal mechanism for forging practical security links between the Alliance and its Partners and for enhancing interoperability between Partners and NATO. Through detailed programmes that reflect individual Partners' capacities and interests, Allies and Partners work towards transparency in national defense planning and budgeting; democratic control of defense forces; preparedness for civil disasters and other emergencies; and the development of the ability to work together, including in NATO-led PfP operations. The Alliance is committed to increasing the role the Partners play in PfP decision-making and planning, and making PfP more operational. NATO has undertaken to consult with any active participant in the Partnership if that Partner perceives a direct threat to its territorial integrity, political independence, or security.
36. Russia plays a unique role in Euro-Atlantic security. Within the framework of the NATO-Russia Founding Act on Mutual Relations, Cooperation and Security, NATO and Russia have committed themselves to developing their relations on

the basis of common interest, reciprocity and transparency to achieve a lasting and inclusive peace in the Euro-Atlantic area based on the principles of democracy and co-operative security. NATO and Russia have agreed to give concrete substance to their shared commitment to build a stable, peaceful and undivided Europe. A strong, stable and enduring partnership between NATO and Russia is essential to achieve lasting stability in the Euro-Atlantic area.

37. Ukraine occupies a special place in the Euro-Atlantic security environment and is an important and valuable partner in promoting stability and common democratic values. NATO is committed to further strengthening its distinctive partnership with Ukraine on the basis of the NATO-Ukraine Charter, including political consultations on issues of common concern and a broad range of practical cooperation activities. The Alliance continues to support Ukrainian sovereignty and independence, territorial integrity, democratic development, economic prosperity and its status as a non-nuclear weapons state as key factors of stability and security in central and eastern Europe and in Europe as a whole.
38. The Mediterranean is an area of special interest to the Alliance. Security in Europe is closely linked to security and stability in the Mediterranean. NATO's Mediterranean Dialogue process is an integral part of NATO's co-operative approach to security. It provides a framework for confidence building, promotes transparency and cooperation in the region, and reinforces and is reinforced by other international efforts. The Alliance is committed to developing progressively the political, civil, and military aspects of the Dialogue with the aim of achieving closer cooperation with, and more active involvement by, countries that are partners in this Dialogue.

#### *Enlargement*

39. The Alliance remains open to new members under Article 10 of the Washington Treaty. It expects to extend further invitations in coming years to nations willing and able to assume the responsibilities and obligations of membership, and as NATO determines that the inclusion of these nations would serve the overall political and strategic interests of the Alliance, strengthen its effectiveness and cohesion, and enhance overall European security and stability. To this end, NATO has established a programme of activities to assist aspiring countries in their preparations for possible future membership in the context of its wider

relationship with them. No European democratic country whose admission would fulfil the objectives of the Treaty will be excluded from consideration.

*Arms Control, Disarmament, And Non-Proliferation*

40. The Alliance's policy of support for arms control, disarmament, and non-proliferation will continue to play a major role in the achievement of the Alliance's security objectives. The Allies seek to enhance security and stability at the lowest possible level of forces consistent with the Alliance's ability to provide for collective defense and to fulfil the full range of its missions. The Alliance will continue to ensure that - as an important part of its broad approach to security - defense and arms control, disarmament, and non-proliferation objectives remain in harmony. The Alliance will continue to actively contribute to the development of arms control, disarmament, and non-proliferation agreements as well as to confidence and security building measures. The Allies take seriously their distinctive role in promoting a broader, more comprehensive and more verifiable international arms control and disarmament process. The Alliance will enhance its political efforts to reduce dangers arising from the proliferation of weapons of mass destruction and their means of delivery. The principal non-proliferation goal of the Alliance and its members is to prevent proliferation from occurring or, should it occur, to reverse it through diplomatic means. The Alliance attaches great importance to the continuing validity and the full implementation by all parties of the CFE Treaty as an essential element in ensuring the stability of the Euro-Atlantic area.

*Part IV - Guidelines for the Alliance's Forces Principles Of Alliance Strategy*

41. The Alliance will maintain the necessary military capabilities to accomplish the full range of NATO's missions. The principles of Allied solidarity and strategic unity remain paramount for all Alliance missions. Alliance forces must safeguard NATO's military effectiveness and freedom of action. The security of all Allies is indivisible: an attack on one is an attack on all. With respect to collective defense under Article 5 of the Washington Treaty, the combined military forces of the Alliance must be capable of deterring any potential aggression against it, of stopping an aggressor's advance as far forward as possible should an attack nevertheless occur, and of ensuring the political independence and territorial integrity of its member states. They must also be prepared to contribute to conflict prevention and to conduct non-Article 5 crisis response operations. The Alliance's



forces have essential roles in fostering cooperation and understanding with NATO's Partners and other states, particularly in helping Partners to prepare for potential participation in NATO-led PfP operations. Thus they contribute to the preservation of peace, to the safeguarding of common security interests of Alliance members, and to the maintenance of the security and stability of the Euro-Atlantic area. By deterring the use of NBC weapons, they contribute to Alliance efforts aimed at preventing the proliferation of these weapons and their delivery means.

42. The achievement of the Alliance's aims depends critically on the equitable sharing of the roles, risks and responsibilities, as well as the benefits, of common defense. The presence of United States conventional and nuclear forces in Europe remains vital to the security of Europe, which is inseparably linked to that of North America. The North American Allies contribute to the Alliance through military forces available for Alliance missions, through their broader contribution to international peace and security, and through the provision of unique training facilities on the North American continent. The European Allies also make wide-ranging and substantial contributions. As the process of developing the ESDI within the Alliance progresses, the European Allies will further enhance their contribution to the common defense and to international peace and stability including through multinational formations.
43. The principle of collective effort in Alliance defense is embodied in practical arrangements that enable the Allies to enjoy the crucial political, military and resource advantages of collective defense, and prevent the renationalization of defense policies, without depriving the Allies of their sovereignty. These arrangements also enable NATO's forces to carry out non-Article 5 crisis response operations and constitute a prerequisite for a coherent Alliance response to all possible contingencies. They are based on procedures for consultation, an integrated military structure, and on co-operation agreements. Key features include collective force planning; common funding; common operational planning; multinational formations, headquarters and command arrangements; an integrated air defense system; a balance of roles and responsibilities among the Allies; the stationing and deployment of forces outside home territory when required; arrangements, including planning, for crisis management and reinforcement; common standards and procedures for equipment, training and

logistics; joint and combined doctrines and exercises when appropriate; and infrastructure, armaments and logistics cooperation. The inclusion of NATO's Partners in such arrangements or the development of similar arrangements for them, in appropriate areas, is also instrumental in enhancing cooperation and common efforts in Euro-Atlantic security matters.

44. Multinational funding, including through the Military Budget and the NATO Security Investment Programme, will continue to play an important role in acquiring and maintaining necessary assets and capabilities. The management of resources should be guided by the military requirements of the Alliance as they evolve.
45. The Alliance supports the further development of the ESDI within the Alliance, including by being prepared to make available assets and capabilities for operations under the political control and strategic direction either of the WEU or as otherwise agreed.
46. To protect peace and to prevent war or any kind of coercion, the Alliance will maintain for the foreseeable future an appropriate mix of nuclear and conventional forces based in Europe and kept up to date where necessary, although at a minimum sufficient level. Taking into account the diversity of risks with which the Alliance could be faced, it must maintain the forces necessary to ensure credible deterrence and to provide a wide range of conventional response options. But the Alliance's conventional forces alone cannot ensure credible deterrence. Nuclear weapons make a unique contribution in rendering the risks of aggression against the Alliance incalculable and unacceptable. Thus, they remain essential to preserve peace.

#### *The Alliance's Force Posture*

#### *The Missions of Alliance Military Forces*

47. The primary role of Alliance military forces is to protect peace and to guarantee the territorial integrity, political independence and security of member states. The Alliance's forces must therefore be able to deter and defend effectively, to maintain or restore the territorial integrity of Allied nations and - in case of conflict - to terminate war rapidly by making an aggressor reconsider his decision, cease his attack and withdraw. NATO forces must maintain the ability to provide for collective defense while conducting effective non-Article 5 crisis response operations.

48. The maintenance of the security and stability of the Euro-Atlantic area is of key importance. An important aim of the Alliance and its forces is to keep risks at a distance by dealing with potential crises at an early stage. In the event of crises which jeopardize Euro-Atlantic stability and could affect the security of Alliance members, the Alliance's military forces may be called upon to conduct crisis response operations. They may also be called upon to contribute to the preservation of international peace and security by conducting operations in support of other international organizations, complementing and reinforcing political actions within a broad approach to security.
49. In contributing to the management of crises through military operations, the Alliance's forces will have to deal with a complex and diverse range of actors, risks, situations and demands, including humanitarian emergencies. Some non-Article 5 crisis response operations may be as demanding as some collective defense missions. Well-trained and well-equipped forces at adequate levels of readiness and in sufficient strength to meet the full range of contingencies as well as the appropriate support structures, planning tools and command and control capabilities are essential in providing efficient military contributions. The Alliance should also be prepared to support, on the basis of separable but not separate capabilities, operations under the political control and strategic direction either of the WEU or as otherwise agreed. The potential participation of Partners and other non-NATO nations in NATO-led operations as well as possible operations with Russia would be further valuable elements of NATO's contribution to managing crises that affect Euro-Atlantic security.
50. Alliance military forces also contribute to promoting stability throughout the Euro-Atlantic area by their participation in military-to-military contacts and in other cooperation activities and exercises under the Partnership for Peace as well as those organized to deepen NATO's relationships with Russia, Ukraine and the Mediterranean Dialogue countries. They contribute to stability and understanding by participating in confidence-building activities, including those which enhance transparency and improve communication; as well as in verification of arms control agreements and in humanitarian de-mining. Key areas of consultation and cooperation could include inter alia: training and exercises, interoperability, civil-military relations, concept and doctrine development, defense planning, crisis

management, proliferation issues, armaments cooperation as well as participation in operational planning and operations.

*Guidelines for the Alliance's Force Posture*

51. To implement the Alliance's fundamental security tasks and the principles of its strategy, the forces of the Alliance must continue to be adapted to meet the requirements of the full range of Alliance missions effectively and to respond to future challenges. The posture of Allies' forces, building on the strengths of different national defense structures, will conform to the guidelines developed in the following paragraphs.
52. The size, readiness, availability and deployment of the Alliance's military forces will reflect its commitment to collective defense and to conduct crisis response operations, sometimes at short notice, distant from their home stations, including beyond the Allies' territory. The characteristics of the Alliance's forces will also reflect the provisions of relevant arms control agreements. Alliance forces must be adequate in strength and capabilities to deter and counter aggression against any Ally. They must be interoperable and have appropriate doctrines and technologies. They must be held at the required readiness and deployability, and be capable of military success in a wide range of complex joint and combined operations, which may also include Partners and other non-NATO nations.
53. This means in particular:
  - a. that the overall size of the Allies' forces will be kept at the lowest levels consistent with the requirements of collective defense and other Alliance missions; they will be held at appropriate and graduated readiness;
  - b. that the peacetime geographical distribution of forces will ensure a sufficient military presence throughout the territory of the Alliance, including the stationing and deployment of forces outside home territory and waters and forward deployment of forces when and where necessary. Regional and, in particular, geostrategic considerations within the Alliance will have to be taken into account, as instabilities on NATO's periphery could lead to crises or conflicts requiring an Alliance military response, potentially with short warning times;
  - c. that NATO's command structure will be able to undertake command and control of the full range of the Alliance's military missions including through the use of deployable combined and joint HQs, in particular CJTF

headquarters, to command and control multinational and multiservice forces. It will also be able to support operations under the political control and strategic direction either of the WEU or as otherwise agreed, thereby contributing to the development of the ESDI within the Alliance, and to conduct NATO-led non-Article 5 crisis response operations in which Partners and other countries may participate;

- d. that overall, the Alliance will, in both the near and long term and for the full range of its missions, require essential operational capabilities such as an effective engagement capability; deployability and mobility; survivability of forces and infrastructure; and sustainability, incorporating logistics and force rotation. To develop these capabilities to their full potential for multinational operations, interoperability, including human factors, the use of appropriate advanced technology, the maintenance of information superiority in military operations, and highly qualified personnel with a broad spectrum of skills will be important. Sufficient capabilities in the areas of command, control and communications as well as intelligence and surveillance will serve as necessary force multipliers;
- e. that at any time a limited but militarily significant proportion of ground, air and sea forces will be able to react as rapidly as necessary to a wide range of eventualities, including a short-notice attack on any Ally. Greater numbers of force elements will be available at appropriate levels of readiness to sustain prolonged operations, whether within or beyond Alliance territory, including through rotation of deployed forces. Taken together, these forces must also be of sufficient quality, quantity and readiness to contribute to deterrence and to defend against limited attacks on the Alliance;
- f. that the Alliance must be able to build up larger forces, both in response to any fundamental changes in the security environment and for limited requirements, by reinforcement, by mobilizing reserves, or by reconstituting forces when necessary. This ability must be in proportion to potential threats to Alliance security, including potential long-term developments. It must take into account the possibility of substantial improvements in the readiness and capabilities of military forces on the periphery of the Alliance. Capabilities for timely reinforcement and

resupply both within and from Europe and North America will remain of critical importance, with a resulting need for a high degree of deployability, mobility and flexibility;

- g. that appropriate force structures and procedures, including those that would provide an ability to build up, deploy and draw down forces quickly and selectively, are necessary to permit measured, flexible and timely responses in order to reduce and defuse tensions. These arrangements must be exercised regularly in peacetime;
- h. that the Alliance's defense posture must have the capability to address appropriately and effectively the risks associated with the proliferation of NBC weapons and their means of delivery, which also pose a potential threat to the Allies' populations, territory, and forces. A balanced mix of forces, response capabilities and strengthened defenses is needed;
- i. that the Alliance's forces and infrastructure must be protected against terrorist attacks.

#### *Characteristics of Conventional Forces*

54. It is essential that the Allies' military forces have a credible ability to fulfil the full range of Alliance missions. This requirement has implications for force structures, force and equipment levels; readiness, availability, and sustainability; training and exercises; deployment and employment options; and force build-up and mobilisation capabilities. The aim should be to achieve an optimum balance between high readiness forces capable of beginning rapidly, and immediately as necessary, collective defense or non-Article 5 crisis response operations; forces at different levels of lower readiness to provide the bulk of those required for collective defense, for rotation of forces to sustain crisis response operations, or for further reinforcement of a particular region; and a longer-term build-up and augmentation capability for the worst case -- but very remote -- scenario of large scale operations for collective defense. A substantial proportion of Alliance forces will be capable of performing more than one of these roles.

55. Alliance forces will be structured to reflect the multinational and joint nature of Alliance missions. Essential tasks will include controlling, protecting, and defending territory; ensuring the unimpeded use of sea, air, and land lines of communication; sea control and protecting the deployment of the Alliance's sea-based deterrent; conducting independent and combined air operations; ensuring a

secure air environment and effective extended air defense; surveillance, intelligence, reconnaissance and electronic warfare; strategic lift; and providing effective and flexible command and control facilities, including deployable combined and joint headquarters.

56. The Alliance's defense posture against the risks and potential threats of the proliferation of NBC weapons and their means of delivery must continue to be improved, including through work on missile defenses. As NATO forces may be called upon to operate beyond NATO's borders, capabilities for dealing with proliferation risks must be flexible, mobile, rapidly deployable and sustainable. Doctrines, planning, and training and exercise policies must also prepare the Alliance to deter and defend against the use of NBC weapons. The aim in doing so will be to further reduce operational vulnerabilities of NATO military forces while maintaining their flexibility and effectiveness despite the presence, threat or use of NBC weapons.
57. Alliance strategy does not include a chemical or biological warfare capability. The Allies support universal adherence to the relevant disarmament regimes. But, even if further progress with respect to banning chemical and biological weapons can be achieved, defensive precautions will remain essential.
58. Given reduced overall force levels and constrained resources, the ability to work closely together will remain vital for achieving the Alliance's missions. The Alliance's collective defense arrangements in which, for those concerned, the integrated military structure plays the key role, are essential in this regard. The various strands of NATO's defense planning need to be effectively coordinated at all levels in order to ensure the preparedness of the forces and supporting structures to carry out the full spectrum of their roles. Exchanges of information among the Allies about their force plans contribute to securing the availability of the capabilities needed for the execution of these roles. Consultations in case of important changes in national defense plans also remain of key importance. Cooperation in the development of new operational concepts will be essential for responding to evolving security challenges. The detailed practical arrangements that have been developed as part of the ESDI within the Alliance contribute to close allied co-operation without unnecessary duplication of assets and capabilities.

59. To be able to respond flexibly to possible contingencies and to permit the effective conduct of Alliance missions, the Alliance requires sufficient logistics capabilities, including transport capacities, medical support and stocks to deploy and sustain all types of forces effectively. Standardisation will foster cooperation and cost-effectiveness in providing logistic support to allied forces. Mounting and sustaining operations outside the Allies' territory, where there may be little or no host-nation support, will pose special logistical challenges. The ability to build-up larger, adequately equipped and trained forces, in a timely manner and to a level able to fulfil the full range of Alliance missions, will also make an essential contribution to crisis management and defense. This will include the ability to reinforce any area at risk and to establish a multinational presence when and where this is needed. Forces of various kinds and at various levels of readiness will be capable of flexible employment in both intra-European and transatlantic reinforcement. This will require control of lines of communication, and appropriate support and exercise arrangements.
60. The interaction between Alliance forces and the civil environment (both governmental and non-governmental) in which they operate is crucial to the success of operations. Civil-military cooperation is interdependent: military means are increasingly requested to assist civil authorities; at the same time civil support to military operations is important for logistics, communications, medical support, and public affairs. Cooperation between the Alliance's military and civil bodies will accordingly remain essential.
61. The Alliance's ability to accomplish the full range of its missions will rely increasingly on multinational forces, complementing national commitments to NATO for the Allies concerned. Such forces, which are applicable to the full range of Alliance missions, demonstrate the Alliance's resolve to maintain a credible collective defense; enhance Alliance cohesion; and reinforce the transatlantic partnership and strengthen the ESDI within the Alliance. Multinational forces, particularly those capable of deploying rapidly for collective defense or for non-Article 5 crisis response operations, reinforce solidarity. They can also provide a way of deploying more capable formations than might be available purely nationally, thus helping to make more efficient use of scarce defense resources. This may include a highly integrated, multinational approach to specific tasks and functions, an approach which underlies the implementation of the CJTF concept.



For peace support operations, effective multinational formations and other arrangements involving Partners will be valuable. In order to exploit fully the potential offered by multinational formations, improving interoperability, inter alia through sufficient training and exercises, is of the highest importance.

#### *Characteristics of Nuclear Forces*

62. The fundamental purpose of the nuclear forces of the Allies is political: to preserve peace and prevent coercion and any kind of war. They will continue to fulfil an essential role by ensuring uncertainty in the mind of any aggressor about the nature of the Allies' response to military aggression. They demonstrate that aggression of any kind is not a rational option. The supreme guarantee of the security of the Allies is provided by the strategic nuclear forces of the Alliance, particularly those of the United States; the independent nuclear forces of the United Kingdom and France, which have a deterrent role of their own, contribute to the overall deterrence and security of the Allies.
63. A credible Alliance nuclear posture and the demonstration of Alliance solidarity and common commitment to war prevention continue to require widespread participation by European Allies involved in collective defense planning in nuclear roles, in peacetime basing of nuclear forces on their territory and in command, control and consultation arrangements. Nuclear forces based in Europe and committed to NATO provide an essential political and military link between the European and the North American members of the Alliance. The Alliance will therefore maintain adequate nuclear forces in Europe. These forces need to have the necessary characteristics and appropriate flexibility and survivability, to be perceived as a credible and effective element of the Allies' strategy in preventing war. They will be maintained at the minimum level sufficient to preserve peace and stability.
64. The Allies concerned consider that, with the radical changes in the security situation, including reduced conventional force levels in Europe and increased reaction times, NATO's ability to defuse a crisis through diplomatic and other means or, should it be necessary, to mount a successful conventional defense has significantly improved. The circumstances in which any use of nuclear weapons might have to be contemplated by them are therefore extremely remote. Since 1991, therefore, the Allies have taken a series of steps which reflect the post-Cold War security environment. These include a dramatic reduction of the types and

numbers of NATO's sub-strategic forces including the elimination of all nuclear artillery and ground-launched short-range nuclear missiles; a significant relaxation of the readiness criteria for nuclear-armed forces; and the termination of standing peacetime nuclear contingency plans. NATO's nuclear forces no longer target any country. Nonetheless, NATO will maintain, at the minimum level consistent with the prevailing security environment, adequate sub-strategic forces based in Europe which will provide an essential link with strategic nuclear forces, reinforcing the transatlantic link. These will consist of dual capable aircraft and a small number of United Kingdom Trident warheads. Sub-strategic nuclear weapons will, however, not be deployed in normal circumstances on surface vessels and attack submarines.

*Part V - Conclusion*

65. As the North Atlantic Alliance enters its sixth decade, it must be ready to meet the challenges and opportunities of a new century. The Strategic Concept reaffirms the enduring purpose of the Alliance and sets out its fundamental security tasks. It enables a transformed NATO to contribute to the evolving security environment, supporting security and stability with the strength of its shared commitment to democracy and the peaceful resolution of disputes. The Strategic Concept will govern the Alliance's security and defense policy, its operational concepts, its conventional and nuclear force posture and its collective defense arrangements, and will be kept under review in the light of the evolving security environment. In an uncertain world the need for effective defense remains, but in reaffirming this commitment the Alliance will also continue making full use of every opportunity to help build an undivided continent by promoting and fostering the vision of a Europe whole and free.

**Fonte:** NATO. *The alliance's strategic concept*. Consultado a 10/07/2015. in [http://www.nato.int/cps/en/natolive/official\\_texts\\_27433.htm?selectedLocale=en](http://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_27433.htm?selectedLocale=en).

## **Anexo VIII**

### **Manifesto contra a Guerra do Kosovo**

### **Portugal e a tragédia do Kosovo**

A 24 de Março de 1999 as Forças da Aliança Atlântica, frustradas as mal esclarecidas negociações de Rambouillet, iniciaram uma acção militar contra a República Federal da Jugoslávia que configura uma acção de guerra. Nessa acção participam efectivos militares portugueses cuja disciplina e espírito de serviço não estão em causa e não devem deixar de se registar. Os signatários entendem que a gravidade destes acontecimentos exige uma tomada de posição, extensiva a todos quantos simplesmente desejam viver num mundo civilizado. Com efeito, não se pode considerar que estejam reunidas neste caso as condições da guerra justa. Nomeadamente não se trata de legítima defesa, não é claro que “todos os outros meios de o evitar se tenham revelado impraticáveis ou ineficazes” e parece evidente que não se pode dizer que “o emprego das armas não traga consigo males e desordens mais graves que o mal que pretende afastar”, como explicitamente afirma a doutrina da Igreja Católica e como reconhece a moral comum. Constata-se também que se levantam dúvidas sobre a legalidade desta acção, porquanto não terão sido respeitadas, no processo da correspondente tomada de decisão, as disposições da Constituição Portuguesa. A aprovação pelo Governo português, em Washington, da nova versão do Tratado do Atlântico Norte sem consulta à Assembleia da República só agrava esta situação. Parece clara, em todo o caso, a violação da Carta das Nações Unidas.

Tratando-se de uma história muito mal contada, essa decisão repete, em todo o caso, trágicos precedentes. Assume ainda o aspecto inaceitável de um ensaio geral de novos armamentos e de novas técnicas de condicionamento da opinião, em que a dignidade do combatente é substituída pela exibição de um poderio virtual que está disposto a matar, mas não está disposto a morrer pelas convicções que diz ter. Trata-se, em qualquer caso, de uma iniciativa que, com ou sem segundas intenções, resulta fundamentalmente antieuropeia e é aliás significativamente desencadeada durante a conferência europeia de Berlim.

Mas trata-se sobretudo da afirmação unilateral, desta vez sem sombra para dúvidas, de um novo conceito estratégico por parte dos EUA que, no essencial, se traduz no direito que se reservam de intervir pela força, dentro das fronteiras de um outro Estado, sempre que, no seu entendimento, interesses que consideram primordiais o aconselhem. Seja qual for a opinião das organizações que representam a comunidade internacional. Assim, o aspecto mais importante que resulta da intervenção em curso no Kosovo, que por isso mesmo prescinde do obstáculo que seria a ONU e a sua Carta, é o de que ela

equivale ao não reconhecimento a partir de agora, pelo poder americano, ou por quem neste momento o exerce, da soberania nacional de qualquer outro Estado. Ora, a soberania constitui o primeiro dos direitos. É o único argumento jurídico do Estado fraco contra o Estado forte e está, para os povos, como o conjunto dos direitos, liberdades e garantias fundamentais do Estado democrático estão para o cidadão comum, apesar das diferenças e desigualdades manifestas entre eles.

A referida posição é, conseqüentemente, inaceitável para Portugal. É também sintomática do estado de impreparação intelectual e política em que as elites americanas se encontram para o difícil papel que a si próprias se atribuem no governo de um mundo bem mais complexo do que imaginam. Fundamentalmente os EUA bombardeiam na Sérvia um povo que não entendem. Por outro lado, sem abstrair do drama dos refugiados albaneses, e sem pactuar com a actuação do senhor Milosevic e do seu Governo em matéria de direitos humanos, que é inteiramente condenável, deve dizer-se que é muito difícil, para nós portugueses, aceitar a sinceridade e o bem fundado do direito de ingerência humanitária agora apressadamente invocado para o caso do Kosovo. Portugal absorveu com efeito há pouco mais de vinte anos, sem a ajuda de ninguém, mais de um milhão de retornados e de refugiados. Assiste também, desde então, ao massacre impune dos timorenses pela Indonésia numa escala muito maior que a que se verifica no Kosovo, praticado com o apoio político, diplomático e militar das potências ocidentais. Acresce que Timor não está, nem nunca esteve, sob soberania indonésia, ao contrário do Kosovo, que é território sérvio.

Assim, o contraste entre a forma serena como uma parte significativa da comunidade internacional aceita os massacres de Timor e, ao mesmo tempo, admite a hipótese de uma guerra total contra a Sérvia é para nós escandaloso e imoral. A prevalecer esta posição, deixará de haver uma lei para esta comunidade, mas sim lei nenhuma, e, doravante, tudo passará a depender exclusivamente da vontade e dos interesses dos mais poderosos. Os signatários conseqüentemente entendem que, antes do mais, deve ser reposta a legalidade da posição portuguesa para além da dúvida razoável, enquadrando-se a participação das forças e das instalações militares portuguesas nas operações em curso no Kosovo em decisões das Nações Unidas e da Assembleia da República. Entendem também que Portugal deve manter a sua disponibilidade para ajudar a solucionar a crise do Kosovo, sendo no entanto os meios portugueses exclusivamente utilizados em operações de carácter humanitário e de manutenção da paz, excluindo-se acções militares ofensivas.

Entendem ainda que é legítimo a Portugal, neste contexto, recorrer a todo um conjunto de pressões diplomáticas e políticas ao seu alcance, para evitar a imposição, por terceiros, em Timor, de uma “solução final”. Entendem finalmente que se deve retirar a lição que se impõe destes acontecimentos, iniciando-se urgentemente uma profunda reflexão sobre a maneira como, sem abdicar da sua soberania, num quadro europeu. Portugal pode e deve assegurar os seus interesses vitais e, nomeadamente, a sua defesa e os direitos do mundo a que está profundamente ligado.

Lisboa, 5 de Maio de 1999

Sophia de Mello Breyner

Gonçalo Ribeiro Telles

Henrique Barrilaro Ruas

João Bénard da Costa

Carlos Macedo

Júlio Castro Caldas

Alexandre Bettencourt

Augusto Cid

Ricardo Sá Fernandes

Francisco Sarsfield Cabral

Clara Menéres

Alberto Castro Ferreira

António Barahona da Fonseca

Paulo de Sousa

Miguel Sousa Tavares

Fernando de La Vieter Nobre

Alfredo Barroso

José Ribeiro e Castro

Raul Miguel Rosado Fernandes

Vítor Cunha Rego

Vasco Graça Moura

Eduardo Lourenço

**Fonte:** ALCYONE. *Ontem «Portugal e a tragédia do Kosovo» - Hoje «O pesadelo de uma hipotética Grande Albânia»*. Consultado a 23/07/2015. in <<http://skocky-alcystone.blogspot.pt/2008/11/ontem-portugal-e-tragdia-do-kosovo-hoje.html>>.

## Anexo IX - Resultados eleitorais

Representação na Assembleia da República – Março de 1999

Partido	Deputados
Partido Socialista	112
Partido Social Democrata	88
Coligação Democrática Unitária	15
CDS-PP	15

**Fonte:** COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES. *Resultados eleitorais*. Consultado a 17/05/2015. in <<http://eleicoes.cne.pt/vector/index.cfm?dia=01&mes=10&ano=1995&eleicao=ar>> .

Eleições para o Parlamento Europeu - 1999

Partido	% de Votos	Deputados
Partido Socialista	43%	12
Partido Social Democrata	31%	9
Coligação Democrática Unitária	10%	2
CDS-PP	8%	2

**Fonte:** COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES. *Resultados eleitorais*. Consultado a 17/05/2015. in <<http://eleicoes.cne.pt/vector/index.cfm?dia=13&mes=06&ano=1999&eleicao=pe>> .

Eleições para a Assembleia da República - 1999

Partido	% de Votos	Deputados
Partido Socialista	44%	115
Partido Social Democrata	32%	81
Coligação Democrática Unitária	9%	17
CDS-PP	8%	15
Bloco de Esquerda	2%	2

**Fonte:** COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES. *Resultados eleitorais*. Consultado a 17/05/2015. in <<http://eleicoes.cne.pt/vector/index.cfm?dia=10&mes=10&ano=1999&eleicao=ar>> .

## Anexo X - Distribuição do KFOR, por países - 2015

País	Soldados	País	Soldados
Albânia	10	Lituânia	7
Arménia	35	Luxemburgo	24
Áustria	521	Moldávia	41
Bulgária	10	Holanda	5
Canadá	5	Noruega	2
Croácia	24	Polónia	246
República Checa	8	Portugal	181
Dinamarca	35	Roménia	53
Estónia	2	Eslovénia	332
Finlândia	21	Suécia	6
França	3	Suíça	186
Alemanha	799	Turquia	372
Grécia	111	Reino Unido	1
Hungria	320	EUA	712
República da Irlanda	12	Ucrânia	25
Itália	542	Total	4 651

**Fonte:** NATO. *Kosovo Force (KFOR)*. Consultado a 19/07/2015. in [http://www.nato.int/nato\\_static\\_fl2014/assets/pdf/pdf\\_2015\\_02/20150127\\_150201-kfor-placemat.pdf](http://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_2015_02/20150127_150201-kfor-placemat.pdf).



## Anexo XI - Sondagens feitas à população portuguesa, a respeito do Kosovo - 1999

Pergunta	Sim	Não	NS/NR
Concorda com a intervenção militar da NATO?	27,9%	48,4%	23,7%
Concorda com a participação de aviões portugueses nas operações de bombardeamento da Jugoslávia?	29%	56,7%	14,3%
Acha que, para além dos ataques aéreos, a NATO deveria envolver tropas terrestres se os massacres contra os albaneses continuarem e ganharem novas proporções?	25,3%	51,5%	23,2%

*Universidade Católica/Público/RTP/Antena 1 - 1 de Abril*

**Fonte:** Miguel Silva MACHADO, “II - Crónicas militares nacionais”. *Revista Militar*. (Maio) 1999. Lisboa. pp. 1041-1042.

Pergunta	Sim	Não	NS/NR	
Concorda com o envio de soldados portugueses para o Kosovo?	37,5%	58,3%	4,2%	
Mudou de opinião em relação a intervenção da NATO depois da declaração (do primeiro-ministro)?	4,4%	91,2%	4,4%	
A declaração do primeiro-ministro sobre os motivos da participação portuguesa foi suficientemente esclarecedora?	56,4%	40,3%	3,3%	
O primeiro-ministro e o Presidente da República deveriam ter anunciado logo a participação de Portugal na operação da NATO?	78%	17,8%	4,2%	PM
	77,%	16,5%	6%	PR

*O Independente/Metris - 9 de Abril*

**Fonte:** Miguel Silva MACHADO, “II - Crónicas militares nacionais”. *Revista Militar*. (Maio) 1999. Lisboa. pp. 1042.

Pergunta	Favor	Contra	NS/NR
É a favor ou contra a intervenção militar da NATO na Jugoslávia?	39,5%	45%	15,7%
Se Portugal enviar militares para o Kosovo, eles deverão participar apenas em ações de ajuda humanitária ou também em ações militares?	<b>Só AH</b>	<b>Também AM</b>	<b>NS/NR</b>
	72,7%	15,3%	15,7%
É favorável a uma intervenção terrestre no Kosovo?	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	-
	73,3%	17,9%	-
É favorável à participação de militares portugueses numa invasão terrestre do Kosovo?	54,9%	36,3%	-

*O Independente - 7 de Maio*

**Fonte:** Miguel Silva MACHADO, “II - Crónicas militares nacionais”. *Revista Militar*. (Junho/Julho) 1999. Lisboa. pp. 1168.